

Carta Educativa

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

2019



Carta Educativa

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

2019



Índice Geral

Enquadramento Legislativo	19
Introdução	21
Metodologia	22
1 . Enquadramento Territorial e Geográfico	24
1.1. Enquadramento Administrativo	24
1.2 Fisiografia	25
1.3 Declives	26
1.4 Exposições Solares	28
1.5 Insolação	29
2. Caracterização Socioeconómica	31
2.1 Análise Demográfica	31
2.1.1 População Residente	31
2.1.2 Estrutura Etária	35
2.1.3 Mobilidade da População	41
2.1.4 Taxa de Natalidade e Mortalidade	42
2.1.5 Índice de Envelhecimento	43
2.1.6 Índice de Dependência	45
2.1.7 Tipologia das Áreas Urbanas	45
2.2 Atividades Económicas	48
2.2.1 Setor Primário	50
2.2.2 Setor Secundário	51
2.2.3 Setor Terciário	52
2.2.4 Taxas de Atividade e Desemprego	53
2.2.5 Procura de Emprego	55
2.2.6 Qualificação da População Residente	57
2.3 Rede Viária, Acessibilidades e Transportes	62
2.3.1 Rede Viária	62
3. Sistema Educativo do Município de Sto. Tirso	70
3.1 Enquadramento e Disparidades Concelhias	71
3.1.1 Taxa Bruta de Pré-escolarização	74
3.1.2 Taxas Brutas de Escolarização	74
3.1.3 Abandono Escolar	76
3.2 Caracterização do Parque Escolar	79
3.2.1 Educação Pré-Escolar	79
3.2.2 Ensino Básico 1º Ciclo	84
3.2.3 Ensino Básico 2º Ciclo	88
3.2.4 Ensino Básico 3º Ciclo	90

3.2.5 Cursos de Ensino Vocacional	91
3.2.6 Ensino Secundário	92
3.2.7 Ensino Profissional	94
3.2.8 Conselho Municipal de Educação	98
3.3 Oferta de Educação e Formação	101
3.3.1 Programa Qualifica – Formação de Adultos	101
3.3.2 Universidade Sénior	101
3.3.3 Cursos TESP	102
3.4 Caracterização das Infraestruturas	103
3.4.1 Taxa de Ocupação e Saturação dos Recintos	103
3.4.2 Taxa de Ocupação e Saturação dos Espaços	106
3.4.3 Segurança	112
3.5 Procura de Educação	112
3.5.1 Evolução do Número de Alunos	112
3.5.2 Educação Pré-Escolar	114
3.5.3 Ensino Básico 1º Ciclo	118
3.5.4 Ensino Básico 2º Ciclo	122
3.5.5 Ensino Básico 3º Ciclo	123
3.5.6 Ensino Secundário	124
3.5.7 Ensino Profissional	124
3.5.8 Educação Inclusiva	125
3.5.9 Modernização Tecnológica	127
3.5.10 População Docente, Não Docente e outros Profissionais	127
4. Projetos, Apoios e Medidas Educativas Municipais	130
4.1 Ação Social Escolar	130
4.1.1 Subsídios Escolares	130
4.2 Atividades Lúdicas complementares	131
4.2.1 Programa Mimar	131
4.2.2 Escola a Tempo Inteiro	132
4.2.2.1 Pré-escolar - Atividades de Animação e Apoio à Família	132
4.2.3 1º Ciclo - Componente de Apoio à Família (CAF/ATL)	133
4.2.4 Universidade Júnior	135
4.3 Refeições Escolares	135
4.3.1 Almoços e Lanches	135
4.3.2 Fruta Escolar	136
4.4 Transportes Escolares	137
4.4.1 Ensino Regular	137
4.5 Outros Apoios	137
4.5.1 Bolsas de Estudo ao Ensino Superior	137
4.5.2 Visitas de Estudo - Apoio ao desenvolvimento de atividades de complemento curricular	137
4.5.3 Colónia de Férias	138
4.6 Projetos Educativos Municipais	138
4.6.1 PIICIE– Agir para o Sucesso Escolar	138

4.6.2 Plataforma “Santo Tirso Aprende +”	139
4.6.3 Projeto Teatro do Bolhão – Educar pela Arte	139
4.6.4 Promoção da Leitura	139
4.6.5 Introdução à Programação e Robótica	140
4.6.6 Projeto MEDEIA	140
4.6.7 EXPERIMENTA + SANTO TIRSO	140
4.6.8 COLORADD	140
4.6.9 Fintando a Dislexia	141
4.6.10 Projeto Alimentação Saudável	141
4.6.11 Ciclismo vai à Escola	142
4.6.12 Projeto Educação Financeira	142
4.6.13 Projeto +Cidadania	142
4.6.14 Arte - Curso Básico de Teatro	143
4.6.15 Programa Qualifica	143
4.6.16 INTERNET + SEGURA	144
4.6.17 Plano Municipal de Competências Digitais	144
4.6.18 Mentoria para a Inclusão Digital	144
4.6.19 Fórum Educa	145
4.6.20 Plano de Formação de Assistentes Operacionais	145
4.6.21 Plano de Formação para as Animadoras	145
5. Projeções da População	147
5.1 Metodologia	147
5.2 Projeções da População para 2021, 2031 e Estimativas para 2026	147
5.3 Projeção das Taxas Municipais	151
6. Síntese do Diagnóstico Estratégico	158
6.1 Análise SWOT	158
6.2 Considerações sobre a Rede Educativa	162
6.2.1 Educação Pré-Escolar	162
6.2.2 Ensino Básico	162
6.2.3 Ensino Secundário	163
6.2.4 Ensino Profissional	163
6.2.5 Educação Inclusiva	163
6.3 Rede de Transportes	163
7. Proposta de Reordenamento da Rede Educativa	165
7.1 Propostas da Carta Educativa de 1ª Geração	165
7.2 Objetivos Estratégicos	165
7.3 Critérios para o Reordenamento da Rede	174
7.3.1 Áreas de Influência dos Equipamentos Escolares	174
7.3.2 Integração urbanística e arquitetónica das escolas	175
7.3.3 Condições de acesso dos alunos	176
7.3.4 Rentabilizar recursos, equipamentos e o parque escolar	176

7.3.5 Promover o Ensino/Formação	176
7.4 Entidades Responsáveis	176
7.5 Medidas de Intervenção/Propostas	176
7.5.1 Eixos de Intervenção	177
Eixo I – Requalificar os Equipamentos do EPE e dos Ensinos Básico e Secundário	177
Medida nº1 - Investimento nos equipamentos existentes	177
Medida nº2 - Reorganização dos Agrupamentos de Escolas	186
Eixo II - Promover a Qualidade e o Sucesso Educativo e Formativo nas Escolas do Município	195
Eixo III - Incentivar a Oferta de Ensino Profissionalizante	196
7.6 Metas Educativas	197
7.7 Enquadramento no Plano Diretor Municipal	197
 8. Plano Financeiro	 200
 9. Plano de Monitorização	 201
9.1 Monitorização e Avaliação	201
 10. Notas Conclusivas	 208
 11. Referências Bibliográficas	 210
 12. Anexos	 214
Anexo I – Enquadramento Legislativo	214
Anexo II - Sistema de Segurança dos Equipamentos	222
Anexo III - Eixos de Intervenção	226
Anexo IV - Projeção da população residente, por grupo etário, género e freguesia para 2011, 2021 e 2031 e estimativa para 2026	230

Índice Figuras

Figura I.1 - Enquadramento territorial do município de Santo Tirso (CAOP 2016).	24
Figura I.2 - Classes de altitude (m) por área (ha).	25
Figura I.3 - Modelo digital do terreno.	26
Figura I.4 - Classes de declives (%) por área (ha).	27
Figura I.5 - Carta de declives.	27
Figura I.6 - Exposições solares (%) por área (ha).	28
Figura I.7 - Carta de exposições solares.	29
Figura I.8 - Níveis de insolação (%) por área (ha).	30
Figura I.9 - Carta de insolação.	30
Figura II.1 - População residente no município de Santo Tirso para os anos de 2001 e 2011.	32
Figura II.2 - População residente no município de Santo Tirso, por freguesia para os anos de 2001 e 2011.	32
Figura II.3 - Estrutura etária da população do município de Santo Tirso, 2011.	35
Figura II.4 - Estrutura etária da população no município de Santo Tirso, 2011.	36
Figura II.5 - Pirâmide etária do município de Santo Tirso para o ano de 1991.	40
Figura II.6 - Pirâmide etária do município de Santo Tirso para o ano de 2001.	40
Figura II.7 - Pirâmide etária do município de Santo Tirso para o ano de 2011.	41
Figura II.8 - Índice de envelhecimento e taxa de variação entre os anos de 2001 e 2011. (Fonte: INE (Censos da População 2001- 2011)).	44
Figura II.9 - Tipologia das áreas urbanas, por freguesia, no município de Santo Tirso.	48
Figura II.10 - Percentagem da população empregada no sector primário, no município de Santo Tirso, para o ano de 2011.	50
Figura II.11 - Percentagem da população empregada no setor secundário, no município de Santo Tirso, para o ano de 2011.	51
Figura II.12 - Percentagem da população empregada no setor terciário, no município de Santo Tirso, para o ano de 2011.	52
Figura II.13 - População desempregada por principal meio de vida (% do Total) para o ano de 2011.	55
Figura II.14 - Escolarização da população de Santo Tirso para o ano de 2011.	60
Figura II.15 - Taxa de abandono escolar e analfabetismo, por freguesia, no município de Santo Tirso, para o ano de 2011.	62
Figura II.16 - Rede rodoviária e ferroviária existente no município de Santo Tirso.	63
Figura II.17 - Deslocação em km e em minutos, a pé para as Escolas Secundárias do município de Santo Tirso.	64
Figura II.18 - Deslocação em km e em minutos, a pé para as Escolas Básicas do 2º e 3º ciclo do município de Santo Tirso.	65
Figura II.19 - Deslocação em km e em minutos, a pé para as Escolas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do município de Santo Tirso.	66

Figura II.20 - Rede de transportes escolares e instituições de deficientes, do município de Santo Tirso.	68
Figura III.1 - Evolução da taxa de abandono escolar, na NUT I II III e no município de Santo Tirso, para os anos de 1991, 2001 e 2011.	77
Figura III.2 - Evolução da taxa de abandono escolar, por freguesia, no município de Santo Tirso, para 1991, 2001 e 2011.	78
Figura III.3 - Distribuição das escolas do pré-escolar no município de Santo Tirso.	80
Figura III.4 - Distribuição das escolas do 1º Ciclo, no município de Santo Tirso.	84
Figura III.5 - Distribuição das escolas do 2º Ciclo no município de Santo Tirso.	88
Figura III.6 - Distribuição das escolas do 3º Ciclo no município de Santo Tirso.	90
Figura III.7 - Distribuição das escolas do ensino secundário no município de Santo Tirso.	93
Figura III.8 - Distribuição das escolas profissionais no município de Santo Tirso.	95
Figura III.9 - Evolução do número de alunos inscritos no município de Santo Tirso, 2014-2019.	113
Figura III.10 - Evolução do número de alunos, por Ciclo e nível de ensino, 2014-2019.	113
Figura III.11 - Tipo de dificuldades, nos alunos com NEE, no município de Santo Tirso, 2019.	126
Figura IV.1 - Apoios concedidos pela Câmara Municipal de Santo Tirso.	130
Figura V.1 - Projeções e Estimativas da População Residente, no município de Santo Tirso para 2011, 2021, 2026 e 2031.	150
Figura V.2 - Modelos ajustados ao nível da predição das taxas calculadas (em %).	154
Figura V.3 - Pirâmide etária para o ano de 2001.	156
Figura V.4 - Pirâmide etária para o ano de 2011.	156
Figura V.5 - Pirâmide etária para o ano de 2021.	156
Figura V.6 - Pirâmide etária para o ano de 2026.	157
Figura V.7 - Pirâmide etária para o ano de 2031.	157
Figura VII.1 - Localização das Escolas da freguesia de Monte Córdova.	188
Figura VII.2 - Localização da Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso e Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso.	190
Figura VII.3 - Escola Básica de Quelha, Santo Tirso e Escola Básica de Olival, Santo Tirso.	192
Figura VII.4 - Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso e Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.	194
Figura IX.1 - Plataforma Websig Santo Tirso go.EDU.	207

Índice Quadros

Quadro II.1 - População residente, taxa de variação da população e densidade populacional no município de Santo Tirso, por freguesia para os anos de 2001 e 2011.	33
Quadro II.2 Estimativa da População Residente 2012 – 2018	34
Quadro II.3 - Estrutura etária da população no município de Santo Tirso, por freguesia, em 2011.	37
Quadro II.4 - População residente, por grupo etário e sexo, para os anos de 1991, 2001 e 2011.	39
Quadro II.5 - Taxa bruta de mortalidade, natalidade, crescimento natural, crescimento efetivo e crescimento migratório no município de Santo Tirso entre os anos de 2011 e 2018.	42
Quadro II.6 - Indicadores de natalidade e mortalidade referentes ao ano de 2014.	43
Quadro II.7 - Índice de Envelhecimento 2011 - 2018.	45
Quadro II.8 - Índice de dependência de jovens, idosos e total no município de Santo Tirso entre os anos de 2011 a 2018.	45
Quadro II.9 - Tipologia das áreas urbanas, por freguesia, no município de Santo Tirso.	47
Quadro II.10 - Distribuição da população por setor de atividade do município de Santo Tirso para o ano de 2011.	49
Quadro II.11 - Taxas de atividade e desemprego, no município de Santo Tirso, para o ano de 2011.	53
Quadro II.12 - Número de indivíduos desempregados no município de Santo Tirso para o ano de 2011.	54
Quadro II.13 - População desempregada, por género, tempo de inscrição, e situação face ao emprego, no município de Santo Tirso, em janeiro de 2019.	56
Quadro II.14 - População desempregada por grupo etário, no município de Santo Tirso, em janeiro 2019.	56
Quadro II.15 - População desempregada por nível de instrução, no município de Santo Tirso, em janeiro de 2019.	56
Quadro II.16 - População residente segundo o nível de instrução em Portugal, no Norte de Portugal e no município de Santo Tirso para o ano de 2011.	57
Quadro II.17 - População residente por nível de escolaridade, no Município de Santo Tirso, para o ano de 2011.	58
Quadro II.18 - Taxa de analfabetismo e abandono escolar no Município de Santo Tirso para o ano de 2011.	61
Quadro III.1 - Taxa de escolaridade, por grupo etário (dos 0 aos 34 anos), no município de Santo Tirso, em 2011.	72
Quadro III.2 - Taxa de escolaridade, por grupo etário (dos 35 até +65), no município de Santo Tirso, em 2011.	73
Quadro III.3 - Evolução da taxa bruta de p ré- escolarização entre 2009 e 2019.	74
Quadro III.4 - Evolução da taxa bruta escolarização no ensino básico entre 2009 e 2019.	75

Quadro III.5 - Evolução da taxa bruta escolarização do ensino secundário entre 2009 e 2019.	76
Quadro III.6 - Distribuição das escolas do pré-escolar, por agrupamento, localidade e natureza, no ano letivo 2018/2019.	81
Quadro III.7 - Distribuição das escolas a lecionar o 1º Ciclo, por localidade, no ano letivo 2018/2019.	85
Quadro III.8 - Distribuição das escolas a lecionar o 2º Ciclo, por localidade, no ano letivo 2018/2019.	89
Quadro III.9 - Distribuição das escolas a lecionar o 3º Ciclo, por localidade, no ano letivo 2018/2019.	91
Quadro III.10 - Cursos vocacionais, no ano letivo 2018/2019, em Santo Tirso.	92
Quadro III.11 - Distribuição das escolas a lecionar ensino secundário, por localidade, no ano letivo 2018/2019.	94
Quadro III.12 - Distribuição das escolas profissionais, por localidade, no ano letivo 2018/2019.	96
Quadro III.13 - Listagem de cursos profissionais, no ano letivo 2018/2019, em Santo Tirso.	96
Quadro III.14 - Membros do Conselho Municipal de Educação, 2019.	99
Quadro III.15 - Taxa de ocupação dos Recintos, 2019.	103
Quadro III.16 - Taxa de ocupação/saturação, no pré-escolar, do município de Santo Tirso, 2019.	107
Quadro III.17 - Taxa de ocupação/saturação, no 1º Ciclo, do município de Santo Tirso, 2019.	109
Quadro III.18 - Evolução do número de alunos, na Educação Pré-Escolar, 2014-2019.	115
Quadro III.19 - Evolução do número de alunos, no 1º Ciclo de Ensino, 2014-2019.	119
Quadro III.20 - Evolução do número de alunos, no 2º Ciclo de Ensino, 2014-2019.	122
Quadro III.21 - Evolução do número de alunos, no 3º Ciclo de Ensino, 2014-2019.	123
Quadro III.22 - Evolução do número de alunos, no ensino secundário, 2014-2019.	124
Quadro III.23 - Evolução do número de alunos, no ensino profissional, 2010-2016.	124
Quadro III.24 - Evolução do rácio de alunos por computador e por computador com ligação à internet, em Santo Tirso entre 2009 e 2019.	127
Quadro III.25 - Evolução do Número de docentes, em exercício por natureza do estabelecimento e nível escolar entre 2009 e 2019.	128
Quadro III.26 - Evolução do Pessoal não Docente, por natureza do estabelecimento de ensino entre 2009 e 2019.	129
Quadro IV.1 - Horários e Funcionamento das AAAF, no concelho de Santo Tirso, 2019	132
Quadro IV.2 - Escolas do Município que desenvolvem atividades da Componente de Apoio à Família (CAF), 2019.	134
Quadro IV.3 - Refeições Escolares segundo escalão atribuído, no concelho de Santo Tirso, 2019.	136
Quadro V.1 - Valores da projeção demográfica, por freguesia para o Município de Santo Tirso.	149

Quadro V.2 - Estimativas das taxas municipais, do município de Santo Tirso, por ano até 2031.	151
Quadro VI.1 - Análise SWOT Territorial para o município de Santo Tirso.	158
Quadro VI.2 - Análise SWOT para a Educação no município de Santo Tirso.	160
Quadro VI.3 - Indicadores de educação, em 2017, para a área Metropolitana do Porto.	162
Quadro VII.1 - Propostas da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.	166
Quadro VII.2 - Justificação das intervenções realizadas no âmbito da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.	170
Quadro VII.3 - Parâmetros utilizados para a formulação das propostas de reordenamento da rede escolar para o Município de Santo Tirso.	175
Quadro VII.4 - Escola Básica de Santo Tirso.	178
Quadro VII.5 - Características da Escola Básica de Santo Tirso.	178
Quadro VII.6 - Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso.	179
Quadro VII.7 - Características da Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso.	179
Quadro VII.8 - Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso.	180
Quadro VII.9 - Características da Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso.	181
Quadro VII.10 - Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.	181
Quadro VII.11 - Características da Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.	182
Quadro VII.12 - Escola Básica n.º 1 de Santo Tirso.	183
Quadro VII.13 - Características da Escola Básica n.º1 de Santo Tirso.	183
Quadro VII.14 - Escola Básica de Lage, Santo Tirso.	184
Quadro VII.15 - Características da Escola Básica de Lage, Santo Tirso.	185
Quadro VII.16 - Características das Escolas da freguesia de Monte Córdova.	187
Quadro VII.17 - Características da Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso e Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso.	190
Quadro VII.18 - Características da Escola Básica de Olival, Santo Tirso e Escola Básica de Quelha, Santo Tirso.	192
Quadro VII.19 - Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso.	193
Quadro VII.20 - Características da Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso e Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.	194
Quadro VIII.1 - Mapeamento dos investimentos em infraestruturas da Educação, no município de Santo Tirso.	200

Índice de Siglas

AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família	TIPAU - Tipologia de Área Urbanas
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	UST - Universidade Sénior de Santo Tirso
AMP - Área Metropolitana do Porto	ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
AMU - Áreas Mediamente Urbanas	PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
APR - Áreas Predominantemente Rurais	PDM - Plano Diretor Municipal
APU - Áreas Predominantemente Urbanas	PIICIE - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar
BGRI - Base Geográfica de Referência de Informação	PIOT - Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território
SHP - Shapefile	PMOT - Planos Municipais de Ordenamento do Território
CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal	PNPSE - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
CE - Carta Educativa	PP - Planos de Pormenor
CQEP - Centro de Qualificação e Ensino Profissional	PU - Planos de Urbanização
CET - Cursos de Especialização Tecnológica	IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação	OE - Orçamento do Estado
CNO - Centros Novas Oportunidades	TESP - Curso Técnico Superior Profissional
CRVCC - Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	IC - Intervalo de Confiança
DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	
DGEstE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares	
DGOTDU - Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	
DRE - Direção Regional de Educação	
GIASE - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo	
EFA - Educação e Formação de Adultos	
EPE - Educação Pré-Escolar	
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	
HAB. - Habitantes	
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	
INE - Instituto Nacional de Estatística	
NEE - Necessidades Especiais de Educação	
NUT - Nomenclatura de Unidade Territorial	
RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	
SGEC - Secretaria-Geral da Educação e Ciência	
TE - Territórios Educativos	
TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária	
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação	

Ficha Técnica

Ficha Técnica Atualização da Carta Educativa do Município de Santo Tirso

Início dos trabalhos	Julho de 2016
Término	Maio de 2019
Coordenação do projeto	Pedro Carvalho
Produção	Cartago, LDA
Equipa Técnica	Carina Peixoto Liliana Monteiro
Equipa do Município	Vereadora Sílvia Tavares Manuela Silva Liliana Pedrosa Mafalda Fontão

Enquadramento Legislativo

A descrição da legislação em vigor encontra-se no Anexo I Enquadramento Legislativo.

Introdução

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro).

Segundo o 1º ponto do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, a Carta Educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, de forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar.

O Município de Santo Tirso viu aprovada a Carta Educativa no ano de 2007, pelo Executivo e pela Assembleia Municipal, e homologada nesse mesmo ano pelo Ministério da Educação e da Ciência. O diagnóstico efetuado nesse documento apresenta como período de referência compreendido entre os anos letivos de 2001/02 e 2005/06 o que, associado às transformações entretanto ocorridas no sistema educativo, levam a que a Carta Educativa deva ser avaliada, por forma a perspetivar possíveis correções e reajustamentos, tal como já se previa na metodologia de monitorização aí contida.

A revisão da Carta Educativa está prevista no artigo 15º Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no qual é referido no ponto 1 que revestem a forma de revisão da carta educativa as alterações da mesma que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino.

A revisão da Carta Educativa para o Município de Santo Tirso, é um processo de monitorização que reflete uma atualização coerente e integrada da Carta Educativa Municipal, em função das suas necessidades de adequação às realidades socioeducativas presentes, através da análise de variáveis de oferta e procura de Educação, da evolução sociodemográfica associada e do seu respetivo tratamento e de todo um conjunto de informação qualitativa de suporte, que respondam de forma coerente e realista aos desafios e necessidades atuais do desenvolvimento educativo no município de Santo Tirso.

O processo de monitorização visa responder aos seguintes objetivos:

- I.** Identificar as principais transformações ocorridas na envolvente territorial e socioeconómica e que possam ter impacto na (re) programação dos equipamentos de ensino;
- II.** Proceder a uma atualização do diagnóstico da Carta Educativa, com realce para a componente de oferta e procura de ensino;
- III.** Elaborar uma proposta de intervenção sustentada na rede educativa concelhia, com base numa avaliação da pertinência das intervenções previstas na Carta Educativa e, por conseguinte, numa possível reformulação do programa de intervenção;
- IV.** Implementar um programa de execução, com a calendarização das ações e plano de financiamento.

No contexto da educação, o objetivo central deste procedimento de monitorização é o de promover o acompanhamento sistemático das dinâmicas do sistema educativo, no sentido de informar e apoiar a tomada de decisão ao nível da política educativa municipal (MEC, s/d Monitorização da Carta Educativa - Manual para Elaboração).

Metodologia

“A monitorização é o procedimento que permite acompanhar e controlar um processo de intervenção e identificar eventuais desvios face ao que foi previsto num momento inicial...”

(MEC, s/d Monitorização da Carta Educativa - Manual para Elaboração).

Numa primeira fase, procura-se, por um lado, conhecer a realidade demográfica, social e económica do município existente e, por outro, conhecer o sistema educativo municipal, nas suas mais variadas vertentes, promovendo sua interligação e procurando determinar as relações com a realidade territorial.

A caracterização do Sistema Educativo, do município de Santo Tirso, foi elaborada com base num inquérito aos estabelecimentos escolares, o qual foi objeto de preenchimento por parte dos Agrupamentos de Escolas e Estabelecimentos de Ensino não agrupados, públicos e privados, de forma transversal e envolvendo todos os níveis de ensino. A totalidade da informação recolhida convergiu para a definição de objetivos estratégicos e específicos que procuraram fundamentar a proposta de Reordenamento da Rede Escolar e o respetivo programa de execução e plano de financiamento.

A presente revisão da Carta Educativa assume-se com o instrumento de trabalho, não só na gestão diária dos recursos educativos, como também no processo de ordenamento e planeamento da rede educativa, nas estratégias de desenvolvimento, na promoção de políticas públicas e na garantia de educação para todos, porque a Educação é um direito fundamental dos cidadãos.

Tendo por base a informação recolhida, a presente revisão veio integrar um novo elemento e uma nova perspetiva na análise e monitorização da informação que consta da presente carta, nomeadamente a construção de uma plataforma, capaz de agregar um conjunto de dados, representativos das diversas temáticas relacionadas com o sistema educativo, designada por Santo Tirso go.EDU – Plataforma Websig colaborativa para gestão dos equipamentos da rede educativa municipal.

Através da sua consulta poderão ser observados não só os aspetos relacionados com os recursos humanos, como, também, toda a análise dos aspetos relacionados com a estrutura física do edifício, possibilitando aos serviços municipais de educação, a atualização permanente da mesma e aos municípios a sua ágil consulta.

A plataforma estabelecerá o alicerce para a otimização futura da rede escolar, irá desenvolver-se, sobre um Sistema de Informação Geográfica (SIG) na WEB, que assegurará uma maior perceção da realidade do território e, assim, possibilitará um correto reordenamento dos recursos existentes e a implementação de políticas de gestão eficazes e distribuição equitativa dos recursos.

Em termos de âmbito “O alcance do estudo de monitorização inclui a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário (regular e profissional). A consideração do Ensino Secun-

dário justifica-se pela necessidade de obter uma leitura e análise integrada do sistema de ensino obrigatório (12 anos de escolaridade), no sentido de acrescentar a devida coerência às propostas e orientações da política educativa municipal. Relativamente à Educação Pré-Escolar e aos três ciclos de Ensino Básico, a metodologia de monitorização deverá considerar o “Agrupamento de Escolas” como a unidade territorial mais adequada para apresentar os resultados alcançados. Para o Ensino Secundário e Profissional serão considerados os estabelecimentos de ensino público e privado existentes no município, cuja oferta educativa disponível contribui significativamente para o incremento deste nível de escolarização. Quando presente, a oferta privada e solidária deverá igualmente ser objeto de tratamento diagnóstico e prospetivo.

Como linhas metodológicas gerais, aponta-se a necessidade do contacto regular com os organismos do Ministério da Educação, os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias e Profissionais e com a Câmara Municipal, para a partilha e discussão de informação e dos resultados de análise. Particularmente, para cada um dos objetivos identificados corresponderam os seguintes procedimentos metodológicos.

Determinação e avaliação do grau de execução das medidas da Carta Educativa, em face do conjunto de expectativas inicialmente traçadas.

Avaliação dos indicadores quantitativos referentes à rede escolar do município.

Avaliação das medidas de ação contempladas em sede de documento da Carta Educativa, podendo ser materializada em 3 eixos de intervenção: um primeiro eixo de natureza material, e que respeita à qualificação e valorização física do parque escolar municipal; e um segundo e terceiro eixos que correspondem a componentes imateriais do desenvolvimento educativo do município.

A avaliação da evolução quantitativa da rede educativa concelhia e sua adequabilidade às necessidades presentes recairá sobre o levantamento, sistematização e análise de informação estatística relativa à frequência escolar nos vários ciclos de ensino. Será objetivo desta componente avaliativa traçar o percurso evolutivo dos diferentes ciclos escolares no município, ao longo dos últimos anos, no sentido de identificar eventuais melhorias ou correções nas linhas de ação políticas preconizadas pela Carta Educativa. Neste sentido, e atendendo às estratégias de Portugal 2020, em aumentar a qualidade do ensino e a sua natureza inclusiva, apoiar a excelência do corpo docente e dos dirigentes escolares e melhorar a gestão das escolas.

Metodologicamente, para o ponto III, especificamente para o eixo 1, esta avaliação incidirá na identificação dos projetos de requalificação, valorização e construção de equipamentos escolares nos últimos 5 anos, e na sua contraposição com os investimentos expectáveis definidos na Carta Educativa. Para os eixos 2 e 3, de natureza imaterial, a componente avaliativa passará pelo levantamento e análise de todos os projetos escolares desenvolvidos pelos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do município. Poderá exigir a elaboração de uma ficha genérica de caracterização e avaliação de projetos, a remeter aos interlocutores de todas as instituições.

1. Enquadramento Territorial e Geográfico

1.1. Enquadramento Administrativo

O município de Santo Tirso pertence ao distrito do Porto e esteve integrado, até 2008, na Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) III do Ave¹. Em 2008 foi aprovada a sua integração na NUT III do Grande Porto², devido à sua recente associação à Área Metropolitana do Porto (AMP). No entanto, para efeitos estatísticos, continua a ser considerado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) NUT III Ave. É parte integrante e fundador, juntamente com Guimarães e Vila Nova de Famalicão, da Associação de Municípios do Vale do Ave AMAVE, criada em 1984 e inicialmente designada de Terra Verde. Atualmente o município integra políticas comuns à AMP e ao Vale do Ave.

O Município de Santo Tirso (Figura I.1) apresenta como municípios limítrofes: Vila Nova de Famalicão e Guimarães (norte); Vizela (nordeste), Lousada (leste), Paços de Ferreira (sueste), Trofa (oeste), Maia (sudoeste) e Valongo (sul). Numa área total de 136,61 km² distribuem-se 14 freguesias, resultante da recente reorganização de freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro).

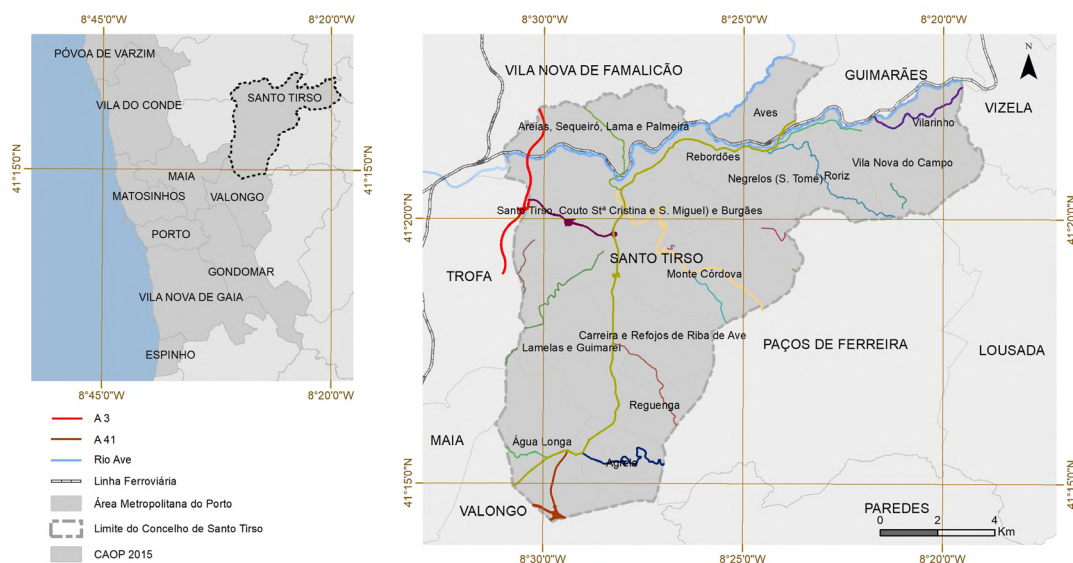


Figura I.1 - Enquadramento territorial do município de Santo Tirso (CAOP 2016).

1 Municípios integrantes na NUT do Ave são os seguintes: Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

2 Os Municípios integrantes na NUT do Grande Porto são os seguintes: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

1.2 Fisiografia

A informação relativa à fisiografia constitui um primeiro passo para a análise do meio físico da área em estudo. O conhecimento, destes fatores são importantes uma vez que condicionam o uso e ocupação de um determinado território aliados ao facto de serem também responsáveis pela fixação ou não, da população.

O município de Santo Tirso apresenta intervalos de altitudes compreendidos entre os 30m de altitude e os 530m de altitude aproximadamente, em zonas de montanha. As zonas onde se localizam os pontos com maior altitude são as freguesias de Refojos e Monte Córdova, nomeadamente o Alto de São Jorge com 527m de altitude e o Monte do Lavradio com 529m de Altitude.

A cota predominante no município apresenta os valores entre os 100 e os 200m de altitude (cerca de 45% da área total do município) e corresponde a mais de 6000ha do município.

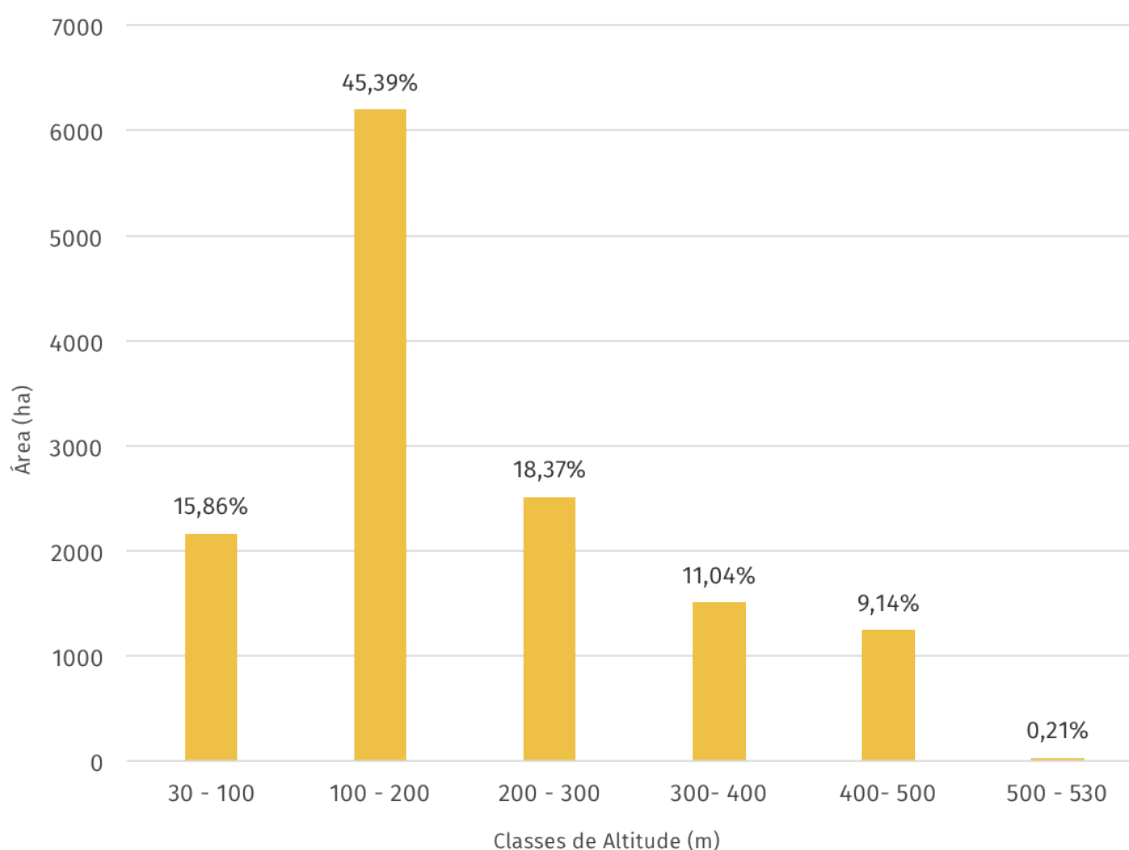


Figura I.2 - Classes de altitude (m) por área (ha).

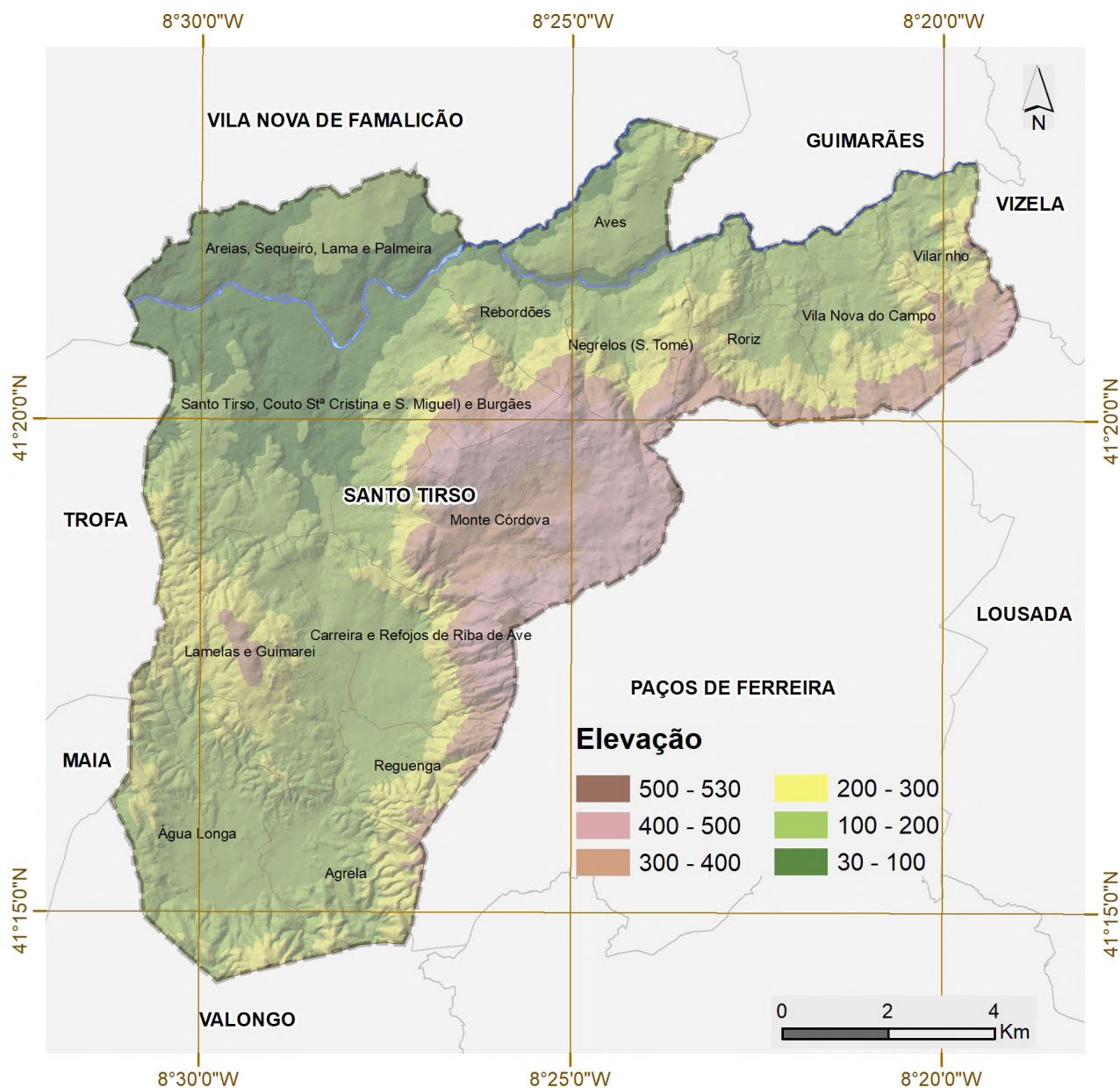


Figura I.3 - Modelo digital do terreno.

1.3 Declives

Os declives são outro fator físico característico que influenciam a ocupação e distribuição das atividades no território. Estes podem classificar-se de suaves a moderados, com classes de declives de valores inferiores a 25% e normalmente são zonas com condições favoráveis para o desenvolvimento da atividade agrícola. Mais de 50% da área territorial de Santo Tirso encontra-se inserido nestas classes de declives. De uma forma geral observa-se uma diminuição dos declives com uma diminuição da altitude.

As áreas com classes de declives entre os 25 e os 40% são zonas de declives fortes que juntamente com os declives abruptos (superiores a 40%) salientam o carácter das zonas montanhosas do concelho.

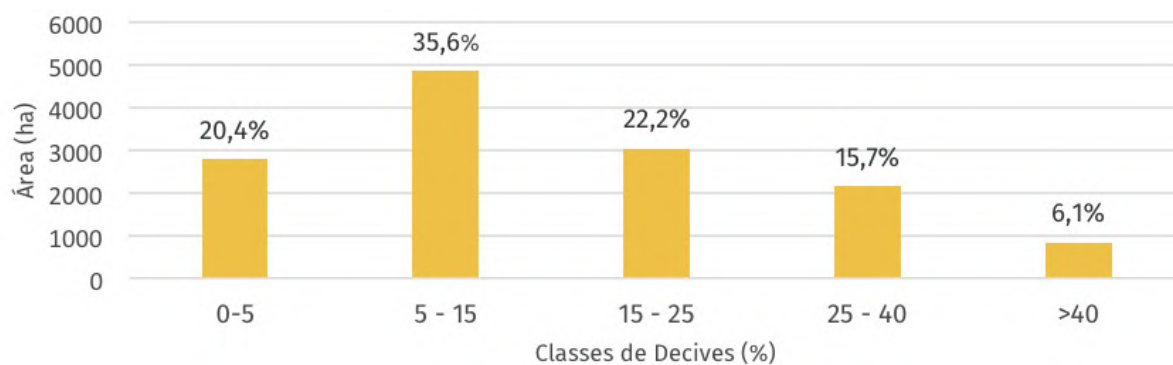


Figura I.4 - Classes de declives (%) por área (ha).

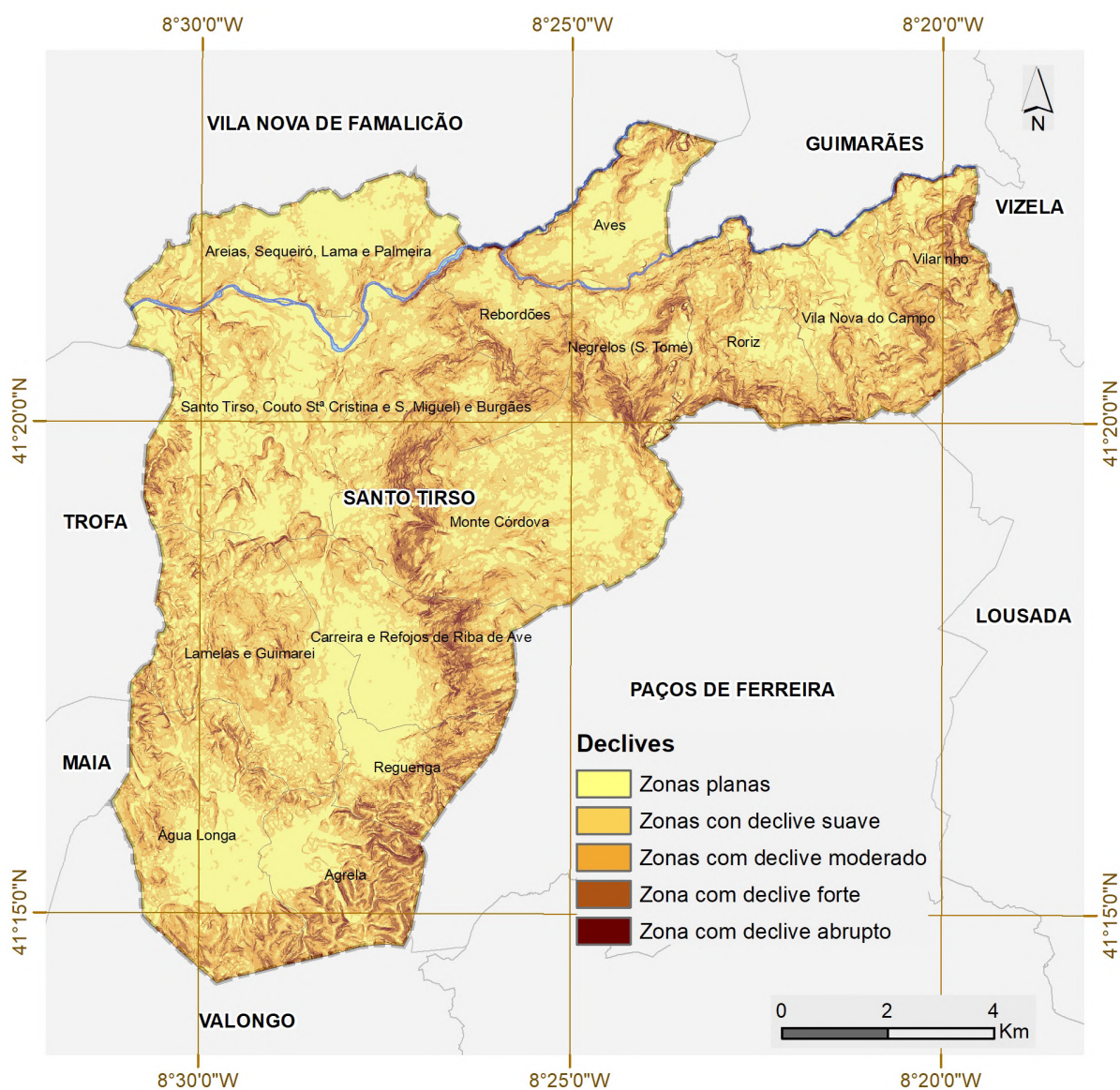


Figura I.5 - Carta de declives.

1.4 Exposições Solares

Em termos de exposições solares, no município de Santo Tirso, as áreas orientadas a Norte e as suas colaterais, apresentam uma predominância relativamente às restantes.

A classe de exposições correspondente ao plano (cerca de 10% da área total) situa-se nas zonas com menores altitudes, e nas quais os declives também são menos acentuados ou mesmo classificados como zonas planas.

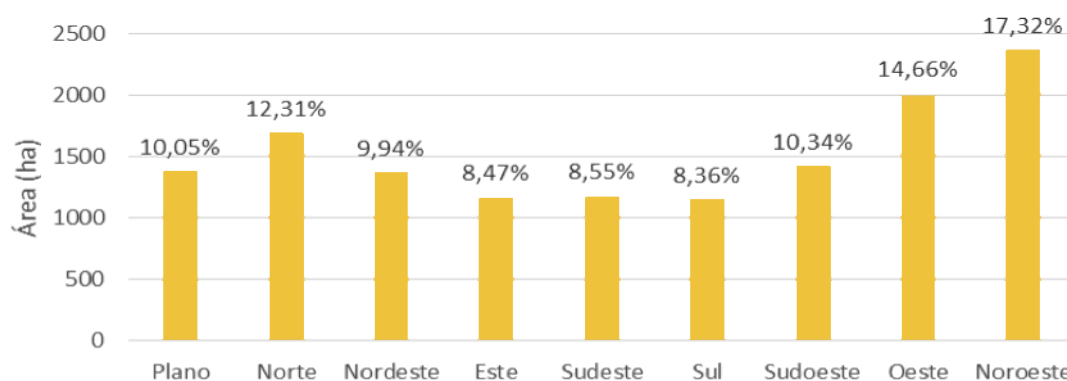


Figura I.6 - Exposições solares (%) por área (ha).

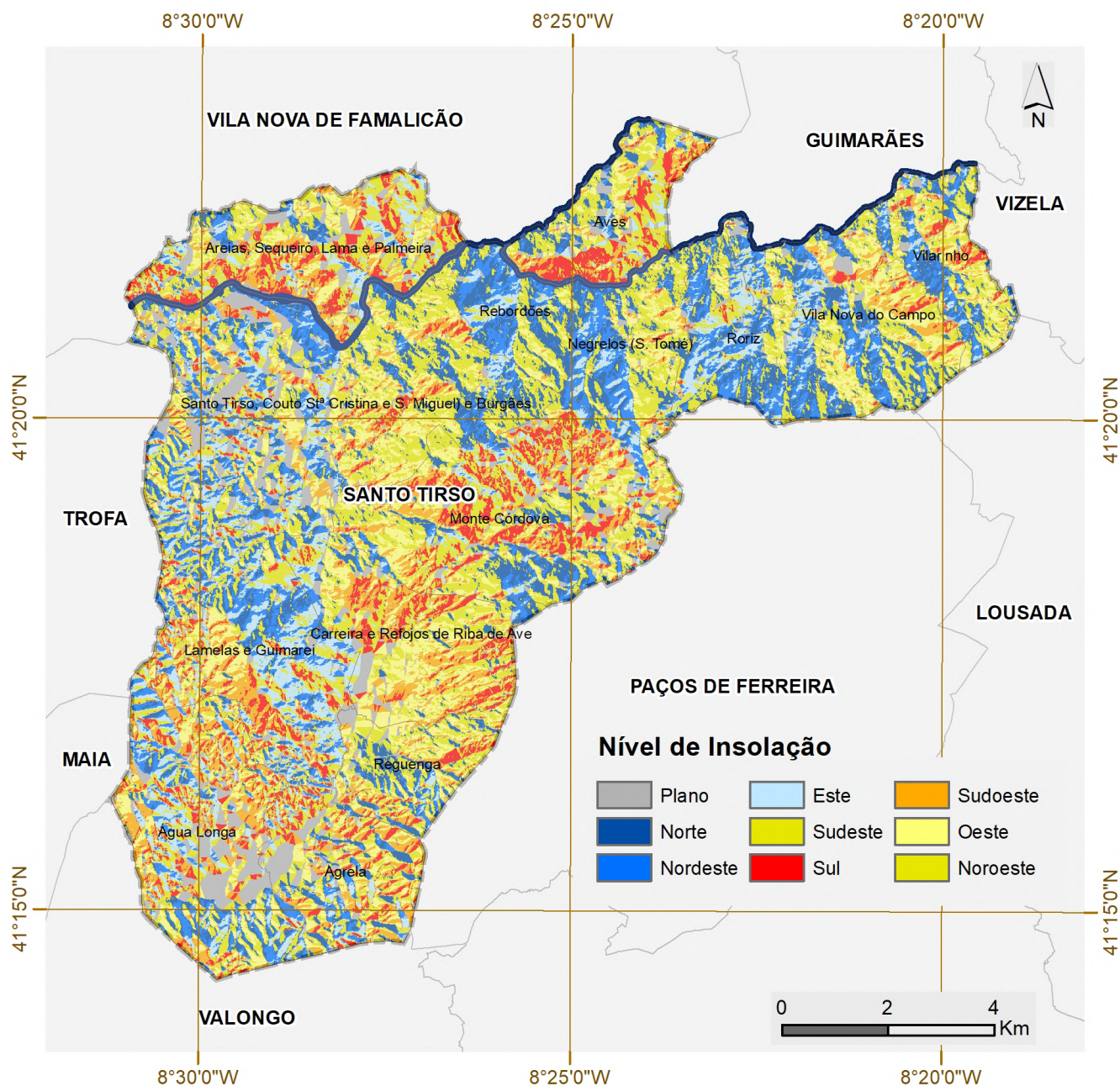


Figura I.7 - Carta de exposições solares.

1.5 Insolação

A carta de insolação foi elaborada segundo a metodologia de Gandullo (1974) citado pelo Ministério de Medio Ambiente (2000), esta relaciona os declives com as exposições solares, obtendo-se desta forma um índice de insolação.

Para o município de Santo Tirso resultaram níveis de insolação classificados entre muito baixo (cerca de 9% da área total) e muito alto (cerca de 17% total da área). Numa leitura mais atenta do concelho, 62% verifica-se uma predominância do nível de insolação classificado como alto (cerca de 44% da área total), constituindo-se um município com níveis de insolação, na sua maioria de altos a muito altos.

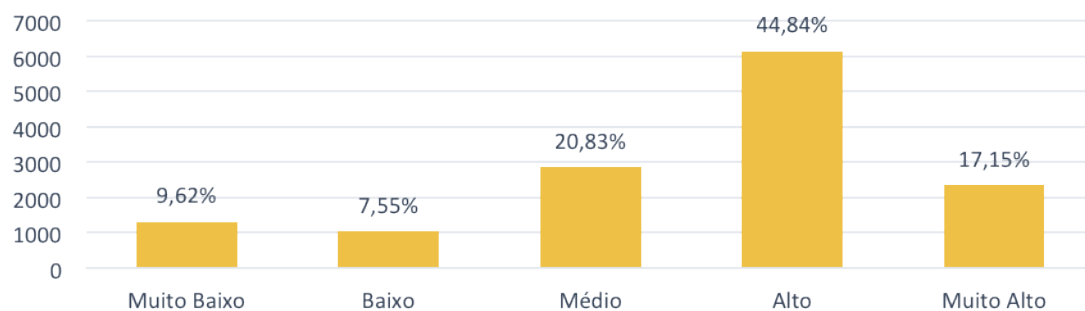


Figura I.8 - Níveis de insolação (%) por área (ha).

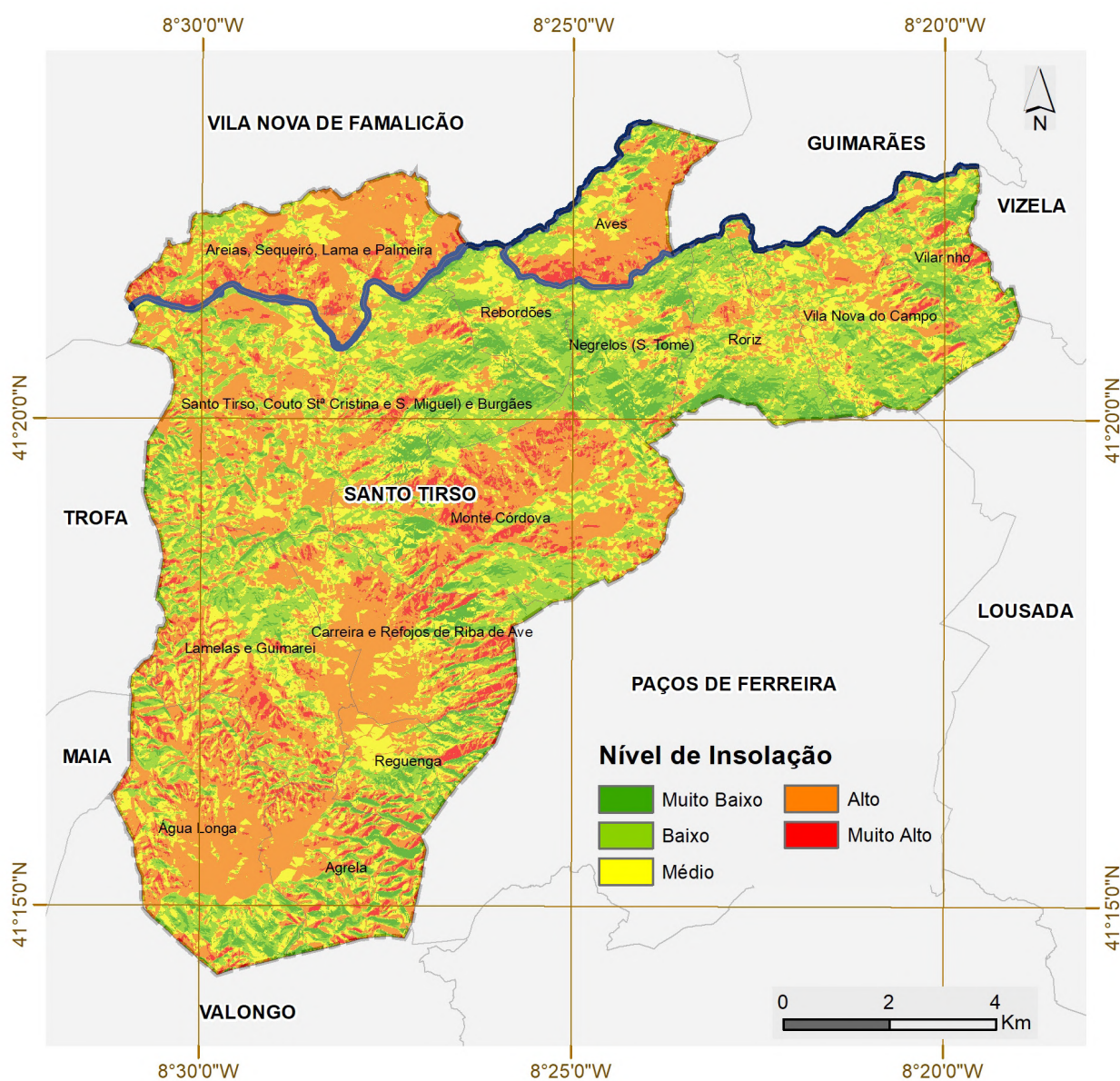


Figura I.9 - Carta de insolação.

2. Caracterização Socioeconómica

2.1 Análise Demográfica

Os fatores socioeconómicos de uma determinada população são de extrema importância para o estudo das dinâmicas que operam no meio, assim como para os processos de tomada de decisões a nível social, económico e educativo.

A análise demográfica baseia-se em dados estatísticos, cálculos e elaboração de modelos matemáticos que permitem traçar a dinâmica populacional de uma determinada região. Neste capítulo caracteriza-se o concelho de Santo Tirso com base nos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), mais precisamente dos Recenseamentos Gerais da População de 2001 e 2011, das Estimativas da População e Estatísticas Demográficas. Os parâmetros utilizados para a referida análise foram: população residente, estrutura etária, densidade populacional, natalidade e mortalidade, índices de dependência total, de envelhecimento e de juventude, nível de instrução da população e grau de escolaridade.

2.1.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

A informação referente aos Censos de 2001 e 2011 indicam que o município de Santo Tirso apresenta um decréscimo da população residente (Figura II.1), que resulta em 2011 em 71 530 habitantes (Quadro II.1). Numa análise ao nível da freguesia, a população distribui-se no município de forma assimétrica relativamente ao número de habitantes.

No ano de 2011 as freguesias de Santo Tirso e Aves (22 565 habitantes) no seu conjunto representam cerca de 31,4% da população total no município. Por outro lado, as freguesias de Guimarei, Lamelas e Refojos de Riba de Ave apresentam para 2011 um número reduzido de habitantes, sendo que cada uma das freguesias referidas, não ultrapassavam os 1 000 habitantes.

A Taxa de Variação da População, no período intercensitário 2001 e 2011, identifica as freguesias que apresentam uma variação negativa (diminuição da população), são cerca de 15 freguesias, o que considerando o universo de 24 freguesias (antes da agregação) são aspetos consideráveis. As que apresentam uma maior perda populacional foram Refojos de Riba de Ave, Sequeirô e Lama. Por outro lado, existem freguesias que apresentam uma taxa de variação de população positiva, sendo que as que mais se destacam são as freguesias de Palmeira e de Carreira.

No plano referente à densidade populacional, destaca-se a disparidade dos valores apresentados nas freguesias de Guimarei, Refojos de Riba de Ave e Água Longa, onde a densidade populacional se situa, em 2011, nos 92,3 hab./Km², 147,9 hab./km² e 171,4 hab./Km² respetivamente (Quadro II.1).

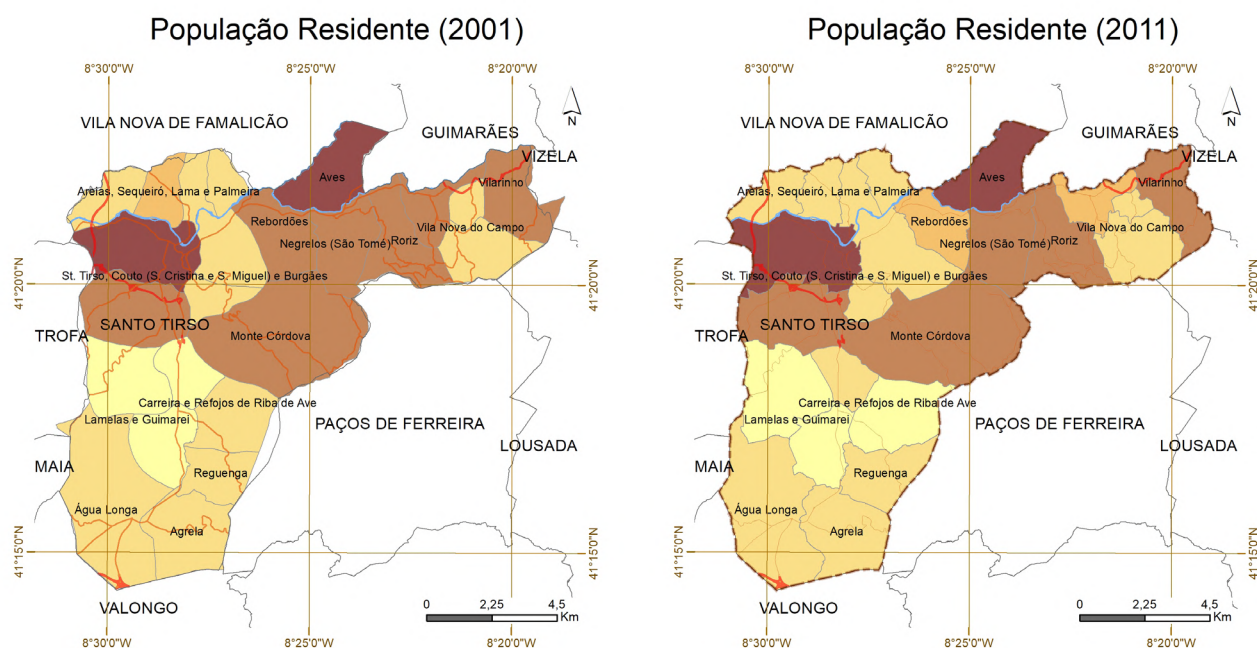


Figura II.1 - População residente no município de Santo Tirso para os anos de 2001 e 2011.

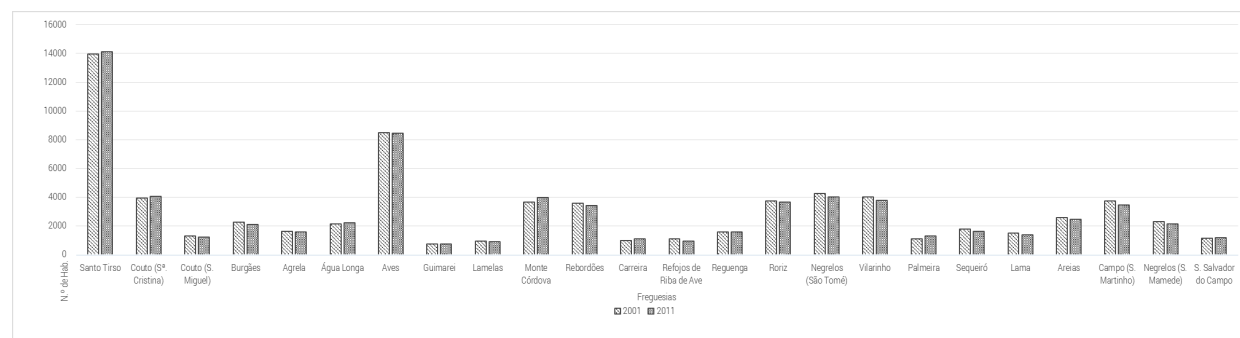
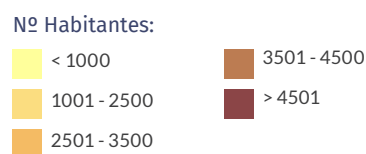


Figura II.2 - População residente no município de Santo Tirso, por freguesia para os anos de 2001 e 2011.

Os valores referentes à população residente no município de Santo Tirso, a taxa de variação da população e a densidade populacional para os anos de 2001 e 2011, estão expressos no seguinte quadro (Quadro II.1).

Quadro II.1 - População residente, taxa de variação da população e densidade populacional no município de Santo Tirso, por freguesia para os anos de 2001 e 2011.

Freguesias (antes da agregação)	Freguesias (após agregação)	População Residente		Taxa de Variação da População (%)		Densidade Populacional	
		2001	2011	2001	2011	área (km2)	2011
Santo Tirso	União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães	13 961	14 107	7,4	1,05	7,89	1 589
Couto (Santa Cristina)		3 923	4 064	13,8	3,59	7,82	531,8
Couto (São Miguel)		1 292	1 222	2,6	-5,42	2,4	643
Burgães		2 244	2 097	0,1	-6,55	5,02	314
Agrela	Agrela	1 604	1 584	1,4	-1,25	6,96	226,7
Água Longa	Água Longa	2 134	2 207	8,4	3,42	14,89	171,4
Aves	Aves	8 492	8 458	8,2	-0,40	6,13	1 373,2
Guimarei	União das freguesias de Lamelas e Guimarei	736	738	4,2	0,27	6,44	92,3
Lamelas		953	922	0,6	-3,25	4,83	209,1
Monte Córdova	Monte Córdova	3 669	3 958	17,5	7,88	16,94	235,6
Rebordões	Rebordões	3 559	3 416	-4,9	-4,02	5,73	789,4
Carreira	União das freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave	982	1 110	-1	13,03	3,43	371,7
Refojos de Riba de Ave		1 106	962	-4,5	-13,02	5,67	147,9
Reguenga	Reguenga	1 595	1 596	7,7	0,06	3,88	318,9
Roriz	Roriz	3 724	3 665	-6,3	-1,58	5,89	594
Negrelas (São Tomé)	Negrelas (São Tomé)	4 241	4 032	1,7	-4,93	5,65	659,2
Vilarinho	Vilarinho	4 036	3 788	9,8	-6,14	5,76	719,3
Palmeira	União das freguesias de Areias, Sequeirô, Palmeira e Lama	1 104	1 321	-8,1	19,66	3,45	415,2
Sequeirô		1 769	1 627	-3,5	-8,03	2,19	689,3
Lama		1 515	1 393	-6,6	-8,05	2,07	669,8
Areias		2 599	2 454	2,1	-5,58	2,91	914,8
Campo (São Martinho)	Vila Nova do Campo	3 736	3 470	4,1	-7,12	3,37	1 133,6
Negrelas (São Mamede)		2 288	2 145	15,4	-6,25	4,96	384,4
São Salvador do Campo		1 134	1 194	7,1	5,29	1,6	1 250,4
População Total de Santo Tirso		72 396	71 530	1 373,2			

Fonte: INE 2001 e 2011.

Segundo as estimativas anuais publicadas pelo INE, a população do município de Santo Tirso começou a diminuir a partir de 2011, tal como as NUT em que se insere. A diminuição da população foi constante ao longo dos anos, à exceção de 2017 para 2018, em que a perda é significativamente menor. Relativamente à taxa de variação Santo Tirso apresenta os valores mais altos, o que significa uma perda maior de população entre 2012 e 2018 comparativamente com as NUT em que se insere.

Quadro II.2 Estimativa da População Residente 2012 – 2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação % 2012 - 2018
Portugal	10 487 289	10 427 301	10 374 822	10 341 330	10 309 573	10 291 027	10 276 617	-2,01
Norte	3 666 234	3 644 195	3 621 785	3 603 778	3 584 575	3 576 205	3 572 583	-2,55
Área Metropolitana do Porto	1 750 297	1 740 983	1 731 354	1 723 618	1 719 021	1 719 702	1 722 374	-1,60
Santo Tirso	70 996	70 477	70 001	69 557	68 983	68 524	68 221	-3,91

Fonte: INE, 2019.

2.1.2 ESTRUTURA ETÁRIA

Ao nível da estrutura etária e demográfica, no que respeita à idade da população residente no município, verifica-se que, em 2011, cerca de 57% da população pertencia à faixa etária dos 25 aos 64 anos (Figura II.3), valores ligeiramente superiores às percentagens nacionais (55,2%), e das NUTS que integra, NUT II Norte (56,56%) e NUT III AMP (57,73%)³. Seguindo-se a faixa etária dos 65 ou mais anos, que representavam 17% da população, percentagem inferior à nacional (19,29%).

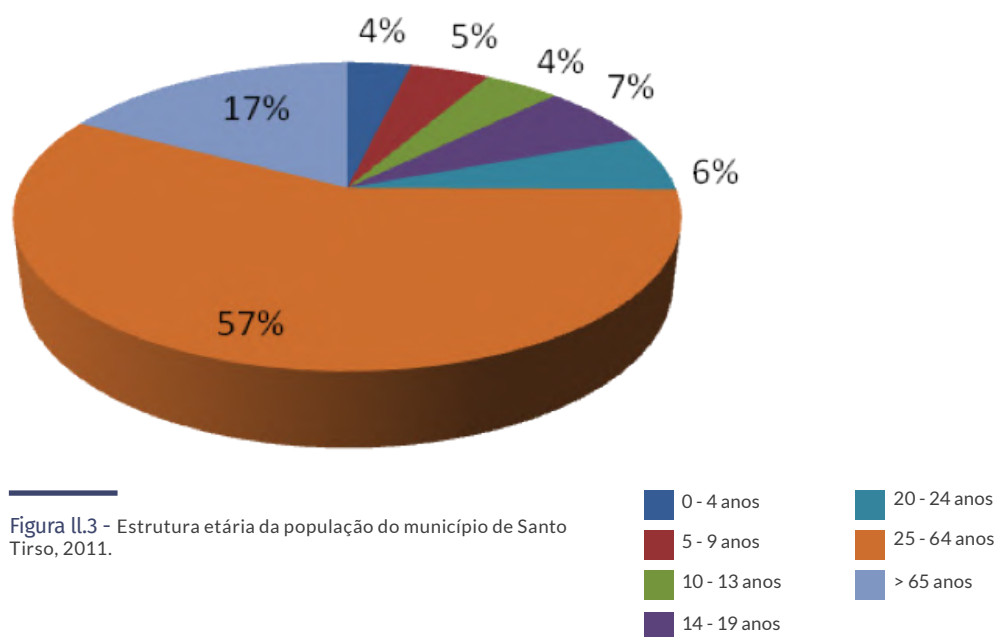


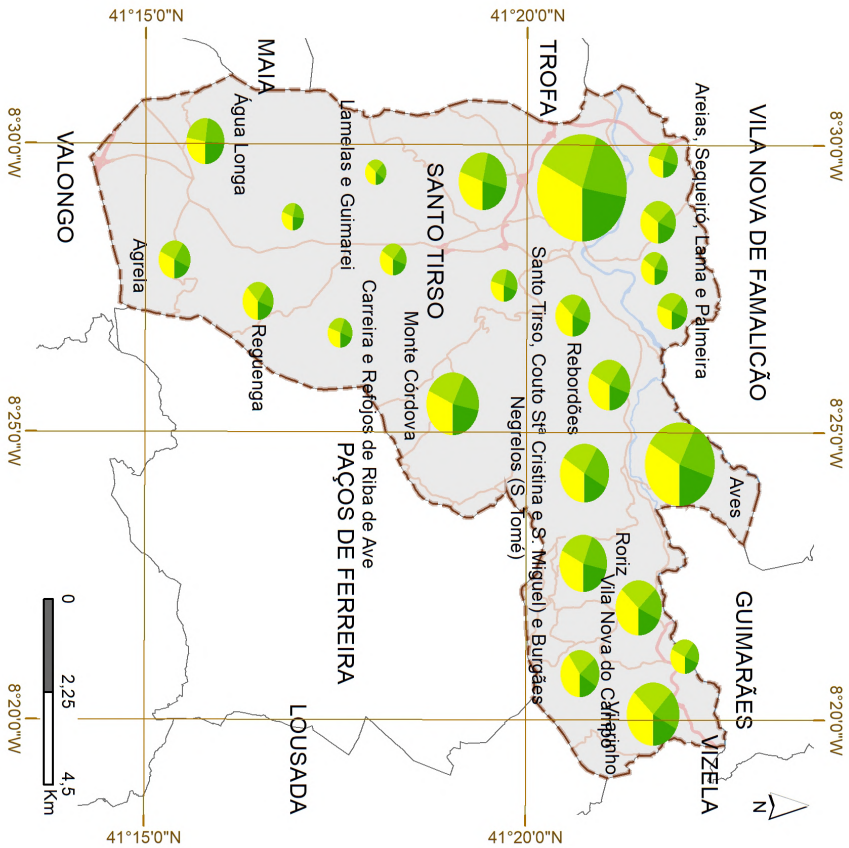
Figura II.3 - Estrutura etária da população do município de Santo Tirso, 2011.

Numa análise desagregada por freguesia verificamos que a percentagem de efetivos é, em todas, inferior aos 12% nas faixas etárias dos 0 – 19 anos com a exceção de Santo Tirso que apresentava valores percentuais superiores aos referidos para todas as faixas etárias. Por outro lado, a freguesia de Santo Tirso apresenta-se também como a mais envelhecida com 19,14% de população com mais de 65 anos. A freguesia com menos indivíduos nas faixas etárias compreendidas entre os 0 – 19 é Guimarei com valores percentuais inferiores a 2%, seguindo-se a freguesia de Lamelas (Quadro II.3).

Numa análise espacial, é possível constatar que as freguesias do município de Santo Tirso situadas na parte norte do município são as que apresentam valores mais elevados ao nível populacional.

³ INE, População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Anual. Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP2013) e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015 (Última atualização destes dados: 16 de junho de 2016).

Estrutura Etária da População por Idade (até aos 19 anos)



Estrutura Etária da População por Idade (a partir dos 20 anos)

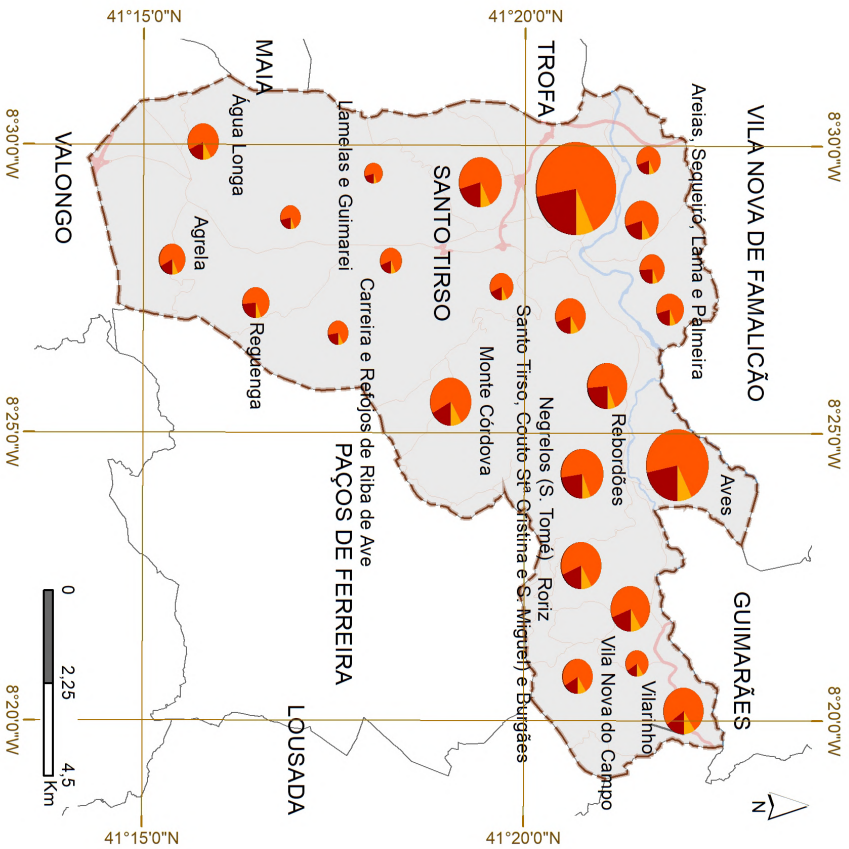
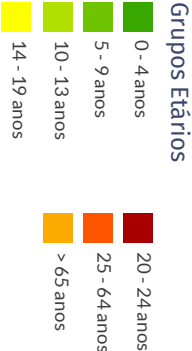


Figura 11.4 - Estrutura etária da população no município de Santo Tirso, 2011.



Quadro II.3 - Estrutura etária da população no município de Santo Tirso, por freguesia, em 2011.

Freguesias	0 - 4 Anos	5- 9 Anos	10 - 13 Anos	14 - 19 Anos	20 - 24 Anos	25 - 64 Anos	65+ anos	Total															
Agrela	55	3,47%	82	5,18%	82	6,76%	107	5,05%	80	5,18%	82	6,76%	107	5,05%	80	5,18%	82	5,18%	950	59,97%	228	14,39%	1584
Água Longa	112	5,07%	116	5,26%	111	5,03%	134	6,07%	137	6,21%	1277	57,86%	320	14,50%	2207								
Areias	74	3,02%	79	3,22%	109	4,44%	144	5,87%	166	6,76%	1449	59,05%	433	17,64%	2454								
Aves	296	3,50%	381	4,50%	339	4,01%	537	6,35%	503	5,95%	4822	57,01%	1580	18,68%	8458								
Burgães	71	3,39%	94	4,48%	79	3,77%	150	7,15%	143	6,82%	1216	57,99%	344	16,40%	2097								
Carreira	43	3,87%	49	4,41%	56	5,05%	81	7,30%	52	4,68%	654	58,92%	175	15,77%	1110								
Guimarei	21	2,85%	35	4,74%	33	4,47%	54	7,32%	33	4,47%	437	59,21%	125	16,94%	738								
Lama	51	3,66%	49	3,52%	52	3,73%	85	6,10%	76	5,46%	784	56,28%	296	21,25%	1393								
Lamelas	38	4,12%	39	4,23%	35	3,80%	53	5,75%	46	4,99%	543	58,89%	168	18,22%	922								
Monte Córdova	187	4,72%	201	5,08%	209	5,28%	291	7,35%	253	6,39%	2274	57,45%	543	13,72%	3958								
Palmeira	53	4,01%	68	5,15%	69	5,22%	82	6,21%	74	5,60%	759	57,46%	216	16,35%	1321								
Rebordões	107	3,13%	127	3,72%	140	4,10%	194	5,68%	176	5,15%	1961	57,41%	711	20,81%	3416								
Refojos de Riba de Ave	36	3,74%	53	5,51%	45	4,68%	62	6,44%	58	6,03%	527	54,78%	181	18,81%	962								
Reguenga	57	3,57%	75	4,70%	61	3,82%	123	7,71%	73	4,57%	891	55,83%	316	19,80%	1596								
Roriz	151	4,12%	175	4,77%	157	4,28%	243	6,63%	233	6,36%	2135	58,25%	571	15,58%	3665								
Couto (Santa Cristina)	152	3,74%	198	4,87%	160	3,94%	233	5,73%	232	5,71%	2367	58,24%	722	17,77%	4064								

Continua

Quadro II.3 (Continuação) - Estrutura etária da população no município de Santo Tirso, por freguesia, em 2011.

Freguesias	0 - 4 Anos	5 - 9 Anos	10 - 13 Anos	14 - 19 Anos	20 - 24 Anos	25 - 64 Anos	65+ anos	Total
Santo Tirso	558	615	538	864	769	8063	2700	14107
Negrelos (São Mamede)	72	113	103	201	141	1233	282	2145
Campo (São Martinho)	116	145	163	258	237	1999	552	3470
Couto (São Miguel)	43	66	53	70	61	735	194	1222
São Salvador do Campo	48	59	68	88	78	700	153	1194
Negrelos (São Tomé)	121	205	174	270	190	2293	779	4032
Sequeirô	53	63	84	91	81	964	291	1627
Vilarinho	146	204	206	345	274	2161	452	3788

Fonte: INE (Censos da População 2011).

Na análise da evolução da população do município por sexo no período intercensitário 1991 e 2001, verificamos que os elementos do sexo feminino apresentam um ligeiro crescimento, tal como os do sexo masculino. No entanto para o ano de 2011, a percentagem de mulheres é de 52,09% contra 47,91% de homens, o que comparativamente com os anos de 1991 e 2001, significa um aumento dos indivíduos do sexo feminino e um decréscimo dos indivíduos do sexo masculino (Quadro II.4).

Analisando os dados para os grupos etários dos 0 – 14 e dos 15 - 24 e atendendo ao período entre 1991 e 2011, de uma forma geral, verifica-se uma diminuição do número de indivíduos. Por outro lado, e considerando o mesmo período de análise, e tendo em conta os grupos etários dos 25 – 64 e superior a 65, verifica-se um progressivo aumento dos indivíduos para estes grupos etários o que para o último grupo etário referido, evidência um envelhecimento da população (Quadro II.3).

Quadro II.4 - População residente, por grupo etário e sexo, para os anos de 1991, 2001 e 2011.

Anos	1991		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
População Residente total	70523	100	72562	100	71451	100
Homens	34239	48,55	35308	48,66	34231	47,91
Mulheres	36284	51,45	37254	51,34	37220	52,09
0 - 14 Total	14836	21,04	12254	16,89	9571	13,40
0 - 14 Homens	7618	10,80	6370	8,78	4843	6,78
0 - 14 Mulheres	7218	10,23	5884	8,11	4728	6,62
15 - 24 Total	12347	17,51	10355	14,27	8064	11,29
15 - 24 Homens	6150	8,72	5316	7,33	4137	5,79
15 - 24 Mulheres	6197	8,79	5039	6,94	3927	5,50
25 - 64 Total	36209	51,34	40242	55,46	41573	58,18
25 - 64 Homens	17543	24,88	19543	26,93	20063	28,08
25 - 64 Mulheres	18666	26,47	20699	28,53	21510	30,10
65 + anos Total	7131	10,11	9711	13,38	12243	17,13
65 + Homens	2928	4,15	4079	5,62	5188	7,26
65 + Mulheres	4203	5,96	5632	7,76	7055	9,87

Fonte: INE (Censos da População 2011).

A pirâmide etária é uma forma de representação gráfica que pretende dar a conhecer a estrutura etária de uma população, tendo também, em conta a divisão por sexos. Neste caso as idades da população são consideradas em grupos etários de quatro anos.

A idade da população residente no município de Santo Tirso, e uma vez mais relativamente aos valores do período intercensitário 1991 a 2011, representam-se nas pirâmides etárias (Figuras II.5, II.6 e II.7). Segundo Nazareth (2004), a sua forma (pirâmide em urna) é o reflexo do comportamento populacional de uma sociedade típica dos países desenvolvidos, uma vez que os níveis de natalidade e de mortalidade são muito baixos.

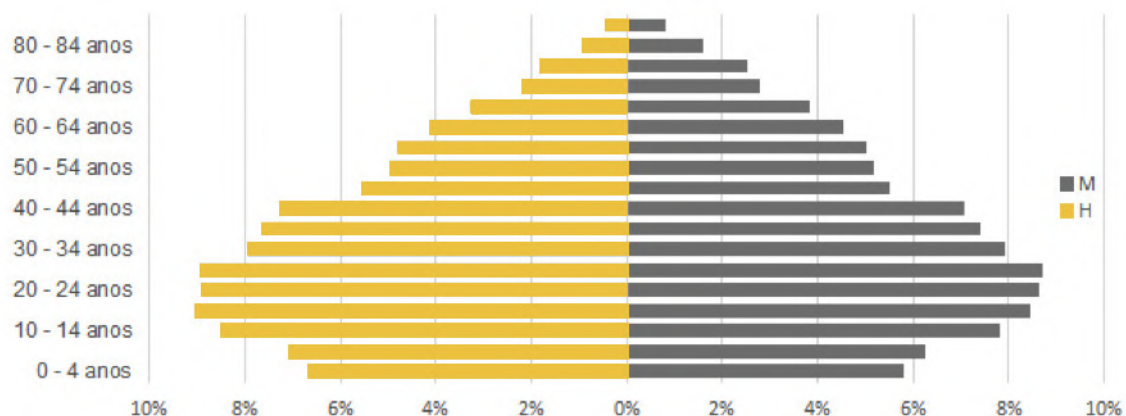


Figura II.5 - Pirâmide etária do município de Santo Tirso para o ano de 1991.

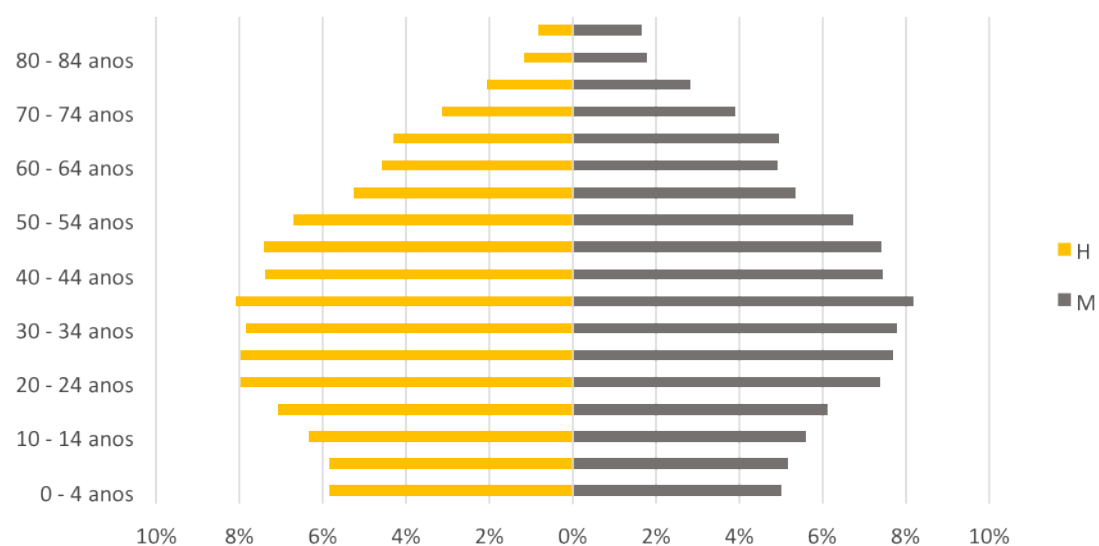


Figura II.6 - Pirâmide etária do município de Santo Tirso para o ano de 2001.

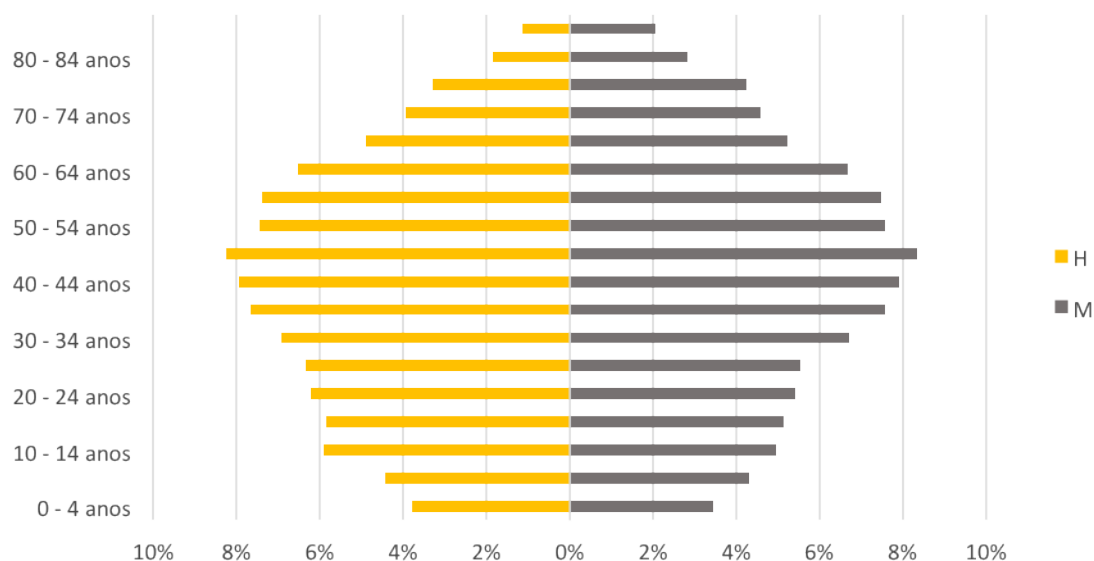


Figura II.7 - Pirâmide etária do município de Santo Tirso para o ano de 2011.

O estreitamento acentuado da base da pirâmide é uma consequência da diminuição do número de nascimentos, facto constatável desde 1991 até 2011. É verificável também uma diminuição da população em idade ativa relativamente ao período em análise. O alargamento, ainda que pouco significativo do topo da pirâmide, apresenta-se como consequência do envelhecimento da população (Figura II.5, Figura II.6 e Figura II.7). A perda constante de população a que o município de Santo Tirso assiste continuamente, não evidencia que possa haver uma regeneração natural da pirâmide etária, pelos valores referentes à perda recente de população devido à emigração e à diminuição da taxa de natalidade (Quadro II.5).

2.1.3 MOBILIDADE DA POPULAÇÃO

A mobilidade da população é analisada através de dois indicadores: (i) movimento natural da população (natalidade e mortalidade) e (ii) o movimento migratório (emigrações e imigrações).

No que concerne ao movimento natural da população o município de Santo Tirso apresenta uma taxa de natalidade de 6,8‰ para o ano de 2018, valor manifestamente inferior à taxa de mortalidade 10,9‰ para o mesmo ano, e consequentemente um crescimento natural negativo de -0,35% (Quadro II.4) influenciando negativamente a proporção de crianças e jovens, o que se reflete diretamente na capacidade endógena de substituição de gerações.

A evolução demográfica do município resultou ainda de dinâmicas associadas aos movimentos migratórios que explicam de forma significativa as variações populacionais. De facto, a análise dos últimos períodos intercensitários reflete inversões de comportamento com sentidos opostos no que toca à trajetória de crescimento natural e de crescimento migratório que podem ser sistematizadas em períodos diferenciados (análise dos valores referentes ao Quadro II.5): Ano de 2011, marcado por um incremento negativo dos fluxos migratórios e o consequentemente valores negativos da taxa de crescimento efetivo; Período 2012 a 2016, marcado pelo forte peso que assumiu a saída de residentes

do município (-0,52% em 2016), a par da dinâmica negativa de crescimento natural, dando origem a um saldo efetivo negativo, à data de 2018, o que se traduz numa taxa de crescimento efetivo de - 0,44%.

Quadro II.5 - Taxa bruta de mortalidade, natalidade, crescimento natural, crescimento efetivo e crescimento migratório no município de Santo Tirso entre os anos de 2011 e 2018.

Período de Referência	Taxa Bruta de Mortalidade‰	Taxa Bruta de Natalidade‰	Taxa de Crescimento Efetivo‰	Taxa de Crescimento Migratório‰	Taxa de Crescimento Natural‰
2011	8,3	7,7	-0,23	-0,17	-0,06
2012	8,6	6,6	-0,64	-0,44	-0,2
2013	8,7	5,7	-0,73	-0,43	-0,31
2014	8,8	6,6	-0,68	-0,46	-0,22
2015	9,3	6,2	-0,64	-0,33	-0,31
2016	9,7	6,6	-0,83	-0,52	-0,31
2017	10,3	6,1	-0,67	-0,25	-0,42
2018	10,3	6,8	-0,44	-0,09	-0,35

Fonte: INE (Estimativas provisórias de população residente 2011 a 2018).

2.1.4 TAXA DE NATALIDADE E MORTALIDADE

A análise das taxas de natalidade e mortalidade permitem obter uma perspetiva sobre a evolução da população, uma vez que através delas se avalia a relação entre nados vivos/óbitos e a população residente.

O município de Santo Tirso é um dos que apresenta valores mais reduzidos de taxa de natalidade (6,6‰) em 2014 inferior à NUT Norte em que se insere (7,2‰). A taxa de natalidade mais baixa foi registada em Espinho (6,3‰) e a mais alta na Maia (8,6‰), superior à registada na Área Metropolitana do Porto (7,7‰) (Quadro II.6). No que concerne à taxa de mortalidade, Santo Tirso apresentava uma taxa de 8,8‰, valor superior a Área Metropolitana (A.M.) do Porto em que se insere (8,6‰) mas inferior ao valor do Continente (10,1‰) e ao Norte (8,9‰).

Quadro II.6 - Indicadores de natalidade e mortalidade referentes ao ano de 2014.

	Nados-vivos	Óbitos	Taxa de Natalidade (%)	Taxa de Mortalidade (%)
Continente	78 312	99 737	7,9	10,1
Norte	26 043	32 314	7,2	8,9
A. M. Porto	13 362	14 939	7,7	8,6
Arouca	153	227	7,1	10,5
Espinho	191	288	6,3	9,5
Gondomar	1 243	1 324	7,4	7,9
Maia	1 170	856	8,6	6,3
Matosinhos	1 456	1 478	8,4	8,5
Oliveira de Azeméis	483	618	7,1	9,1
Paredes	705	569	8,1	6,6
Porto	1 766	2 946	8	13,4
Póvoa de Varzim	463	497	7,4	7,9
Santa Maria da Feira	924	998	6,6	7,1
Santo Tirso	461	617	6,6	8,8
São João da Madeira	167	176	7,7	8,2
Trofa	263	304	6,8	7,9
Vale de Cambra	161	247	7,2	11,1
Valongo	777	665	8,2	7
Vila do Conde	629	618	7,9	7,8
Vila Nova de Gaia	2 350	2 511	7,8	8,3

Fonte: INE (Estimativas provisórias de população residente 2014).

2.1.5 ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

Segundo dados do INE, a população portuguesa no espaço intercensitário 2001 a 2011, é caracterizada por um envelhecimento da população. Para os anos atrás referidos a análise que se segue corrobora esta afirmação através da observação crítica dos valores do índice de envelhecimento no município de Santo Tirso.

Ao analisar o peso que a população idosa exerce sobre a camada mais jovem, o índice de envelhecimento permite aferir o grau de envelhecimento da população residente em determinada área geográfica.

Ao comparar a evolução do índice de envelhecimento entre 2001 e 2011 (Figura II.8), verifica-se

que o valor do índice de envelhecimento diminui nos níveis de análise mais próxima da escala regional e local, registando-se em 2011 na NUT I - Continente o valor mais alto (130,6) e na NUT III Ave o mais baixo (95,1). Estes valores indicam um aumento considerável (cerca de 30%) relativamente ao registado em 2001.

A nível concelhio observamos índices de envelhecimento consideravelmente mais altos, do que os da NUT em que se insere, e uma maior variação no período intercensitário em estudo. O município de Santo Tirso registou, em 2011, um índice de envelhecimento de 124,8% (para 100 pessoas com idades compreendidas entre os 0-14 anos, existiam, aproximadamente 124 idosos), mais 47,7% relativamente ao registado em 2001 (77,1%).

Segundo as Estimativas da População, o índice de envelhecimento concelhio manteve-se sempre

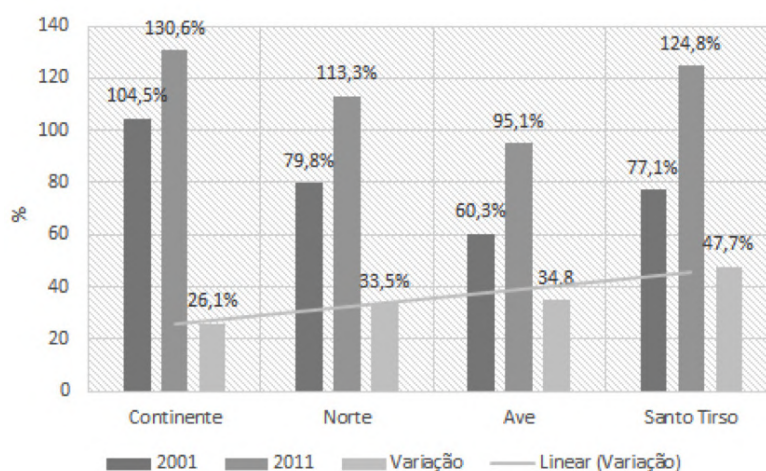


Figura II.8 - Índice de envelhecimento e taxa de variação entre os anos de 2001 e 2011. (Fonte: INE (Censos da População 2001- 2011)).

mais elevado relativamente às NUTS em que se insere. Em 2018 o valor do índice concelhio era de 204,4 mais 59,81% que em 2011.

Quadro II.7 - Índice de Envelhecimento 2011 - 2018.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação % 2011 - 2018
Portugal	127,6	131,1	136	141,3	146,5	150,9	155,4	159,4	24,92
Norte	114,1	118,9	125,3	132,2	139,5	146,4	153,3	159,6	39,88
Área Metropolitana do Porto	109,6	114,7	121,3	128,1	135,4	141,5	148	153,6	40,15
Santo Tirso	127,9	135,3	144,9	155,5	167,1	179,8	193,1	204,4	59,81

Fonte: INE, 2019.

2.1.6 ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA

O reflexo do envelhecimento da população observado, anteriormente, pode também ser observado através de dois indicadores: o Índice de dependência de jovens e o Índice de dependência de idosos. No caso do índice de dependência de jovens, o peso dos jovens face aos estratos populacionais em idade ativa tem vindo a diminuir ao longo dos anos (cerca de 19,3% em 2011 para 16,3% em 2018). Contrariamente ao peso dos Idosos que tem vindo a aumentar, cerca de 24,7 % em 2011 para 33,4 % em 2018. Relativamente ao índice de dependência total, observa-se o peso crescente do número de dependentes sobre a população ativa, representando em 2018 49,8 indivíduos por cada 100 em idade ativa (Quadro II. 8). Em suma, os resultados a nível concelhio apresentam um envelhecimento populacional onde a sua capacidade de rejuvenescimento é cada vez menor.

Quadro II.8 - Índice de dependência de jovens, idosos e total no município de Santo Tirso entre os anos de 2011 a 2018.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Índice de dependência de jovens (%)	19,3	18,9	18,5	18	17,4	17	16,6	16,3
Índice de dependência de idosos (%)	24,7	25,6	26,8	28	29,1	30,6	32,1	33,4
Índice de dependência total (%)	43,9	44,5	45,2	46	46,6	47,6	48,7	49,8

Fonte: INE, 2019.

2.1.7 TIPOLOGIA DAS ÁREAS URBANAS

Em 2009, o INE divulgou uma nova versão da Tipologia de Área Urbanas (TIPAU), uma classificação a aplicar a todas as freguesias do país. Esta nova classificação de freguesias veio substituir a aprovada em 1998 e teve o seu início de vigência a 28 de setembro de 2009 através da 8.ª (2008) deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 188. Tal como a versão anterior, a TIPAU 2009 consiste numa classificação tripartida das freguesias do território nacional em áreas predominantemente urbanas (APU), áreas mediantemente urbanas (AMU)

e áreas predominantemente rurais (APR). Esta classificação resulta do grau de urbanização do território pelo que permite, simultaneamente, uma definição da população urbana como a população residente em AMU e APU.

É importante ressaltar que esta metodologia se distingue da anterior por resultar de uma análise com base em unidades territoriais de menor dimensão (secções e subsecções estatísticas em vez de freguesias) e por ser baseada em critérios completamente objetivos, o que facilita a leitura dos dados e os torna comparáveis e adequados a novos contextos. Com este método de trabalho todas as subsecções estatísticas de Portugal foram classificadas em espaço urbano⁴, espaço semiurbano⁵ ou espaço de ocupação predominantemente rural⁶, de acordo com a conjugação dos diferentes critérios:

Feita a integração de todos estes critérios administrativos e morfológicos à escala da freguesia, obteve-se como resultado uma classificação das freguesias em:

Área Predominantemente Urbana (APU) - Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

- I.** O maior valor da média entre o peso da população residente da população total da freguesia e o peso da área da área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapasse 50% da área total da freguesia;
- II.** A freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes ou;
- III.** A freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área Mediamente Urbana (AMU) - Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

- I.** O maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa os 50% da área total da freguesia;
- II.** o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa os 50% da área total da freguesia;
- III.** A freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes ou;
- IV.** A freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

4 Espaço Urbano – subsecção estatística que contempla um dos seguintes critérios: 1) tipificada como “solo urbano”, de acordo com os critérios de planeamento dos PMOT ou 2) inclui uma secção estatística com densidade populacional superior a 500 habitantes por Km2 ou 3) inclui um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes.

5 Espaço Semiurbano – subsecção estatística tipificada como “solo não urbano”, de acordo com os critérios de planeamento dos PMOT, que não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano, e contempla, pelo menos um dos seguintes requisitos: 1) integra uma secção estatística com densidade populacional superior a 100 habitantes por Km2 e inferior ou igual a 500 habitantes por Km2 ou 2) inclui um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes.

6 Espaço de Ocupação Predominantemente Rural – subsecção estatística tipificada como “solo não urbano”, de acordo com os critérios de planeamento assumidos nos PMOT, que contempla o conjunto dos seguintes requisitos: 1) não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano ou semiurbano e 2) tem densidade populacional igual ou inferior a 100 habitantes por Km2 e 3) não integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes.

Área Predominantemente Rural (APR) - Freguesia não classificada como “Área Predominantemente Urbana” nem “Área Mediamente Urbana”.

Através da análise dos dados (Quadro II.9) podemos aferir sobre a Tipologia das Áreas Urbanas por freguesia, no Município de Santo Tirso. É observável uma predominância das áreas classificadas como APU (áreas predominantemente urbanas) nas quais 69% do território de Santo Tirso apresenta esta classificação, sendo que por outro lado 21% do território está classificado como áreas mediamente urbanas. Através destes resultados pode-se referir que as áreas predominantemente urbanas são as que agregam uma maior concentração populacional.

Quadro II.9 - Tipologia das áreas urbanas, por freguesia, no município de Santo Tirso.

Freguesias	Classificação	Área (Km2)	Área (%)	População
Total	-	136,56	-	71 530
Agrela	AMU	29,35	21,49	5 863
Água Longa				
União das freguesias de Carreira e Rejos de Riba de Ave				
União das freguesias de Lamelas e Guimarei	APR	12,41	9,09	1660
União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães	APU	94,80	69,42	64 007
Negrelos (São Tomé)				
Rebordões				
Roriz				
Vila Nova do Campo				
Reguenga				
Monte Córdova				
União das freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira				
Vilarinho				
Aves				

Fonte: INE Tipologia das áreas urbanas, 2014.

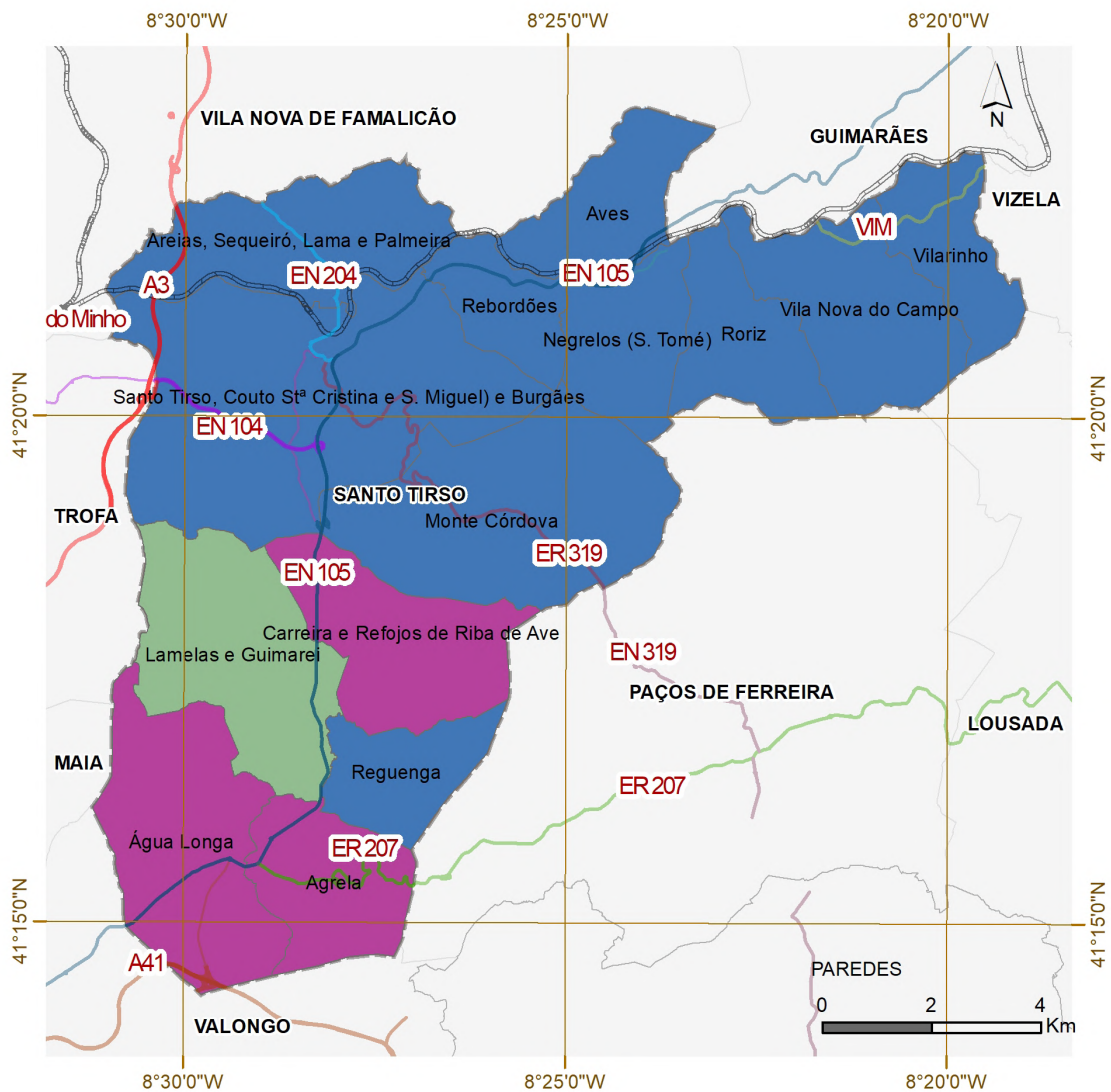


Figura II.9 - Tipologia das áreas urbanas, por freguesia, no município de Santo Tirso.

AMU
APR
APU

2.2 Atividades Económicas

De forma a conhecer a estrutura económica do município de Santo Tirso, e consequentemente, o grau de desenvolvimento do município, foram analisados neste subcapítulo os setores de atividade: primário, secundário e terciário. Os dados referentes à distribuição da população por setor de atividade económica para o município de Santo Tirso estão expressos no Quadro II.10.

Quadro II.10 - Distribuição da população por setor de atividade do município de Santo Tirso para o ano de 2011.

Freguesias	Sem setor Económico	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
Agrela	535	3	308	367
Água Longa	714	28	411	507
Areias	953	10	436	582
Aves	3 107	9	1 557	1 830
Burgães	755	6	379	501
Carreira	358	4	192	291
Guimarei	257	8	141	178
Lama	562	4	239	310
Lamelas	338	6	149	233
Monte Córdova	1 232	19	979	735
Palmeira	482	2	270	277
Rebordões	13 82	9	691	584
Refojos de Riba de Ave	368	17	176	203
Reguenga	601	19	306	325
Roriz	1 279	17	1 034	511
Couto (Santa Cristina)	1 517	10	615	1 035
Santo Tirso	5 215	31	1 971	3 909
Negrelos (São Mamede)	733	5	657	240
Campo (São Martinho)	1 213	13	932	516
Couto (São Miguel)	415	1	239	291
São Salvador do Campo	398	5	344	159
Negrelos (São Tomé)	1 605	10	901	644
Sequeirô	673	4	286	258
Vilarinho	1 172	4	1 237	389
Total	25 864	244	14 450	14 875

Fonte: INE (BGRI 2011).

2.2.1 SETOR PRIMÁRIO

O setor primário encontra-se relacionado com a exploração de recursos naturais (agricultura, floresta, pescas e pecuária.) e apresentava-se, em 2011, como o setor menos expressivo, comparado aos outros dois setores, no município de Santo Tirso somente com 244 indivíduos empregados (Quadro II.10). Esta atividade é a tempo inteiro acompanhada por uma prática de atividades agroflorestais, a tempo parcial por um conjunto elevado de agregados familiares (Figura II.10).

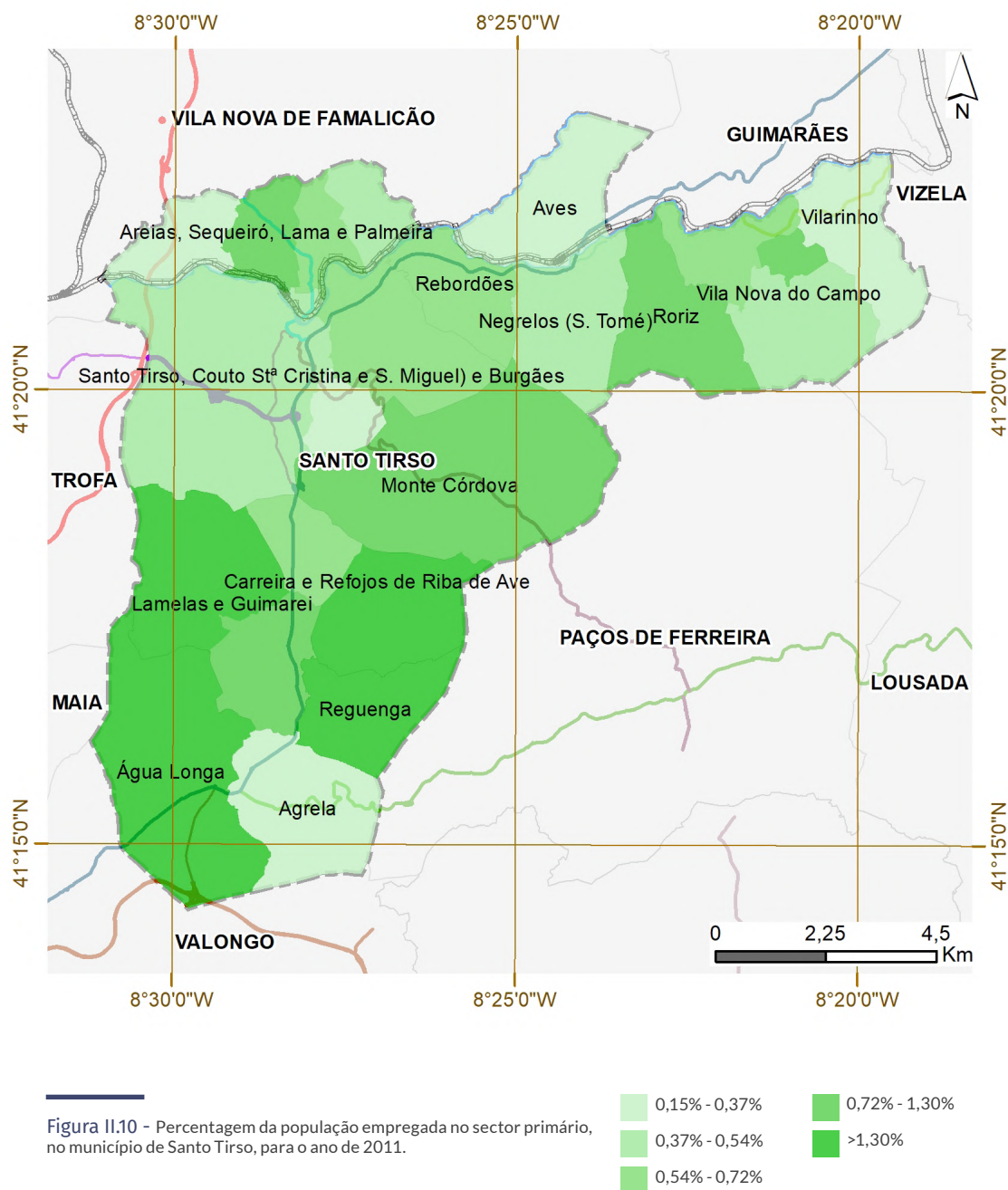


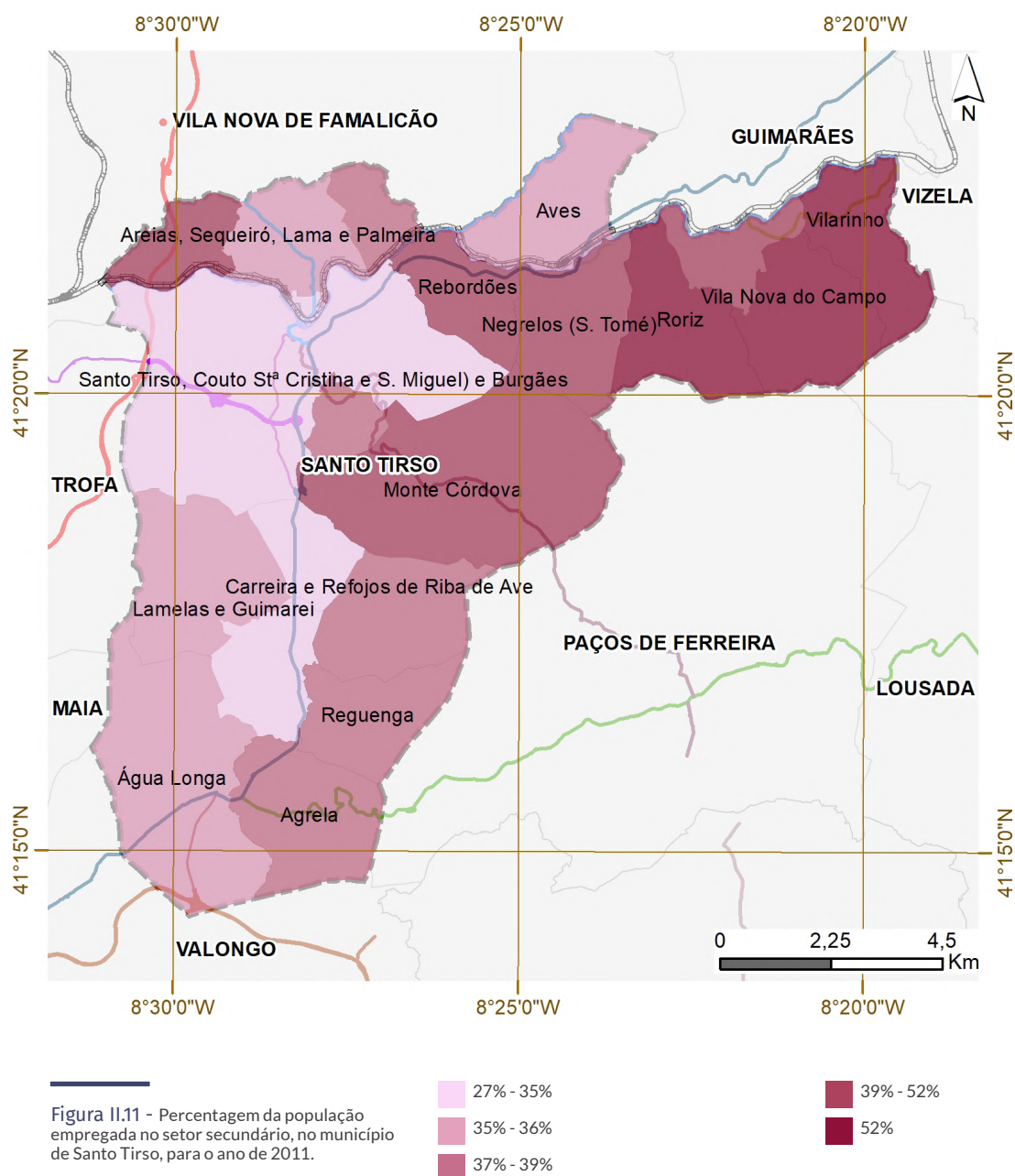
Figura II.10 - Percentagem da população empregada no sector primário, no município de Santo Tirso, para o ano de 2011.

2.2.2 SETOR SECUNDÁRIO

O setor secundário é o setor da economia que transforma as matérias-primas em produtos acabados ou semiacabados (inclui atividades ligadas à indústria, construção civil, obras públicas, entre outros).

“...Santo Tirso, tal como, em média, o Vale do Ave, assentava a sua economia, em grande medida, no setor secundário, com cerca de 63% de representatividade face ao cenário global. Sendo esta uma região tradicional e historicamente marcada por uma forte densidade industrial, com muitas pessoas e famílias a laborar nas indústrias de vestuário e calçado, a constatação desses dados não causava, então, qualquer admiração.” (Diagnóstico Social, dezembro de 2015).

O setor secundário com 14 450 indivíduos empregados (Quadro II.10) evidenciava, em 2011, o peso da indústria no município de Santo Tirso. Este setor apresenta maior representatividade nas freguesias a norte e fronteiriças, com os municípios do Vale do Ave, onde empregava mais de 52% da população ativa (Figura II.11).



2.2.3 SETOR TERCIÁRIO

O setor terciário era, em 2011, o mais representativo do município, com maior afluência de trabalhadores, 14 875 indivíduos (Quadro II.10). Segundo o Diagnóstico Social (2004) concluiu-se a economia social tem vindo a crescer “como uma reação ao modelo económico capitalista, procurando combinar a eficiência e a eficácia social.” Numa análise desagregada, por freguesia, são as áreas urbanas (Figura II.12) e a norte do município as mais representativas deste setor, com mais de 49% da população ativa empregada neste setor.

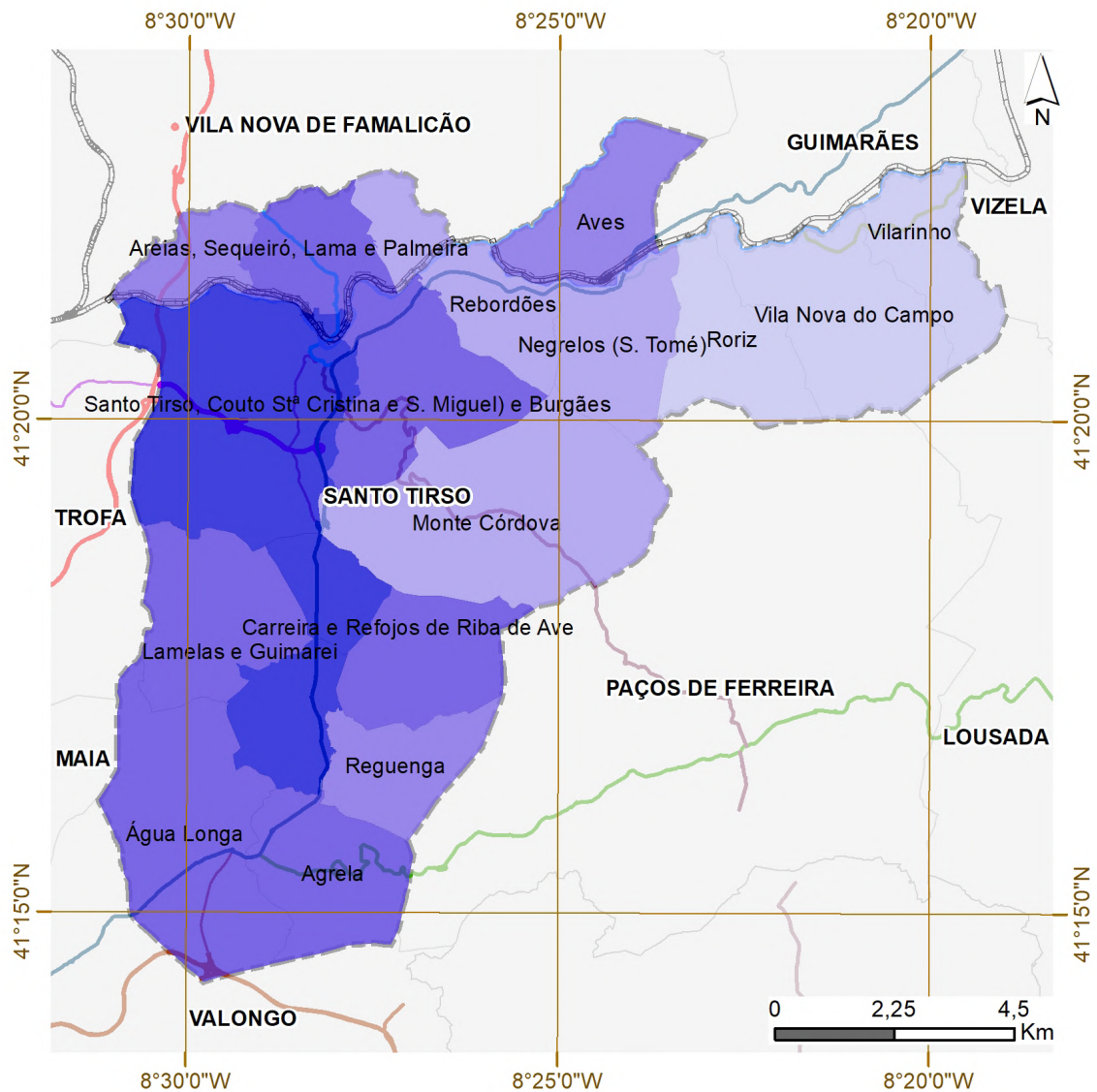


Figura II.12 - Percentagem da população empregada no setor terciário, no município de Santo Tirso, para o ano de 2011.

19% - 28%	44% - 48%
29% - 35%	>49%
36% - 43%	

2.2.4 TAXAS DE ATIVIDADE E DESEMPREGO

As taxas de atividade e desemprego são dois indicadores importantes para avaliar a situação económica de uma determinada área. Comparativamente à NUT I e NUT II o município de Santo Tirso apresenta valores superiores referente à população ativa, mas em contrapartida os valores de desemprego são também mais elevados (Quadro II.11). Ao comparar a evolução destes indicadores, entre 2001 e 2011, a população ativa manteve-se, mas o desemprego aumentou. Santo Tirso "... Outrora modelo de crescimento extensivo, capaz de gerar uma oferta massiva de oportunidades de trabalho, muitas vezes precoces, pouco qualificadas e mal renumeradas, deu agora lugar a um esvaziamento deste segmento produtivo, hipotecando o futuro de muitas pessoas. Na senda desta realidade está um cenário nacional e internacional de grande competitividade, assente em aumentos de produtividade, de intensidade tecnológica e de capacidade de resposta, apenas possíveis através da mobilização de mão-de-obra qualificada e especializada, capaz de se adaptar à permanente mudança de um mundo cada vez mais global." (Diagnóstico Social de Santo Tirso, 2014).

Quadro II.11 - Taxas de atividade e desemprego, no município de Santo Tirso, para o ano de 2011.

	2001		2011	
	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Desemprego (%)
Continente	48,4	6,8	47,58	13,19
Norte	48,1	6,6	47,59	14,47
Santo Tirso	52,8	6,6	50,03	17,37

Fonte: INE, 2011.

Da análise dos dados referentes à população desempregada por principal meio de vida (IEFP - Publicações Estatísticas, 2016) (Figura II.14) podemos aferir que na totalidade do município, a maior percentagem vive do subsídio de desemprego ou a cargo da família. Numa análise desagregada por freguesias São Salvador do Campo apresenta a maior percentagem de desempregados a viver do subsídio de desemprego seguido de Refojos de Riba de Ave. A análise dos dados (Quadro II.12) indicam que a freguesia com maior número de desempregados é Santo Tirso 1 132 indivíduos e Refojos de Riba de Ave com menor número de desempregados (55 indivíduos).

Quadro II.12 - Número de indivíduos desempregados no município de Santo Tirso para o ano de 2011.

Freguesias	N.º de desempregados	Percentagem de desempregados (%)
Agrela	130	2,1%
Água Longa	179	2,9%
Areias	187	3,0%
Aves	840	13,5%
Burgães	189	3,0%
Carreira	101	1,6%
Guimarei	60	1,0%
Lama	113	1,8%
Lamelas	71	1,1%
Monte Córdova	344	5,5%
Palmeira	89	1,4%
Rebordões	340	5,5%
Refojos de Riba de Ave	55	0,9%
Reguenga	136	2,2%
Roriz	302	4,9%
Couto (Santa Cristina)	344	5,5%
Santo Tirso	1 132	18,2%
Negrelos (São Mamede)	194	3,1%
Campo (São Martinho)	330	5,3%
Couto (São Miguel)	103	1,7%
São Salvador do Campo	97	1,6%
Negrelos (São Tomé)	328	5,3%
Sequeirô	192	3,1%
Vilarinho	359	5,8%
Total	6 215	100%

Fonte: INE, 2011.

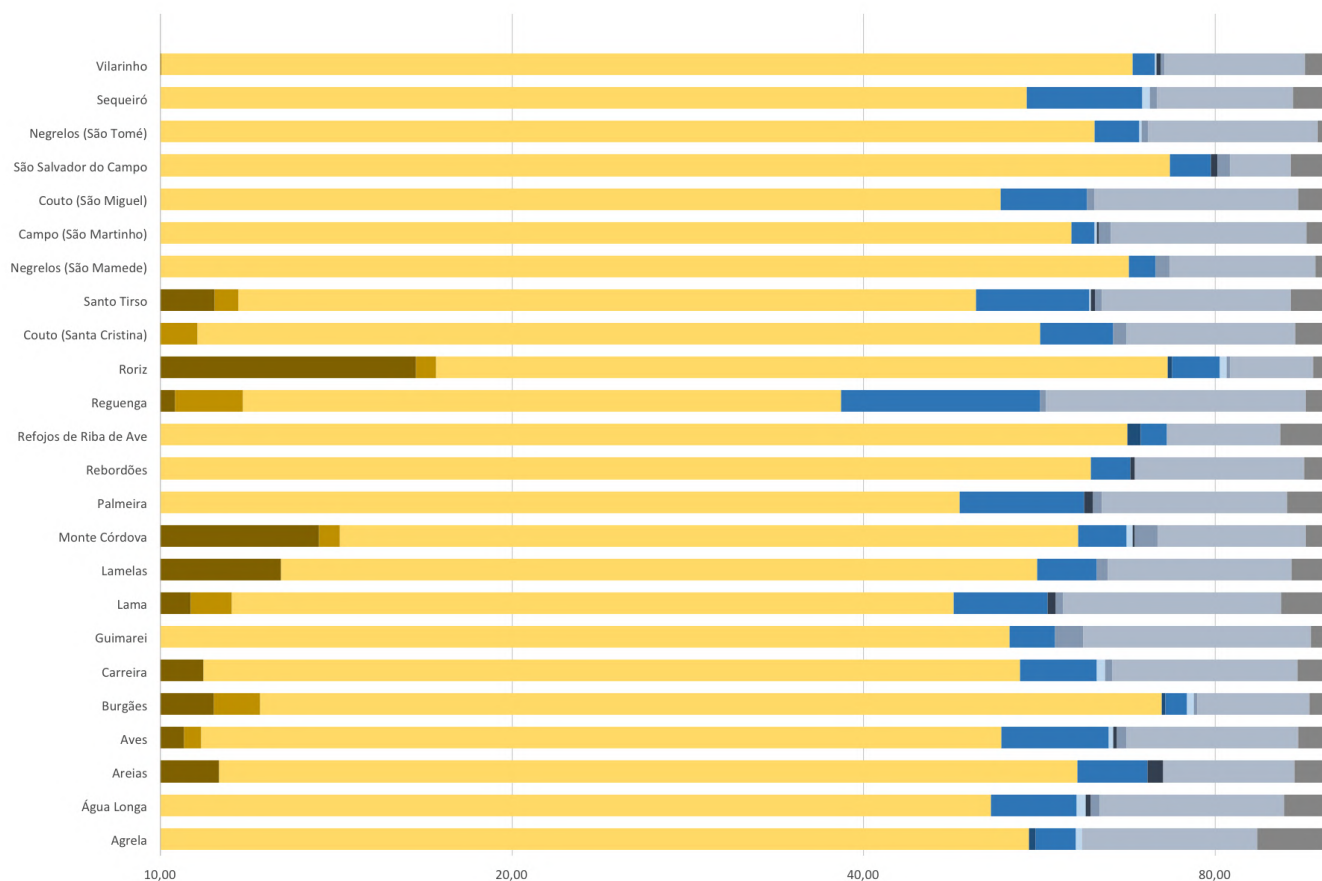
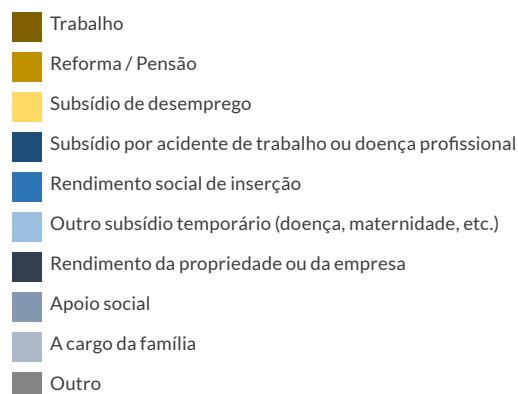


Figura II.13 - População desempregada por principal meio de vida (% do Total) para o ano de 2011.



2.2.5 PROCURA DE EMPREGO

No que se relaciona com a procura de emprego, convém clarificar situações distintas: (i) a população residente que anda à procura do primeiro emprego e (ii) a população que anda à procura de novo emprego. A população que procura o primeiro emprego é provavelmente mais jovem e será pela primeira vez integrada no mercado de trabalho. Pelo contrário, a população que procura um novo emprego, é mais envelhecida, e pretende ser reintegrada no mercado laboral. Importa ainda efetuar uma caracterização dos desempregados por sexo. Através da análise do quadro seguinte (Quadro II.13) pode-se referir que, em janeiro de 2019, se encontravam menos mulheres desempregadas, mais desempregados inscritos no centro de emprego há menos de um ano e menos desempregados à procura de novo emprego relativamente aos que procuram 1º emprego.

Quadro II.13 - População desempregada, por género, tempo de inscrição, e situação face ao emprego, no município de Santo Tirso, em janeiro de 2019.

Género		Tempo de Inscrição		Situação face emprego à procura de:		Total
Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
2 288	1 114	1 575	1 360	1 329	208	2 481

Fonte: IEFP Publicações Estatísticas- disponível em: <https://www.iefp.pt/estatisticas>.

Ao analisarmos o desemprego por grupo etário (Quadro II.14), o que apresenta um maior número de desempregados é dos 35 – 54 anos e representam quase 39% da totalidade dos desempregados no município de Santo Tirso.

Quadro II.14 - População desempregada por grupo etário, no município de Santo Tirso, em janeiro 2019.

Grupo Etário				Total
<25 Anos	25 - 34 Anos	35 - 54 Anos	55 Anos e +	
264	353	1 044	1 028	2 689

Fonte: IEFP Publicações Estatísticas- disponível em <https://www.iefp.pt/estatisticas>.

Relativamente aos desempregados por nível de instrução (Quadro II.15), é a população com o 1º ciclo de instrução que apresenta valores mais elevados de desemprego (1 563 indivíduos) seguida da população com o ensino secundário (883 indivíduos).

Quadro II.15 - População desempregada por nível de instrução, no município de Santo Tirso, em janeiro de 2019.

Nível Escolar						Total
<1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior	
153	786	465	499	515	271	2 689

Fonte: IEFP Publicações Estatísticas- disponível em <https://www.iefp.pt/estatisticas>.

2.2.6 QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

A aposta na qualificação da população residente, e em particular na população ativa, conduzirá à especialização das atividades económicas e, logo, ao desenvolvimento territorial conseguido através do crescimento económico. São diversas as variáveis que podem caracterizar o nível de qualificação, da população residente, de determinado território. Iniciar-se-á a caracterização pela análise dos dados relativos ao nível de instrução da população seguida dos dados de analfabetismo e abandono escolar.

A população residente no município de Santo Tirso, segundo os Censos de 2011, detinha valores dos níveis escolares ligeiramente mais baixos dos da NUT I e NUT II onde se insere. Desta forma, e segundo a análise dos dados (Quadro II.16) pode-se referir que grande parte da população do município detinha, em 2011 o 1º ciclo do Ensino Básico, representando cerca de 36,30 % da população.

Quadro II.16 - População residente segundo o nível de instrução em Portugal, no Norte de Portugal e no município de Santo Tirso para o ano de 2011.

	Portugal %	Norte %	Santo Tirso %
Nenhum nível de escolaridade	8,44	8,05	7,09
Educação Pré-Escolar	2,48	2,38	2,07
Ensino básico 1º ciclo	29,75	32,09	36,30
Ensino básico - 2º ciclo	10,41	12,29	13,43
Ensino básico - 3º ciclo	15,74	15,83	15,88
Ensino secundário	16,77	15,08	13,95
Ensino pós-secundário	0,88	0,76	0,76
Ensino superior	15,44	13,52	10,51

Fonte: INE, 2011.

Ao nível das freguesias, verificamos que são as freguesias de Aves e Santo Tirso as que apresentam maiores níveis de escolaridade. Já os níveis de escolaridade inferiores, ou seja, a população sem instrução ou com o 1.º ciclo, registam-se maioritariamente nas freguesias de Refojos de Riba de Ave e Vilarinho (Quadro II.17). Intrinsecamente relacionados com elevados índices de envelhecimento e taxas de analfabetismo elevadas, quando comparados aos valores nacionais (Figura II.14).

Quadro II.17 - População residente por nível de escolaridade, no Município de Santo Tirso, para o ano de 2011.

Freguesias	População Residente	Sem Instrução	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Pós-Secundário	Superior
Agreia	1 584	92	591	204	227	230	14	188
Água Longa	2 207	168	751	296	331	295	16	293
Areias	2 454	137	891	309	368	387	15	305
Aves	8 458	522	3 111	1 080	1 329	1 245	56	956
Burgães	2 097	158	758	273	300	317	24	225
Carreira	1 110	73	393	137	143	168	9	152
Guimarei	738	49	275	93	112	101	3	88
Lama	1 393	95	505	164	199	228	7	168
Lamelas	922	49	328	102	139	145	7	129
Monte Córdova	3 958	337	1 404	725	651	489	26	238
Palmeira	1 321	92	443	204	204	199	16	135
Rebordões	3 416	202	1 415	432	528	439	24	309
Refojos de Riba de Ave	962	92	420	142	134	104	5	42

Continua

Quadro II.17 (Continuação) – População residente por nível de escolaridade, no Município de Santo. Tirso, para o ano de 2011.

Freguesias	População Residente	Sem Instrução	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Pós-Secundário	Superior
Reguenga	1 596	110	656	187	234	207	11	160
Roriz	3 665	299	1 479	610	579	390	20	207
Couto (Santa Cristina)	4 064	306	1 465	485	621	616	48	438
Santo Tirso	14 107	896	4 242	1 467	2 279	2 327	136	2 440
Negrelos (São Mamede)	2 145	187	846	359	343	244	11	110
Campo (São Martinho)	3 470	275	1 326	468	626	480	15	221
Couto (São Miguel)	1 222	92	460	146	185	174	12	126
São Salvador do Campo	1 194	89	470	165	234	146	7	60
Negrelos (São Tomé)	4 032	295	1 669	627	626	480	28	241
Sequeirô	1 627	142	668	247	215	185	13	127
Vilarinho	3 788	312	1 405	685	753	386	20	158

Fonte: INE (Censos da População 2011).

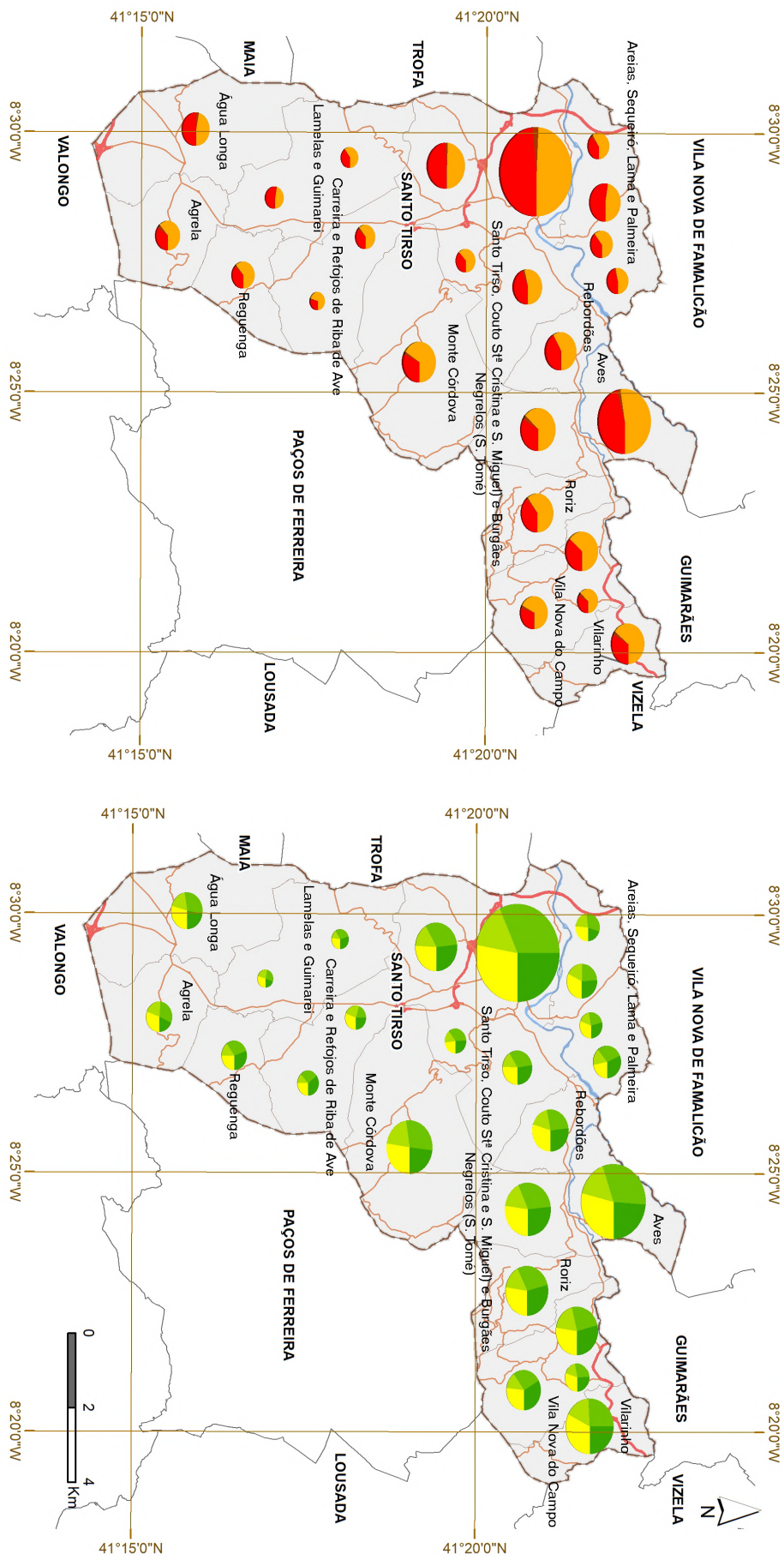


Figura 11.14 - Escolarização da população de Santo Tirso para o ano de 2011.

Graus de Instrução

- Sem instrução
- 1º Ciclo
- 2º Ciclo
- 3º Ciclo
- Secundário
- Pós-secundário
- Superior

Dados publicados pelo INE, relativos à taxa de analfabetismo da população portuguesa em 2011, apontam para a existência de cerca de 500 mil portugueses com 10 ou mais anos, que não sabem ler nem escrever.

O Quadro II.18 compreende os valores referentes à taxa de analfabetismo e abandono escolar aferidos aos censos de 2011. Relativamente à taxa de analfabetismo, em 2011, a freguesia de Refojos de Riba de Ave apresentava a taxa mais elevada 7,22%, seguida da freguesia de Negrelos São Mamede com 6,99%.

No que concerne à taxa de abandono escolar, em 2011, a freguesia de Sequeirô era a que registava a maior taxa de abandono escolar 4,35%, seguida de Campo São Martinho com 2,39%. Por sua vez denotava-se ausência de abandono escolar nas freguesias de Agrela, Água Longa, Burgães, Carreira, Guimarei, Lamelas, Refojos de Riba de Ave, Reguenga e Couto São Miguel (Figura II.15).

Quadro II.18 - Taxa de analfabetismo e abandono escolar no Município de Santo Tirso para o ano de 2011.

Freguesias	Taxa de Analfabetismo %	Taxa de Abandono Escolar %
Agrela	3,04	0
Água Longa	3,79	0
Areias	3,56	2
Aves	3,62	1,48
Burgães	4,40	0
Carreira	4,13	0
Guimarei	5,13	0
Lama	4,18	1,25
Lamelas	2,25	0
Monte Córdova	4,23	0,34
Palmeira	3,50	1,09
Rebordões	3,71	1,43
Refojos de Riba de Ave	7,22	0
Reguenga	4,85	0
Roriz	5,21	1,38
Couto (Santa Cristina)	4,04	0,85
Santo Tirso	3,68	0,74
Negrelos (São Mamede)	6,99	1,81
Campo (São Martinho)	5,14	2,39
Couto (São Miguel)	4,22	0
São Salvador do Campo	5,15	1,01
Negrelos (São Tomé)	4,75	1,48
Sequeirô	5,89	4,35
Vilarinho	5,15	0,30
Totalidade do Concelho	4,28	1,02

Fonte: INE (Censos da População 2011).

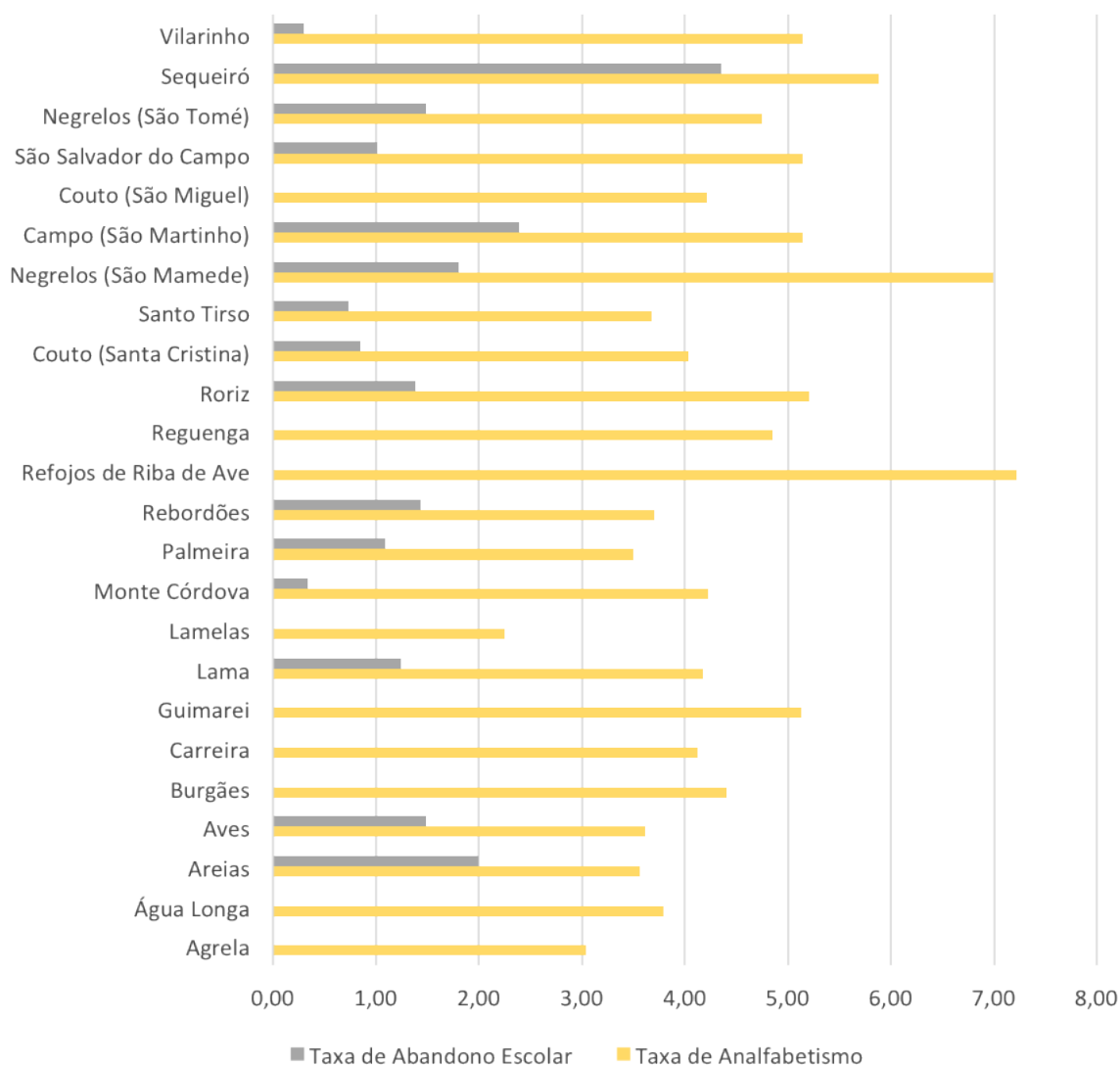


Figura II.15 - Taxa de abandono escolar e analfabetismo, por freguesia, no município de Santo Tirso, para o ano de 2011.

2.3 Rede Viária, Acessibilidades e Transportes

2.3.1 REDE VIÁRIA

A ocupação do território concelhio caracteriza-se de um modo geral por uma dispersão do povoamento desenvolvida ao longo dos principais eixos viários que o estruturam (Figura II.17).

A rede de acessibilidades de Santo Tirso "...concede aos seus munícipes o privilégio de facilmente se deslocarem dentro do próprio município ou entre as cidades de Porto e de Braga, através da autoestrada A3. Internamente, a área municipal é atravessada por cerca de 100 Km de estradas nacionais que permitem a ligação às sedes dos municípios mais próximos. À rede viária junta-se a linha ferroviária que une o Porto a Guimarães, que também se reveste de uma elevada importância no mapa municipal da mobilidade. A estação dos comboios é coadjuvada pela ponte que estabelece a ligação à estrada nacional 204 e que se constitui como o principal canal de ligação da área norte do município ao interface rodo ferroviário." (Projeto Educativo, Santo Tirso, 2012-2015).

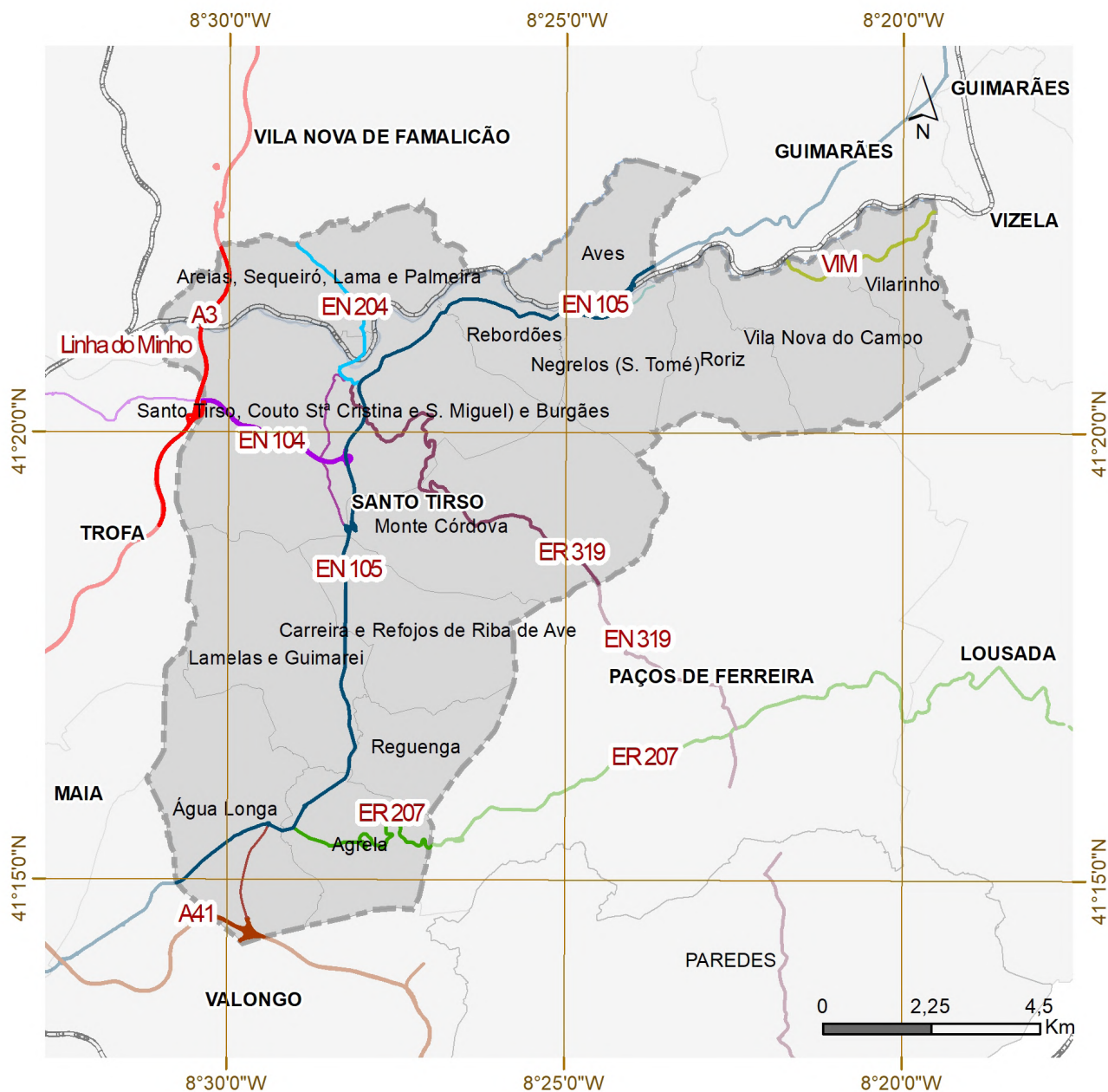


Figura II.16 - Rede rodoviária e ferroviária existente no município de Santo Tirso.

2.3.2 ACESSIBILIDADES

Um fator preponderante ao nível da análise das acessibilidades aos estabelecimentos de ensino prende-se com a estimativa dos tempos de deslocação dos alunos, a pé e de autocarro⁷ para os respetivos estabelecimentos. De forma a efetuar este estudo, é realizado o cálculo das respetivas áreas de in-

⁷ O tempo de deslocação de transportes não foi calculado, uma vez que dado a área geográfica do Município de Santo Tirso, não se aplicam os parâmetros definidos ao nível do cálculo da irradiação.

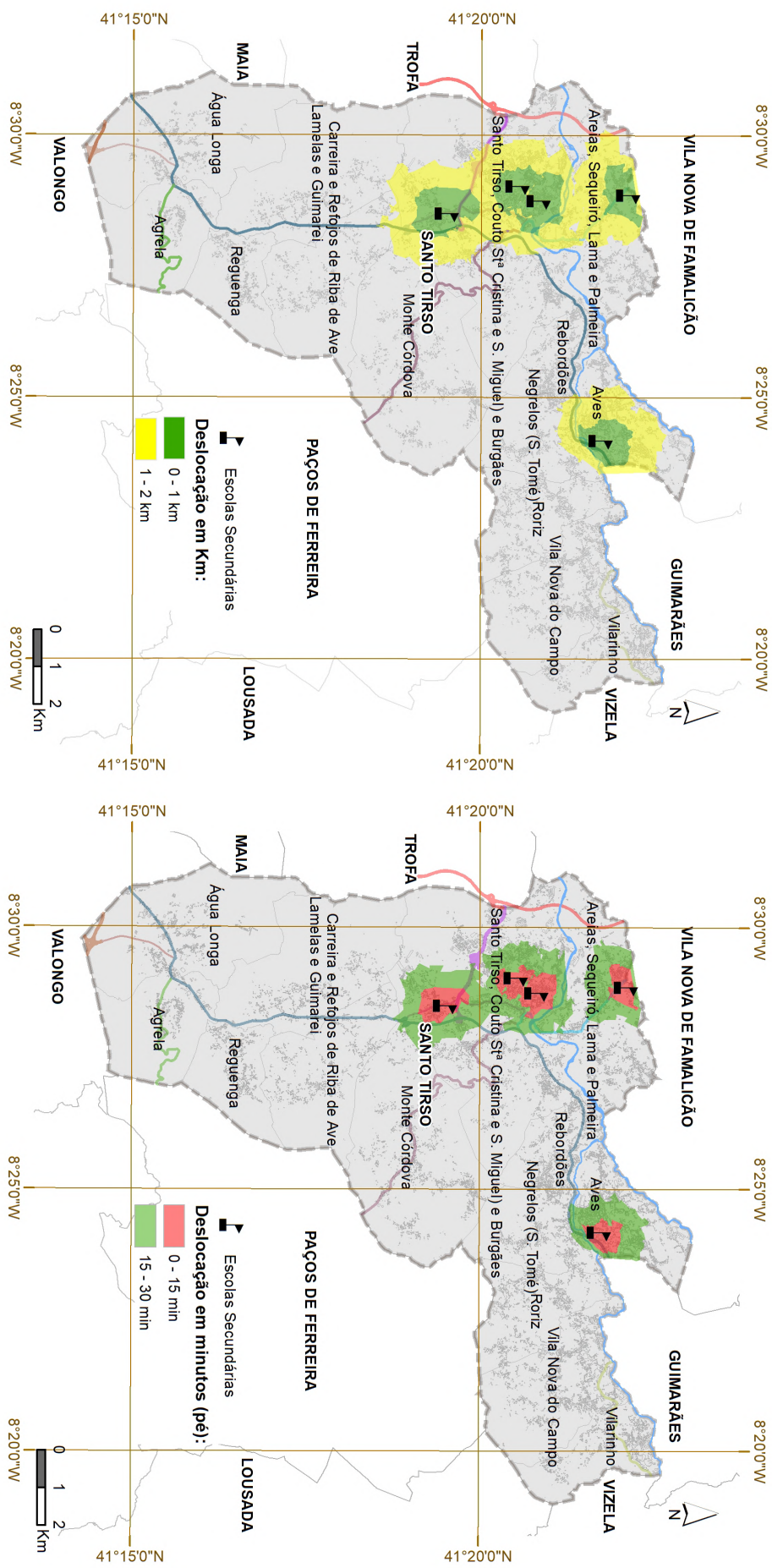


Figura II.17 - Deslocação em km e em minutos, a pé para as Escolas Secundárias do município de Santo Tirso.

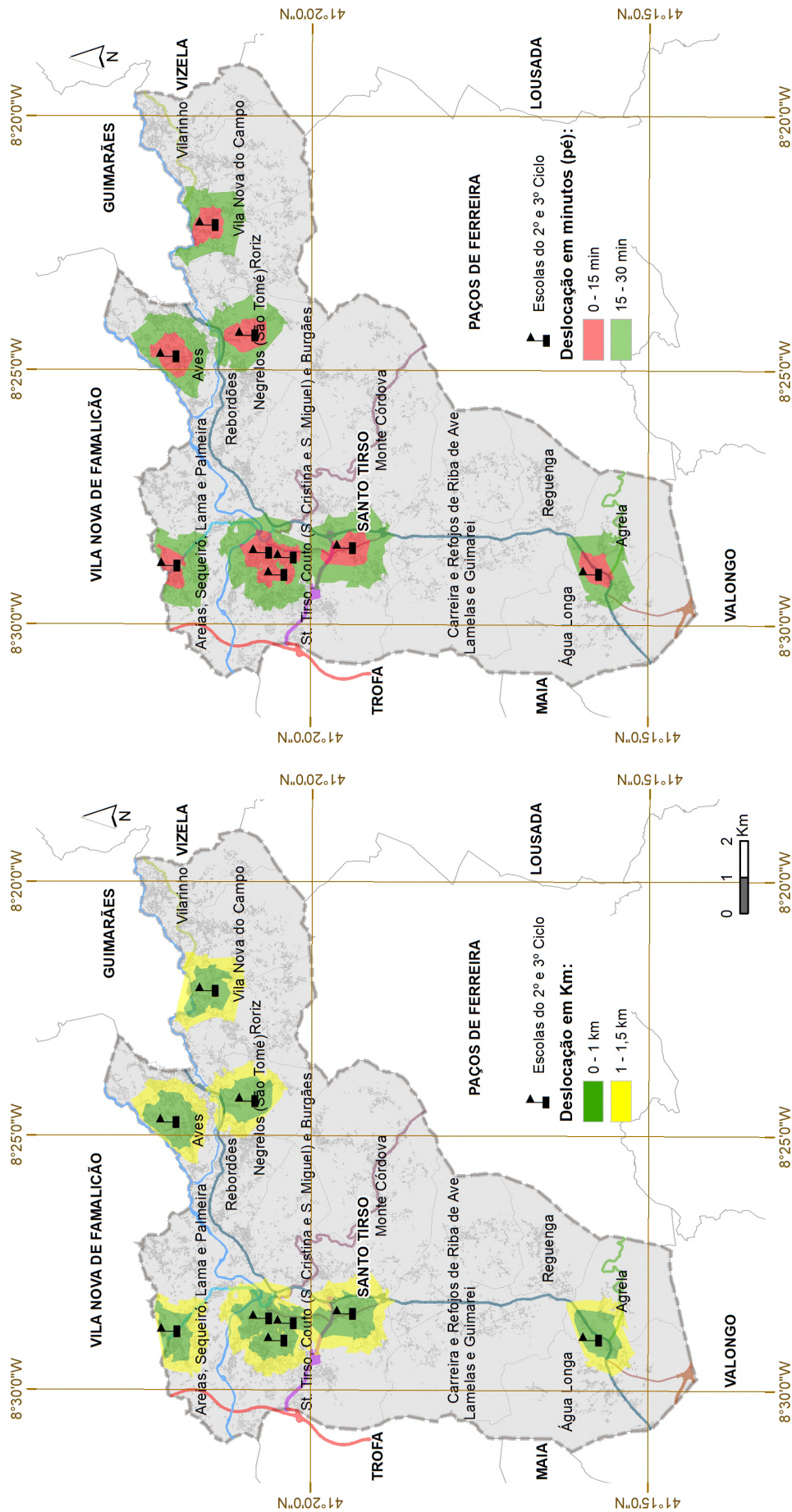


Figura II.18 - Deslocação em km e em minutos, a pé para as Escolas Básicas do 2º e 3º ciclo do município de Santo Tirso.

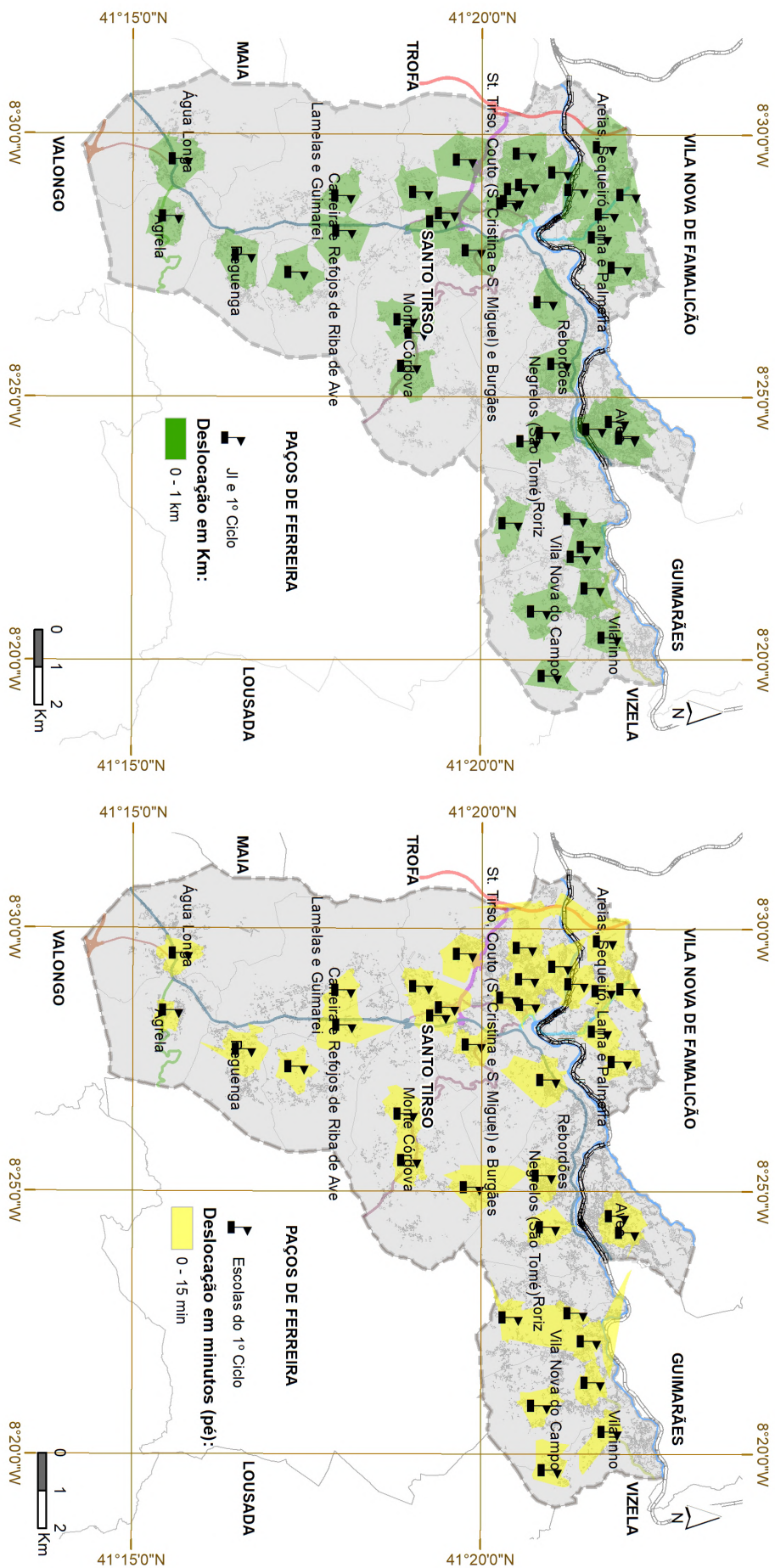


Figura 11.19 - Deslocação em km e em minutos, a pé para as Escolas do ensino pré-escolar e do 1º cido do município de Santo Tirso.

fluência, as quais nos traduzem espacialmente o tempo de deslocação, possibilitando uma análise dos resultados obtidos em tempo de deslocação (em minutos e em km) para os diferentes estabelecimentos de ensino no município (Figuras II.17 a II.19), de acordo com a tipologia de equipamento coletivo.

Para os cálculos das áreas de influência, foram seguidos os normativos em vigor no que se concerne aos valores da irradiação, nomeadamente as “Normas para a Caracterização e Programação dos Equipamentos Coletivos” (DGOTDU, 2002), e expostos no Quadro VII.2 - Parâmetros utilizados para a formulação das propostas de reordenamento da rede escolar para o Município de Santo Tirso. Para o cálculo da irradiação, tendo em conta a rede viária e de transportes existentes no território, conclui-se que o tempo de percurso desde o local de origem (residência) e os diferentes equipamentos escolares, do 1.º até ao 3.º ciclo do ensino básico, abrange todo o território correspondente ao município de Santo Tirso, extrapolando esta mesma área geográfica em alguns locais. Desta forma pode-se concluir que seja qual for a morada de residência do aluno no Município de Santo Tirso, ele localiza-se sempre a menos de 60 minutos (distância percorrida em transportes) de qualquer um dos estabelecimentos do ensino secundário e do 2º e 3º ciclo, e a menos de 40 minutos dos estabelecimentos onde são ministrados o 1º ciclo do ensino básico.

No que concerne às áreas de influência dos estabelecimentos de ensino JI e do 1º ciclo do ensino básico, estes encontram-se em maior quantidade e mais dispersos, ou seja, abrangem praticamente todo o território do município, com uma maior concentração na zona mais urbana do território na parte norte do município. Por outro lado, para os estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário, estas concentram-se exclusivamente na parte norte do Município, com particular incidência na União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, com a exceção de uma escola do 2º e 3º ciclo na freguesia de Agrela.

Numa análise mais pormenorizada às acessibilidades esta é variável. Neste sentido e face às imagens expostas pode-se referir que a distância a um estabelecimento de ensino afeta o sistema educativo, na medida em que coloca determinados custos de deslocações para as entidades competentes (por exemplo câmaras municipais) ou mesmo para as famílias dos alunos que os frequentam.

2.3.3 TRANSPORTES

No que se refere à análise dos dados da rede de transportes, foram mapeadas as redes das diferentes empresas e as escolas do município. Na Figura II.20 verificamos a abrangências das redes de transporte relativamente às escolas. A empresa mais abrangente do concelho é a Landim-Pacense seguida da rota da Transdev que complementa a anterior na zona mais nordeste e noroeste do concelho. A rota do TUST é uma rota mais citadina com menor abrangência relativamente às escolas.

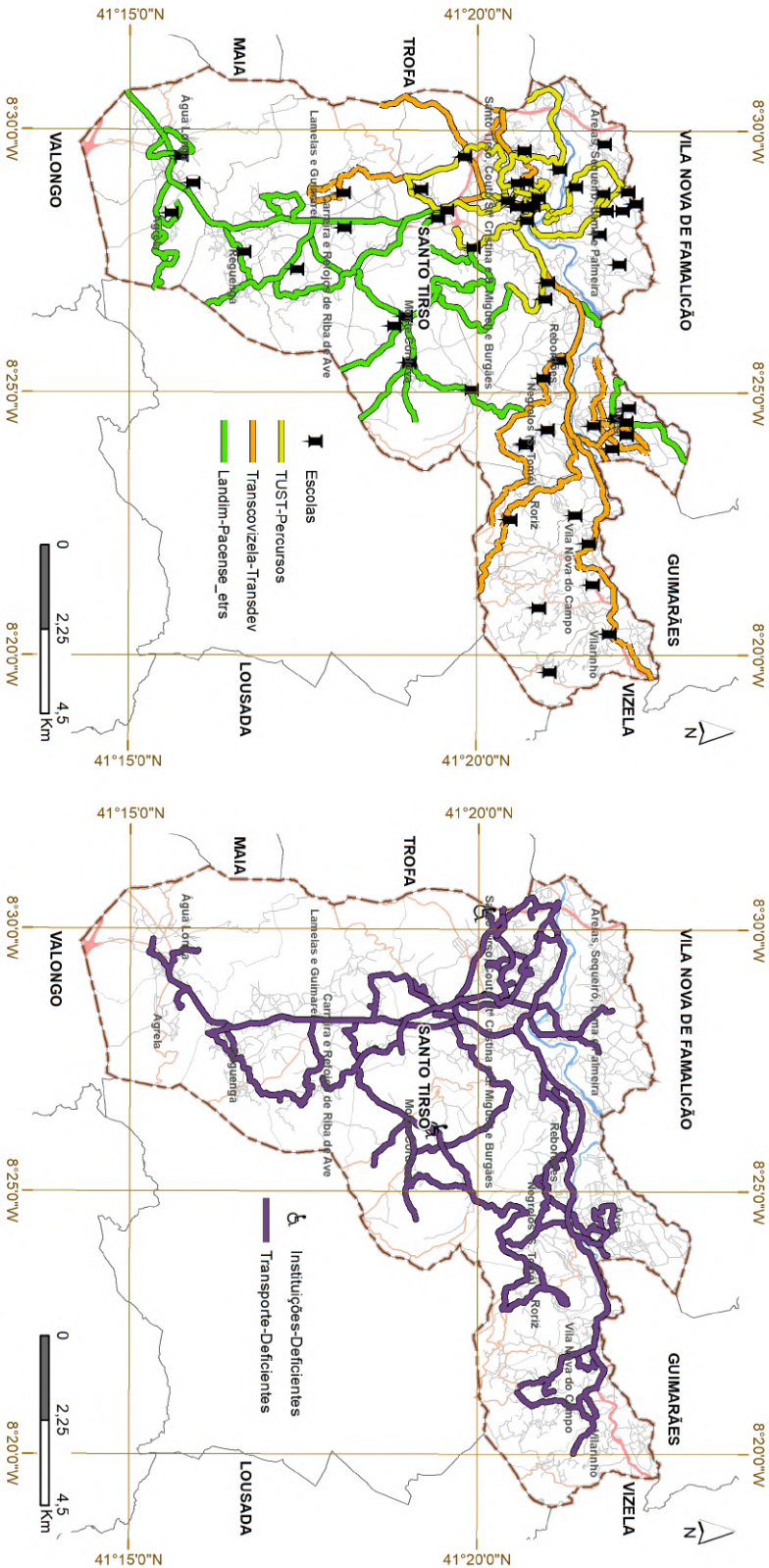


Figura II.20 - Rede de transportes escolares e instituições de deficientes, do município de Santo Tirso.

3. Sistema Educativo do Município de Sto. Tirso

“O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade. O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de ações diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.”

(Lei de Bases do Sistema Educativo¹⁰).

¹⁰ Lei 46/86, de 14 de outubro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, Lei n.º 49/2005, de 30/08, e pela Lei n.º 85/2009, de 27/08.

O Sistema Educativo Português está organizado em níveis de educação, formação e aprendizagem referente à oferta educativa nacional, nomeadamente: a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior. A educação pré-escolar é destina-se às crianças com idade compreendida entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e é obrigatória, para as crianças que atinjam os 4 anos de idade¹⁰. O Ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois e o 3.º de três. O Ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico¹¹.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo¹² português, constituem-se modalidades especiais de educação escolar: a) A educação inclusiva; b) A formação profissional; c) O ensino recorrente de adultos; d) O ensino à distância; e) O ensino português no estrangeiro.

3.1 Enquadramento e Disparidades Concelhias

No município de Santo Tirso, de um modo geral, pode-se aferir que grande parte da população tem apenas o 1º ciclo escolar, ou seja, 4ª classe (cerca de 36% da população). Este nível de escolaridade é mais expressivo na população com mais de 45 anos, sendo que são observados valores de cerca de 70% de taxa escolaridade para os grupos etários superiores a 55 anos (Quadro III.1).

10 Lei n.º 65/2015, de 03 de julho, primeira alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

11 Artigo 11.º da Lei 46/86, de 14 de outubro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, Lei n.º 49/2005, de 30/08, e pela Lei n.º 85/2009, de 27/08.

12 Artigo 19.º Lei 46/86, de 14 de outubro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, Lei n.º 49/2005, de 30/08, e pela Lei n.º 85/2009, de 27/08.

Quadro III.1 - Taxa de escolaridade, por grupo etário (dos 0 aos 34 anos), no município de Santo Tirso, em 2011.

Grupos etários	Total		0 - 10		10 - 15		16 - 21		22 - 24		25 - 29		30 - 34	
	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%
Total de Ind. por grupo etário	71 530	100	5 952	100	4 685	100	4 839	100	2 528	100	4 316	100	5 015	100
Nenhum nível de escolaridade	5 069	7,1	1 939	32,6	1	0,0	13	0,3	11	0,4	36	0,8	57	1,1
Educação Pré-Escolar	1 482	2,1	1 482	24,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ensino básico - 1.º ciclo	25 971	36,3	2 527	42,5	356	7,6	46	1,0	36	1,4	82	1,9	289	5,8
Ensino básico - 2.º ciclo	9 607	13,4	4	0,1	1 637	34,9	124	2,6	150	5,9	348	8,1	999	19,9
Ensino básico - 3.º ciclo	11 360	15,9	0	0,0	2 333	49,8	997	20,6	612	24,2	1 158	26,8	1 048	20,9
Ensino secundário	9 982	14,0	0	0,0	358	7,6	2 513	51,9	768	30,4	1 260	29,2	1 296	25,8
Ensino pós-secundário	543	0,8	0	0,0	0	0,0	129	2,7	90	3,6	126	2,9	111	2,2
Ensino superior	7 516	10,5	0	0,0	0	0,0	1 017	21,0	861	34,1	1 306	30,3	1 215	24,2

Fonte: INE (Censos da População, 2011).

Quadro III.2 - Taxa de escolaridade, por grupo etário (dos 35 até +65), no município de Santo Tirso, em 2011.

Grupos etários	35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 +	
	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%	N.º Ind.	%
Total de Ind. por grupo etário	5 308	%	5 532	%	5 848	%	5 249	%	5 290	%	4 636	%	12 332	%
Nenhum nível de escolaridade	68	1,3	87	1,6	102	1,7	103	2,0	148	2,8	168	3,6	2 336	18,9
Ensino pré-escolar	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ensino básico - 1º ciclo	634	11,9	1 191	21,5	2 294	39,2	2 541	48,4	3 723	70,4	3 536	76,3	8 716	70,7
Ensino básico - 2º ciclo	1 510	28,4	1 664	30,1	1 272	21,8	1 001	19,1	351	6,6	236	5,1	311	2,5
Ensino básico - 3º ciclo	1 124	21,2	1 104	20,0	993	17,0	767	14,6	458	8,7	355	7,7	411	3,3
Ensino secundário	1 009	19,0	861	15,6	751	12,8	512	9,8	274	5,2	167	3,6	213	1,7
Ensino pós-secundário	76	1,4	11	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ensino superior	887	16,7	614	11,1	436	7,5	325	6,2	336	6,4	174	3,8	345	2,8

Fonte: INE (Censos da População, 2011).

3.1.1 TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO

“O desenvolvimento motor, social, emocional, cognitivo e linguístico da criança é um processo que decorre da interação entre a maturação biológica e as experiências proporcionadas pelo meio físico e social. As relações e as interações que a criança estabelece com adultos e com outras crianças, assim como as experiências que lhe são proporcionadas pelos contextos sociais e físicos em que vive constituem oportunidades de aprendizagem, que vão contribuir para o seu desenvolvimento. Deste modo, a aprendizagem influencia e é influenciada pelo processo de desenvolvimento físico e psicológico da criança, sobretudo numa fase da vida em que essa evolução é muito rápida. Por isso, em educação de infância, não se pode dissociar desenvolvimento e aprendizagem. A interligação das características intrínsecas de cada criança (o seu património genético), do seu processo de maturação biológica e das experiências de aprendizagem vividas, faz de cada criança um ser único, com características, capacidades e interesses próprios, com um processo de desenvolvimento singular e formas próprias de aprender.” Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, DGE.

De acordo com os dados da DGEEC, a taxa bruta de pré-escolarização referente ao ano letivo de 2009/2010 no município de Santo Tirso, era de 100,80%, valores superiores à taxa na NUT III (84,06) em que se insere (Quadro III.3). Verifica-se um crescimento gradual da taxa bruta de pré-escolarização no município, sendo esta, no ano letivo 2018/2019 de 102,30%, apresentando também uma maior taxa de pré-escolarização em relação aos valores registados da NUT III (96,60%). A taxa bruta de pré-escolarização⁹ acima dos 100% deve-se ao facto das escolas de Santo Tirso receberem alunos provindos de outros concelhos, o que reflete a qualidade das escolas e do ensino praticado.

Quadro III.3 - Evolução da taxa bruta de pré-escolarização entre 2009 e 2019.

Ano Letivo	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Área Metropolitana do Porto	84,6	86,86	91,26	93,03	92,40	93,50	94,00	96,50	95,10	96,60
Santo Tirso	100,80	105,30	102,63	105,00	104,90	101,40	97,10	100,50	98,00	102,30

Fonte: Regiões em números 2018/2019.

3.1.2 TAXAS BRUTAS DE ESCOLARIZAÇÃO

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece que o Ensino Básico assume a duração de 9 anos e compreende três ciclos de ensino sequenciais, sendo o 1º ciclo de 4 anos, o 2º ciclo de 2 anos e o 3º ciclo de 3 anos. Ingressam no Ensino Básico as crianças que completem 6 anos até ao dia 15 de setembro e 31 de dezembro.

⁹ Taxa Bruta de Pré - Escolarização - Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

A análise da evolução da Taxa Bruta de Escolarização¹⁰ no Ensino Básico (Quadro III.4) indica uma diminuição ao longo dos últimos anos, sendo que em 2009/2010 se estabeleceu nos 145,77% e em 2018/2019 diminuiu para 127,60%.

Quadro III.4 - Evolução da taxa bruta escolarização no ensino básico entre 2009 e 2019.

Ano Letivo	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Área Metropolitana do Porto	127,71	122,03	119,37	112,68	110,70	111,50	111,90	111,50	111,30	110,70
Santo Tirso	145,77	136,88	131,01	123,40	123,10	124,20	125,70	123,60	125,60	127,60

Fonte: DGEEC – Regiões em números 2018/2019.

O Ensino Secundário apresenta a duração de 3 anos (10º, 11º e 12º ano) e organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para o prosseguimento dos estudos ou para a vida ativa, garantindo-se a permeabilidade entre ambos os tipos de curso.

Relativamente à Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário, para os anos letivos em análise, podemos verificar (Quadro III.5) que há uma diminuição dos valores entre 2010 e 2019, sendo que em 2019 esta taxa era de 148,10%. Em conformidade com os outros níveis de ensino, o município de Santo Tirso, mantém valores superiores aos nacionais e à NUT II e NUT III que integra.

¹⁰ Taxa Bruta de Escolarização - Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

Quadro III.5 - Evolução da taxa bruta escolarização do ensino secundário entre 2009 e 2019.

Ano Letivo	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
AMP	150,06	137,61	129,04	126,85	120,70	120,50	118,80	122,00	125,40	128,00
Santo Tirso	152,77	148,85	139,12	134,30	130,20	137,10	143,00	143,60	145,80	148,10

Fonte: DGEEC – Regiões em números 2018/2019.

3.1.3 ABANDONO ESCOLAR

Segundo Álvares e Capucha *et al* (s/d), ao longo das últimas décadas o abandono escolar foi sendo construído como problema social e a sua importância nas políticas públicas, crescente. O indicador de abandono – designado por *early school leaving* ou abandono escolar precoce¹¹ é considerado domínio-chave prioritário da Estratégia de Lisboa, estas orientações materializam-se em Portugal no Plano Nacional de Emprego de 2001, definindo-se a intenção de, a nível europeu, “até 2010, reduzir para metade (não mais de 10%) o número de jovens entre os 18 e os 24 anos que apenas completaram o 3.º ciclo do ensino básico e que não participam em ações de educação ou formação.

Tal como outros fenómenos educativos, o abandono escolar é profundamente dependente do contexto socioeconómico onde ocorre. Um estudo apresentado em 2013 sobre esta temática, Witte *et al*, 2013 referido por Álvares e Capucha *et al* (s/d) indica que as conclusões apontam para efeitos claros do desenvolvimento económico (PIB e taxa de crescimento do PIB) na redução do abandono escolar, sendo os países com maior PIB e, em particular, com uma maior taxa de crescimento do PIB, aqueles que apresentam valores mais reduzidos de abandono.

De acordo com Coimbra B. e Fernandes E. (2013), o abandono não é apenas um problema circunscrito à escola, é um problema de cariz social no qual a escola, a comunidade, as famílias se encontram implicados, bem como a ação governativa através da implementação das suas políticas. Assim, os estudos corroboram a tese de que os alunos oriundos de famílias economicamente mais desfavorecidas são mais expostos a abandonar a escola do que os outros.

A taxa de abandono escolar traduz-se pela razão entre a população residente com idade entre os 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, sobre a população residente com idade entre os 10 e 15 anos (com base nos dados publicados referentes aos censos de 2011).

A informação referente ao município de Santo Tirso releva que a taxa de abandono escolar no município tem vindo a diminuir desde 1991 até 2011, seguindo a tendência observada para o Continente, Norte e Ave (Figura III.1). Numa análise mais detalhada sobre os valores apresentados, é constatável que a taxa de abandono escolar para o ano de 2011 é de cerca de 1%, ficando consideravelmente abaixo dos restantes valores.

¹¹ Surge, pela primeira vez, em 1999 como resultado da cooperação europeia no *Employment Committee*, tendo sido incluído nos objetivos horizontais da Estratégia Europeia para o Emprego.

Ao analisar os dados referentes ao abandono escolar por freguesia para o município de Santo Tirso (Figura III.2) para o ano de 1991, a que apresenta uma menor taxa de abandono escolar é a de Palmeira, por outro lado temos as freguesias de Vilarinho e São Salvador do Campo, com valores mais expressivos.

Os dados revelam que entre 1991 e 2001 a taxa de abandono escolar diminui consideravelmente ao nível das freguesias, sendo que em algumas estas problemáticas é praticamente inexistente, contudo a freguesia de Sequeirô é ainda a que apresenta valores mais elevados, subsistindo também como a mais representativa no ano de 2011.

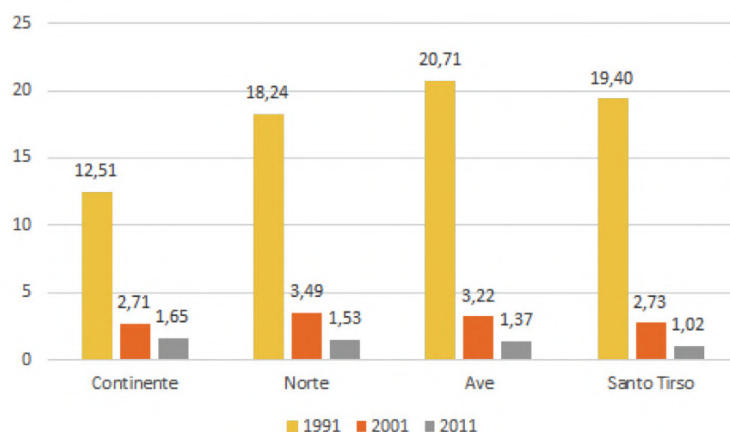


Figura III.1 - Evolução da taxa de abandono escolar, na NUT III e no município de Santo Tirso, para os anos de 1991, 2001 e 2011.

No ano de 2011 pode-se referir que grande parte das freguesias do município de Santo Tirso, não apresentam valores referentes à taxa de abandono escolar, o que denota uma evolução positiva, considerando como tal inexistente o abandono escolar nestas.

O município de Santo Tirso, com o objetivo de combater o insucesso escolar e o promover o sucesso escolar e consequentemente diminuir os valores referentes à taxa de abandono escolar, adotou uma série de estratégias que passam pelo desenvolvimento de projetos direcionados para estas temáticas, tal como consta no ponto 4. Projetos, Apoios e Medidas Educativas Municipais do presente documento, nomeadamente em 4.6 Projetos Educativos Municipais, 4.6.1 PIICIE - Agir para o Sucesso Escolar.

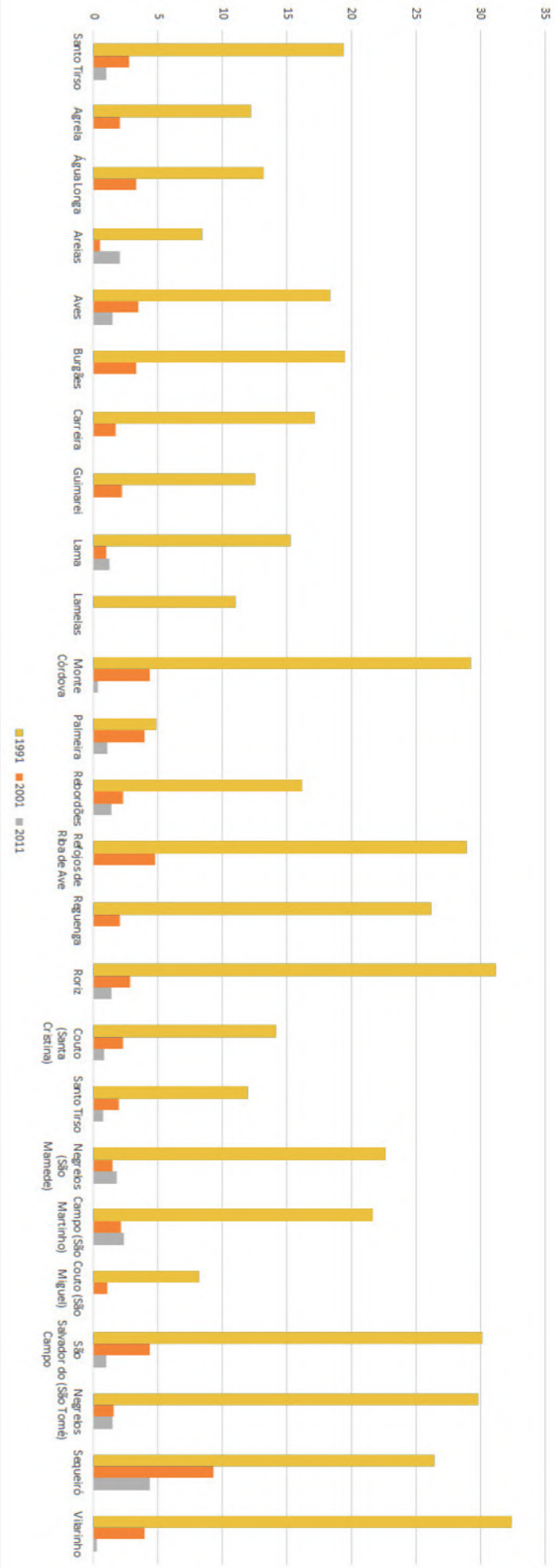


Figura III.2 - Evolução da taxa de abandono escolar, por freguesia, no município de Santo Tirso, para 1991, 2001 e 2011.

3.2 Caracterização do Parque Escolar

A caracterização e organização do parque escolar do município de Santo Tirso obedece ao exposto no artigo 8º da Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto em que refere que o ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. O mesmo diploma refere que o sistema educativo se inicia com a educação pré-escolar.

Segundo o artigo 43º referente aos estabelecimentos de educação e de ensino, da Lei 49/2005 de 30 de agosto: 1 - A educação pré-escolar realiza-se em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares onde também seja ministrado o 1º ciclo do ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras atividades sociais, nomeadamente de educação extraescolar. 2 - O ensino básico é realizado em estabelecimentos com tipologias diversas que abarcam a totalidade ou parte dos ciclos que o constituem, podendo, por necessidade de racionalização de recursos, ser ainda realizado neles o ensino secundário. 3 - O ensino secundário realiza-se em escolas secundárias pluricurriculares, sem prejuízo de, relativamente a certas matérias, se poder recorrer à utilização de instalações de entidades privadas ou de outras entidades públicas não responsáveis pela rede de ensino público para a realização de aulas ou outras ações de ensino e formação. 4 - A rede escolar do ensino secundário deve ser organizada de modo que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais. 5 - O ensino secundário deve ser predominantemente realizado em estabelecimentos distintos, podendo, com o objetivo de racionalização dos respetivos recursos, ser aí realizados ciclos do ensino básico, especialmente o 3º. 6 - As diversas unidades que integram a mesma instituição de ensino superior podem dispersar-se geograficamente em função da sua adequação às necessidades de desenvolvimento da região em que se inserem.

3.2.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A Rede de Educação Pré-escolar é assegurada por estabelecimentos da Rede Pública (30), da Rede Privada (4) e por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)(7), distribuídos por 41 estabelecimentos, sendo que, em 31 deles, para além da Educação Pré-escolar são ainda lecionados outros ciclos de ensino, 26 estabelecimentos com 1º ciclo, 4 até ao 3º ciclo de ensino e um estabelecimento até ao ensino secundário (Quadro III.6 e Figura III.3). Estes estabelecimentos estão maioritariamente concentrados na zona norte do concelho e apenas as Escolas do Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso estão presentes na zona mais a sul, isto prende-se com a distribuição da população Tirsense que se concentra também na zona mais a norte do concelho (Figura III.3).

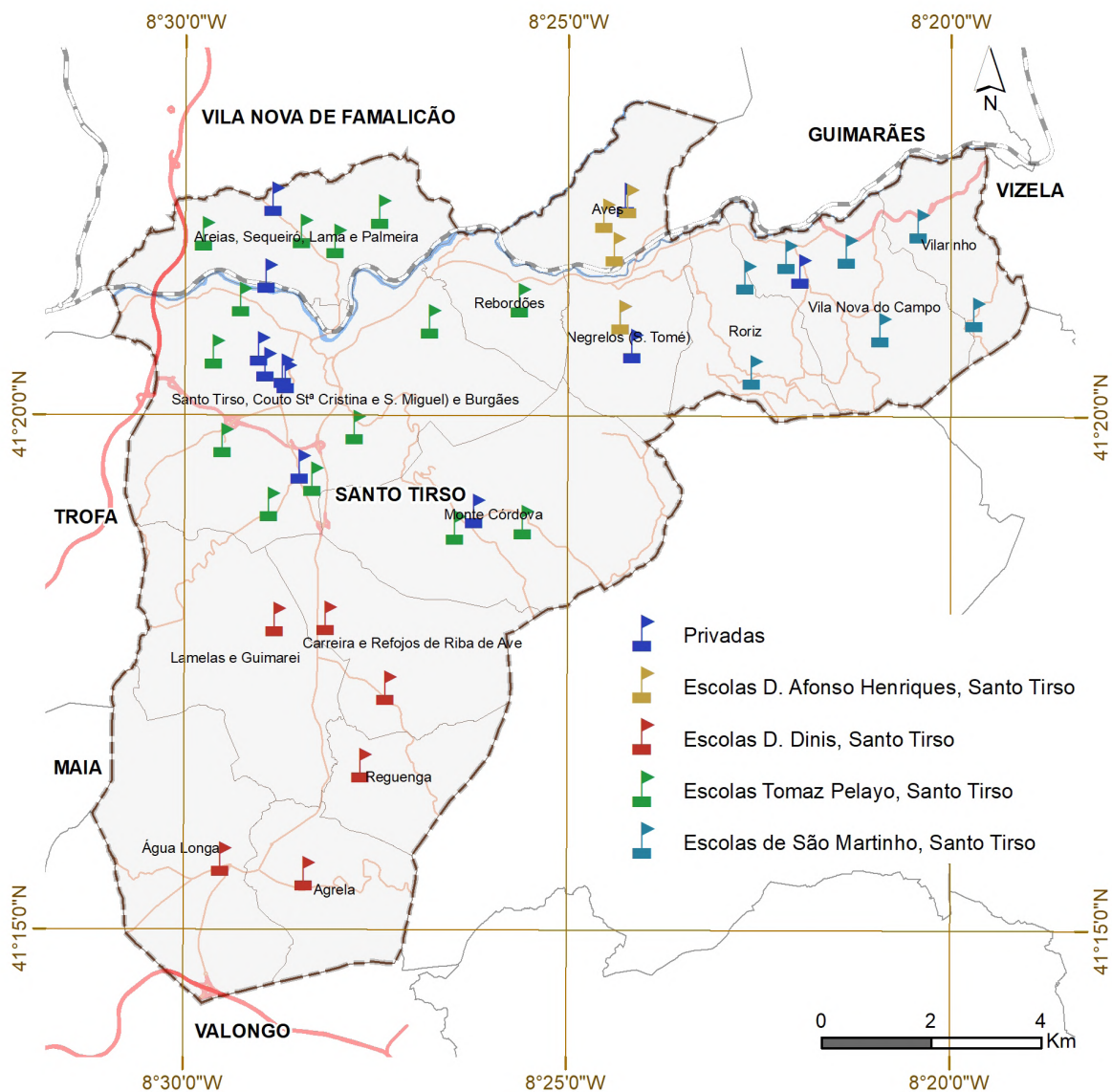


Figura III.3 - Distribuição das escolas do pré-escolar no município de Santo Tirso.

Quadro III.6 - Distribuição das escolas do pré-escolar, por agrupamento, localidade e natureza, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento	Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
Estabelecimentos de ensino não agrupados	A Torre dos Pequenos - Creche e Jardim de Infância Unipessoal Lda.	Areias	AB	Particular
	Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	Monte Córdova	A	IPSS ou equiparada
	Associação do Infantário de S. Tome de Negrelos	S. Tome de Negrelos	A	IPSS ou equiparada
	Associação do Infantário de Vila das Aves	Quintão	A	IPSS ou equiparada
	Casa de Benef. Dias Machado e Pat. I.Coração Maria	S. Martinho do Campo	A	IPSS ou equiparada
	Centro Infantil de Santo Tirso	Santo Tirso	A	IPSS ou equiparada
	Colégio "Santa Teresa de Jesus"	Santo Tirso	ABCD	Particular
	Colégio de Lourdes	Couto (Santa Cristina)	ABCDE	Particular
	Escola Básica da Ponte, Vila das Aves	São Tomé de Negrelos	ABCD	Público
	Jardim Escola João de Deus Santo Tirso	Santo Tirso	AB	Particular
	Jardim Infantil Comendador Abílio F. de Oliveira	Santo Tirso	A	IPSS ou equiparada
	Jardim Infantil da Associação Pró-Infância Nuno Álvares	Caldas da Saúde	A	IPSS ou equiparada

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;
B - 1.º Ciclo;
C - 2.º Ciclo;
D - 3.º Ciclo;
E - Secundário;
M - Artístico;
O - Profissional;
Q - Extraescolar

Continua

Quadro III.6 (continuação) - Distribuição das escolas do pré-escolar, por agrupamento, localidade e natureza, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento	Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	Vila das Aves	AB	Público
	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	São Tomé de Negrelos	ABCD	Público
	Escola Básica n.º1 de Quintão, Vilas das Aves, Santo Tirso ¹²	Vila das Aves	AB	Público
	Jardim de Infância das Fontainhas, Santo Tirso	Ponte - Vila das Aves	A	Público
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	Água Longa	AB	Público
	Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso	Agrela	AB	Público
	Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	Reguenga	AB	Público
	Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso	Guimarei	AB	Público
	Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	Carreira	AB	Público
	Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso	Refojos de Riba de Ave	AB	Público
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	Roriz	AB	Público
	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	Vilarinho	AB	Público
	Escola Básica de Olival, Santo Tirso	São Mamede Negrelos	AB	Público
	Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	S. Salvador do Campo	AB	Público
	Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso	Roriz	AB	Público
	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	S. Martinho do Campo	ABCD	Público

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;
B - 1.º Ciclo;
C - 2.º Ciclo;
D - 3.º Ciclo;

E - Secundário;
M - Artístico;
O - Profissional;
Q - Extraescolar

¹² Encerrou no ano letivo de 2019/2020.

Continua

Quadro III.6 (continuação) - Distribuição das escolas do pré-escolar, por agrupamento, localidade e natureza, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento	Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Areal, Couto -São Miguel, Santo Tirso	São Miguel do Couto	AB	Público
	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	Sta Cristina do Couto	AB	Público
	Escola Básica de Foral, Santo Tirso	Santo Tirso	AB	Público
	Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	Lama	AB	Público
	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	Sta Cristina do Couto	AB	Público
	Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	Monte Córdova	AB	Público
	Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	Palmeira	AB	Público
	Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	Monte Córdova	AB	Público
	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	Santo Tirso	AB	Público
	Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso	Sequeirô	AB	Público
	Escola Básica de Tarrío, Santo Tirso	Sta Cristina do Couto	AB	Público
	Jardim de Infância de Igreja, Areias, Santo Tirso	Areias	A	Público
	Jardim de Infância de Ribeiro, Rebordões, Santo Tirso	Rebordões	A	Público
	Jardim de Infância de Vinha, Burgães, Santo Tirso	Burgães	A	Público

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;
B - 1.º Ciclo;
C - 2.º Ciclo;
D - 3.º Ciclo;

E - Secundário;
M - Artístico;
O - Profissional;
Q - Extraescolar

3.2.2 ENSINO BÁSICO 1º CICLO

Relativamente aos estabelecimentos do Ensino Básico – 1º ciclo, o município de Santo Tirso, apresenta 37 estabelecimentos referentes a este ciclo de ensino, sendo 32 deles públicos e 5 de natureza privada (Quadro III.7). A lecionar exclusivamente o 1º ciclo são 5 estabelecimentos, 26 estabelecimentos com pré-escolar, 4 até ao 3º ciclo de ensino e 1 até ao ensino secundário. A espacialização destes estabelecimentos é observável na Figura III.4 e tal como nos estabelecimentos do pré-escolar, alguns deles coincidentes, se concentram mais na zona norte do concelho.

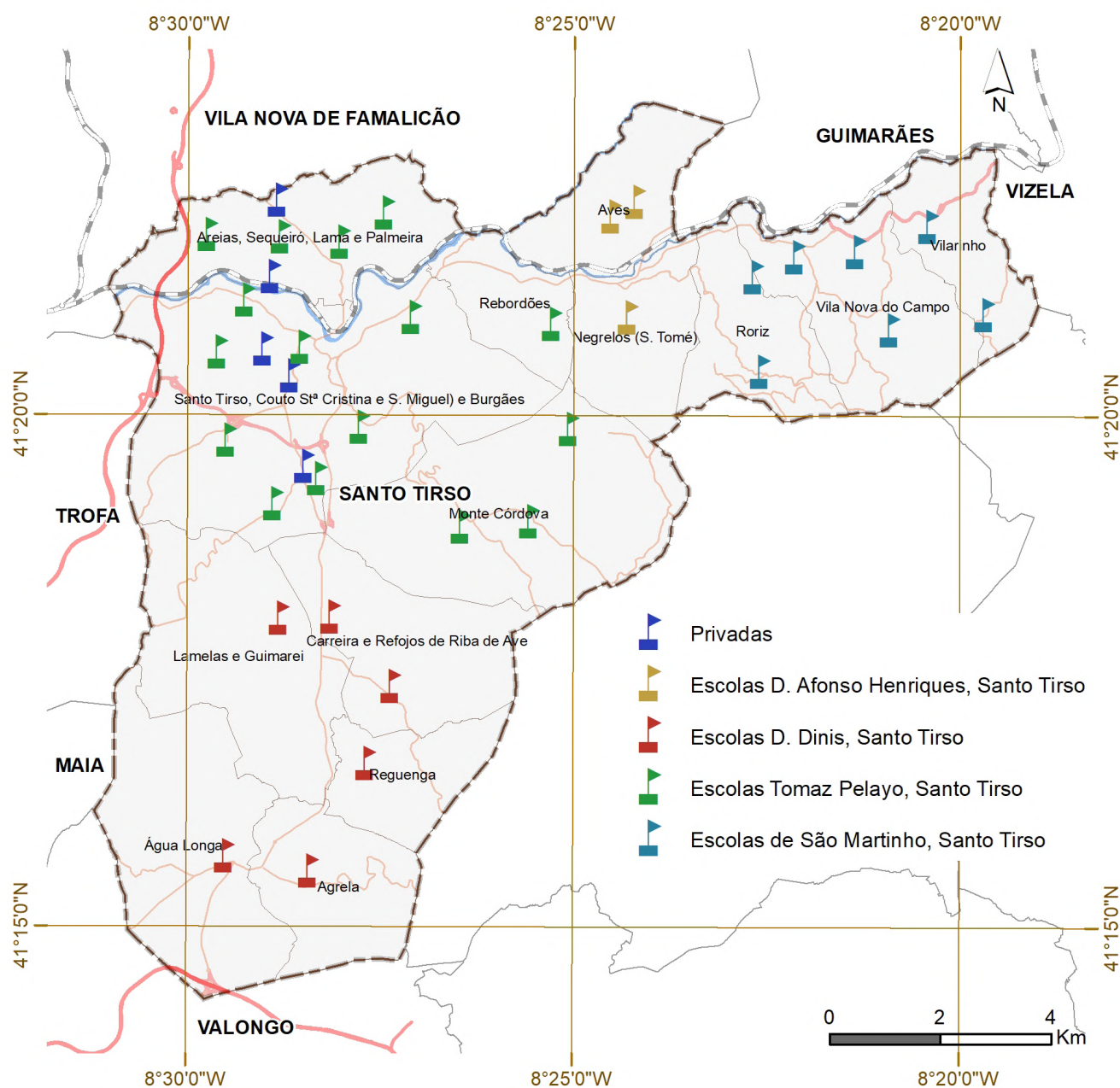


Figura III.4 - Distribuição das escolas do 1º Ciclo, no município de Santo Tirso.

Quadro III.7 - Distribuição das escolas a lecionar o 1º Ciclo, por localidade, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento	Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
Estabelecimentos de ensino não agrupados	A Torre dos Pequenos - Creche e Jardim de Infância Unipessoal Lda.	Areias	AB	Particular
	Colégio "Santa Teresa de Jesus"	Santo Tirso	ABCD	Particular
	Colégio de Lourdes	Couto (Santa Cristina)	ABCDE	Particular
	Escola Básica da Ponte, Vila das Aves, Santo Tirso	São Tomé de Negrelos	ABCD	Público
	Instituto Nun'Alvres	Areias	BCDE	Particular
	Jardim Escola João de Deus Santo Tirso	Santo Tirso	AB	Particular
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	Vila das Aves	AB	Público
	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	São Tomé de Negrelos	ABCD	Público
	Escola Básica n.º 1 de Quintão, Aves, Santo Tirso ¹³	Vila das Aves	AB	Público
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	Água Longa	AB	Público
	Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso	Agrela	AB	Público
	Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	Reguenga	AB	Público
	Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso	Guimarei	AB	Público
	Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	Carreira	AB	Público
	Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso	Refojos de Riba de Ave	AB	Público

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;
 B - 1.º Ciclo;
 C - 2.º Ciclo;
 D - 3.º Ciclo;

E - Secundário;
 M - Artístico;
 O - Profissional;
 Q - Extraescolar

13 Encerrou no ano letivo de 2019/2020.

Continua

Quadro III.7 (continuação) - Distribuição das escolas a lecionar o 1º Ciclo, por localidade, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento	Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	Roriz	AB	Público
	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	Vilarinho	AB	Público
	Escola Básica de Olival, Santo Tirso	São Mamede Negrelos	AB	Público
	Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	S. Salvador do Campo	AB	Público
	Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso	Roriz	AB	Público
	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	S. Martinho do Campo	ABCD	Público
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Aldeia Nova, Rebordões, Santo Tirso	Rebordões	B	Público
	Escola Básica de Areal, Couto-São Miguel, Santo Tirso	São Miguel do Couto	AB	Público
	Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso	Monte Córdova	B	Público
	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	Sta Cristina do Couto	AB	Público
	Escola Básica de Foral, Santo Tirso	Santo Tirso	AB	Público
	Escola Básica de Igreja, Areias, Santo Tirso	Areias	B	Público
	Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	Lama	AB	Público
	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	Sta Cristina do Couto	AB	Público
	Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	Monte Córdova	AB	Público
	Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	Palmeira	AB	Público
	Escola Básica de Ramada, Lajinhas, Santo Tirso	Lajinhas	B	Público
	Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	Monte Córdova	AB	Público

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;
B - 1.º Ciclo;
C - 2.º Ciclo;
D - 3.º Ciclo;

E - Secundário;
M - Artístico;
O - Profissional;
Q - Extraescolar

Continua

Quadro III.7 (continuação) - Distribuição das escolas a lecionar o 1º Ciclo, por localidade, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento	Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso (continuação)	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	S. Bento da Batalha	AB	Público
	Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso	Sequeirô	AB	Público
	Escola Básica de Tarrio, Santo Tirso	Sta Cristina do Couto	AB	Público
	Escola Básica n.º 1 de Santo Tirso	Santo Tirso	B	Público

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;	E - Secundário;
B - 1.º Ciclo;	M - Artístico;
C - 2.º Ciclo;	O - Profissional;
D - 3.º Ciclo;	Q - Extraescolar

3.2.3 ENSINO BÁSICO 2º CICLO

No município de Santo Tirso, observa-se a existência de 10 estabelecimentos de ensino a lecionar o 2º ciclo para o ano letivo de 2018/2019, sendo que destes 3 são privados, e os restantes 7 de natureza pública (Quadro III.8). A espacialização dos estabelecimentos de ensino por localidade está identificada na Figura III.5.

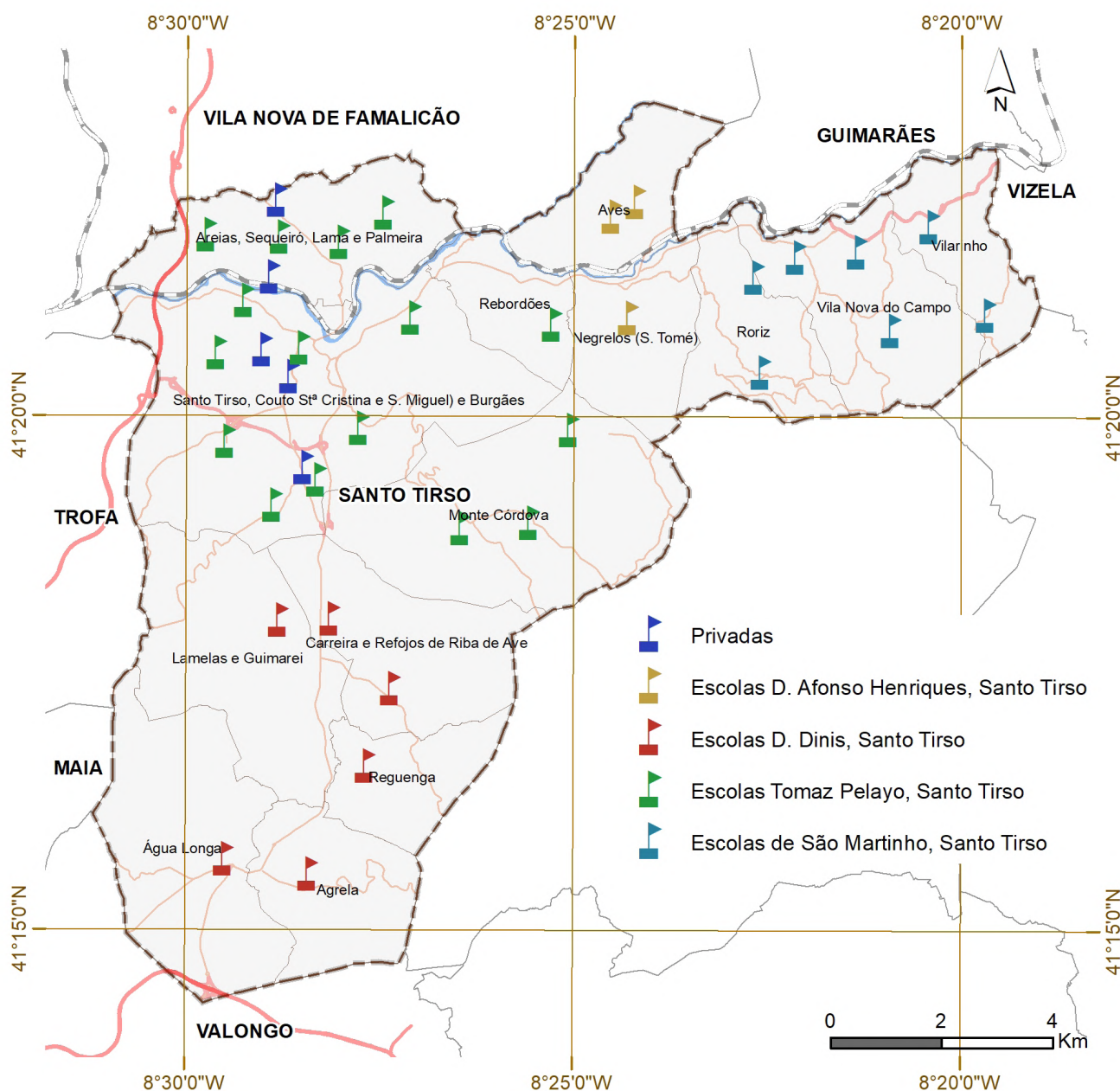


Figura III.5 - Distribuição das escolas do 2º Ciclo no município de Santo Tirso.

Quadro III.8 - Distribuição das escolas a lecionar o 2º Ciclo, por localidade, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento	Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
Estabelecimentos de ensino não agrupados	Colégio "Santa Teresa de Jesus"	Santo Tirso	ABCD	Particular
	Colégio de Lourdes	Couto (Santa Cristina)	ABCDE	Particular
	Escola Básica da Ponte, Vila das Aves, Santo Tirso	São Tomé de Negrelos	ABCD	Público
	Instituto Nun'Alvres	Areias	BCDE	Particular
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso	Vila das Aves	CD	Público
	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	São Tomé de Negrelos	ABCD	Público
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso	Agrela	CD	Público
	Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	Santo Tirso	CDE	Público
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	S. Martinho do Campo	ABCD	Público
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santo Tirso	Santo Tirso	CD	Público

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;
 B - 1.º Ciclo;
 C - 2.º Ciclo;
 D - 3.º Ciclo;

E - Secundário;
 M - Artístico;
 O - Profissional;
 Q - Extraescolar

3.2.4 ENSINO BÁSICO 3º CICLO

No município de Santo Tirso relativamente ao ano letivo de 2018/2019, verifica-se a existência de 11 estabelecimentos de ensino a ministrar o 3º ciclo do ensino básico, sendo que destes 3 são de natureza privada e os restantes de natureza pública (Quadro III.9 e Figura III.6).

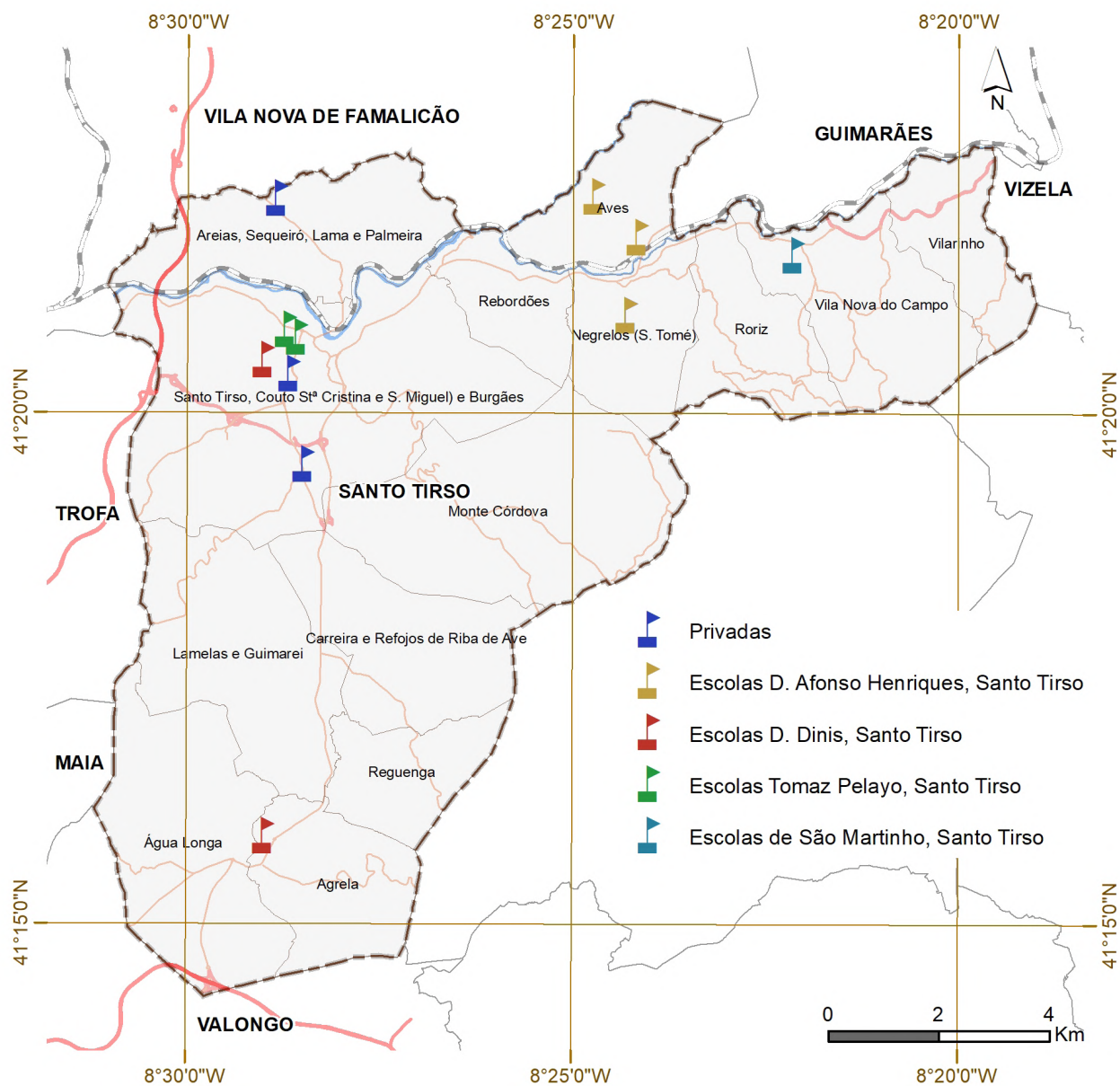


Figura III.6 - Distribuição das escolas do 3º Ciclo no município de Santo Tirso.

Quadro III.9 - Distribuição das escolas a lecionar o 3º Ciclo, por localidade, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento	Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
Estabelecimentos de ensino não agrupados	Colégio "Santa Teresa de Jesus"	Santo Tirso	ABCD	Particular
	Colégio de Lourdes	Couto (Santa Cristina)	ABCDE	Particular
	Escola Básica da Ponte, Vila das Aves, Santo Tirso	São Tomé de Negrelos	ABCD	Público
	Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso	Santo Tirso	DO	Público
	Escola Profissional de Serviços CIDENAI	Santo Tirso	DO	Particular
	Instituto Nun'Alvres	Areias	BCDE	Particular
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso	Vila das Aves	CD	Público
	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	São Tomé de Negrelos	ABCD	Público
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso	Agrela	CD	Público
	Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	Santo Tirso	CDE	Público
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	S. Martinho do Campo	ABCD	Público
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santo Tirso	Santo Tirso	CD	Público
	Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Santo Tirso	DE	Público

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;
 B - 1.º Ciclo;
 C - 2.º Ciclo;
 D - 3.º Ciclo;

E - Secundário;
 M - Artístico;
 O - Profissional;
 Q - Extraescolar

3.2.5 CURSOS DE ENSINO VOCACIONAL

Os Cursos Vocacionais constituem-se como uma modalidade de ensino orientada para a formação inicial dos alunos e têm como público-alvo os alunos a partir dos 13 anos de idade que manifestem constrangimentos com os estudos do ensino regular e procurem uma alternativa a este tipo de ensino, designadamente aqueles que tiveram duas retenções no mesmo ciclo ou três em ciclos diferentes (Portaria n.º 292-A/2012 de 26 de setembro). Estes cursos privilegiam tanto a aquisição de conhecimentos em disciplinas estruturantes, como o Português, a Matemática e o Inglês, mas também o primeiro contato com diferentes atividades vocacionais, e permitem o prosseguimento de estudos no ensino secundário.

Neste município, os Cursos de Ensino Vocacional aprovados para o ano letivo 2018/2019, são lecionados em 5 estabelecimentos, 4 estabelecimentos da Rede Pública, (Quadro III.10).

Quadro III.10 - Cursos vocacionais, no ano letivo 2018/2019, em Santo Tirso.

Escola	Natureza	Ciclo	Curso
Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	Público	3º ciclo	Curso Vocacional de 3º ciclo
Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento	Público	3º ciclo	Curso Vocacional Básico- Área Agrícola
Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Público	3º ciclo	Informática, Eletrónica e Mecânica
	Público	3º ciclo	Instalação, Reparação e Manutenção de Sistemas Informáticos
	Público	3º ciclo	Técnico de Mecânica Geral
Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	Público	3º ciclo	Informática, Artes Gráficas e Desporto

Fonte: Rede de Cursos Vocacionais – Ensino Básico – 2018/2019, DGEstE.

3.2.6 ENSINO SECUNDÁRIO

De acordo com o Artigo 10º referente à organização do ensino secundário, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 49/2005 de 30 de agosto) refere que:

1. Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completarem com aproveitamento o ensino básico.
2. Os cursos do ensino secundário têm a duração de três anos.
3. O ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.
4. É garantida a permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida ativa e os cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos.
5. A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito à atribuição de um diploma, que certificará a formação adquirida e, nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida ativa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de atividades profissionais determinadas.
6. No ensino secundário cada professor é responsável, em princípio, por uma só disciplina.
7. Podem ser criados estabelecimentos especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

No município de Santo Tirso são 5 os Estabelecimentos de Ensino Secundário, 2 da rede privada e 3 da rede pública (Quadro III.11 e Figura III.7).

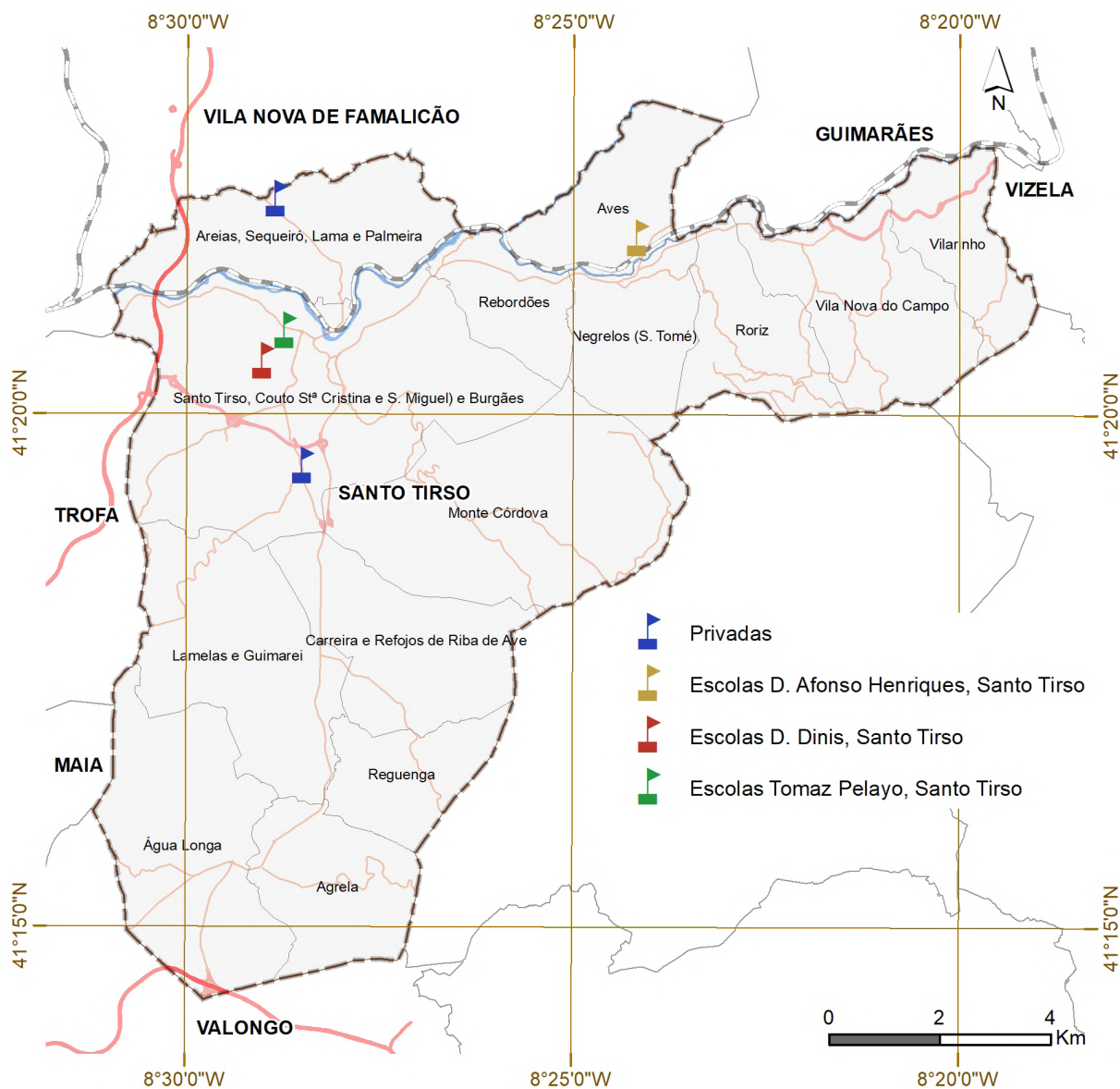


Figura III.7 - Distribuição das escolas do ensino secundário no município de Santo Tirso.

Quadro III.11 – Distribuição das escolas a lecionar ensino secundário, por localidade, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento	Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
	Colégio de Lourdes	Couto (Santa Cristina)	ABCDE	Particular
	Instituto Nun'Alvres	Areias	BCDE	Particular
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	Vila das Aves	E	Público
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	Santo Tirso	CDE	Público
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Santo Tirso	DE	Público

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;
 B - 1.º Ciclo;
 C - 2.º Ciclo;
 D - 3.º Ciclo;
 E - Secundário;
 M - Artístico;
 O - Profissional;
 Q - Extraescolar

3.2.7 ENSINO PROFISSIONAL

De acordo com o Artigo 22º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 49/2005 de 30 de agosto):

1. A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida ativa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.
2. Têm acesso à formação profissional: a) Os que tenham concluído a escolaridade obrigatória; b) Os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta; c) Os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissional.
3. A formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciadas.
4. A formação profissional estrutura-se por forma a desenvolver ações de: a) Iniciação profissional; b) Qualificação profissional; c) Aperfeiçoamento profissional; d) Reconversão profissional.

O Ensino Profissional é assegurado, em Santo Tirso, por 4 estabelecimentos, 1 de natureza pública e os restantes privados. Para além das Escolas Profissionais as três Escolas Secundárias também lecionam cursos profissionais. (Quadro III.12, Quadro III.13 e Figura III.8).

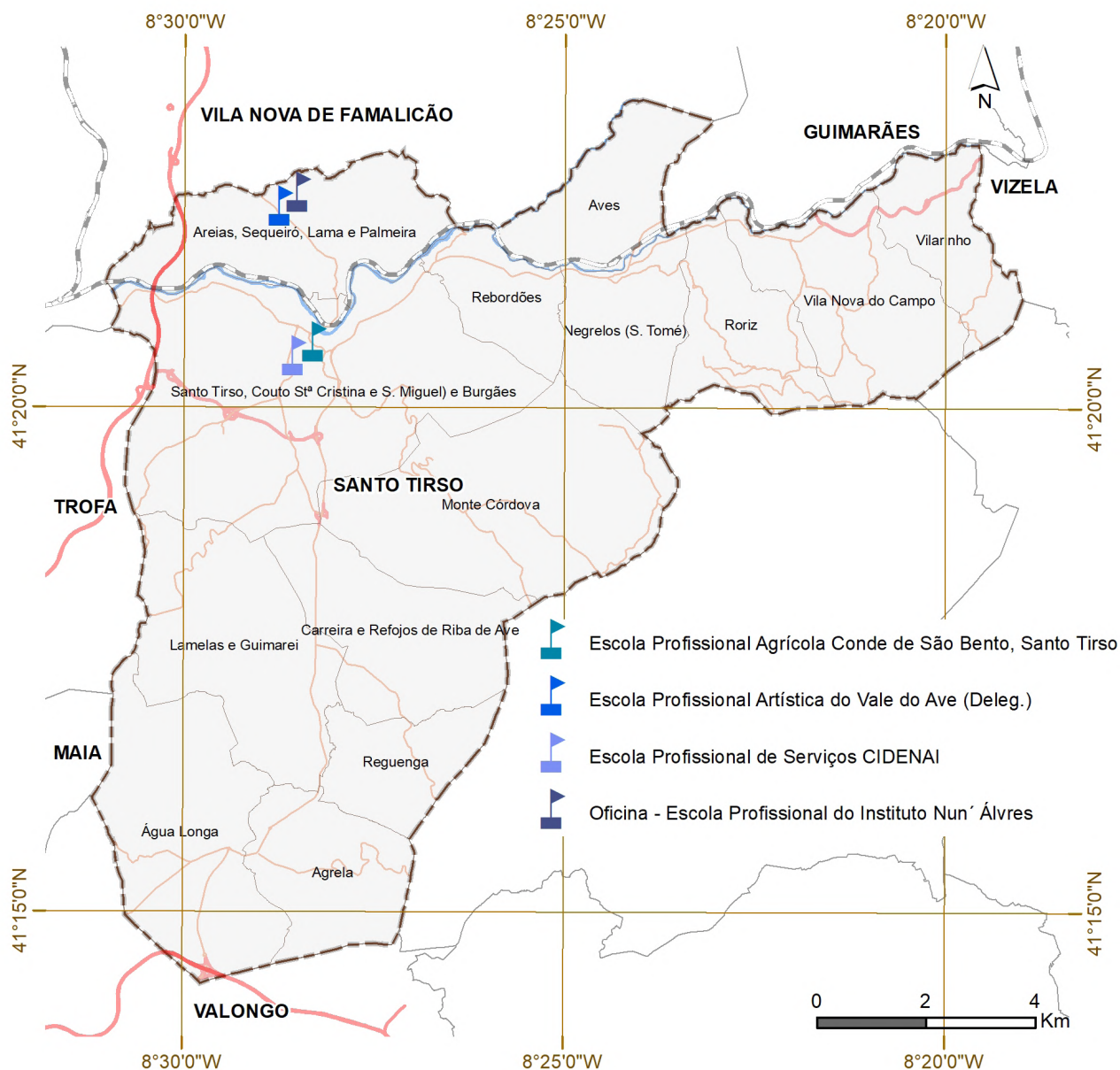


Figura III.8 - Distribuição das escolas profissionais no município de Santo Tirso.

Quadro III.12 - Distribuição das escolas profissionais, por localidade, no ano letivo 2018/2019.

Escola	Localidade	Ensinos	Natureza
Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso	Santo Tirso	DO	Público
Escola Profissional Artística do Vale do Ave	Santo Tirso	O	Particular
Escola Profissional de Serviços CIDENAI	Santo Tirso	DO	Particular
Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun'Alvres	Santo Tirso	O	Particular

Fonte: DGEstE, 2019.

Legenda

A - Pré-escolar;
 B - 1.º Ciclo;
 C - 2.º Ciclo;
 D - 3.º Ciclo;

E - Secundário;
 M - Artístico;
 O - Profissional;
 Q - Extraescolar

Os cursos profissionais ministrados no município de Santo Tirso, no ano letivo de 2018/2019, encontram-se enumerados no Quadro III.13. São variados os temas de estudo nos cursos disponíveis e na sua maioria são de percurso do nível secundário de educação, à exceção de um curso Básico de Instrumento lecionado na Escola Profissional Artística do Vale do Ave que é equivalente ao 3º ciclo de ensino.

Quadro III.13 - Listagem de cursos profissionais, no ano letivo 2018/2019, em Santo Tirso.

Escola	Natureza	Curso	Ciclo	Nº de Turmas
Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	Público	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Secundário	1
	Público	Técnico de Turismo	Secundário	1
Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	Público	Técnico de Análise Laboratorial	Secundário	1
	Público	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	Secundário	1

Fonte: DGEstE, 2019.

Continua

Quadro III.13 (continuação) - Listagem de cursos profissionais, no ano letivo 2018/2019, em Santo Tirso.

Escola	Natureza	Curso	Ciclo	Nº de Turmas
Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Público	Técnico de Eletrotecnia	Secundário	1
	Público	Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica	Secundário	1
	Público	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Secundário	1
	Público	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	Secundário	1
	Público	Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente	Secundário	1
	Público	Técnico de Gestão	Secundário	1
Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento	Público	Técnico de Produção Agrária	Secundário	1
	Público	Técnico de Produção Agrária	Secundário	1
	Público	Técnico de Restauração - Restaurante/Bar	Secundário	1
	Público	Técnico de Restauração - Cozinha/Pastelaria	Secundário	1
	Público	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	Secundário	1
Escola Profissional Artística do Vale do Ave (Deleg.)	Particular	Básico de Instrumento	Básico-3º	1
	Particular	Instrumentista de Cordas e de Tecla	Secundário	1
Instituto Nun'Alvres	Particular	Técnico Auxiliar de Saúde	Secundário	1
	Particular	Técnico de Restaurante e Bar	Secundário	1
	Particular	Técnico de Cozinha e Pastelaria	Secundário	1
	Particular	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	Secundário	1

Fonte: DGEstE, 2019.

Continua

Quadro III.13 (continuação) - Listagem de cursos profissionais, no ano letivo 2018/2019, em Santo Tirso.

Escola	Natureza	Curso	Ciclo	Nº de Turmas
Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun'Alvres	Particular	Técnico de Audiovisuais	Secundário	1
	Particular	Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	Secundário	1
	Particular	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Secundário	1
	Particular/Independente	Técnico de Desenho Digital 3D	Secundário	1
	Particular/Independente	Técnico de Multimédia	Secundário	1
Escola Profissional de Serviços CIDENAI	Particular	Técnico de Secretariado	Secundário	1
	Particular	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Secundário	1
Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	Público	Técnico Auxiliar de Saúde	Secundário	1

Fonte: Rede de Cursos profissionais 2018/2019, DGEstE, 2019.

3.2.8 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe o Artigo 55º do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30/01 que conselho municipal de educação é uma instância de consulta, que tem por objetivo a nível municipal, analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Para a prossecução dos objetivos referidos no artigo anterior, compete ao conselho municipal de educação deliberar, em especial, sobre as seguintes matérias:

- a. Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego; b) Acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os departamentos governamentais com competência na matéria, com vista a garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do concelho;
- b. Emitir parecer obrigatório sobre a abertura e o encerramento de estabelecimentos de educação e ensino;
- c. Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia;
- d. Apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município;

- e. Adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação;
- f. Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de atividades de enriquecimento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania;
- g. Programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos;
- h. Intervenções de qualificação e requalificação de edifícios escolares.

Compete, ainda, ao conselho municipal de educação analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.

Para o exercício das competências do conselho municipal de educação devem os seus membros disponibilizar a informação de que disponham relativa aos assuntos a tratar, cabendo, ainda, ao representante do departamento governamental com competência na matéria apresentar, em cada reunião, um relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo, designadamente sobre os aspetos referidos no número anterior.

Em resultado das alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 21/2019, designadamente, no que se refere à integração de novos representantes, conforme previsto no seu artigo 57.º, a Câmara municipal encontra-se a desencadear os procedimentos necessários à atualização da sua composição, em respeito pelo definido no seu artigo 57.º.

Quadro III.14 - Membros do Conselho Municipal de Educação, 2019.

Instituição e cargo	Nome
Câmara Municipal Santo Tirso - Presidente	Alberto Costa
Assembleia Municipal de Santo Tirso - Presidente	Rui Ribeiro
Câmara Municipal de Santo Tirso - Vereadora da Educação	Sílvia Tavares
Representante das Freguesias do Concelho	Marco Cunha
Representante do departamento governamental responsável pela área da educação	Jorge Araújo (em substituição do delegado Regional)
Representante do pessoal docente do ensino secundário público – Prof.º da Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Eusébio Machado
Representante do pessoal docente do ensino básico público – Prof.º da Escola Básica de São Martinho do Campo, Santo Tirso	Luís Oliveira
Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública – Educadora da Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	Maria Fernanda Sousa

Fonte: Divisão de Educação, Município de Santo Tirso, 2019.

Continua

Quadro III.14 (continuação) - Membros do Conselho Municipal de Educação, 2019.

Instituição e cargo	Nome
Representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados – Diretor Pedagógico do Instituto Nun'Alvres	Carlos Carvalho
Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação	Conforme determina o artigo 7.º do respetivo regimento interno, está a ser diligenciada a substituição e alteração destes representantes.
Representante das Associações de Estudantes – Presidente da Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	Presidente da Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso
Representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação – Diretora Pedagógica da Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos	Juliana Castro
Representante dos serviços públicos de saúde – Coordenador da unidade de saúde pública – ACES do Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa	Luciano Santos
Representante dos serviços de segurança social - Coordenadora do Núcleo Local de Inserção de Santo Tirso	Maria do Carmo Barbosa
Representante dos serviços de emprego e formação profissional - Diretora do Centro de Emprego de Santo Tirso	Isabel Cruz
Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto	Olívia Alves
Representante das forças de segurança - Comandante do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana em Santo Tirso, Capitão e Subcomissário da Polícia de Segurança Pública	Filipe Carvalho de Castro Luís Manuel Rodrigues Ferreira
Representante do Conselho Municipal de Juventude	José Pedro Martins
Diretora do Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Cláudia Soares
Diretor do Agrupamento de Escolas de S. Martinho, Santo Tirso	José Barbosa
Diretor do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Vila das Aves, Santo Tirso	Severina Fontes
Diretor do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Fernando Almeida
Gestora da Escola Básica da Ponte	Eugénia Tavares
Diretor da Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento	Carlos Frutuosa

Fonte: Divisão de Educação, Município de Santo Tirso, 2019.

3.3 Oferta de Educação e Formação

3.3.1 PROGRAMA QUALIFICA – FORMAÇÃO DE ADULTOS

O Programa Qualifica é um programa vocacionado para a qualificação de adultos que tem por objetivo melhorar os níveis de educação e formação, contribuindo para a melhoria dos níveis de qualificação da população e a melhoria da empregabilidade dos indivíduos.

De acordo com os dados do Eurostat (2016), mais de metade da população, entre os 25 e os 64 anos, tem um nível de qualificação igual ou inferior ao ensino básico (9.º ano de escolaridade). O Programa Qualifica pretende assim dar um novo impulso à mobilização da população adulta na procura de qualificações.

Este programa tem por objetivo:

- Aumentar os níveis de qualificação e melhorar a empregabilidade das pessoas;
- Reduzir as taxas de analfabetismo (5,6%¹⁴) e semianalfabetismo;
- Corrigir o atraso do país em matéria de escolarização, aproximando-o da Europa;
- Adequar a oferta e a rede formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos modelos de desenvolvimento nacionais e regionais.

O Centro informa, orienta, encaminha e certifica tanto a nível escolar como profissional.

No concelho existem dois Centros Qualifica a funcionar nas sedes dos seguintes Agrupamentos:

- Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso;
- Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso.

3.3.2 UNIVERSIDADE SÉNIOR

Em Santo Tirso existem atualmente duas Universidades Seniores:

- A Universidade Sénior de Santo Tirso (UST) foi criada, com a colaboração de professores e a Câmara Municipal, em 2005, como resposta aos movimentos culturais contemporâneos, às necessidades locais e a uma população cada vez mais envelhecida. Para além dos objetivos pedagógicos a UST promove espaços de convívio e participação social que ajudam no combate ao sedentarismo e ao isolamento social. No que respeita ao ensino, a UST ministra diversas áreas: Informática, Saúde, Pintura, Canto, Yoga, Línguas, Poesia, Literatura e Música.
- A Universidade Sénior de Vila das Aves, apresenta um programa formativo estruturado em 3 períodos que ocupam cerca de 16 horas semanais, com uma oferta formativa bastante flexível e homogénea, contendo disciplinas optativas, teóricas e práticas que se complementam com visitas culturais, convívios, passeios e outras. Tal com a UST ministra diversas áreas: Informática, Saúde, Atividades Desportivas, Pintura, Culinária, entre outras.

14 De acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS). INE, PORDATA.

3.3.3 CURSOS TESP

Os cursos TESP são cursos superiores com a duração de 4 semestres letivos, incluindo estágio de um semestre. A sua conclusão confere um Diploma de Técnico Superior Profissional de nível 5 no Quadro Nacional de Qualificações.

No concelho de Santo Tirso são lecionados 3 destes cursos, em parceria com o ISEP, nas Instalações da Fábrica de Santo Thyrsó, o Curso Técnico Superior Profissional em Tecnologia Mecânica, Curso Técnico Superior Profissional em Automação, Robótica e Controlo Industrial e o Curso Técnico Superior Profissional em Sistemas Eletromecânicos.

3.4 Caracterização das Infraestruturas

A existência de infraestruturas adequadas ao nível etário de cada ano de escolaridade representa uma mais-valia na aprendizagem. O número de salas existentes em cada estabelecimento de ensino determina a sua capacidade de acolhimento.

3.4.1 TAXA DE OCUPAÇÃO E SATURAÇÃO DOS RECINTOS

A taxa de ocupação dos recintos escolares permite aferir a relação entre a oferta e a procura de ensino numa determinada escola. No Quadro III.15 foi calculada a taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino do concelho, utilizando a relação entre a capacidade total do edifício escolar e o número total de alunos a frequentar cada um deles.

A taxa de ocupação média, do concelho, é de 57.93%, o valor mais elevado é da Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun'Álvres (103.80%) e o valor mais baixo é do Jardim de Infância de Ribeiro, Rebordões, Santo Tirso (14%).

De forma a combater as baixas taxas de ocupação, equacionar-se-á a reorganização de algumas das escolas e consequentemente a deslocalização dos alunos para outras, optando-se pelas de maior dimensão e com melhores condições para os alunos.

Quadro III.15 - Taxa de ocupação dos Recintos, 2019.

AGRUPAMENTO	ESCOLA	Nº Alunos	Capacidade	Taxa de Ocupação
Não aplicável	Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun'Álvres	355	342	103.80%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	1201	2400	50.008%
Não aplicável	Escola Profissional Artística do Vale do Ave (Deleg.)	180	180	100.00%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	652	652	100.00%
Não aplicável	Jardim Infantil Comendador Abílio F. de Oliveira	127	129	98.45%
Não aplicável	Centro Infantil de Santo Tirso	101	110	91.82%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	138	154	89.61%
Não aplicável	Casa de Benef. Dias Machado e Pat. I. Coração Maria	165	200	82.50%
Não aplicável	Escola Básica da Ponte, Vila das Aves, Santo Tirso	221	273	80.95%
Não aplicável	Escola Profissional de Serviços CIDENAI	140	175	80.00%

Continua

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Quadro III.15 (continuação) - Taxa de ocupação dos Recintos, 2019.

AGRUPAMENTO	ESCOLA	Nº Alunos	Capacidade	Taxa de Ocupação
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Jardim de Infância de Igreja, Areias, Santo Tirso	39	50	78.00%
Não aplicável	Jardim Infantil da Associação Pró-Infância Nuno Álvares	77	100	77.00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Areal, Couto-São Miguel, Santo Tirso	116	153	75.82%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	97	128	75.78%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	51	77	70.83%
Não aplicável	A Torre dos Pequenos - Creche e Jardim de Infância Unipessoal Lda.	150	214	70.09%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	87	128	67.97%
Não aplicável	Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso	269	404	66.58%
Não aplicável	Colégio de Lourdes	340	517	65.76%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Jardim de Infância de Vinha, Burgães, Santo Tirso	32	50	64.00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	65	102	63.73%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	124	206	60.19%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Tárrio, Santo Tirso	61	102	59.80%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	116	206	56.31%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	89	179	49.72%
Não aplicável	Colégio "Santa Teresa de Jesus"	297	613	48.45%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Foral, Santo Tirso	86	179	48.04%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	49	102	48.04%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso	49	103	47.57%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Ramada, Lajinhas, Santo Tirso	44	156	45.83%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Continua

Quadro III.15 (continuação) - Taxa de ocupação dos Recintos, 2019.

AGRUPAMENTO	ESCOLA	Nº Alunos	Capacidade	Taxa de Ocupação
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santo Tirso	268	960	27,91%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Areias, Santo Tirso	71	156	45.51%
Não aplicável	Jardim Escola João de Deus Santo Tirso	34	175	45.33%
Não aplicável	Associação do Infantário de S. Tome de Negrelos	61	143	42.66%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	42	103	40.78%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica n.º 1 de Santo Tirso	95	208	45,67%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	41	103	39.81%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	39	103	37.86%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso	39	103	37.86%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso	48	129	37.21%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Olival, Santo Tirso	56	154	36.36%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso	64	180	35.56%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	39	121	32.23%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso	25	78	32.05%
Não aplicável	Instituto Nun'Álvres	531	1 796	30.00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Aldeia Nova, Rebordões, Santo Tirso	21	78	28.38%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso	37	153	24.18%
Não aplicável	Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	17	77	22.08%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Jardim de Infância de Ribeiro, Rebordões, Santo Tirso	7	50	14.00%

Continua

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Quadro III.15 (continuação) - Taxa de ocupação dos Recintos, 2019.

AGRUPAMENTO	ESCOLA	Nº Alunos	Capacidade	Taxa de Ocupação
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso	567	X	X
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	229	X	X
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	458	X	X
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica n.º 1 de Quintão, Aves, Santo Tirso	27	X	X
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	392	X	X
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Jardim de Infância das Fontainhas, Santo Tirso	50	X	X
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	1 258	X	X
Não aplicável	Associação do Infantário de Vila das Aves*			
Não aplicável	Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde*			
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso*			

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Legenda

X - Sem informação

*Não responderam

3.4.2 TAXA DE OCUPAÇÃO E SATURAÇÃO DOS ESPAÇOS

A Taxa de Ocupação/Saturação¹⁵ dos espaços/salas foi calculada com base numa capacidade total de 25 alunos por sala, para o pré-escolar e 26 para o 1º ciclo, de acordo com o Despacho Normativo n.º 10-A/2018, que estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória. Estes valores estão representados por estabelecimento (Quadro III.16 e Quadro III.17).

De acordo com os parâmetros estabelecidos ao nível da capacidade de 25 alunos por sala de aula, os valores expressos no Quadro III.22, indicam que para o município de Santo Tirso, no ano de 2019 existem dois estabelecimentos com taxa de ocupação de 100% e superior, são eles o Colégio de Lourdes (106%) e a Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso (100%), e treze estabelecimentos com taxa de ocupação inferior a 30% sendo o que apresenta o valor mais baixo a Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova (13,6%).

¹⁵ A Taxa de Ocupação/Saturação de um espaço ou sala foi calculada com base na relação da ocupação efetiva de um espaço De acordo com o estabelecido no Despacho Normativo n.º 10-A/2018.

Os dados referentes à taxa de ocupação/saturação para o 1º ciclo (Quadro III.17) foram calculados com um parâmetro de 26 alunos por sala/turma¹⁶. A Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso é a que apresenta os valores mais elevados (114%) e o Jardim Escola João de Deus o que apresenta os valores mais baixos (12,5%) de taxa de ocupação de salas/turmas.

Quadro III.16 - Taxa de ocupação/saturação, no pré-escolar, do município de Santo Tirso, 2019.

Agrupamento	Escola	Nº Alunos	Nº de Salas	Parâmetro	Taxa de Ocupação
Não aplicável	Colégio de Lourdes	106	4	25	106,00%
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	50	2	25	100,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	47	2	25	94,00%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	43	2	25	86,00%
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	39	2	25	78,00%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	39	2	25	78,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Jardim de Infância de Igreja, Areias, Santo Tirso	39	2	25	78,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Areal, Couto - São Miguel, Santo Tirso	38	2	25	76,00%
Não aplicável	Jardim Infantil Comendador Abílio F. de Oliveira	127	7	25	72,57%
Não aplicável	Casa de Beneficência Dias Machado	165	10	25	66,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	33	2	25	66,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Jardim de Infância de Vinha, Burgães, Santo Tirso	32	2	25	64,00%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

¹⁶ De acordo com o estabelecido no Despacho Normativo n.º 10-A/2018.

Quadro III.16 (continuação) - Taxa de ocupação/saturação, no pré-escolar, do município de Santo Tirso, 2019.

Agrupamento	Escola	Nº Alunos	Nº de Salas	Parâmetro	Taxa de Ocupação
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	31	2	25	62,00%
Não aplicável	Centro Infantil de Santo Tirso	101	7	25	57,71%
Não aplicável	Jardim de Infância a Torre dos Pequenos	80	6	25	53,33%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	26	2	25	52,00%
Não aplicável	Associação Pró-Infância Nuno Álvares	77	6	25	51,33%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	25	2	25	50,00%
Não aplicável	Associação do Infantário de S. Tome de Negrelos	61	5	25	48,80%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Foral, Santo Tirso	23	2	25	46,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	23	2	25	46,00%
Não aplicável	Escola Básica da Ponte	23	2	25	46,00%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso	23	2	25	46,00%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso	21	2	25	42,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Tarrío, Santo Tirso	21	2	25	42,00%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Olival, Santo Tirso	20	1	25	80,00%
Não aplicável	Colégio Santa Teresa de Jesus	48	5	25	38,40%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	19	2	25	38,00%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso	19	2	25	38,00%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	18	2	25	36,00%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Continua

Quadro III.16 (continuação) - Taxa de ocupação/saturação, no pré-escolar, do município de Santo Tirso, 2019.

Agrupamento	Escola	Nº Alunos	Nº de Salas	Parâmetro	Taxa de Ocupação
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	18	2	25	36,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	18	2	25	36,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	16	2	25	32,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Jardim de Infância de Ribeiro, Rebordões, Santo Tirso	7	1	25	28,00%
Não aplicável	Jardim Escola João de Deus	21	3	25	28,00%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso	13	2	25	26,00%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	13	2	25	26,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso	10	2	25	20,00%
Não aplicável	Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	17	5	25	13,60%
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica n.º 1 de Quintão, Aves, Santo Tirso	8	X	25	X
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Jardim de Infância das Fontainhas, Santo Tirso	50	X	25	X

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.
 Legenda: X - Sem informação

Quadro III.17 - Taxa de ocupação/saturação, no 1º Ciclo, do município de Santo Tirso, 2019.

Agrupamento	Escolas	Nº Alunos	Nº de Salas	Parâmetro	Taxa de ocupação
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	119	4	26	114,42%
Não aplicável	Instituto Nun'Alvres	96	4	26	92,31%

Continua

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Quadro III.17 (continuação) - Taxa de ocupação/saturação, no 1º Ciclo, do município de Santo Tirso, 2019.

Agrupamento	Escolas	Nº Alunos	Nº de Salas	Parâmetro	Taxa de ocupação
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	190	8	26	91,35%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	91	4	26	87,50%
Não aplicável	Escola Básica da Ponte	90	4	26	86,54%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Ramada, Lajinhas, Santo Tirso	44	2	26	84,62%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	64	3	26	82,05%
Não aplicável	Colégio de Lourdes	84	4	26	80,77%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	81	4	26	77,88%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	40	2	26	76,92%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Areal, Couto - São Miguel, Santo Tirso	78	4	26	75,00%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Tarrio, Santo Tirso	39	2	26	75,00%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	77	4	26	74,04%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso	35	2	26	67,31%
Não aplicável	Jardim de Infância a Torre dos Pequenininos	70	4	26	67,31%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	33	2	26	63,46%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	64	4	26	61,54%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	58	4	26	55,77%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	29	2	26	55,77%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Areias, Santo Tirso	71	5	26	54,62%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Continua

Quadro III.17 (continuação) - Taxa de ocupação/saturação, no 1º Ciclo, do município de Santo Tirso, 2019.

Agrupamento	Escolas	Nº Alunos	Nº de Salas	Parâmetro	Taxa de ocupação
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso	28	2	26	53,85%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso	41	3	26	52,56%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica n.º 1 de Santo Tirso	95	8	26	45,67%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	23	2	26	44,23%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Foral, Santo Tirso	62	6	26	39,74%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	20	2	26	38,46%
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso	20	2	26	38,46%
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Olival, Santo Tirso	36	4	26	34,62%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso	27	3	26	34,62%
Não aplicável	Colégio Santa Teresa de Jesus	88	10	26	33,85%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso	25	3	26	32,05%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	33	4	26	31,73%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	21	3	26	26,92%
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Aldeia Nova, Rebordões, Santo Tirso	21	4	26	20,19%
Não aplicável	Jardim Escola João de Deus	13	4	26	12,50%
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	146	X	26	X
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica n.º 1 de Quintão, Aves, Santo Tirso	19	2	26	36,54%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Legenda: X - sem informação

3.4.3 SEGURANÇA

No intuito de avaliar a segurança dos estabelecimentos escolares para o município de Santo Tirso, considerou-se a existência ou não dos itens seguintes:

- I.** Sistema de Alarme;
- II.** Iluminação Interior e exterior;
- III.** Salas de Emergência;
- IV.** Plano de Evacuação;
- V.** Sistema deteção de Incêndio;
- VI.** Sistema de videovigilância;
- VII.** Guarda Noturno;
- VIII.** Outros;

O resultado obtido provém dos inquéritos realizados aos estabelecimentos de ensino do município de Santo Tirso, estando estes expressos no Anexo II – Sistemas de Segurança dos Equipamentos. No total de 58 escolas, do concelho, 44 responderam ao inquérito das infraestruturas de segurança existentes.

De um modo geral podemos aferir que todas estas escolas estão dotadas de equipamentos de segurança, principalmente ao nível de Iluminação exterior. O sistema de alarme e o plano de evacuação também está presente na maioria das escolas. Ao nível do sistema de deteção de incêndios nenhuma escola apresenta este equipamento. Na globalidade dos agrupamentos analisados, o Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso é o que requer uma maior atenção no sentido de dotar as Escolas com equipamentos de segurança.

3.5 Procura de Educação

3.5.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

A evolução do número de alunos no município de Santo Tirso é um aspeto importante a considerar num documento deste cariz, visto que propicia a delineação de tendências futuras, sendo determinante numa segunda fase de elaboração de propostas. A Figura III.9 mostra a evolução, em termos globais, do número de alunos no município de Santo Tirso (desde o ano letivo de 2014/2015 a 2018/2019).

Os dados demonstram um crescimento do número de alunos entre os anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018, no entanto esta tendência inverte-se, apresentando-se como uma diminuição do número de alunos até ao ano letivo de 2018/2019.

No primeiro ano em análise, frequentavam as escolas de Santo Tirso 12 335 alunos, número que decresceu consideravelmente, se comparado com o último ano letivo em análise (2018/2019), onde diminuiu para 10 981 alunos (menos 1 361 alunos, que em 2014/2015).

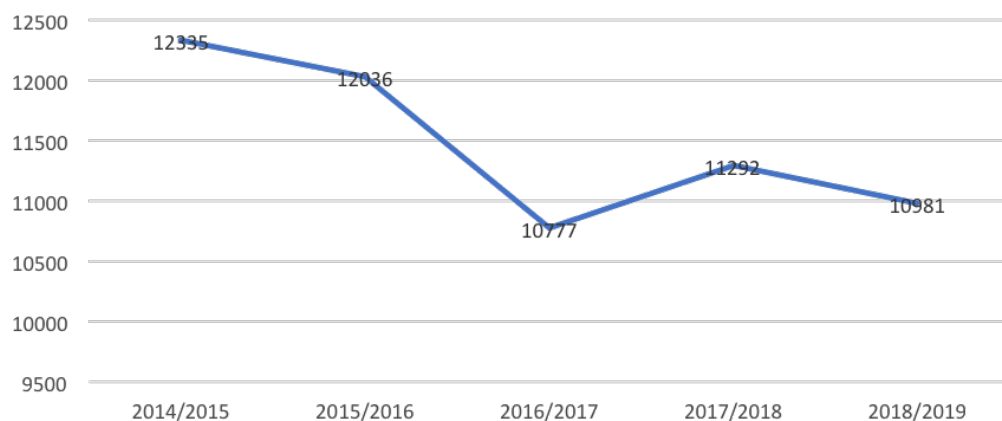


Figura III.9 - Evolução do número de alunos inscritos no município de Santo Tirso, 2014-2019.

Os dados da Figura III.10 revelam que o 1º ciclo e o Secundário são os que apresentam valores onde se observam uma menor oscilação, comparativamente com os restantes dados para os outros níveis de ensino.

Na Educação Pré-Escolar verifica-se uma diminuição do número de alunos entre 2014/2015 até 2017/2018 e no ano letivo 2018/2019 a situação reverte-se e o número de alunos começa a aumentar. A mesma situação se verifica no Ensino Profissional.

O 2º e 3º ciclos de ensino são os que apresentam maiores oscilações e em 2018/2019 apresentam menor número de alunos que em 2014/2015.

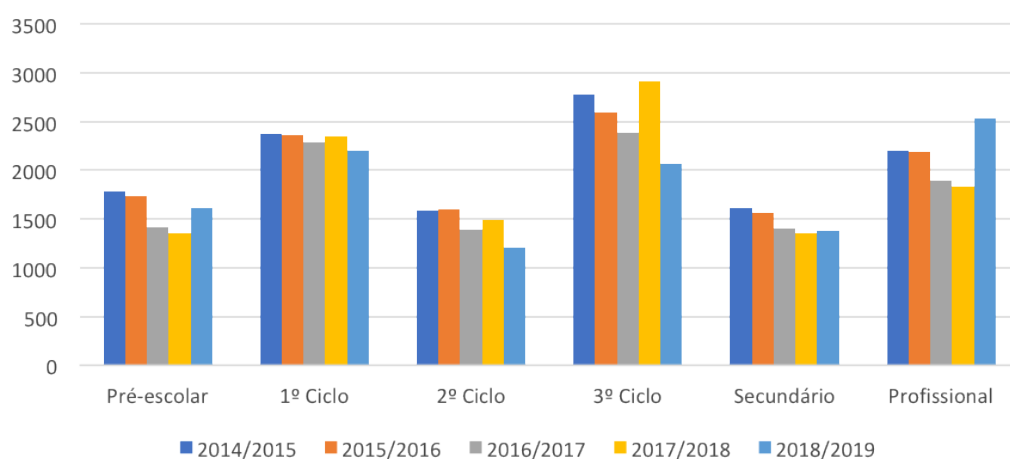


Figura III.10 - Evolução do número de alunos, por Ciclo e nível de ensino, 2014-2019.

3.5.2 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Na Educação Pré-Escolar o número de crianças foi assimétrico ao longo dos anos em estudo, verificou-se uma diminuição até 2018 e aí aumenta consideravelmente de 1 352 crianças em 2018 para 1 608 em 2019.

Numa análise mais detalhada do Quadro III.18 aferimos que há uma tendência para as IPSS que são os estabelecimentos de ensino com maior número de crianças seguidos de algumas escolas privadas em detrimento das escolas agrupadas do concelho. A verde sinalizamos as escolas com aumento do número de crianças no ano letivo 2018/2019 e a escolas com aumento mais significativo foram as escolas IPSS do concelho. Numa análise por natureza do estabelecimento, verificamos que são as escolas IPSS e Privadas que apresentam maior número de alunos.

Quadro III.18 - Evolução do número de alunos, na Educação Pré-Escolar, 2014-2019.

Agrupamento		Escolas	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso		Jardim de Infância de Ribeiro, Rebordões, Santo Tirso	20	16	19	12	7
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso		Escola Básica n.º 1 de Quintão, Aves, Santo Tirso	19	17	15	13	8
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso		Escola Básica de Sequeiró, Santo Tirso	20	15	9	12	10
Escolas D. Dinis, Santo Tirso		Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso	25	25	22	15	13
Escolas de São Martinho, Santo Tirso		Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	21	19	15	13	13
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso		Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	20	17	14	19	16
IPSS		Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	61	60	25	24	17
Escolas D. Dinis, Santo Tirso		Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	16	18	16	18	18
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso		Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	22	22	18	16	18
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso		Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	0	14	12	18	18
Escolas D. Dinis, Santo Tirso		Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	25	20	15	16	19
Escolas D. Dinis, Santo Tirso		Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso	15	14	18	19	19
Escolas de São Martinho, Santo Tirso		Escola Básica de Olival, Santo Tirso	18	18	16	15	20
Escolas D. Dinis, Santo Tirso		Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso	21	25	19	23	21
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso		Escola Básica de Tarrio, Santo Tirso	25	22	25	20	21
Particular		Jardim Escola João de Deus	59	54	39	36	21

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Continua

Quadro III.18 (continuação) - Evolução do número de alunos, na Educação Pré-Escolar, 2014-2019.

Agrupamento	Escolas	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Foral, Santo Tirso	47	33	33	30	23
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	26	23	19	23	23
Não Agrupada	Escola Básica da Ponte	25	23	22	23	23
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso	30	25	31	25	23
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	24	23	18	21	25
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	28	25	25	24	26
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	34	39	37	36	31
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Jardim de Infância de Vinha, Burães, Santo Tirso	27	29	35	39	32
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	47	47	43	38	33
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Areal, Couto -São Miguel, Santo Tirso	31	30	32	33	38
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	40	51	48	33	39
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	26	23	30	30	39
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Jardim de Infância de Igreja, Areias, Santo Tirso	43	40	44	43	39
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	52	45	40	32	43
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	50	50	49	50	47
Particular	Colégio Santa Teresa de Jesus	51	43	54	44	48

Continua

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Quadro III.18 (continuação) - Evolução do número de alunos, na Educação Pré-Escolar, 2014-2019.

Agrupamento	Escolas	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	52	53	50	43	50
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Jardim de Infância das Fontainhas, Santo Tirso	52	52	50	50	50
IPSS	Associação do Infantiário de S. Tome de Negrelos	121	105	64	62	61
IPSS	Associação Pró-Infância Nuno Álvres	71	61	49	50	77
Particular	Jardim de Infância a Torre dos Pequeninos	91	90	52	39	80
IPSS	Centro Infantil de Santo Tirso	97	103	65	56	101
Particular	Colégio de Lourdes	80	90	56	56	106
IPSS	Jardim Infantil Comendador Abílio F. de Oliveira	69	69	69	69	127
IPSS	Casa de Beneficência Dias Machado	181	181	103	114	165
Total		1782	1729	1415	1352	1608

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

3.5.3 ENSINO BÁSICO 1º CICLO

Numa análise global a população estudantil do 1º ciclo de ensino foi aumentando ao longo do período em estudo até 2017 e diminuiu de 2018 para 2019 em 154 alunos.

Numa análise por escola, a maioria viu a sua população estudantil a diminuir ao longo dos anos, salvo algumas exceções representadas a verde no Quadro III.19. As escolas com maior número de alunos são a Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso (190), a Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso (146). Por outro lado, o município de Santo Tirso, apresenta 12 estabelecimentos de ensino com o número total de alunos inferior a 30.

Quadro III.19 - Evolução do número de alunos, no 1º Ciclo de Ensino, 2014-2019.

Agrupamento	Escolas	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Particular	Colégio de Lourdes	81	87	88	90	84
Particular	Colégio Santa Teresa de Jesus	116	104	97	108	88
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Ramada, Lajinhas, Santo Tirso	39	41	38	42	44
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Aldeia Nova, Rebordões, Santo Tirso	37	32	25	27	21
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso	23	26	23	23	25
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Areias, Santo Tirso	82	88	82	72	71
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Areal, Couto - São Miguel, Santo Tirso	55	52	66	72	78
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	84	84	98	99	91
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Foral, Santo Tirso	48	59	59	69	62
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	36	39	37	37	33
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	55	54	64	64	64
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	19	25	34	40	40
Não Agrupada	Escola Básica da Ponte	78	90	83	84	90
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	93	96	88	93	81
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	176	179	171	193	190
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso	47	44	40	43	35
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	35	40	39	41	20

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Continua

Quadro III.19 (continuação) - Evolução do número de alunos, no 1º Ciclo de Ensino, 2014-2019.

Agrupamento	Escolas	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	80	73	66	59	58
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso	44	44	44	37	28
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	84	74	85	93	77
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	69	63	65	65	64
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Olival, Santo Tirso	52	49	37	44	36
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	27	25	23	24	23
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	26	23	30	32	29
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	32	32	35	38	33
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	37	22	30	28	21
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso	45	52	49	46	41
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	146	134	138	140	146
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de São José, Refojos de Ribade Ave, Santo Tirso	37	33	29	21	20
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	114	103	109	123	119
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Sequeiró, Santo Tirso	49	40	41	30	27
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Tarrío, Santo Tirso	39	35	37	41	39
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica n.º 1 de Quintão, Aves, Santo Tirso	48	40	28	34	19
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica n.º 1 de Santo Tirso	155	142	135	122	95

Continua

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, de Santo Tirso, 2019

Quadro III.19 (continuação) - Evolução do número de alunos, no 1º Ciclo de Ensino, 2014-2019§

Agrupamento	Escolas	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Particular	Instituto Nun'Alvres	100	98	86	84	96
Particular	Jardim de Infância a Torre dos Pequeninos	88	95	79	74	70
Particular	Jardim Escola João de Deus	0	0	14	18	13
	Total	2376	2356	2292	2350	2196

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, de Santo Tirso, 2019

3.5.4 ENSINO BÁSICO 2º CICLO

Os dados (Quadro III.20) indicam que, num contexto global, a sua população estudantil do 2º ciclo diminuiu, sendo que no ano letivo 2014/2015 tinham 1 582 alunos inscritos e no ano letivo 2018/2019 passam a ter 1 210 alunos. Ao nível de Escolas, a Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso para o ano letivo 2018/2019 é a que apresenta um maior número de alunos (290), sendo de natureza pública, por outro lado é referido que a Escola Básica da Ponte é a que apresenta um menor número de alunos (43).

Quadro III.20 - Evolução do número de alunos, no 2º Ciclo de Ensino, 2014-2019.

Agrupamento	Escolas	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso	74	149	155	117	120
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	0	0	0	244	X
Não Agrupada	Escola Básica da Ponte	39	43	44	43	43
Particular	Colégio de Lourdes	43	44	57	48	54
Particular	Instituto Nun'Alvres	405	406	225	55	64
Particular	Colégio Santa Teresa de Jesus	110	90	65	55	71
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	126	112	114	100	81
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso	102	103	106	123	169
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	227	200	187	196	195
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santo Tirso	320	277	195	214	243
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	136	171	243	298	290
Total		1 582	1 595	1 391	1 493	1 210

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Legenda:
X - Sem informação.

3.5.5 ENSINO BÁSICO 3º CICLO

De um modo geral, a população estudantil, neste nível de ensino diminui ao longo dos períodos em análise (Quadro III.21).

Numa análise mais detalhada, podemos aferir que este decréscimo de número de alunos não foi semelhante em todas as escolas. A Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso apresenta um aumento significativo do número de alunos e é a escola com maior número de alunos, no 3º ciclo de ensino, do concelho. Em contrapartida o Instituto Nun'Alvres foi o estabelecimento de ensino com maior decréscimo do número de alunos, em 2014/2015 frequentavam esta escola 591 alunos e em 2018/2019 registou uma frequência de 64 alunos.

Quadro III.21 - Evolução do número de alunos, no 3º Ciclo de Ensino, 2014-2019.

Agrupamento	Escolas	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso	257	219	219	226	204
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	25	24	0	500	0
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Santo Tirso	89	51	67	50	25
Não Agrupada	Escola Básica da Ponte	65	45	61	65	62
Particular	Colégio de Lourdes	56	61	53	61	63
Particular	Instituto Nun'Alvres	591	562	349	210	64
Particular	Colégio Santa Teresa de Jesus	109	123	119	102	90
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	133	210	197	181	181
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	435	396	361	335	312
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso	305	223	211	322	398
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	327	272	278	357	416
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	391	410	466	500	453
Total		2783	2596	2381	2909	2064

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

3.5.6 ENSINO SECUNDÁRIO

O Ensino Secundário registou uma descida, no número de alunos, de 2014 para 2019. Esta diminuição do número de alunos foi mais expressiva no Instituto Nun'Alvres. Em contrapartida a Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso e Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso registaram um aumento significativo no número de alunos (Quadro III.22).

Quadro III.22 - Evolução do número de alunos, no ensino secundário, 2014-2019.

Agrupamento	Escola	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Particular	Colégio de Lourdes	0	0	0	14	33
Particular	Instituto Nun'Alvres	502	456	227	153	84
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	351	405	415	403	392
Escolas D. Dinis Dinis, Santo Tirso	Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	382	352	363	359	425
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	374	355	402	422	443
Total		1 609	1 568	1 407	1 351	1 377

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

3.5.7 ENSINO PROFISSIONAL

O Ensino Profissional registou um aumento significativo, do número de alunos do ano letivo 2016/2017 para 2018/2019. As escolas com um aumento mais significativo são a Escola Profissional de Serviços CIDENAL e a Escola Profissional Artística do Vale do Ave. As Escolas com mais afluência de alunos são a Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun'Alvres (355 alunos), Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento (269 alunos) e a Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso (305 alunos) (Quadro III.23).

Quadro III.23 - Evolução do número de alunos, no ensino profissional, 2010-2016.

Agrupamento	Escola	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Pública	Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso	362	375	346	338	269

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

Continua

Quadro III.23 (continuação) - Evolução do número de alunos, no ensino profissional, 2010-2016.

Agrupamento	Escola	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	377	371	360	355	305
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso	212	154	139	138	127
Escola Secundária D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	149	183	178	175	175
Particular	Instituto Nun'Alvres	151	163	219	216	223
Particular	Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun'Alvres	322	342	364	357	355
Particular	Escola Profissional Artística do Vale do Ave (Deleg.)	174	174	176	159	180
Particular	Escola Profissional de Serviços CIDENAI	141	128	109	79	140
Total		2 203	2 192	1 891	1 837	2 526

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Escolares e à Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2019.

3.5.8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O conceito de NEE - Necessidades Especiais de Educação, abarca todos os alunos que exigem recursos ou adaptações especiais no processo de ensino/aprendizagem, não comuns à maioria dos alunos da mesma idade, por apresentarem dificuldades ou incapacidades que se refletem numa ou mais áreas de aprendizagem (Bairrão, 1998 *cit in* Ministério da Educação, s/d).

Entende-se por necessidades especiais de educação (NEE) aquelas que resultam do "(...) conjunto de limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social" "(...) dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento biopsicossocial(...)" (2001, OMS; 2017, INE).

Segundo o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, a educação especial tem por objetivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro) no qual estabelece o regime jurídico da educação inclusiva refere os princípios e normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade

das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. São ainda identificadas as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

No município de Santo Tirso, no ano letivo 2018/2019, verifica-se a existência de 10 981 alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino dos quais 317 (2,88 %) apresentam necessidades educativas especiais de educação.

Segundo um inquérito efetuado a todos os estabelecimentos de ensino, a ministrar no município, as escolas que recebem os alunos com necessidades educativas especiais são: Casa de Beneficência Dias Machado; Associação Pró-Infância Nun'Alvres; Centro Infantil de Santo Tirso; Colégio de Lourdes; Escola Básica de Ramada, Lajinhas, Santo Tirso; Escola Básica de Aldeia Nova, Rebordões, Santo Tirso; Escola Básica de Areal, Couto - São Miguel, Santo Tirso; Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso; Escola Básica de Foral, Santo Tirso; Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso; Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso; Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso; Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso; Escola Básica da Ponte; Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso; Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso; Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso; Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso; Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso; Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso; Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso; Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso; Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso; Escola Básica de Tarrio, Santo Tirso; Escola Básica n.º 1 de Santo Tirso; Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso; Jardim Infantil Comendador Abílio F. de Oliveira; Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun'Alvres.

Numa análise por tipo de dificuldade, aferimos que a dificuldade mais expressiva é a cognitiva (61%) para as escolas do município de Santo Tirso que apresentam alunos com NEE (Figura III.11).

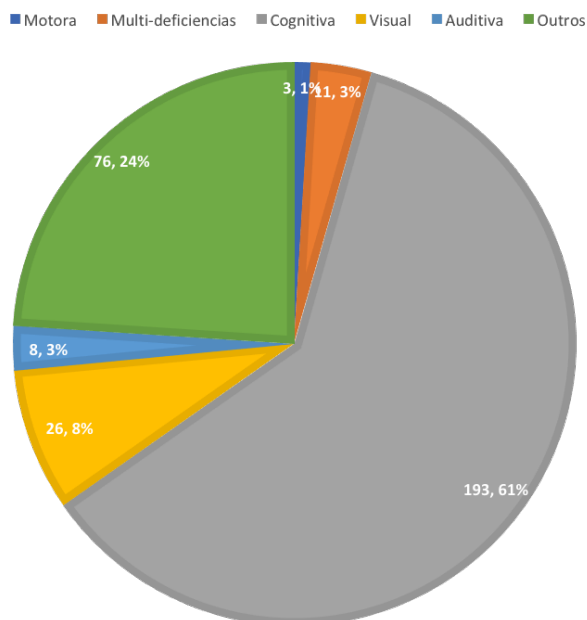


Figura III.11 - Tipo de dificuldades, nos alunos com NEE, no município de Santo Tirso, 2019.

3.5.9 MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Em 18 de setembro de 2007 foi aprovado por Resolução do Conselho de Ministros (Nº137/2007) o Plano Tecnológico da Educação. Este plano definiu a estratégia do Governo para a modernização tecnológica do ensino mediante um conjunto de projetos e cuja implementação foi executada pelo Ministério da Educação com a colaboração de um grupo alargado de parceiros públicos e privados.

No município de Santo Tirso (Quadro III.24), em 2019, o número médio de alunos por computador era de 3,9 e o de alunos por computador com internet de 4,80 que ao comparar com o ano letivo de 2009/2010, 2,09 alunos por computador e de 2,21 alunos por computador com internet, traduz um aumento dos equipamentos disponíveis/aumento do número de alunos.

Numa análise por ciclos de ensino verifica-se que é o 1º ciclo aquele que carece de mais computadores e computadores com ligação à internet.

Quadro III.24 - Evolução do rácio de alunos por computador e por computador com ligação à internet, em Santo Tirso entre 2009 e 2019.

Santo Tirso	Ano letivo									
	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13	2013 /14	2014 /15	2015 /16	2016 /17	2017 /18	2018 /19
Rácio aluno/computador	2,09	2,03	3,30	3,26	3,20	3,10	3,40	3,90	3,90	3,90
1.º ciclo do ensino básico	0,94	0,95	2,20	3,71	4,12	4,20	4,60	5,80	5,60	5,70
2.º ciclo do ensino básico	4,64	4,79	4,80	3,23	3,10	3,00	3,30	3,80	4,00	3,80
3.º ciclo do ensino básico	4,83	4,27	4,40	3,56	3,20	3,10	3,40	4,00	4,20	4,30
Ensino secundário	3,50	2,89	3,10	2,75	2,74	2,70	3,00	3,10	3,00	3,00
Rácio aluno/computador com Internet	2,21	2,16	3,50	3,50	3,44	3,40	3,60	4,50	5,10	4,80
1.º ciclo do ensino básico	0,97	0,97	2,40	4,18	4,84	5,10	5,10	6,10	5,60	5,70
2.º ciclo do ensino básico	5,02	5,21	5,30	3,39	3,27	3,20	3,50	4,00	5,00	4,20
3.º ciclo do ensino básico	5,32	4,71	4,90	3,80	3,41	3,30	3,60	4,90	5,80	5,60
Ensino secundário	4,17	3,38	3,30	2,89	2,87	2,80	3,10	3,70	4,30	4,10

Fonte: DGEEC – Regiões em números – 2018-2019 – Região Norte.

3.5.10 POPULAÇÃO DOCENTE, NÃO DOCENTE E OUTROS PROFISSIONAIS

No município de Santo Tirso, e num contexto geral, é notória uma diminuição do número de docentes ao longo dos períodos em análise, de 2009 para 2019 aconteceu uma perda de 318 docentes (Quadro III.25). Esta redução é obviamente explicada pela diminuição do número de alunos que frequentavam os vários níveis de ensino, pelo encerramento de escolas (essencialmente quando analisamos os resultados do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico), pelo aumento do número de horas letivas aos docentes e redução das horas equiparadas a letivas e também pelo aumento do número de alunos por turma, ao nível do Ensino Secundário.

Numa análise por nível de ensino e natureza do estabelecimento, a diminuição do número de docentes é mais expressiva no básico dos estabelecimentos públicos, fato diretamente relacionado com a diminuição do número de alunos neste nível de ensino (Quadro III.25). O número de docentes, nos estabelecimentos de natureza privada, diminuíram de forma menos significativa (Quadro III.25).

Relativamente ao número de docentes com especialização na educação especial a evolução não registou grandes alterações ao longo dos anos em estudo.

Quadro III.25 - Evolução do Número de docentes, em exercício por natureza do estabelecimento e nível escolar entre 2009 e 2019.

Município / Natureza / Nível de educação/ ensino		Ano letivo									
		2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13	2013 /14	2014 /15	2015 /16	2016 /17	2017 /18	2018 /19
Santo Tirso		1 428	1383	1293	1160	1120	1092	1070	1040	1098	1110
Particular	Educação pré-escolar	66	64	62	64	64	59	48	52	57	62
	Ensino básico - 1.º ciclo	192	164	144	147	142	142	138	142	147	151
	Ensino básico - 2.º ciclo	177	182	161	124	118	106	102	98	108	123
	Ensinos básicos (3.º ciclo) e secundário	584	569	542	459	421	410	422	424	454	452
	Educação especial	29	29	30	26	31	25	27	24	26	26
	Formadores (escolas profissionais)	57	60	50	45	46	52	54	60	62	59
		2533	2451	2282	2025	1942	1891	1861	1840	1952	1983
Particular	Educação pré-escolar	40	38	38	38	37	38	40	35	34	35
	Ensino básico - 1.º ciclo	32	29	28	26	23	22	20	18	19	19
	Ensino básico - 2.º ciclo	62	46	47	48	53	50	46	28	24	22
	Ensinos básicos (3.º ciclo) e secundário	93	102	89	90	94	94	96	85	79	71
	Educação especial	2	2	2	2	2	2	2	2	3	1
	Formadores (escolas profissionais)	94	98	100	91	89	87	75	72	85	89
		323	315	304	295	298	293	279	240	244	237

Fonte: DGEEC – Regiões em números 2018/2019.

Entende-se por pessoal não docente o conjunto de todos os funcionários e agentes cuja atividade, quer no ensino público, quer no ensino privado, tem correspondência direta e específica com a missão da escola, nos domínios da gestão, organização e funcionamento dos estabelecimentos escolares. Neste âmbito, salienta-se o seu papel no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa, em articulação com os docentes, bem como com os pais e encarregados de educação (Lei n.º 3/2008, de 18 de janeiro).

Os dados referentes e expostos ao Quadro III.26, indicam que no nível de ensino público o número de pessoal não docente no público é superior ao privado (em 224 indivíduos para o ano de 2018/2019), o que pode ser justificável também pela diferença de expressão existente entre os estabelecimentos de ensino de natureza pública e privada no Município de Santo Tirso.

Continua

Quadro III.26 - Evolução do Pessoal não Docente, por natureza do estabelecimento de ensino entre 2009 e 2019.

Santo Tirso	Ano letivo									
	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13	2013 /14	2014 /15	2015 /16	2016 /17	2017 /18	2018 /19
Total	597	608	593	578	614	649	583	547	562	526
Público	364	384	388	384	415	452	393	370	401	375
Privado	233	224	205	194	199	197	190	177	161	151

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

4. Projetos, Apoios e Medidas Educativas Municipais

4.1 Ação Social Escolar

4.1.1 SUBSÍDIOS ESCOLARES

O atual cenário de crise económica vem criar acrescidas necessidades. Sensível a esta situação, a câmara municipal tem procurado reforçar os apoios socioeducativos disponibilizados aos seus munícipes, reconhecendo que o acesso generalizado à educação é uma condição importante para o desenvolvimento local.

A atribuição de apoios, no âmbito da ação social escolar, é um exemplo dessa forma de atuar. Assim, e com o compromisso de prevenir a exclusão social, o abandono escolar e promover o sucesso escolar e educativo, a Câmara Municipal tem-se empenhado em reforçar as medidas de ação social escolar previstas na legislação em vigor.

A Câmara Municipal tem procurado reforçar os apoios socioeducativos disponibilizados aos seus munícipes, reconhecendo que o acesso generalizado à educação é uma condição importante para o desenvolvimento local.

Critérios para atribuição do subsídio de ação social escolar

A concessão destes auxílios económicos, nomeadamente nas refeições e lanches escolares, é realizada em função do posicionamento do agregado familiar nos escalões do abono de família atribuídos pela Segurança Social.

Assim, informamos que:

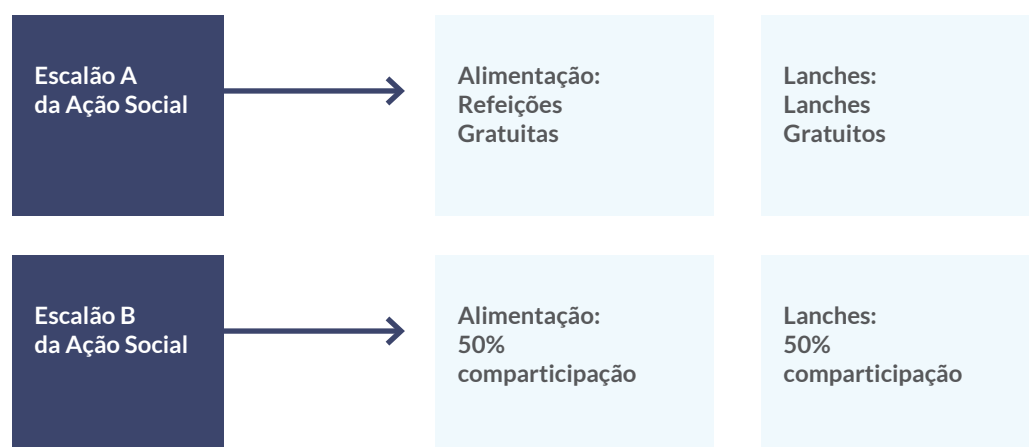


Figura IV.1 - Apoios concedidos pela Câmara Municipal de Santo Tirso.

A Câmara Municipal de Santo Tirso decidiu oferecer a todos os alunos do 1º ciclo, que frequentam as escolas públicas do concelho, um cheque de 25€ para aquisição de material escolar, independentemente do escalão atribuído.

Para a atribuição deste apoio, os encarregados de educação apenas necessitam de fazer a candidatura na plataforma SIGA (www.siga.edubox.pt).

De forma a simplificar e a abreviar o processo de atribuição deste apoio financeiro, a Câmara Municipal procedeu à celebração de protocolos de colaboração com as livrarias sediadas no concelho, para que as famílias se pudessem dirigir a qualquer uma dessas livrarias, e beneficiar de forma imediata desta participação.

Esta medida, ao incentivar o recurso às livrarias do concelho, permitiu ainda desenvolver e estimular o comércio local.

A concessão destes auxílios económicos é realizada em função do posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para atribuição do abono de família. Os valores dos referidos auxílios económicos, assim como as restantes normas, condições e procedimentos para a respetiva concessão são determinados pelo Despacho n.º 7255/2018 de 31 de julho.

4.2 Atividades Lúdicas complementares

4.2.1 PROGRAMA MIMAR

A Câmara Municipal de Santo Tirso arrancou, em dezembro de 2013, com um programa destinado à ocupação dos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, durante as interrupções letivas.

O Programa MiMAR foi idealizado e concebido pela Câmara Municipal de Santo Tirso para ir ao encontro das necessidades dos pais e encarregados de educação no acompanhamento e formação dos seus educandos nos períodos de interrupção letiva, desempenhando uma dupla função: educativa e social.

Por um lado, o Programa MiMAR pretende ocupar de forma lúdica, criativa e pedagógica os alunos do 1º ciclo do ensino básico, das escolas da rede pública, - (crianças dos 6 aos 10 anos) - durante as férias do Natal, Páscoa e Verão (mês de Junho), das 9h00 às 17h30, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança e para a promoção de estilos de vida saudáveis, pois proporciona experiências enriquecedoras e diversificadas.

Por outro lado, é inegável a sua vertente social, ao constituir-se como um programa gratuito de apoio às famílias, que carece apenas de inscrição prévia, e que oferece o almoço aos alunos mais carenciados que beneficiam de ação social escolar.

O MiMAR apresenta uma programação diversificada e enriquecedora, com atividades educativas, culturais, desportivas e recreativas, adequadas à época do ano e organizadas em oficinas temáticas.

Para que os alunos do 1º ciclo do ensino básico possam participar neste programa, os seus pais e encarregados de educação deverão formalizar a sua inscrição, quando esta se encontra aberta, através da plataforma SIGA ou dirigindo-se ao balcão de atendimento da Câmara Municipal de Santo Tirso.

A partir do ano letivo 2014/2015, a Câmara Municipal de Santo Tirso entendeu apostar no alargamento destas políticas inclusivas de apoio às duas unidades de multideficiência e unidade de autismo existentes no município. Dirigidas a crianças com necessidades educativas especiais, o programa tem integrado diversas atividades, desde sessões de música, atividades de hipoterapia; terapia assistida com cães; passeio no parque para descoberta de sensações, cheiros, sabores e texturas; musicoterapia; visitas ao CAID (Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente) CAID (Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente) e relaxamento com Terapias Orientais.

4.2.2 ESCOLA A TEMPO INTEIRO

4.2.2.1 Pré-escolar - Atividades de Animação e Apoio à Família

As atividades de animação e apoio à família (AAAF) surgem como resposta às necessidades dos agregados familiares para além do período letivo da educação pré-escolar.

Estas atividades são da competência da Câmara Municipal através do Acordo de Colaboração e Expansão da Educação Pré-Escolar.

Tendo em conta o elevado número de crianças a frequentar a AAAF, a Autarquia criou parcerias com entidades locais, tais como Associações de Pais e Juntas de Freguesia, mais próximas de cada Jardim de Infância, por forma a garantir respostas às necessidades existentes.

No quadro abaixo podemos verificar a resposta dada por cada entidade e a respetiva escola e horários de funcionamento das AAAF.

Quadro IV.1 - Horários e Funcionamento das AAAF, no concelho de Santo Tirso, 2019

Agrupamento	J. de Infância	Horário		Entidade Gestora
		Acolhimento	Prolongamento	
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 19h00	Junta de Freguesia
	Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	-----	15h30 - 18h45	Associação de Pais
	Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso	-----	15h30 - 19h00	Associação de Pais
	Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 18h30	Associação de Pais
	Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 18h30	Associação de Pais
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Areias, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 18h30	Associação de Pais
	Jardim de Infância de Vinha, Burgães, Santo Tirso	07h30 - 09h00	16h00 - 19h00	Associação de Pais
	Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	07h45 - 09h15	16h00 - 18h30	Associação de Pais
	Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	07h30 - 09h00	16h00 - 19h00	Associação de Pais
	Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	07h00 - 09h00	16h00 - 19h00	Associação de Pais
	Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 19h00	Associação de Pais
	Escola Básica de Tarrio, Santo Tirso	07h30 - 09h00	16h00 - 19h00	Associação de Pais

Continua

Quadro IV.1 (continuação) - Horários e Funcionamento das AAAF, no concelho de Santo Tirso, 2019.

Agrupamento	J. de Infância	Horário		Entidade Gestora
		Acolhimento	Prolongamento	
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	07h30 - 09h00	16h00 - 19h00	Associação de Pais
	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	07h30 - 09h00	16h00 - 19h00	Associação de Pais
	Escola Básica de Foral, Santo Tirso	07h30 - 09h00	16h00 - 18h30	Associação de Pais
	Escola Básica de Areal, Couto - São Miguel, Santo Tirso	07h30 - 09h00	16h00 - 18h30	Associação de Pais
	Jardim de Infância de Ribeiro, Rebordões, Santo Tirso	-----	16h00 - 19h00	Associação de Pais
	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	07h30 - 09h00	16h00 - 17h30	Associação de Pais
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	07h45 - 09h00	15h15 - 18h45	Junta de Freguesia
	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	-----	15h00 - 18h00	Associação de Pais
	Jardim de Infância das Fontainhas, Santo Tirso	-----	15h00 - 18h00	Associação de Pais
	Quintão	-----	15h00 - 18h00	Associação de Pais
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Olival, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 18h00	Associação de Pais
	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 19h00	Associação de Pais
	Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 18h30	Associação de Pais
	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h00 - 18h00	Associação de Pais
	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 18h45	Associação de Pais
	Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	07h30 - 09h00	15h30 - 18h30	Associação de Pais
Escola Básica da Ponte		08h00 - 08h30	15h50 - 19h00	Associação de Pais

Fonte: Divisão da Educação, Município de Santo Tirso, 2019.

4.2.3 1º CICLO - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF/ATL)

Considera-se CAF o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico antes e ou depois da componente curricular e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva (Artigo 5º da Secção III).

Quadro IV.2 - Escolas do Município que desenvolvem atividades da Componente de Apoio à Família (CAF), 2019.

A gestão da CAF não é da responsabilidade da Câmara Municipal, podendo, segundo a portaria nº 644-A/2015 ser implementada por Associações de Pais, mediante acordo com os Agrupamentos de Escolas.

Agrupamentos	Escolas 1º Ciclo	CAF
Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso	Não
	Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso	Sim
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Igreja, Areias, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Tarrío, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Foral, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Areal, Couto -São Miguel, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso	Não
	Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso	A partir do ano letivo 2019/2020
	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Aldeia Nova, Rebordões, Santo Tirso	Não
	Escola Básica de Ramada, Lajinhas, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Santo Tirso	Sim
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	Sim

Fonte: Divisão da Educação, Município de Santo Tirso, 2019.

Continua

Quadro IV.2 (continuação) – Escolas do Município que desenvolvem atividades da Componente de Apoio à Família (CAF), 2019.

Agrupamentos	Escolas 1º Ciclo	CAF
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Quintão	Não
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de Olival, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Ribeira, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	Sim
	Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	Sim
Escola Básica da Ponte		Não

Fonte: Divisão da Educação, Município de Santo Tirso, 2019.

4.2.4 UNIVERSIDADE JÚNIOR

A Câmara Municipal de Santo Tirso tem vindo a desenvolver, nos últimos anos, um trabalho de colaboração com a Universidade do Porto, no âmbito do projeto Universidade Júnior.

A Universidade Júnior é o maior programa nacional de iniciação ao ambiente universitário dirigido a alunos do 5º ao 11º ano de escolaridade. Neste programa, os alunos têm a oportunidade de conhecer as catorze faculdades da Universidade do Porto, uma escola de negócios (Porto Business School) e várias unidades de investigação, bem como participar em diversas atividades em áreas como as ciências, as tecnologias, as artes ou o desporto.

Para que os alunos do concelho de Santo Tirso possam aderir a esta iniciativa, a Câmara Municipal assinou um protocolo com a Universidade do Porto, através do qual se compromete a colaborar na divulgação das atividades, bem como em assegurar o transporte dos alunos nas deslocações entre Santo Tirso e as diversas faculdades da Universidade do Porto.

Para que os alunos possam beneficiar do apoio para o transporte, devem preencher o requerimento criado para o efeito, o qual deverá ser entregue no Balcão Único da Câmara Municipal ou enviado para o endereço eletrónico.

As inscrições para o projeto são efetuadas online no site da Universidade Júnior.

4.3 Refeições Escolares

4.3.1 ALMOÇOS E LANCHES

A alimentação é um dos principais determinantes da saúde das populações e um condicionante do crescimento, do desenvolvimento cognitivo e do rendimento escolar das crianças e jovens. É preocupação da Câmara Municipal de Santo Tirso que os almoços e os lanches servidos nos nossos Jardins-de-infância e Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico constituam uma refeição nutricionalmente

equilibrada, completa e variada.

A gestão dos refeitórios do Pré-escolar e das Escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico é assumida pela Câmara Municipal de Santo Tirso, com exceção da Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso, Escola da Ponte e Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso, cuja gestão está sob a responsabilidade da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

O serviço de refeições escolares foi adjudicado pelo Município à Uniself¹⁷ – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A., no que concerne à conceção e fornecimento da refeição no espaço do refeitório escolar.

O preço do almoço, a pagar pelos alunos, é estipulado anualmente por despacho ministerial.

A refeição escolar é comparticipada pelo Município, em função do escalão da ação social escolar atribuído ao(a) aluno(a). O valor da refeição escolar a pagar pelo Encarregado de Educação está expressa no Quadro IV.3.

Quadro IV.3 - Refeições Escolares segundo escalão atribuído, no concelho de Santo Tirso, 2019.

	Escalão A	Escalão B	Escalão C
			(Sem Escalão)
ALMOÇO	Gratuito	0,73 €	1,46 €
LANCHE	Gratuito	0,40 €	0,81 €
(inclui lanche da manhã e da tarde)			

Fonte: Divisão da Educação, Município de Santo Tirso, 2019.

4.3.2 FRUTA ESCOLAR

O Regime Escolar (Fruta) é uma iniciativa de âmbito Europeu, que pretende promover a prática de uma alimentação saudável. Este consiste na distribuição gratuita de 1 peça/dose de fruta e/ou produtos hortícolas, duas vezes por semana, aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e na realização de atividades no meio escolar que visam o desenvolvimento de competências de alimentação saudável e o conhecimento das origens dos produtos agrícolas (ex.: aulas de degustação, atividades de jardinagem, visitas a explorações agrícolas).

Reconhecendo a importância deste projeto, o Município de Santo Tirso decidiu alargar esta iniciativa não só aos alunos do 1.º ciclo, mas também às crianças da educação pré-escolar, participando-o na totalidade.

¹⁷ Esta empresa é certificada pelos seguintes referenciais normativos: Sistema de Gestão da Qualidade NP EN ISO 9001:2015, Sistema de Gestão da Segurança Alimentar NP EN ISO 22000:2005, Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do trabalho OHSAS 18001:2007 e Sistema de Gestão Ambiental NP EN ISO 14001:2015.

4.4 Transportes Escolares

4.4.1 ENSINO REGULAR

A rede de transportes escolares visa garantir a deslocação dos alunos do ensino básico e secundário do concelho, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam.

São igualmente abrangidos os alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico que necessitem de ser deslocados, por efeito de encerramento de escolas e de outras situações especiais devidamente definidas no regulamento municipal.

O transporte escolar é gratuito para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, tendo a Câmara Municipal assumido a comparticipação em 100% do transporte escolar dos alunos do ensino secundário desde 2015. Esta medida surge no âmbito da intenção política do Município de Santo Tirso de reforçar as medidas de ação social com vista à correção da desigualdade existente entre o ensino secundário regular e profissional e contribuir, deste modo, para o combate ao abandono escolar.

4.5 Outros Apoios

4.5.1 BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR

Na prossecução da política municipal de incentivo ao prosseguimento de estudos, a Câmara Municipal tem vindo a alargar e reforçar as modalidades de apoio socioeducativo de modo a assegurar que a condição socioeconómica não constitua um fator impeditivo e discriminador no acesso à educação e à formação.

A atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior é mais uma medida implementada desde o ano letivo 2015/16 para apoiar a frequência escolar dos jovens residentes no concelho, estimulando a uma cultura escolar de excelência e alertando para a mais-valia de uma formação académica superior enquanto facilitadora da entrada num mercado de trabalho, cada vez mais exigente ao nível da formação e qualificação.

Reconhecendo que a formação académica superior é determinante para garantir uma plena integração social e profissional dos jovens do concelho, a Câmara Municipal de Santo Tirso atribui, desde o ano letivo 2015/16, 10 bolsas de estudos por ano, no valor de 750,00€ cada.

As condições, critérios, prazos e procedimentos de candidatura encontram-se definidos no Regulamento Municipal, aprovado em reunião da assembleia municipal de 29 de setembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal em reunião de 24 de setembro, com as alterações aprovadas pela assembleia municipal de 14 de setembro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal em reunião de 07 de setembro de 2017.

4.5.2 VISITAS DE ESTUDO - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR

Reconhecendo as potencialidades pedagógicas, formativas e integradoras associadas à participação em atividades de complemento curricular (visitas de estudo), ao permitirem consolidar os conhecimentos adquiridos em contexto escolar e, em simultâneo, ao favorecerem a aquisição de competências sociais e de desenvolvimento pessoal essenciais para se obter um bom desempenho escolar, a Câmara Municipal de Santo Tirso tem vindo a atribuir um subsídio aos agrupamentos de escolas do concelho, destinado a apoiar a realização de uma visita de estudo anual a todas as escolas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Por outro lado, e de forma a garantir o acesso generalizado a estas atividades, apoia ainda a participação dos alunos beneficiários da ação social escolar na referida visita de estudo (ex.: entrada em museus, teatros e outros espaços educativos).

4.5.3 COLÓNIA DE FÉRIAS

A Câmara Municipal de Santo Tirso atribui, anualmente, um subsídio às entidades promotoras de colónias de férias proporcionando, desse modo, uma vivência saudável às crianças do Concelho, através do desenvolvimento de atividades que encerram conteúdos de alcance pedagógico em vários domínios, assumindo especial incidência os de natureza sócio afetiva e psicomotora, contribuindo assim para o crescimento harmonioso das crianças.

4.6 Projetos Educativos Municipais

4.6.1 PIICIE- AGIR PARA O SUCESSO ESCOLAR

O problema do insucesso escolar encerra em si um conjunto de dinâmicas transversais e territoriais, cujo combate implica a sinergia de recursos e a complementaridade de respostas.

Foi neste âmbito que surgiu o projeto que a câmara municipal denominou de “Ag(Ir) para o Sucesso Escolar”.

Partindo de uma estratégia metropolitana, materializada num Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), Santo Tirso apresentou uma candidatura à obtenção de fundos comunitários para o desenvolvimento de um projeto que permitisse melhorar a qualidade das aprendizagens e assim reforçar os níveis de sucesso escolar, pese embora estes já se situarem acima das médias regionais e nacionais.

O interesse e mais-valias atribuídas ao projeto viriam a ser reconhecidos com a aprovação desta candidatura que, ao fim de três anos, irá envolver um investimento de cerca de 400 mil euros.

O Projeto “Ag(Ir) para o Sucesso Escolar” prevê o desenvolvimento de duas atividades, cuja organização foi assegurada em parceria com os agrupamentos de escolas/Escola da Ponte.

Partindo das necessidades identificadas por estes parceiros, o Projeto irá incidir a sua intervenção no 1.º ciclo do ensino básico, onde se começam a traçar os perfis de insucesso escolar.

Neste sentido, assume uma componente essencialmente preventiva, procurando agir a montante do problema, sempre numa perspetiva de promoção do sucesso escolar.

Assim, o Projeto “Ag(Ir) para o Sucesso Escolar” assume-se como um projeto da e para a comunidade, integrando o desenvolvimento de duas principais atividades:

Criação de um Centro Local de Apoio Integrado à Promoção do Sucesso Escolar, designado de “Centro Integra”, cujo funcionamento envolve a intervenção de uma equipa multidisciplinar e de um conselho consultivo, estruturas criadas com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de uma estratégia mais concertada, articulada e multidisciplinar em torno da problemática do insucesso escolar.

Plataforma “Santo Tirso Aprende +”: Proporciona um ambiente de aprendizagem rico em tecnologia e facilitador da aprendizagem, assim como do trabalho colaborativo e da partilha de ideias.

Inclui conteúdos que integram o designado “Currículo Local”, possibilitando que os alunos conheçam o património material e imaterial do seu concelho, compreendendo a importância da sua participação na construção de uma comunidade melhor. Esta atividade contempla também a aquisição de 202 tablet's, de kit's de robótica e de ciências experimentais, equipamentos e recursos facilitadores de um processo educativo que se pretende mais dinâmico e interativo.

4.6.2 PLATAFORMA “SANTO TIRSO APRENDE +”

Tem como missão prevenir e reduzir o abandono escolar precoce e promover a igualdade de acesso a uma educação de qualidade.

Proporciona um ambiente de aprendizagem rico em tecnologia, facilitador da aprendizagem, do trabalho colaborativo e da partilha de ideias.

Favorece a realização de atividades dinâmicas e lúdicas, envolvendo os diversos atores da comunidade educativa, numa rede capaz de promover e desenvolver conhecimentos, competências e valores que ajudam as crianças a desempenhar um papel ativo na comunidade.

Inclui as seguintes áreas:

- Mural – Rede comunitária e social
- Conteúdos - Recursos educativos promotores do sucesso escolar;
- Concursos e Desafios
- Crachás - Recompensas atribuídas pela plataforma e pelo professor
- Integração dos projetos Educativos e Comunitários

4.6.3 PROJETO TEATRO DO BOLHÃO – EDUCAR PELA ARTE

À BARCA, À BARCA é uma iniciativa inovadora enquadrada na estratégia de promoção do sucesso escolar. As artes em geral e o teatro de forma evidente, baseiam-se em processos interpretativos em que a comunicação de uma mensagem é sempre o objetivo principal. Por isso o teatro se assume, como um mediador privilegiado para se trabalhar o interesse, a prática e expressão do Português.

O projeto desenvolve-se em dois anos letivos (2018/2019 e 2019/2020), em duas fases: Preparação do projeto e implementação das atividades; Análise dos dados recolhidos e conclusão da iniciativa.

Ao nível da intervenção das atividades, estrutura-se em cinco dimensões:

Dimensão 1 – Criar em conjunto: com a colocação de um ator/criador se desenvolvem iniciativas e estruturas de trabalho do Português.

Dimensão 2 – Ferramentas para usar: capacitação dos professores para o trabalho criativo.

Dimensão 3 – O Teatro vai à escola: apresentação de pequenas peças de teatro recomendadas pelo PNL, para todas as turmas dos diferentes níveis de ensino.

Dimensão 4 – Ligação à comunidade: atividades e espetáculos para a comunidade.

Dimensão 5 – Na ponta dos dedos: alia a tecnologia ao estudo e exploração da língua portuguesa e constitui também o portal de divulgação do projeto.

Tem como principais objetivos motivar para a aprendizagem, promovendo o desenvolvimento de competências relacionadas com o domínio da leitura, da comunicação oral e da escrita da língua portuguesa e permitir uma melhoria de, pelo menos, 10% dos resultados escolares, nomeadamente ao nível do português, nos diferentes ciclos do ensino básico.

4.6.4 PROMOÇÃO DA LEITURA

Pretende, numa lógica intergeracional, envolver leitores sénior no apoio ao desenvolvimento de competências de leitura e da escrita, sobretudo junto de alunos referenciados que carecem de um apoio mais intensivo e personalizado.

Assume os objetivos assumidos com a implementação do Projeto “Ag(Ir) para o Sucesso Escolar”, contribuindo para reforçar os índices de sucesso escolar no concelho.

Conta com a colaboração das duas Universidades Seniores do concelho: Universidade Sénior Tirsense e Universidade Sénior de Vila das Aves.

4.6.5 INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO E ROBÓTICA

Este projeto insere-se na estratégia municipal de promoção do sucesso escolar, constituindo mais uma das medidas implementadas para fomentar uma aprendizagem baseada em experiências diferenciadoras, criativas e inovadoras, adequadas ao desenvolvimento das competências que integram o perfil atual do aluno.

Através do método de ver, aprender e criar, os alunos do 1.º ciclo do ensino básico têm a possibilidade de construir e programar um robot. Aplicando conceitos básicos relacionados com a eletrónica, programação e robótica, os alunos conseguem apreender conteúdos relacionados com as diferentes áreas do currículo, ao mesmo tempo que desenvolvem competências fundamentais para o seu percurso escolar e de desenvolvimento pessoal, como o pensamento lógico, o espírito crítico, a criatividade e a resolução de problemas.

4.6.6 PROJETO MEDEIA

Tem como objetivo potenciar o envolvimento dos pais nas atividades da escola e reforçar o seu papel na educação dos seus filhos.

Destina-se à capacitação parental em domínios como a participação na vida da escola, técnicas de apoio ao estudo e resolução de conflitos. Foi desenvolvido um programa de capacitação assente em duas modalidades de formação: curso e conferências.

4.6.7 EXPERIMENTA + SANTO TIRSO

É sabido que o ensino experimental das ciências permite desenvolver capacidades de pensamento (criativo, crítico, metacognitivo, resolução de problemas e tomada de decisões) úteis noutras áreas do currículo e em diferentes contextos e situações.

Este projeto, direcionado aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, prevê a implementação de um conjunto de atividades experimentais, em sala de aula e atividades articuladas com as Aprendizagens Essenciais de Estudo do Meio em regime de coadjuvação curricular. A par disso, recorre à utilização de uma maleta científica, com todos os instrumentos e equipamentos básicos necessários ao desenvolvimento da sessão proposta com a turma, como um instrumento de operacionalização dos conteúdos didáticos de Ciências Experimentais, em articulação com os recursos disponibilizados na plataforma “Santo Tirso Aprende +”.

Química e Física, Biologia e Energias são as três grandes áreas científicas que este projeto pretende explorar. O objetivo é proporcionar aos alunos do 1º ciclo um primeiro contacto com as ciências em contexto de laboratório, despertando a curiosidade e o pensamento crítico.

4.6.8 COLORADD

A Câmara Municipal de Santo Tirso, em colaboração com a Área Metropolitana do Porto, desenvolveu o projeto ColorADD nas escolas do concelho, que visa a deteção e integração social do indivíduo daltónico.

O daltonismo é uma perturbação da perceção visual caracterizada pela incapacidade de diferenciar todas ou algumas cores, que afeta 10% da população masculina mundial, e cerca de 350 milhões de indivíduos

ColorADD® é um código gráfico monocromático, criado pelo Designer Português Miguel Neiva, tendo recebido, entre outras, a Medalha de Ouro comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem atribuída pela Assembleia da República de Portugal.

O sistema é baseado em conceitos universais de interpretação e desdobramento de cores que facilita a identificação de cores para os daltónicos, contribuindo fortemente para a plena integração

de um público daltónico.

Neste seguimento, este Município realizou ações de sensibilização nas escolas públicas e privadas do 1º ciclo do concelho, acompanhou a implementação do sistema em bibliotecas escolares e promoveu o rastreio de daltonismo e acuidade visual por técnicos optometristas, aos alunos do 4º ano do ensino básico, tendo para isso a colaboração das óticas do concelho.

Durante o rastreio será entregue um Kit ColorADD a cada aluno, composto por um saco, por um conjunto de lápis de cor da Viarco e por um livro para que possam explorar o código de cores.

4.6.9 FINTANDO A DISLEXIA

O projeto “Fintando a Dislexia” surgiu a partir de uma necessidade sentida no nosso concelho, uma vez que todos os anos chegam às nossas escolas vários tipos de alunos nomeadamente, alunos com Dificuldades Específicas de Aprendizagem (DEA). É nestes que incide o nosso projeto. O que se pretende com ele é a redução dos casos de insucesso escolar, para que seja possível promover o sucesso de todos e de cada um.

A nossa finalidade consiste na identificação destes alunos para que seja possível concertarmos estratégias no sentido de os ajudarmos a superarem as dificuldades evidenciadas e potenciar as suas capacidades para que atinjam o tão almejado sucesso escolar.

De referir que o Projeto “Fintando a Dislexia”, desenvolvido pela Câmara Municipal de Santo Tirso em parceria com os organismos de saúde do concelho está enquadrado no Plano Municipal de Saúde (PMS) (2016-2020). Trata-se assim de um documento que agrega as normas orientadoras das várias entidades em parceria, desenvolvendo um trabalho abrangente e complementar, de forma a potenciar os recursos disponíveis, canalizando-os no domínio da saúde.

4.6.10 PROJETO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

O “Crescer para Cima” é um projeto-piloto que está integrado no Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Norte e a Câmara Municipal de Santo Tirso. Este insere-se no âmbito da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável e visa incentivar o consumo alimentar adequado de hortofrutícolas, promover a qualidade nutricional dos almoços e lanches escolares e informar e capacitar as crianças em idade escolar e respetivas famílias com conhecimentos e competências para fazerem as melhores escolhas alimentares.

O programa “Crescer para Cima” contempla sessões de educação alimentar e de atividade física; peça de teatro interativa e elaboração de um livro de histórias (Chef Giovanni - o tesouro da alimentação saudável); distribuição de lancheiras aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico; showcookings com Chefs de reputação nacional e sessões de sensibilização destinadas aos encarregados de educação. Foi criada uma mascote inspirada numa cenoura, o “Esticadinho”, e “a minha caderneta esticadinha”. Esta caderneta foi pensada para consolidar o objetivo geral do programa e reforçar a valorização da fruta na alimentação das crianças, nomeadamente nos lanches escolares. Contamos com a colaboração dos professores para avaliarem, em sala de aula, os lanches escolares dos alunos e explorarem a temática da educação para a saúde, na plataforma Santo Tirso Aprende+, com recurso a infografias, concursos e jogos didáticos.

Paralelamente, foi desenvolvido um e-book “Mais fruta e hortícolas” que conta que com o apoio do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável da Direção-Geral da Saúde. Este e-book pretende apresentar um conjunto de sugestões para promover o consumo de fruta e hortícolas em crianças em idade escolar, capacitando as respetivas famílias com conhecimentos e competências para uma maior utilização de fruta e hortícolas na alimentação diária.

4.6.11 CICLISMO VAI À ESCOLA

O projeto “Ciclismo vai à Escola”, insere-se no plano de mobilidade e surge de uma parceria entre a Câmara Municipal de Santo Tirso, a Federação Portuguesa de Ciclismo e a Próxima Nature Adventures.

Numa perspetiva de incentivar à mobilidade sustentável, este projeto, iniciado no ano letivo 2018/19, envolveu inicialmente os alunos do 3º e 4º ano de todas as escolas da rede pública do concelho. Através da participação neste projeto, estas crianças puderam ter acesso a formação para aprender a andar de bicicleta com segurança e responsabilidade, em respeito pelas regras de sinalética e de condução, adquirindo também alguns conhecimentos sobre a manutenção dos equipamentos.

Este projeto integra ainda a realização de ações com pais e filhos, constituindo fator adicional de motivação para o uso das bicicletas, para a socialização e a realização de passeios ao ar livre.

Tendo em conta os bons resultados obtidos, além de assegurar a continuidade das sessões no 1º ciclo, a câmara municipal entendeu alargar, no ano letivo 2019/2020, o projeto a outros níveis de ensino. Neste sentido, foram promovidas ações para a sensibilização dos alunos do 2.º ciclo com vista a generalizar o uso das bicicletas como meio de transporte no percurso realizado entre casa e escola. Para este efeito, foram criados percursos de bicicleta, com a devida vigilância e acompanhamento no sentido de garantir a deslocação destes alunos em segurança.

Com este projeto o município promove a mobilidade suave e sustentável, um estilo de vida mais saudável (combate ao sedentarismo, obesidade e falta de atividade física), adotando comportamentos cívicos e cumpridores das regras na estrada, e reduzindo a pegada ecológica.

4.6.12 PROJETO EDUCAÇÃO FINANCEIRA

“No Poupar Está o Ganho” é um projeto de continuidade, com a duração de um ano letivo, que visa transmitir aos alunos conhecimentos de educação financeira, para que se consciencializem da importância do dinheiro e possam adquirir competências que lhes permitam a tomada de decisões corretas e informadas no futuro, contribuindo para que sejam consumidores mais responsáveis.

O projeto inclui formação aos professores, visita ao Museu do Papel Moeda e acesso a uma plataforma de e-learning para os professores e alunos inscritos, que disponibiliza todos os conteúdos programáticos de acordo com o Referencial de Educação Financeira, aprovado pelo Ministério da Educação, formação online, fichas didáticas, planos de aula e filmes de animação temáticos, entre outros recursos.

A ideia do projeto é mostrar a importância da educação financeira e transmitir conhecimentos para o desenvolvimento de competências que permitam a tomada de decisões informadas e corretas.

Tem como objetivos:

- Promover a educação financeira, que é a primeira forma de combate à exclusão social;
- Desenvolver hábitos de poupança;
- Promover o consumo responsável;
- Promover uma relação saudável com o dinheiro, sabendo gerir o aspeto emocional das opções;
- Promover maior confiança na tomada de decisões financeiras no futuro;
- Criar hábitos de precaução em relação a situações de risco.

4.6.13 PROJETO +CIDADANIA

A Câmara Municipal de Santo Tirso, reconhecendo o seu papel neste âmbito, propôs o desenvolvimento de atividades promotoras do exercício de cidadania ativa e participada entre os jovens do Concelho.

Para tal, desenvolveu-se o Projeto + Cidadania com diferentes eixos de ação, para despertar o interesse dos jovens no seu papel ativo enquanto cidadãos e parte interveniente na construção de

uma sociedade mais responsável, mais consciente, mais solidária e mais participativa.

Destinado aos diferentes níveis de ensino das escolas públicas, privadas e profissionais do Concelho de Santo Tirso, o projeto de Educar para a Cidadania contempla várias atividades.

No ano letivo 2018/2019 foram dinamizadas as seguintes iniciativas:

- Pré-escolar: “Despertar Consciências” aborda o tema da Igualdade de Géneros através de uma história, nos Jardins de Infância das escolas públicas do concelho.
- 1º ciclo: Concurso “Se eu fosse Presidente” através da Plataforma Aprende +, que incentiva os alunos das escolas públicas a desenvolver uma ideia criativa para a resolução de uma problemática existente no nosso município.
- 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, a atividade “Ser Presidente por um Dia” visa o desenvolvimento de uma Cidadania mais participativa nos alunos, para a construção de uma sociedade mais responsável e interdependente. As escolas públicas, privadas e profissionais participantes, realizam entre as turmas uma campanha eleitoral.
- Nível Secundário: “CRP em trinta minutos” consiste num projeto baseado na consciência de que a comunidade estudantil do Ensino Secundário, a nível nacional, possui um conhecimento pouco aprofundado sobre a Constituição da República Portuguesa (CRP), aquela que se tem como a lei fundamental do País. Em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade do Porto, são dinamizadas sessões de esclarecimento aos alunos do 12º ano nas escolas públicas, privadas e profissionais do nosso concelho.

Pretende-se no próximo ano dar continuidade a este projeto contribuindo para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, crítico e criativo.

4.6.14 ARTE - CURSO BÁSICO DE TEATRO

Projeto Piloto, inserido no âmbito do projeto “Cultura para Todos”, apoiado pelo Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020.

Até ao final do ano letivo 2019/2020, cerca de 80 alunos dos Agrupamentos de Escolas de São Martinho, Santo Tirso e de Escolas D. Dinis, Santo Tirso, terão acesso a uma formação académica na área de teatro, aprendizagens que se consideram facilitadoras da aquisição de ferramentas essenciais para a formação de cidadãos mais seguros criativos e comunicativos.

São 4 as turmas que participam neste projeto: uma turma do 2.º ano e uma turma do 5.º ano do Agrupamento de Escolas de São Martinho, Santo Tirso; uma turma mista do 2.º/4.º anos e uma outra do 5.º ano do Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso.

Estes alunos encontram-se a frequentar o 1.º grau do CBT, beneficiando da participação de atores/pedagogos da Academia Contemporânea de Teatro, destacados especificamente para este projeto que estão nessas escolas com o objetivo de, fazendo uso das técnicas e formas de expressão teatrais, fomentarem a aquisição de competências necessárias ao perfil do aluno do século XXI, nomeadamente competências sociais.

Este projeto está também alinhado com a estratégia municipal de promoção do sucesso escolar, contribuindo para a democratização do processo de ensino/aprendizagem em todas as formas de expressão artística.

4.6.15 PROGRAMA QUALIFICA

O Programa Qualifica é um programa vocacionado para a qualificação de adultos que tem por objetivo melhorar os níveis de educação e formação, contribuindo para a melhoria dos níveis de qualificação da população e a melhoria da empregabilidade dos indivíduos.

De acordo com os dados do Eurostat (2016), mais de metade da população, entre os 25 e os 64 anos, tem um nível de qualificação igual ou inferior ao ensino básico (9.º ano de escolaridade). O Programa Qualifica pretende assim dar um novo impulso à mobilização da população adulta na procura de qualificações. Este programa tem por objetivo:

- Aumentar os níveis de qualificação e melhorar a empregabilidade das pessoas;
- Reduzir as taxas de analfabetismo e semianalfabetismo;
- Corrigir o atraso do país em matéria de escolarização, aproximando-o da Europa;
- Adequar a oferta e a rede formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos modelos de desenvolvimento nacionais e regionais.

O Centro informa, orienta, encaminha e certifica tanto a nível escolar como profissional.

Se tem mais de 18 anos e pretende mais esclarecimentos, dirija-se a um dos dois Centros Qualifica existentes no nosso concelho, a funcionar nas sedes dos respetivos agrupamentos de escolas:

- Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso;
- Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso.

4.6.16 INTERNET + SEGURA

No início do mês de fevereiro comemora-se o Dia da Internet Mais Segura, e para marcar a data, a Câmara Municipal de Santo Tirso organiza algumas sessões de esclarecimento sobre o tema dirigidas aos alunos do nosso concelho, e também aos encarregados de educação.

Reconhecendo a importância e a atualidade do tema, esta é uma atividade que tem vindo a merecer destaque no calendário das ações da Câmara Municipal.

Se por um lado todos reconhecemos as vantagens associadas ao uso da internet, por outro lado, a sua generalização vem suscitar outro tipo de preocupações, em particular, quando envolve utilizadores menos preparados e informados, como é o caso dos jovens.

Esta situação vem exigir uma maior atenção e sensibilização dos pais e encarregados de educação para os perigos que podem advir do recurso à internet e às redes sociais, bem como a adoção de estratégias que garantam uma utilização mais cuidada e segura da Web por parte dos seus educandos.

4.6.17 PLANO MUNICIPAL DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS

Uma Cidade Educadora não deve descurar as diferentes dimensões e desafios que atravessam as experiências contemporâneas, nomeadamente as que são trazidas pelo desenvolvimento do mundo digital.

Partindo dessa premissa, a câmara municipal de Santo Tirso foi pioneira na apresentação de um Plano municipal para as competências digitais. Este, integrando um conjunto de ações, em diferentes áreas, assume o objetivo principal de aumentar a literacia digital da população e, através disso, possibilitar o acesso a mais e melhores oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal.

Este plano, que concretiza a estratégia municipal para o incremento das competências digitais que, está também bem presente nas ações que caracterizam o projeto de promoção do sucesso escolar “Ag(lr) para o Sucesso escolar”, designadamente no que concerne às medidas relacionadas com a implementação da plataforma “Santo Tirso Aprende +”, a aquisição de tablets, o projeto de robótica e de ciências experimentais “Experimenta + Santo Tirso”.

4.6.18 MENTORIA PARA A INCLUSÃO DIGITAL

Assumindo que as competências digitais podem também ajudar a melhorar as formas de participação e de cidadania, o plano municipal para as competências digitais integra a ação designada “mentoria para a inclusão digital”.

Tem como objetivo promover as competências digitais dos seniores e fomentar a capacidade de intervenção e participação social e cívica dos jovens, contribuindo para a sua educação não formal e desenvolvendo as relações interpessoais e sociais entre as diversas gerações.

Os mentores são jovens voluntários, entre os 16 e os 30 anos, residentes no concelho, que transmitem, nos tempos livres, os seus conhecimentos em tecnologias digitais, em oficinas para grupos de pessoas idosas utentes de IPSS. As oficinas decorrem nas IPSS.

4.6.19 FÓRUM EDUCA

Dirigido a educadores, professores e formadores das Escolas e Agrupamentos do Concelho de Santo Tirso e outros concelhos, esta é uma iniciativa promovida em parceria com o Centro de Formação Sebastião da Gama e os Agrupamentos de Escolas.

O objetivo é promover a formação de professores e de educadores através da análise e debate de temáticas relevantes para os projetos educativos do concelho e da partilha de experiências e práticas que contribuam para a melhoria do serviço educativo.

A 4.ª edição, realizada entre os dias 14 e 15 de fevereiro de 2020, foi subordinada ao tema “Aprendizagem para todos: os desafios da inclusão” e teve o Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso como escola anfitriã. As sessões que integraram esta iniciativa ocorrerem na Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso, e no Centro Cultural Municipal de Vila das Aves, decorrendo nos dias 14 e 15 de fevereiro.

As edições anteriores foram dedicadas às seguintes temáticas:

- 1.ª Edição (2017) – “(Re)Organizar a Escola para o Sucesso” (Agrupamento de Escolas de Tomaz Pelayo, Santo Tirso);
- 2.ª Edição (2018) – “Comunicação e Relações Interpessoais” (Agrupamento de Escolas de São Martinho, Santo Tirso);
- 3ª Edição (2019) - ‘Perfil dos Professores para o Século XXI’ (Agrupamento de Escolas de D. Dinis, Santo Tirso).

Este evento é acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores, como Curso de Formação.

4.6.20 PLANO DE FORMAÇÃO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS

Para uma boa resolução educativa e formativa é inegável o papel fundamental que as assistentes operacionais assumem. Estando as Assistentes operacionais do pré-escolar sob a responsabilidade direta do Município, cabe à Câmara Municipal de Santo Tirso promover ações de formação que concorram para o seu aperfeiçoamento profissional, visando o desenvolvimento das suas capacidades profissionais e pessoais.

Neste sentido, e tendo em conta os princípios da aprendizagem ao longo da vida e o reconhecimento da importância do investimento na formação e no desenvolvimento pessoal e profissional do pessoal não docente, a Câmara Municipal elabora anualmente um plano de formação que ambiciona dar resposta às necessidades mais importantes dos Assistentes operacionais que desempenham as suas funções nas diferentes escolas do concelho.

No ano 2018/2019, estes profissionais realizaram uma ação de formação no âmbito da Higiene e Segurança no trabalho, e no ano 2019/2020 Ações de formação em Primeiros Socorros e em Ética e deontologia Profissional.

4.6.21 PLANO DE FORMAÇÃO PARA AS ANIMADORAS

A Lei-Quadro n.º 5/97 de 10 de fevereiro, consigna os Objetivos da Educação Pré-Escolar e prevê

que para além das atividades pedagógicas, curriculares ou letivas, seja assegurada a vertente social e ofereça atividades de animação e apoio à família de acordo com as necessidades das mesmas.

Para garantir um atendimento de qualidade no tempo de animação e apoio à família da educação pré-escolar é essencial assegurar recursos humanos com perfil apropriado e devidamente capacitados para as funções inerentes.

De acordo com as responsabilidades assumidas pela Câmara de Santo Tirso, através do Acordo de Cooperação e não obstante a gestão das AAAF estar delegada nas Associações de Pais/ Juntas de Freguesia, entendeu este Município pertinente a realização de ações de formação dirigidas às animadoras que integram as diferentes AAAF das escolas concelho, como forma de garantir uma uniformização de respostas primando pela igualdade do serviço prestado.

No ano letivo 2019/2020 realizaram-se ações de formação para as Animadoras, no âmbito da Animação Socioeducativa.

5. Projeções da População

5.1 Metodologia

As projeções demográficas para as 14 freguesias, foram obtidas através do método de componentes por coortes (o mesmo método utilizado pelo INE para as projeções da população a outras escalas).

O estudo das projeções teve por base os dados dos Censos de 2001 e 2011. O procedimento consistiu em aplicar, às estruturas populacionais de partida (a do último censo) e de cada uma das pequenas áreas, coeficientes de crescimento por coortes (CR), obtidos da projeção da área maior, ajustados segundo um fator K. Foram também projetadas para 2021 os seguintes indicadores:

- I. Taxa de natalidade;
- II. Taxa de mortalidade;
- III. Taxa de crescimento efetivo;
- IV. Taxa de crescimento migratório;
- V. Taxa de crescimento natural;
- VI. Taxa de fecundidade.

As projeções das taxas foram realizadas por análise longitudinal. Para cada taxa foram testados vários modelos, cada um com uma estrutura de correlação diferente. Escolheu-se o modelo com menor AIC (Akaike Information Criterion) e com ele foi realizada a predição dos valores futuros.

A partir dos dados dos Censos apenas foi possível a projeção para 10 anos, utilizando o método de componentes por coortes. Significa que para se obterem as estimativas de 2026 teremos de recorrer a uma metodologia diferente desta.

A projeção da população por género apenas foi possível para o total da população do município.

5.2 Projeções da População para 2021, 2031 e Estimativas para 2026

Com base nos dados dos Censos de 2001 e 2011 foi projetada a população de cada freguesia (e União de freguesias) para 2021 e 2031, para 2026 foi calculada uma estimativa da população.

Ao analisar o Quadro V.1 verifica-se que, apesar da visível perda populacional no contexto geral, numa análise por freguesia, haverá aumento populacional nas freguesias mais centrais e urbanas do concelho. Como é o caso das freguesias de:

- Santo Tirso (Taxa de variação de 3,10% entre 2011 e 2021 e 3,16% entre 2021 e 2031);
- Couto Santa Cristina (Taxa de variação de 10,38% entre 2011 e 2021 e 9,35% entre 2021 e 2031);
- Monte Córdova (Taxa de variação de 21,83% entre 2011 e 2021 e 16,63% entre 2021 e 2031);
- Carreira (Taxa de variação de 34,50% entre 2011 e 2021 e 22,31% entre 2021 e 2031).

Por outro lado, as freguesias mais representativas do decréscimo populacional são:

- Refojos de Riba de Ave (Taxa de variação de -44,80% entre 2011 e 2021 e de -100% entre 2021 e 2031);
- Lama (Taxa de variação de -26,13% entre 2011 e 2021 e de -58,06% entre 2021 e 2031);
- Sequeirô (Taxa de variação de -26,12% entre 2011 e 2021 e de -57,63% entre 2021 e 2031);
- São Martinho do Campo (Taxa de variação de -22,94% entre 2011 e 2021 e de -44,95% entre 2021 e 2031).

entre 2021 e 2031).

Segundo as Estimativas calculadas para o ano de 2026 podemos verificar que as freguesias de Palmeira (taxa de variação 31,22%), Carreira (taxa de variação 24,31%), Monte Córdova (taxa de variação 17,01%) aumentam de forma significativa a sua população. Por outro lado, são as freguesias de Refojos de Riba de Ave (taxa de variação de -76,84%), Lama (taxa de variação de -33,72%), Sequeirô (taxa de variação de -33,44%) que diminuem o seu número de habitantes.

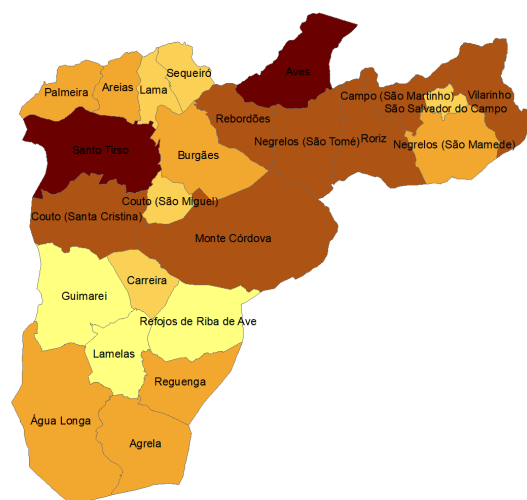
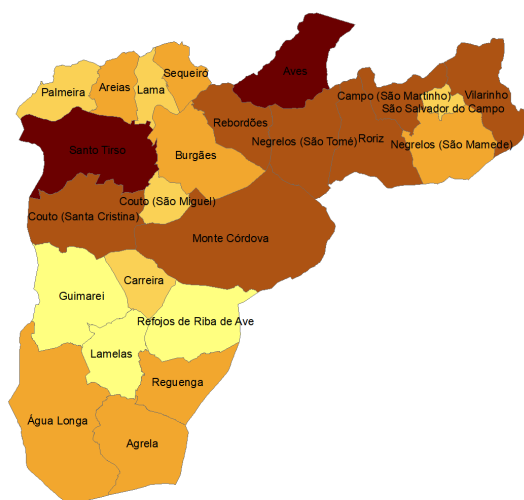
Quadro V.1 - Valores da projeção demográfica, por freguesia para o Município de Santo Tirso.

Freguesias	União de freguesias	População Residente			Taxa de Variação da População			
		censos 2011	2021	2026(1)	2031	2011-2021	2021-2026	2026-2031
Santo Tirso		71530	68940	66484	64018	-3,62	-3,56	-3,71
Agrela		158	1524	1467	1403	-3,79	-3,74	-4,36
Água Longa		2207	2425	2632	2869	9,88	8,54	9,00
Sequeirô	União das freguesias de Areias, Sequeirô, Palmeira e Lama	1627	1202	800	339	-26,12	-33,44	-57,63
Lama		1393	1029	682	286	-26,13	-33,72	-58,06
Palmeira		1321	1970	2585	3290	49,13	31,22	27,27
Areias		2454	2021	1609	1139	-17,64	-20,39	-29,21
Aves		8458	8356	8260	8150	-1,21	-1,15	-1,33
Carreira	União das freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave	1110	1493	1856	2270	34,50	24,31	22,31
Refojos de Riba de Ave		962	531	123	0	-44,80	-76,84	-100,00
Guimarei	União das freguesias de Lamelas e Guimarei	738	744	750	756	0,81	0,81	0,80
Lamelas		922	829	741	641	-10,09	-10,62	-13,50
Monte Córdova		3958	4822	5642	6580	21,83	17,01	16,63
Reguenga		1596	1599	1602	1605	0,19	0,19	0,19
Couto (São Miguel)	União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães	1222	1013	814	587	-17,10	-19,64	-27,89
Couto (Santa Cristina)		4064	4486	4886	5343	10,38	8,92	9,35
Burgães		2097	1657	1240	763	-20,98	-25,17	-38,47
Santo Tirso		14107	14545	14958	15431	3,10	2,84	3,16
Negrelos (São Mamede)		2145	1717	1312	848	-19,95	-23,59	-35,37
Campo (São Martinho)	Vila Nova do Campo	3470	2674	1920	1057	-22,94	-28,20	-44,95
São Salvador do Campo		1194	1373	1544	1738	14,99	12,45	12,56
Negrelos (São Tomé)		4032	3407	2814	2136	-15,50	-17,41	-24,09
Vilarinho		3788	3064	2343	1538	-19,59	-23,08	-34,36

Fonte: AEstadística.

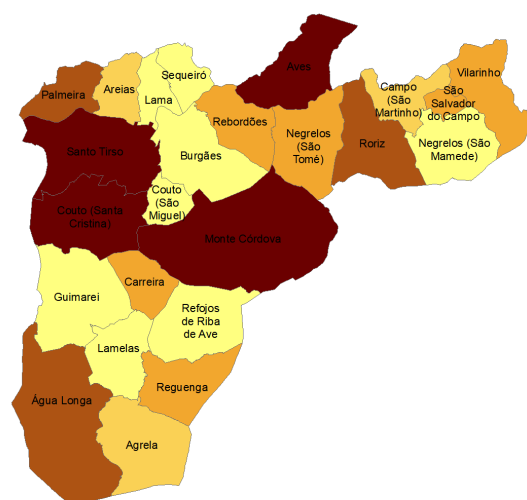
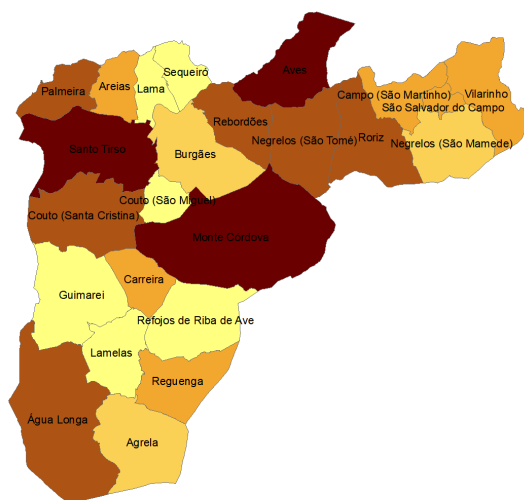
2011

2021



2026

2031



Projeções da População Residente

Nº de habitantes:

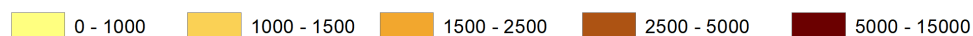


Figura V.1 - Projeções e Estimativas da População Residente, no município de Santo Tirso para 2011, 2021, 2026 e 2031.

5.3 Projeção das Taxas Municipais

O Quadro V.2 representa uma estimativa ao nível da projeção das taxas de natalidade, mortalidade, crescimento efetivo, crescimento migratório, crescimento natural e a taxa de fecundidade, até 2031 e os seus Intervalos de Confiança (IC) a 95%. É notória a queda de todas as taxas à exceção da taxa de mortalidade que aumenta de 8,3% no ano de 2011, para 10,54% em 2031.

No caso da taxa de crescimento migratório o valor negativo previsto para 2021 (-0,27%) significa que o número de emigrantes é superior ao número de imigrantes, ou seja, há menos população a sair do concelho e mais população a entrar.

O aumento da taxa de mortalidade é um reflexo de uma população cada vez mais envelhecida, no concelho de Santo Tirso, entre o período de 1992 até 2031, aumentou de 7,5% por cada 100 pessoas para 10,54% por cada 100.

Quadro V.2 - Estimativas das taxas municipais, do município de Santo Tirso, por ano até 2031.

Período de Referência	Taxa Bruta de Mortalidade % (IC 95%)	Taxa Bruta de Natalidade % (IC 95%)	Taxa de Crescimento Efetivo % (IC 95%)	Taxa de Crescimento Migratório % (IC 95%)	Taxa de Crescimento Natural % (IC 95%)	Taxa de Fecundidade Geral % (IC 95%)
1992	7,5	11,8	00,4	-0,39	0,43	42,6
1993	7,9	11,3	-0,01	-0,35	0,34	40,4
1994	7,3	11,8	0,21	-0,25	0,45	42,4
1995	7,4	11	0,18	-0,18	0,35	39,3
1996	8,1	12,2	0,27	-0,14	0,41	43,9
1997	8,3	11,4	0,19	-0,12	0,31	41
1998	8	17,2	0,87	-0,05	0,92	62,3
1999	8,6	11,5	0,29	0,01	0,29	42,2
2000	8,3	11,2	0,39	0,1	0,28	41,3
2001	8,1	10,8	0,41	0,14	0,28	40,3
2002	7,5	10,1	0,28	0,02	0,26	37,9
2003	8,6	10,3	0,12	-0,04	0,16	39
2004	8	9,2	0,02	-0,1	0,12	35,4
2005	8,3	8,3	-0,1	-0,09	-0,01	32,1
2006	8,3	7,5	-0,15	-0,07	-0,08	29,4
2007	8,4	7,5	-0,16	-0,07	-0,08	29,7
2008	8,7	7,8	-0,37	-0,28	-0,08	31

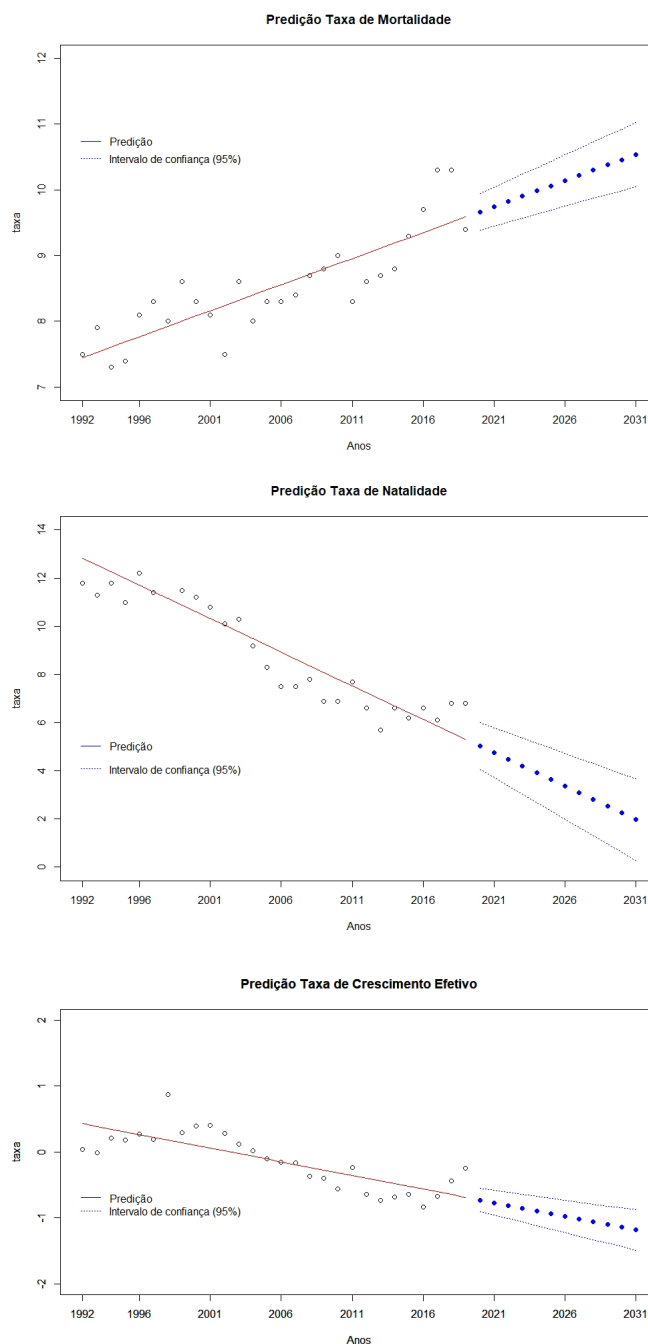
Continua

Quadro V.2 (continuação) - Estimativas das taxas municipais, do município de Santo Tirso, por ano até 2031.

Período de Referência	Taxa Bruta de Mortalidade % (IC 95%)	Taxa Bruta de Natalidade % (IC 95%)	Taxa de Crescimento Efetivo % (IC 95%)	Taxa de Crescimento Migratório % (IC 95%)	Taxa de Crescimento Natural % (IC 95%)	Taxa de Fecundidade Geral % (IC 95%)
2009	8,8	6,9	-0,4	-0,21	-0,19	27,8
2010	9	6,9	-0,56	-0,35	-0,2	27,9
2011	8,3	7,7	-0,23	-0,17	-0,06	31,5
2012	8,6	6,6	-0,64	-0,44	-0,6	27,4
2013	8,7	5,7	-0,73	-0,43	-0,31	23,9
2014	8,8	6,6	-0,68	-0,46	-0,22	28,1
2015	9,3	6,2	-0,64	-0,33	-0,31	27
2016	9,7	6,6	-0,83	-0,52	-0,31	29,1
2017	10,3	6,1	-0,67	-0,25	-0,42	27,1
2018	10,3	6,8	-0,44	-0,09	-0,35	30,9
2019	9,4	6,8	-0,24	0,02	-0,26	30,9
2020	9,67	5,03	-0,73	-0,26	-0,46	24,04
2021	9,75	4,75	-0,77	-0,27	-0,5	23,28
2022	9,82	4,47	-0,81	-0,27	-0,53	22,52
2023	9,9	4,19	-0,85	-0,28	-0,57	21,76
2024	9,98	3,91	-0,89	-0,29	-0,61	21
2025	10,06	3,64	-0,94	-0,29	-0,64	20,24
2026	10,14	3,36	-0,98	-0,3	-0,68	19,48
2027	10,22	3,08	-1,02	-0,3	-0,71	18,72
2028	10,3	2,8	-1,06	-0,31	-0,75	17,96
2029	10,38	2,52	-1,1	-0,31	-0,78	17,2
2030	10,46	2,24	-1,14	-0,32	-0,82	16,44
2031	10,54	1,97	-1,18	-0,33	-0,86	15,68

Fonte: AEstatística.

A Figura V.2 representa os modelos ajustados obtidos na previsão de cada uma das taxas consideradas no estudo. Prevê-se uma diminuição de todas as taxas, à exceção da taxa de mortalidade cujo comportamento previsto é de aumento para os próximos anos (acompanhado a tendência dos anos anteriores). Os pontos brancos representam os valores registados de cada taxa e os pontos a azul os valores previstos com base no modelo ajustado representado pela reta de regressão. Observou-se ainda que foram os valores da taxa de natalidade e da taxa de crescimento efetivo os que registaram uma maior aproximação ao modelo ajustado, conferindo uma maior força de previsão destes dois modelos.



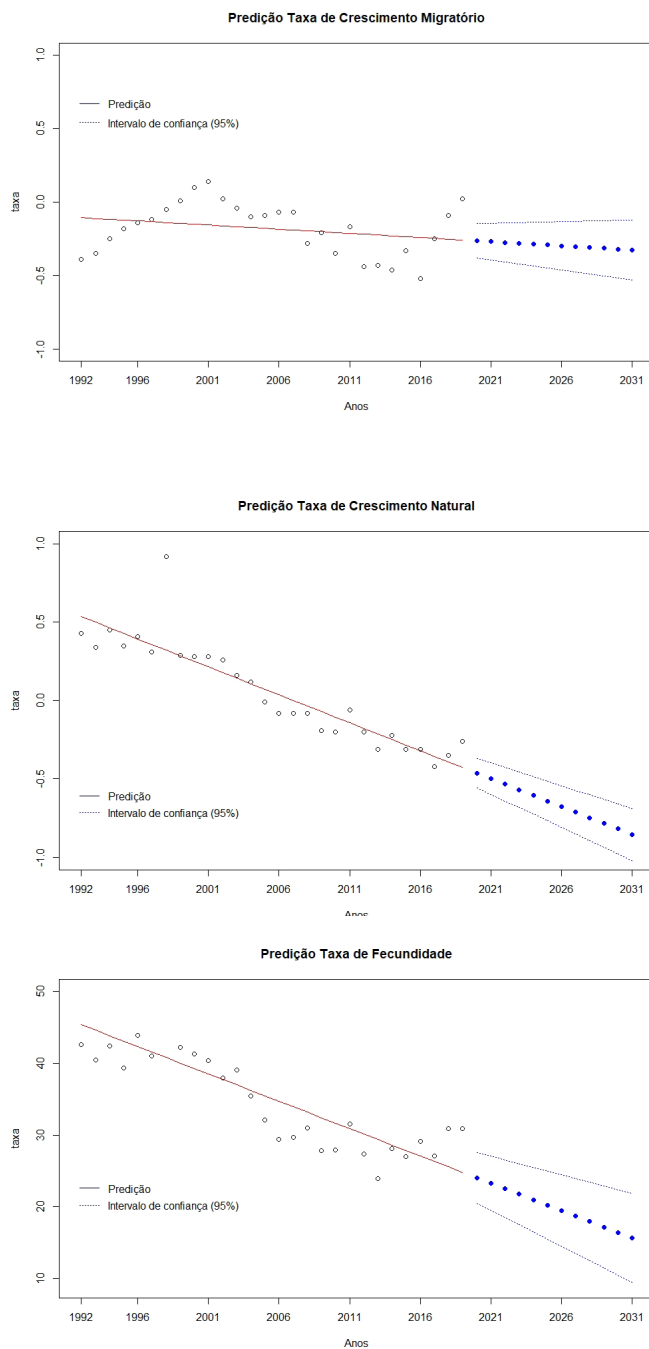


Figura V.2 - Modelos ajustados ao nível da predição das taxas calculadas (em %).

No Anexo IV observa-se a evolução da população entre os anos 2011, 2021, e 2031, por grupo etário e freguesia e estimativas para 2026.

Numa análise por grupo etário, entre 2011 e 2031, verifica-se uma diminuição de efetivos em todos os grupos etários à exceção do grupo etário >70 anos que apresentam crescimento no número de efetivos. O grupo etário com maior perda em número de efetivos é dos 25 aos 69 anos de idade (44 743 habitantes em 2011 e 37 826 habitantes em 2031) no qual se projeta uma perda de 6917 efetivos.

No que respeita a evolução da população por grupo etário e por freguesia verifica-se que, no contexto geral, o grupo etário predominante era, em 2011, dos 25 aos 69 anos de idade, sendo também o que apresenta uma maior amplitude de idades, e a União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães (13472 indivíduos) e a freguesia Vila das Aves (5277 indivíduos) as que apresentam um maior número de efetivos no respetivo grupo etário.

No ano de 2021 o grupo etário predominante continua a ser dos 25 aos 69 anos (44 039 indivíduos) e mais representativo na união das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, bem como na freguesia de Vila das Aves. A predominância deste grupo etário mantém-se em 2031 (37826 indivíduos) sendo também estimado para 2026 com 40935 indivíduos.

Ao analisarmos a população em idade escolar integrante nos grupos etários dos 5 a 9 e 10 a 14 anos de uma forma geral projeta-se uma diminuição da população afeta, entre 2011 e 2031. Dos 5 a 9 anos, entre 2011 e 2021 projeta-se um aumento em cerca de 456 indivíduos e entre 2021 e 2031 é projetado uma diminuição em cerca de 1511 indivíduos. Para o grupo etário compreendido entre os 10 a 14 anos, entre 2011 e 2021 projeta-se uma diminuição de cerca de 2104 indivíduos e um aumento de cerca de 556 indivíduos entre 2021 e 2031.

A Figura V.3 até à Figura V.7, representa a evolução da população de Santo Tirso por grupo etário, relativamente ao período intercensitário 2011 a 2011 e a previsão da população para 2021, 2026 e 2031.

A forma da pirâmide respetiva a 2021, 2026 e 2031 é um reflexo dos baixos níveis de natalidade e do aumento da população envelhecida. Relativamente à pirâmide de 2011 pode-se observar um alargamento do topo da pirâmide e o encurtamento da base que significam a diminuição da população jovem e o aumento da população envelhecida. No ano de 2011 as crianças dos 0 aos 4 anos de idade representavam cerca de 4% da população, em 2021 prevê-se um aumento para cerca de 5% e nos anos posteriores uma queda, em 2026 de 3,81% e em 2031 de 2,48%.

Nas idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos os números diminuem entre 2011 e 2021 e, contrariamente ao grupo anterior, aumentam do ano 2021 para 2026 e novamente de 2026 para 2031.

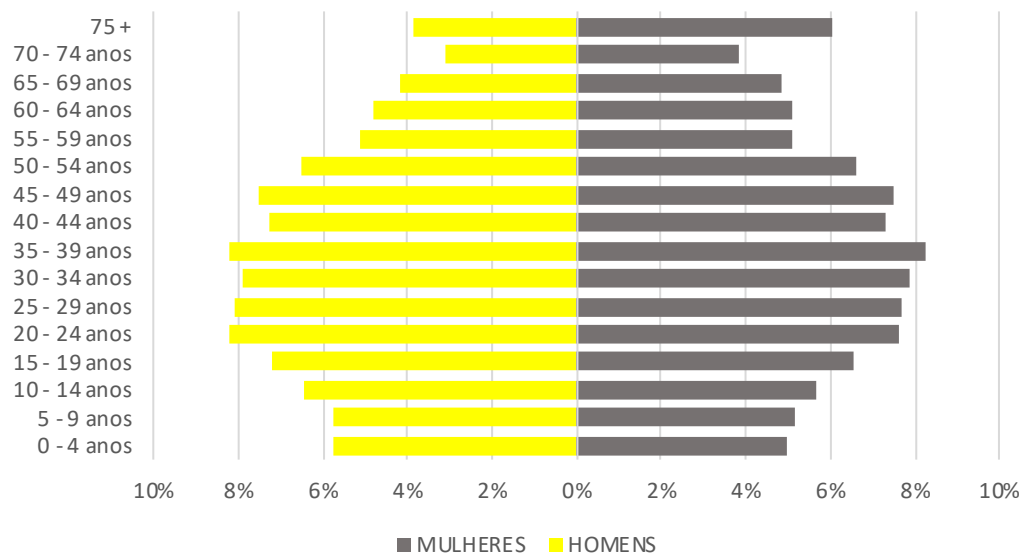


Figura V.3 - Pirâmide etária para o ano de 2001.

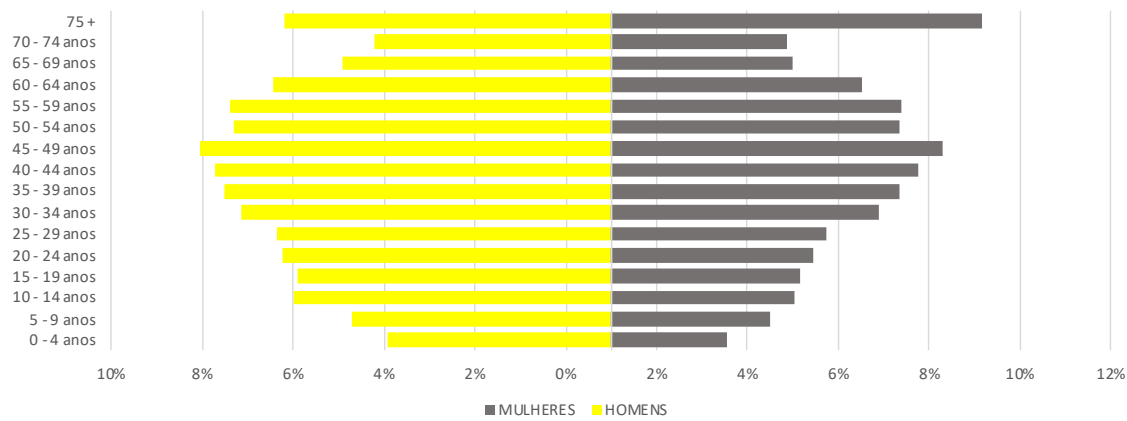


Figura V.4 - Pirâmide etária para o ano de 2011.

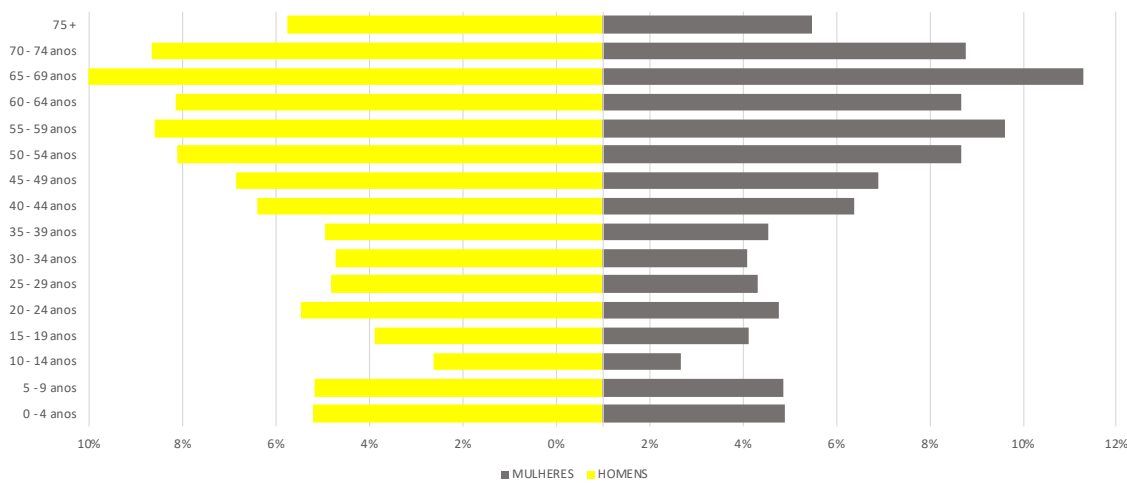


Figura V.5 - Pirâmide etária para o ano de 2021.

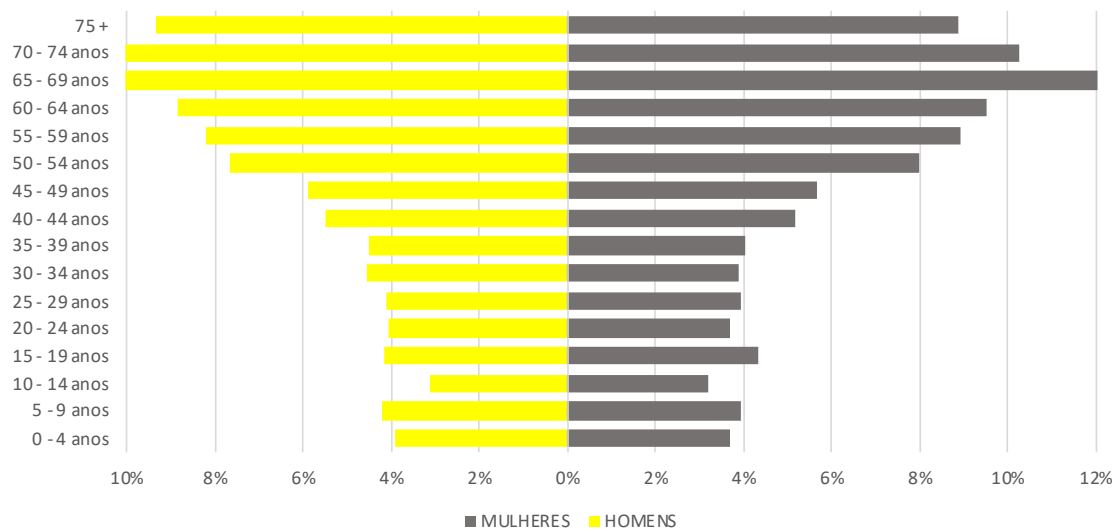


Figura V.6 - Pirâmide etária para o ano de 2026.

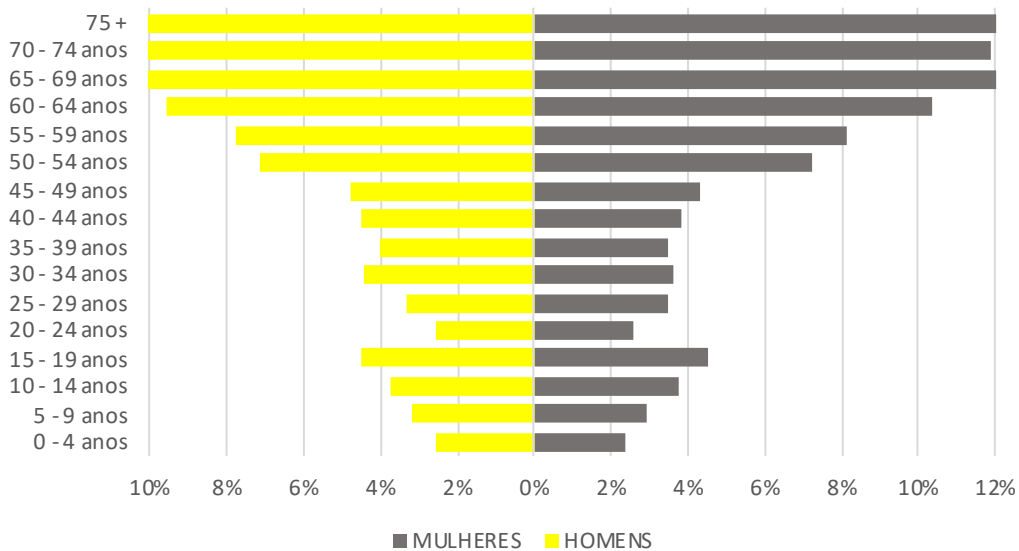


Figura V.7 - Pirâmide etária para o ano de 2031.

6. Síntese do Diagnóstico Estratégico

6.1 Análise SWOT

A análise Swot é estruturada de acordo com a identificação das potencialidades e fragilidades no município de Santo Tirso, ao nível territorial (Quadro VI.1) e o nível do sistema educativo (Quadro VI.2).

Quadro VI.1 - Análise SWOT Territorial para o município de Santo Tirso.

Fragilidades	Potencialidades	Oportunidades	Ameaças
1. No sector primário estão empregados 0,8% da população ativa, percentagem manifestamente inferior à média nacional (3%);	1. Área predominantemente urbana;	1. Incremento da coordenação de políticas sectoriais e territoriais envolvendo os níveis de decisão local e central;	1. Regressão populacional;
2. Predominância de desempregados a receber subsídio de desemprego (47%);	2. Principais ligações de interesse regional asseguradas pela A3, linha do Minho e N204;	2. Proximidade dos municípios de Braga e Porto onde estão localizados polos universitários;	2. Ténue potencial de conhecimentos, adaptabilidade e inovação devido à fraca formação e qualificação de ativos;
3. Mão-de-obra com reduzidas habilitações literárias e consequentemente pouca qualificação;	3. Rede viária razoável quer em estado de conservação quer em acessibilidade;	3. Aumento da oferta das áreas de acolhimento empresarial;	3. Envelhecimento da população à escala local e nacional;
4. Predominância de indivíduos com o 1º ciclo do ensino básico como nível de instrução;	4. Rede de transportes públicos adequada;	4. Progressos no sector industrial;	4. Impossibilidade de renovação de gerações;
5. Aumento da taxa de desemprego, de 6,6% em 2001 para 17,37% em 2011;	5. Proximidade de várias áreas urbanas da NUT II Norte;	5. Inserção em redes e Parcerias Regionais;	5. Aumento dos movimentos migratórios;
6. Diminuição da taxa de atividade de 52,8% em 2001 para 50,03% em 2011;	6. Integração na Associação dos municípios do Vale do Ave e na Área Metropolitana do Porto;	6. Associativismo dinâmico, Cluster Industrial;	6. Desajuste entre a procura e oferta de emprego;
7. Diminuição do n.º de habitantes no município, de 72 396 em 2001 para 71 530 em 2011;	7. Diversidade de serviços ligados à educação, justiça, saúde, proteção civil, entre outros;		7. Diminuição da capacidade financeira das famílias;

Continua

Quadro VI.1 (continuação) - Análise SWOT Territorial para o município de Santo Tirso.

Fragilidades	Potencialidades	Oportunidades	Ameaças
8. Diminuição do nº de habitantes na maioria das freguesias;	8. Existência de património cultural, histórico, arqueológico e arquitetónico que merecem referência;		8. Aumento da população nas áreas urbanas em detrimento das áreas rurais;
9. Diminuição da população jovem e aumento da população envelhecida (pirâmide em urna);	9. Aproximação de Santo Tirso do Grande Porto e da sua área metropolitana, cuja economia local assenta, de modo bem patente, no comércio e nos serviços, com o aumento da população empregada no setor terciário;		9. Existência de processos migratórios que originam uma diminuição da população ativa no município;
10. Diminuição da densidade populacional, na maioria das freguesias;	10. Fábrica de Santo Tirso enquanto polo do Centro de Inovação Metropolitano (CIS-M), incubador de projetos de empreendedorismo e inovação social com sustentabilidade e escalabilidade, que visam a resolução de problemas sociais;		
11. Diminuição da taxa de natalidade e aumento da taxa de mortalidade;	11. Desenvolvimento de outras indústrias, nomeadamente a metalomecânica, a indústria química e a do plástico;		

Com os objetivos estratégicos do desenvolvimento da Rede Educativa / Educação para todos e ao longo da vida, o seguinte Quadro VI.2 pretende demonstrar a análise SWOT para a Educação no Município de Santo Tirso.

Quadro VI.2 – Análise SWOT para a Educação no município de Santo Tirso.

Quadro VI.2 – Análise SWOT para a Educação no município de Santo Tirso.					
Fragilidades		Potencialidades		Impacto Desejável / Melhorias	
CONTEXTO SOCIODEMOGRÁFICO		Plano de Ações		Calendarização / Meta	
CONTEXTO EDUCATIVO	Fraca formação e qualificação da população ativa, com a predominância do 1º ciclo de ensino como nível médio habilitacional	Progressos no setor industrial	Melhorar os níveis de educação e formação de adultos	Encaminhamento/ divulgação das ofertas formativas asseguradas pelos 2 Centros Qualifica existentes no concelho	De realização permanente
	Regressão Populacional	Desenvolvimento de outras indústrias, nomeadamente a metalomecânica, a indústria química e a do plástico	Reforçar o envolvimento dos agentes/ parceiros públicos e privados relevantes e a articulação entre a oferta e a procura de qualificações	Celebração de protocolos, envolvendo centros de formação profissional especializada, para a abertura de cursos de formação modular certificada em áreas em desenvolvimento e com potencial de empregabilidade	2021-2025
	Aumento da taxa de desemprego no período intercenitário	Existência do Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica e de uma incubadora de Moda e Design (Apoio e incentivo ao empreendedorismo)			
	Desajuste entre a procura e oferta de emprego	Inserção em redes e Parcerias Regionais	Incrementar a modernização/ inovação do setor industrial local	Desenvolvimento de Programas para apoiar/incentivar ideias de negócio e criação e instalação de novas empresas no município	2021-2025
	Tendência de concentração da população nos centros urbanos	Quadro de apoio/promoção da Inovação tecnológica			
CONTEXTO EDUCATIVO	Ausência de monitorização geral e contínua dos indicadores socioeducativos no município	Taxa de transição e conclusão do ensino básico superior à NUT III Norte e NUT III Área Metropolitana do Porto	Mobilizar os diferentes atores e instituições para a criação e cimentação de uma cultura de compromisso social e educacional no nosso território	Criação de uma estrutura de coordenação, acompanhamento e avaliação do impacto das políticas educativas - Rede Local para a Promoção do Sucesso Escolar (RLPSE)	2021
				Criação de um portal/observatório da educação para permitir o aprofundamento da envolvimento comunitária a concretização das políticas educativas locais	2021
	Lacunas na articulação e na avaliação dos diversos projetos socioeducativos, promovidos por diversos parceiros	Abandono escolar tendencialmente reduzido		Construção de um projeto educativo municipal que promova a harmonia entre os projetos educativos das diferentes escolas e a formação de uma visão mais clara da estratégia a perseguir no futuro	concluído (2013)
		Taxa bruta de pré-escolarização e escolarização (ensinos básico e secundário) superior à média regional/nacional, apresentando valores acima dos 100%			
	Diminuição da população em idade escolar	Implementação de um conjunto de programas potenciadores do sucesso escolar e da prevenção de fenómenos de exclusão social	Melhoria/reforço das políticas educativas promotoras de sucesso escolar	Implementação de atividades/ programas/prójetos que promovam o desenvolvimento das designadas soft skills, cada vez mais valorizadas face a uma sociedade assente no conhecimento e na inovação tecnológica	De realização permanente

Continua

Quadro VI.2 (continuação) – Análise SWOT para a Educação no município de Santo Tirso.

SISTEMA DE ENSINO		Fragilidades		Potencialidades	Impacto Desejável / Melhorias	Plano de Ações	Calendarização / Meta
				Elevada procura pelos cursos do ensino profissional por alunos provenientes de outros municípios		Celebração de protocolos com instituições de ensino superior para o reforço de ofertas no concelho, no que a cursos TESP diz respeito	2021
		Alterações constantes na legislação sobre a organização do sistema educativo		Desenvolvimento de cursos técnicos superiores Profissionais (TESP)	Reforçar a aproximação às instituições de ensino superior no sentido de promover a formação de recursos humanos altamente qualificados, aliada à investigação científica e à aplicação de conhecimento em prol do desenvolvimento local	Criação e instalação de um polo do ensino superior na Fábrica de Santo Tirso com ofertas formativas em áreas de especialização tecnológica de importância estratégica para o município e em correspondência com as necessidades identificadas pelo tecido empresarial local.	2025
		Existência de um número significativo de turmas multinível/mistas e numerosas		Oferta apresentada ao nível da formação da população sénior – Universidade Sénior		Assegurar a afetação/apoio de uma equipa multidisciplinar que permita complementar e coadjuvar a intervenção das equipas multidisciplinares das escolas (EMAEI), em particular, nos domínios social e psicológico	De realização permanente
		Baixa taxa de ocupação verificada em vários estabelecimentos de ensino		Entrada em vigor de Programas Operacionais com ações especificamente orientadas para a melhoria da equidade no acesso à Educação e ao sucesso escolar e para inovação no sistema de ensino	Promover uma maior equidade no acesso à Educação e ao sucesso escolar	Reforçar e qualificar a rede de conectividade das escolas	2021-2025
		Eventual desajustamento do fundo de financiamento que irá acompanhar o processo da descentralização de competências		Descentralização de novas competências em matéria de educação		Reforçar e qualificar a rede de conectividade das escolas	2021-2025
		Degradação/desatualização dos equipamentos informáticos/mobiliário		Nível de execução do programa de intervenções, previsto na anterior Carta Educativa, permitiu a qualificação e valorização física do Parque Escolar concelhio.	Promover uma maior diferenciação e inovação das práticas pedagógicas	Reforçar o nº de equipamentos tecnológicos existentes nas escolas, em particular no que concerne à aquisição de painéis interativos	2021-2025
						Apoiar a capacitação e inclusão digital dos alunos e docentes de forma a garantir a utilização dos recursos tecnológicos a favor da melhoria efetiva da qualidade das aprendizagens	2021-2025
					Maior sustentabilidade das políticas educativas	Criar/consolidar instrumentos e práticas de monitorização das ações estratégicas definidas na Carta Educativa e de avaliação do nível de execução das competências a transferir/transferidas no âmbito do processo da descentralização de competências	2022

6.2 Considerações sobre a Rede Educativa

Os indicadores de educação (Quadro VI.3) apresentam-se como uma síntese, de forma a possibilitar um enquadramento dos objetivos a considerar para cada nível de ensino. Neste seguimento, pretende-se elaborar uma resenha na qual conste uma análise em termos quantitativos e qualitativos.

Quadro VI. 3 - Indicadores de educação, em 2017, para a área Metropolitana do Porto.

2018/2019	Taxa bruta de pré-escolarização (%)	Taxa bruta de escolarização (%)		Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)			
		Ensino básico	Ensino secundário	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino secundário
A. M. Porto	96,6	110,7	128	1,4	2,7	5,2	10,9
Santo Tirso	102,3	127,6	148,1	0,3	2,1	4,2	7,6

Fonte: Regiões em Números 2018/2019 - Educação - Região Norte, Dgest-mec, 2019.

6.2.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Nível destinado às crianças compreendidas entre os 3 anos e os 6 anos que representa a primeira fase de formação de um indivíduo.

Ao longo dos anos o número de nascimentos no município diminuiu, no entanto, os dados recentes apontam para um crescimento da taxa bruta de pré-escolarização, no ano letivo de 2018/2019 (102,3%), sendo esta superior à verificada para a Área Metropolitana do Porto (96,6%).

Este valor acima dos 100% traduz a qualidade dos serviços prestados às crianças e respetivas famílias, tornando-se um fator de atração de crianças providas de outros municípios, o que poderá constituir-se como um fator potenciador de crescimento e mais-valia para o município.

Apesar dos valores mencionados, aproximadamente 46,25% dos estabelecimentos de ensino apresentam baixas taxas de ocupação que se traduzem em prejuízos financeiros e pedagógicos para o município e para os munícipes.

6.2.2 ENSINO BÁSICO

O Ensino Básico assume a duração de 9 anos e compreende três ciclos de ensino sequenciais, sendo o 1º ciclo de 4 anos, o 2º ciclo de 2 anos e o 3º ciclo de 3 anos.

De acordo com o Despacho normativo n.º 6/2018, n.º 6 do artigo 5.º, a matrícula no primeiro ano, do 1º ciclo do Ensino Básico, é obrigatória para as crianças que completem 6 anos de idade até ao dia 15 de setembro.

No ano letivo (2018/2019) o concelho registou uma taxa de retenção e desistência (0,3%) inferior ao da Área Metropolitana do Porto (1,4%), ou seja, na totalidade de alunos a frequentar o 1º ciclo apenas 0,3% reprovaram ou desistiram de uma determinada escola.

No que respeita ao 2º e 3º ciclo os valores de retenção e desistência continuam mais baixos relativamente à NUT em que se insere o concelho, mas já alertam para intervenções.

As intervenções a serem equacionadas, para os estabelecimentos destes ciclos de ensino, serão de reorganização e requalificação dos espaços existentes e na aposta em alternativas aos cursos vocacionais, bem como na promoção da utilização efetiva das novas tecnologias de informação e de comunicação e de uma sociedade de informação inclusiva, reforçando a educação para a cidadania,

a componente cultural, artística e desportiva nos processos de aprendizagem e formação ao longo da vida, diversificando a oferta formativa ajustando-a às especificidades locais de oferta/procura no mercado de trabalho.

Os cursos vocacionais foram descontinuados no ano letivo 2017/2018 o que deixou uma lacuna no sistema de ensino e a necessidade de uma alternativa para alunos com dificuldades de aprendizagem.

6.2.3 ENSINO SECUNDÁRIO

O Ensino Secundário, no município, apresenta excelentes valores de cobertura. No que respeita à taxa bruta de escolarização esta regista valores superiores à área metropolitana do Porto em que se insere. Em 2018/2019 registou uma taxa bruta de escolarização de 148,1%, que traduz, uma vez mais, que Santo Tirso atrai alunos oriundos de outros municípios, espelho da sua qualidade de ensino.

6.2.4 ENSINO PROFISSIONAL

No município de Santo Tirso existem 4 escolas profissionais, das quais uma pública (Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento). Estas escolas apresentam, sem exceção, uma evolução positiva, do número de alunos, ao longo dos anos. Para além desta escola profissional, a Escola Secundária D. Dinis, Santo Tirso, a Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso, Instituto Nun'Alvres e a Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso também lecionam cursos profissionais.

6.2.5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao avaliarmos a evolução crescente do número de crianças/ alunos abrangidos pela educação inclusiva, no município, equacionamos a necessidade de medidas de inclusão dos mesmos e a formação de docentes e técnicos para a educação inclusiva.

6.3 Rede de Transportes

Consta no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Santo Tirso um “Programa Base à Porta de 4 Escolas e Sistema Pedonal” - Inclui a elaboração de um programa base de reformulação dos espaços de circulação por diferentes modos de transporte à porta das principais escolas da cidade, tendo em vista melhorar as condições de circulação a pé, de bicicleta, de acesso e funcionamento dos transportes públicos, regularizando a procura decorrente da largada e espera de estudantes a partir do carro próprio.”

De acordo com o DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Retificação n.º 10/2019, de 25 de março e pelo DL n.º 84/2019, de 28 de junho, no artigo 17.º: O plano de transporte escolar é, a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, salvo quando existam estabelecimentos de ensino que sirvam vários concelhos, casos em que tal instrumento assume nível intermunicipal.

Com os objetivos referidos no artigo 18.º:

1. O plano de transporte escolar visa assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva.
2. O plano de transporte escolar conjuga e complementa a rede de transportes públicos e outros planos de transportes em vigor na respetiva área de abrangência.

7. Proposta de Reordenamento da Rede Educativa

De acordo com o exposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro refere que o ordenamento da rede educativa deve, no respeito pela lei de bases do sistema educativo, estruturar-se de acordo com os seguintes princípios gerais:

- a.** Consideração da educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica;
- b.** Sequencialidade entre a educação pré-escolar, os diferentes ciclos do ensino básico e o ensino secundário;

Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do país, tendo em atenção fatores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas.

7.1 Propostas da Carta Educativa de 1ª Geração

A Carta Educativa de Santo Tirso elaborada em 2007 apresenta uma série de propostas de reorganização da estrutura da rede educativa a implementar nos anos seguintes após a sua elaboração. O Quadro VII.1 pretende analisar o grau de execução das referidas propostas presentes de uma forma sintetizada. Das propostas presentes na referida Carta, 23 das previstas foram executadas, sendo que 10 propostas previstas, não foram executadas.

7.2 Objetivos Estratégicos

A análise da informação permite uma caracterização de toda a rede educativa e formativa do município, de modo a obter as suas características estruturais, estado de conservação, distribuição espacial, acessibilidade, entre outras. Tendo em conta a responsabilidade da autarquia no sucesso escolar, na promoção e garantia da educação é fundamental construir uma Estratégia Educativa Municipal que vá de encontro à educação como chave do avanço da população tirsense. Neste sentido e de forma a dar seguimento a estes pressupostos, foram definidas formas de atuação, medidas de intervenção para colmatar as fragilidades do município e usufruir das suas potencialidades. A estratégia adotada teve por base os seguintes aspetos:

- I.** Desenvolvimento socioeconómico e cultural do município;
- II.** Fomentar o aumento da qualidade da oferta educativa do município;
- III.** Melhorar a qualidade do parque escolar e dos estabelecimentos de ensino;
- IV.** Evitar roturas e inadaptações da rede educativa, face à dinâmica social.

Quadro VII.1 – Propostas da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.

AGRUPAMENTO/ ESCOLA NÃO AGRUPADA	Escola	Tipologia	Intervenção	Âmbito	Prevista/ Não prevista	Realização (*1)	Ano de Intervenção
Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	B	Ampliação		Prevista	Não executado	-
	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	AB	Requalificação/ Beneficiação		Não Prevista	Executado	2018
	Escola Básica de Entre Estradas	AB	Ofertas educativas		Prevista	Não executado	-
	Escola Básica de Aldeia do Monte	AB	Ofertas educativas		Prevista	Não executado	-
	Escola Básica da Costa	B	Encerramento		Não Prevista	Executado	-
	Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso (Centro Escolar)	AB	Construção de raiz		Prevista	Executado	2011
	Escola Básica de Lage, Santo Tirso	AB	Ampliação		Prevista	Não executado	-
			Requalificação/ Beneficiação		Não Prevista	Executado	-
	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	ABCD	Ofertas educativas		Prevista	Não executado	-
	Escola Básica de Quintão	A	Abertura de mais 1 sala no JI		Prevista	Não executado	-
Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso	Escola Básica de Cense	A	Abertura de mais 1 sala no JI		Prevista	Não executado	-
	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	A	Abertura de mais 1 sala no JI		Prevista	Não executado	-

Fonte: Município de Santo Tirso (2019)
(*) Executado / Não executado / Em curso

Legenda:

A - Pré-escolar;
B - 1º Ciclo;
C - 2º Ciclo;
D - 3º Ciclo;
E - Secundário

Continua

Quadro VII.1 (continuação) – Propostas da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.

AGRUPAMENTO/ ESCOLA NÃO AGRUPADA	Escola	Intervenção		Realização	
		Tipologia	Âmbito	Prevista / Não prevista	Ano de Intervenção
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Cense	AB	Encerramento	Não Prevista	Executado 2015
	Escola Básica de Quintão	AB	Encerramento	Não Prevista	Executado 2019
	Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	AB	Ampliação/ Requalificação	Não Prevista	Executado 2018
	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso	ABCD	Construção de raiz	Prevista	Executado 2012
	Escola Básica Giestal n.º 1	B	Encerramento	Prevista	Executado 2012
	Escola Básica Giestal n.º 2	B	Encerramento	Prevista	Executado 2012
	Escola Básica Sto. António	B	Encerramento	Prevista	Executado 2012
	Escola Básica Pombinhas	B	Encerramento	Prevista	Executado 2012
	Escola Básica Mourinha	B	Encerramento	Prevista	Executado 2012
	Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso (Centro Escolar)	AB	Ampliação	Prevista	Executado 2013
	Escola Básica de Areal (Lomba)	B	Encerramento	Prevista	Executado 2006
	Escola Básica de Abelha	B	Encerramento	Prevista	Executado 2006

Fonte: Município de Santo Tirso (2019)
(*) Executado / Não executado / Em curso

Legenda:
A - Pré-escolar;
B - 1º Ciclo;
C - 2º Ciclo;
D - 3º Ciclo;
E - Secundário

Continua

Quadro VII.1 (continuação) - Propostas da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.

AGRUPAMENTO/ ESCOLA NÃO AGRUPADA	Escola	Intervenção		Realização	
		Tipologia	Âmbito	Prevista/ Não prevista	(*) Ano de Intervenção
Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Escola Básica de Quintão nº 2	B	Encerramento	Prevista	Executado 2014
	Escola Básica de Friães 1	B	Encerramento	Prevista	Executado 2007
	Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	AB	Ampliação, beneficiação e arranjos exteriores	Prevista	Executado 2008
	Escola Básica de Redundo	B	Ampliação, beneficiação e arranjos exteriores	Prevista	Executado -
	Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso	B	Ampliação, beneficiação e arranjos exteriores	Prevista	Executado 2009
	Escola Básica de Redundo	B	Encerramento	Não Prevista	Executado 2011
	Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso (Centro Escolar)	AB	Ampliação/ Requalificação	Prevista	Executado 2013
	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso (Centro Escolar)	AB	Ampliação/ Requalificação	Prevista	Executado 2009
	Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	AB	Requalificação/ Beneficiação	Não Prevista	Executado 2018
	Escola Básica de Várzea	AB	Ampliação com conversão a EBI/JI	Prevista	Não executado -
		B	Encerramento	Não Prevista	Executado 2008

Fonte: Município de Santo Tirso (2019)
(*) Executado / Não executado / Em curso

Legenda:
A - Pré-escolar;
B - 1º Ciclo;
C - 2º Ciclo;
D - 3º Ciclo;
E - Secundário

Continua

Quadro VII:1 (continuação) – Propostas da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.

AGRUPAMENTO/ ESCOLA NÃO AGRUPADA	Escola	Intervenção		Realização	
		Tipologia	Âmbito	Prevista/ Não prevista	Ano de Intervenção
Escolas de D. Dinís, Santo Tirso	Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso	CD	Reconfiguração das áreas de influência	Prevista	Executado
	Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso	AB	Ampliação	Prevista	Executado
	Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	A	Ampliação	Prevista	Executado
	Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso (Centro Escolar)	AB	Ampliação	Prevista	Executado 2011
	Escola Secundária D. Dinís, Santo Tirso	CDE	Reabilitação/ Modernização	Não Prevista	Executado 2016
Escola Básica da Ponte	Escola Básica da Ponte	ABCD	Mudança de instalações	Prevista	Executado
Vários	-	CD	Construção de raiz	Prevista	Não executado
	Ensino Superior		Instalação de um Pólo do Ensino Superior Politécnico	Prevista	Em curso
Fonte: Município de Santo Tirso (2019) (*) Executado / Não executado / Em curso					Legenda: A - Pré-escolar; B - 1º Ciclo; C - 2º Ciclo; D - 3º Ciclo; E - Secundário

Quadro VII.2 – Justificação das intervenções realizadas no âmbito da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.

Intervenção	Fundamentação	Objetivo/Escola	Resultados
Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso			
Ampliação da Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso, outrora sede do agrupamento horizontal de Alén-Rio	Sobreocupação, com uma turma do 1.º ciclo a funcionar em desdobramento	Ampliação da Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso, e transformação em Centro Escolar, com construção de cantina, polivalente, + 2 salas de 1º ciclo e + 1 sala de JI	Intervenção realizada na sequência das obras de ampliação, conservação e beneficiação do edifício principal, realizada em 2007. Esta intervenção permitiu melhorar as suas condições estruturais, funcionais e pedagógicas. Em termos de indicadores educativos, designadamente no que à taxa de retenção e desistência diz respeito, observa-se uma diminuição de 13,7% em 2014/2015 para 3,7 % em 2018/2019. Não obstante, esta apresenta-se como a escola do agrupamento que, ao nível do 1º ciclo, apresenta a taxa de retenção e desistência mais elevada e 2ª maior a nível concelhio, em 2018/2019. Pelo estigma associado à frequência por alunos de etnia cigana, esta escola tem sido preterida a favor de outras escolas limitrofes, como por exemplo a Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso. A quebra em termos de evolução do número de alunos é também um reflexo da tendência de diminuição da população estudiantil verificado ao nível da respetiva freguesia e concelho.
Reorganização/reordenamento da rede das ofertas educativas do Agrupamento Vertical de Santo Tirso no âmbito da educação pré-escolar e do 1.º ciclo	Oferta pública de educação pré-escolar insuficiente com a existência de listas de espera; Predominância de estabelecimentos com menos de 4 salas no 1.º ciclo, conferindo pouca flexibilidade a estas ofertas	Encerramento das escolas Escola Básica de Areal, Couto - São Miguel, Santo Tirso e Escola Básica de Abelha, na freguesia de Burgães, Escola Básica de Quintão n.º 2, na freguesia de Rebordões e Escola Básica de Friães 1, na freguesia de Santo Tirso	A existência de algumas EB1's que nos últimos anos vinham já apresentando uma diminuta taxa de ocupação, inferior a 20 alunos, legitimou a proposta para a sua suspensão. Assim, em 2006/2007, viria a ser concretizado o encerramento das Escola Básica de Areal (Lomba) e Escola Básica de Abelha, na freguesia de Burgães. Nos anos seguintes, em 2007/2008, seria a Escola Básica de Friães 1, na freguesia de Santo Tirso, a suspender o seu funcionamento. O acolhimento destes alunos foi assegurado pelas escolas da mesma freguesia, que demonstraram capacidade para esta absorção. No caso da Escola Básica de Quintão n.º 2 - Rebordões, e apesar de também se inscrever no grupo de EB1's com apenas 2 salas, pela prevalência de alunos em n.º que justificava o seu funcionamento, foi sendo prorrogado o seu encerramento, que acabaria por acontecer em 2014/2015, com a transição destes alunos pela Escola Básica de Aldeia Nova, Rebordões, Santo Tirso, na mesma freguesia.
		Ampliação, beneficiação e arranjos exteriores de três escolas: Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso, na freguesia de Santa Cristina do Couto; Escola Básica de Redundo e Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso, ambas na freguesia do Monte Córdova.	Com estas respostas educativas ainda demasiadamente centradas na freguesia de Santo Tirso, a requalificação destas escolas foi importante para assegurar a qualificação das suas instalações e a melhoria das suas condições materiais, adequando-as às necessidades e práticas pedagógicas. Com estas intervenções, foi possível beneficiar estas escolas com equipamentos e valências essenciais a uma plena aprendizagem, desenvolvimento e sucesso dos alunos, designadamente com a criação dos espaços de polivalente e cantina. Esta requalificação viria a ter um importante impacto para a freguesia, contribuindo para a revitalização da sua atividade cultural e recreativa. Assim, quando, em 2011, acontece o encerramento da Escola Básica de Redundo, foi assumida a decisão de ceder este equipamento para usufruto da comunidade, em particular, da Associação "Os Cordovenses". É ainda de relevar o facto das 2 escolas em funcionamento - Escola Básica de Merouços, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso e Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso - apresentarem, segundo os dados mais recentemente divulgado - 2018/2019, taxas nulas de retenção e desistência.

Quadro VII.2 (continuação) – Justificação das intervenções realizadas no âmbito da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.

Intervenção	Fundamentação	Objetivo/Escola	Resultados
		Construção de um novo Centro Escolar na Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso com ampliação de 2 para 4 salas no 1º ciclo e de 2 para 3 salas de Jardim de Infância	A construção deste novo centro escolar veio permitir fazer face ao crescimento do perímetro urbano da cidade que passou a abranger esta zona, que se encontrava em clara expansão. Com o reforço do n.º de salas do 1.º ciclo, foi possível organizar os tempos letivos em horário normal, deixando esta de ser a única escola do concelho ainda a funcionar com horário duplo. Aliada à necessidade de ampliação dos seus espaços, teve uma preocupação em investir na melhoria das suas condições de acessibilidade e segurança, nomeadamente através da introdução de rampas, e na eficiência energética/sustentabilidade ambiental, através da colocação de painéis solares.
		Ampliação da Escola Básica de S. Bento da Batalha para a criação de cantina, polivalente e expansão de 2 salas de 1º ciclo	Á ampliação das instalações da Escola Básica de S. Bento da Batalha, realizada em 2009, e que permitiu resolver situações de desdobramento de horários e de carência de equipamentos, seguiu-se uma nova intervenção, em 2018, para a requalificação das suas condições físicas, com vista a assegurar a melhoria da qualidade das aprendizagens e do sucesso escolar destes alunos. A evolução dos resultados escolares demonstra ter havido um claro avanço em 20018/2019, com o registo de uma taxa nula de retenção e desistência no 1.º ciclo, quando em 2014/2015, esta era a escola que apresentava valores mais elevados em todo o concelho.
		Eventual ampliação da Escola Básica de Várzea do Monte	No caso da Escola Básica de Várzea do Monte, também com apenas 2 salas, e apesar de ter sido equacionada, dada a dinâmica demográfica do lugar, a inclusão de uma sala de JI e a sua passagem a EB1/JI, o número cada vez mais diminuto de alunos motivaria o seu encerramento, em 2008/2009.
		Alargamento da área de influência da Escola Básica de Agrela às freguesias de Guimare e Carreira	As diferenças de ocupação verificadas ao nível do 2º e 3º ciclos evidenciavam a existência de uma folga na Escola Básica de Agrela, o que levou a uma reconfiguração da sua área de influência, de modo a abranger as freguesias de S. Tiago da Carreira e Guimare, até aí pertencentes à área de influência da Escola Básica de S. Rosendo. Este reordenamento contribuiu para aliviar o congestionamento da Escola Básica de S. Rosendo que, no seguimento da reorganização que o processo de agregação de agrupamentos de escolas despoletou, iniciado em 2012/2013, veio a sofrer nova configuração, designadamente com a abertura do 2º ciclo na Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso.
Agrupamento de Escolas D. Dinis			

Quadro VII.2 (continuação) – Propostas da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.

Intervenção	Fundamentação	Objetivo/Escola	Resultados
Expansão das ofertas públicas das escolas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas de D. Dinis, Santo Tirso	Insuficiência de oferta pública ao nível da educação pré-escolar, associada a uma reduzida taxa de pré-escolarização/taxas de ocupação elevadas no 1.º ciclo	Criação de: + 1 sala de JI e + 1 sala de 1.º ciclo da EB de Campinhos - Agrelha; + 1 sala de JI na EB Cantim - Reguenga Ampliação do edifício escolar da EB de Arcozelo - Água Longa - para a criação de + 2 salas no JI e + 4 salas no 1.º ciclo e sua transformação em Centro Escolar	Em termos de níveis de frequência, regista-se, à semelhança da tendência verificada a nível local e nacional, uma quebra progressiva de n.º de alunos. No entanto, a atenção dada à melhoria das suas condições físicas também explica os bons resultados escolares obtidos, com o registo de uma taxa nula de retenção e desistência em 2018/2019. As obras de reabilitação e adaptação do edifício centenário permitiram reforçar a sua capacidade de acolhimento, em correspondência com o aumento da procura verificada. Nos últimos anos letivos, esta escola tem-se pautado por uma certa estabilidade em termos de população estudantil. De realçar que nos anos letivos 2017/2018 e 2018/2019 (últimos dados oficialmente divulgados), apresenta uma taxa nula de retenção e desistência
Agrupamento de Escolas de São Martinho, Santo Tirso			
Reorganização das ofertas e valências educativas das escolas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas de São Martinho, Santo Tirso	Oferta pública insuficiente em qualquer das freguesias do Agrupamento, verificando-se diminutas taxas de pré-escolarização nas idades de 3 e 4 anos	Encerramento da Escola Básica de Costa, Roriz e construção de uma nova EB1/JI (2 salas de JI e 5 salas de 1.º ciclo) na freguesia de Roriz	A necessidade conjecturada de ampliar a capacidade da Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso, acabou por não se verificar. Os resultados dos censos de 2011, vieram confirmar a tendência de perda populacional que tem vindo a afetar todo o território concelhio. Assim, a proposta de ampliação acabou por ser substituída pela realização de intervenções que visaram antes a melhoria das condições físicas do edifício e a eliminação dos "pré-fabricados" de forma a favorecer a sua conservação e, assim, permitir o acesso a um ensino de qualidade. De realçar que, depois do ligeiro aumento da taxa de retenção e desistência verificado em 2017/2018, esta escola voltou a apresentar em 2018/2019 valores nulos. Com a inauguração da nova Escola Básica da Costa, em 2011, operou-se uma reorganização das ofertas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, com a transição dos alunos, da entretanto extinta EB1/JI de Aldeia do Monte, situada em S. Martinho do Campo, para este Centro Escolar, bem como dos alunos que frequentavam a EB n.º 2 da Costa, também encerrada. Este novo edifício, com instalações modernas, veio permitir alargar a capacidade, até aí insuficiente, do pré-escolar, e também reforçar as ofertas ao nível do 1.º ciclo. Com a diminuição geral da população em idade escolar, houve necessidade de rever o objetivo das intervenções previstas na Carta Educativa. No que concerne à Freguesia de Vilarinho e, em particular à EB da Lage, a necessidade de ampliação sucedeu a necessidade de requalificação/beneficiação. Com o fim do desdobramento de horários, evidenciou-se a necessidade de se investir na requalificação/beneficiação do edifício escolar que passou a integrar a única oferta educativa existente nesta freguesia, acentuada também pelo acréscimo das ofertas de complemento/enriquecimento escolar e de outras valências.

Continua

Quadro VII.2 (continuação) – Propostas da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso.

Intervenção	Fundamentação	Objetivo/Escola	Resultados
Expansão e requalificação dos edifícios escolares do AE Défice da oferta de JI's públicos; carências ao nível das ofertas existentes para o 1.º ciclo, com a ocupação de um edifício da propriedade de uma das juntas de freguesia		Criação de + 1 sala de JI em cada um dos três estabelecimentos EB1/JI (Quintão, Bom Nome e Cense)	Com o objetivo de responder à insuficiência de ofertas de educação pré-escolar, e tendo ainda em consideração a necessidade de aumentar a pré-escolarização das crianças do concelho, em particular, da freguesia de Vila das Aves, havia sido proposta a criação de mais salas do pré-escolar. No entanto, e com a quebra de população destes níveis etários verificada, o foco da intervenção passou a ser o de assegurar condições físicas e ambientais promotoras de mais e melhores aprendizagens. Com o encerramento da EB de Cense, em 2015, foi apresentado o projeto da ampliação e requalificação da EB de Bom Nome, fundamentada pelo potencial em termos de área afeta a este edifício escolar, bem como pelo respetivo nº de alunos, que fazia e continua a fazer desta uma das escolas com mais alunos do concelho. Esta intervenção viria a ser concluída em 2018, tendo resultado na transição dos alunos da EB de Quintão para este estabelecimento e no encerramento desta em 2019. As evoluções dos resultados escolares dos alunos da EB de Bom Nome acompanharam essa reorganização da rede escolar, sendo que em 2018/2019 apresenta valores nulos nos que diz respeito à taxa de retenção e desistência.
Reinstalação das ofertas educativas da EB1 de Aves/S. Tomé de Negrelos ("Escola da Ponte") em edifício escolar com melhores condições físicas.	Condições insuficientes/ deficientes do edifício escolar onde se encontrava instalada a EB1 de Aves/S. Tomé de Negrelos	Construção de um Centro Escolar evolutivo para EB1 (com 8 turmas/9 salas de 1.º ciclo e 3 salas de JI), prevendo o encerramento das EB1/JI's das escolas da freguesia de S. Tomé de Negrelos: EB1 Giestal n.º 1 e n.º 2; EB1 Sto. António; EB1 Pombinhas e EB1 Mourinha	Com o objetivo de solucionar os problemas associados ao congestionamento dos 2.º e 3.º ciclos de algumas escolas do concelho, às débeis condições físicas apresentadas pelas EB1/JI's da freguesia de S. Tomé de Negrelos e pela EB1 de Aves/S. Tomé de Negrelos ("Escola da Ponte"), a construção da EB de S. Tomé de Negrelos assumiu-se como a primeira prioridade da Carta Educativa (e a mais importante na medida em que representou 50% do investimento previsto pela mesma). Com a sua inauguração, em 2012, e consequente encerramento da EB1 Giestal n.º 1 e n.º 2; EB1 Sto. António; EB1 Pombinhas e EB1 Mourinha, foi possível, numa 1.ª fase, garantir condições de segurança, conforto e de aprendizagem adequadas à promoção do sucesso escolar dos alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo. Este objetivo foi alargado, numa 2.ª fase, aos alunos do 2.º e 3.º ciclo, envolvendo também a instalação da "Escola da Ponte", permitindo ainda uma maior racionalização dos transportes escolares. Assente num modelo de funcionamento e gestão inovador baseado no recurso a energias e práticas que promovam a sustentabilidade do edifício, este projeto é também único ao permitir a partilha do mesmo espaço por duas comunidades escolares diferentes.

7.3 Critérios para o Reordenamento da Rede

A proposta para o reordenamento da rede escolar do município de Santo Tirso, teve como suporte uma análise criteriosa não só da dinâmica territorial como da avaliação exaustiva de toda a rede educativa, assim como na informação referente à dinâmica populacional para o município de Santo Tirso. A informação foi recolhida através de um inquérito às escolas, teve o suporte de pesquisa bibliográfica e o apoio das personalidades conhecedoras da área em estudo. Neste sentido foram estipulados os seguintes critérios para o reordenamento da rede escolar do município de Santo Tirso.

7.3.1 ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES

O Quadro VII.3 apresenta e sintetiza alguns dos critérios subjacentes à formulação de propostas, nomeadamente no que se refere à irradiação¹⁸ e áreas de influência¹⁹ dos equipamentos escolares, entre outros fatores (Normas para a programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, DGOTDU, 2002).

As freguesias integrantes na área de influência dos equipamentos escolares do Ensino Secundário para o Município de Santo Tirso, traduzem-se no seguinte:

- I. Escola Secundária Afonso D. Henriques – Aves; Negrelos (São Tomé); Roriz; Vila Nova do Campo e Vilarinho.
- II. Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso – Rebordões; União das freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira; União das freguesias de Sto. Tirso, Couto (St^a. Cristina e S. Miguel) e Burgães e Monte Córdova.
- III. Escola Secundária D. Dinis, Santo Tirso - União das freguesias de Sto. Tirso, Couto (St^a. Cristina e S. Miguel) e Burgães; União das freguesias de Lamelas e Guimarei; União das freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave; Reguenga; Água Longa e Agrela.

As freguesias integrantes na área de influência dos equipamentos escolares do Ensino Secundário para o Município de Santo Tirso, traduzem-se no seguinte:

- I. Agrupamento de Escolas de São Martinho, Santo Tirso - Roriz; Vila Nova do Campo e Vilarinho.
- II. Agrupamento de Escolas de Afonso D. Henriques, Santo Tirso – Aves e Negrelos (São Tomé).
- III. Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso - União das freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira; União das freguesias de Sto. Tirso, Couto (St^a. Cristina e S. Miguel) e Burgães; Rebordões e Monte Córdova.
- IV. Agrupamento de Escolas de D. Dinis, Santo Tirso - União das freguesias de Lamelas e Guimarei; União das freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave; Reguenga; Água Longa e Agrela.

¹⁸ Entende-se por Irradiação como o valor máximo do tempo de percurso ou da distância percorrida pelos utilizadores entre o local de origem (normalmente residência) e o equipamento (destino), a pé, ou utilizando transportes públicos. A irradiação mede-se em minutos ou quilómetros.

¹⁹ A área de influência de um equipamento é delimitada pelos pontos do território cujo afastamento ao equipamento corresponde ao valor da irradiação

Quadro VII.3 - Parâmetros utilizados para a formulação das propostas de reordenamento da rede escolar para o Município de Santo Tirso.

Equipamentos Coletivos	Irradiação Máxima		População Base ²⁰	Critério Programação ²¹	
				Dimensão Mínima	Dimensão Máxima
Escola Secundária	Dist. km	2km (p)	Mínimo: 390 Máximo: 1170	18 salas 22 alunos/sala	39 salas 30 alunos/sala
	Dist. Tempo	30min (p)			
		60 min (t)			
Escola Básica (com 2º e 3º CEB)	Dist. km	1,5km (p)	Mínimo: 240 Máximo: 750	10 salas 24 alunos/sala	25 salas 30 alunos/sala
	Dist. Tempo	30min (p)			
		60 min (t)			
Escola Básica Integrada	EB1 + EB23		Mínimo: 400 Máximo: 650	14 salas 20 a 24 alunos/sala	23 salas 25 a 30 alunos/sala
Escola Básica (EB1) ²²	Dist. km	1km (p)	Pop. base Min.: 2000hab. Max.: 4500hab. Pop. a escolarizar Min.: 80 crianças Max.: 300 crianças	4 salas 20 alunos/sala	12 salas 25 alunos/sala
	Dist. Tempo	15 minutos (p)			
		40 min (t)			
Jardins de Infância (JI) ²³	Dist. km	(0,5) 1km	Pop. base Min.: 900hab. Max.: 3600hab. Pop. a escolarizar Min.: 20 crianças Max.: 150 crianças	1 sala 20 crianças/sala	6 salas 25 crianças/sala
	Dist. Tempo	15min (p)			

Nota: Para o cálculo da Irradiação a pé, foi considerado uma velocidade média de 3km/hora.
Fonte: DGOTDU - Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos, 2002.

Legenda:
p - a pé;
t - de transporte.

20 Valor da população a partir do qual se justifica a criação de determinado equipamento. Pode ser indicado, de modo genérico, em número de habitantes, ou mais detalhadamente, num determinado estrato populacional, ou mesmo em número de utentes do equipamento.

A população-base é a população que serve de suporte a uma "unidade mínima" de equipamento. Entende-se por unidade mínima, o equipamento cujas dimensões e características representam o LIMAR a partir do qual se verificam condições de viabilidade económica e funcional.

21 Critério para determinar as necessidades em equipamentos (nº e tipo de unidades) em função da população considerada. Tem por base questões relativas ao funcionamento e à gestão de equipamento, visando o estabelecimento de condições adequadas a um serviço de qualidade. O critério de programação de cada tipo de equipamento é apresentado mediante um ou vários indicadores. Este(s) indicador(es) pode(m) refletir valores mínimos, valores preferenciais ou valores máximos de utentes, consoante a especificidade do equipamento e do sector em causa. Exemplos (equipamentos de ensino): 1. nº mínimo, máximo ou preferencial de alunos por sala; 2. capacidade mínima e máxima.

22 Escola Básica 1 (EB1) (6-9anos), Função - Ministrar o 1º ciclo do Ensino Básico.

23 Jardim de Infância (JI) (3-5anos), Função - Educação pré-escolar (preferencialmente localizadas nas instalações das EB1; polivalente e cantinas utilizadas conjuntamente).

7.3.2 INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA E ARQUITETÓNICA DAS ESCOLAS

Para além das exigências pedagógicas, funcionais e construtivas, decorrentes da função educativa, as intervenções a realizar no parque escolar devem privilegiar a integração urbanística e arquitetónica, das escolas no tecido dos aglomerados urbanos, atendendo às exigências construtivas próprias dos locais onde são/estão edificadas.

7.3.3 CONDIÇÕES DE ACESSO DOS ALUNOS

Conforme os diferentes graus de ensino e os diferentes grupos etários envolvidos, foram definidos os tempos de deslocação máximos a que os alunos deveriam ficar sujeitos, no pré-escolar 15 minutos, no 1º ciclo do ensino básico 20 minutos, no 2º e 3º ciclo do ensino básico 30 minutos e no ensino secundário 50 minutos (DGOTDU, 2002).

Em particular, e atendendo às áreas onde a acessibilidade é menor, deverá manter-se um conjunto de equipamentos, nomeadamente os jardins-de-infância, de forma a evitar tempos de deslocação demasiado longos. Será fundamental garantir a acessibilidade dentro de um limite de tempo aceitável e seguindo o princípio da proximidade de acordo com a tipologia da escola.

7.3.4 RENTABILIZAR RECURSOS, EQUIPAMENTOS E O PARQUE ESCOLAR

Otimizar as taxas de ocupação dos espaços escolares de modo a rentabilizar recursos, equipamentos e o parque escolar.

7.3.5 PROMOVER O ENSINO/FORMAÇÃO

A promoção do ensino/formação deverá incidir ao nível da educação de adultos e o reconhecimento, validação e certificação de competências.

7.4 Entidades Responsáveis

São duas as entidades responsáveis pelo processo de reordenamento da rede educativa, ao nível nacional o Ministério da Educação, através da DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Norte, e ao nível local a Autarquia.

É da responsabilidade destas entidades o reconhecimento das necessidades, o planeamento, a localização, o programa, o funcionamento, a conservação e o financiamento da Rede Educativa.

7.5 Medidas de Intervenção/Propostas

As medidas de intervenção da rede devem privilegiar a concentração de níveis de ensino em estabelecimentos amplos e plenamente programados para o efeito. No caso de carência de dimensão deve-se privilegiar a concentração de alunos do mesmo ciclo para evitar as chamadas turmas de nível, ou seja, turmas com diferentes anos de escolaridade.

As turmas com diferentes níveis de escolaridade são desfavoráveis para alunos com dificuldades de aprendizagem, tornam difícil a gestão da aula e a sua planificação, os alunos estão menos concentrados, há menos tempo para consolidar conteúdos e os professores não podem ensinar diferenciadamente, ou seja, dando mais atenção aos alunos com dificuldades e/ou estimulando os melhores alunos (Machado, F., 2013).

A baixa taxa de ocupação, dos estabelecimentos de ensino ao nível das freguesias, sobretudo ao nível da educação pré-escolar e 1º ciclo, não deverá ser fundamentada com a proximidade dos alunos às suas residências, pois apesar de haver benefício no tempo de deslocação à escola, os prejuízos pedagógicos e financeiros sobrepõem-se a qualquer justificação.

No Quadro VII.1 – Propostas da Carta Educativa de 1ª geração do Município de Santo Tirso, estão referenciadas intervenções que não constavam na Carta Educativa de 1ª geração, mas que foram realizadas pelo Município de Santo Tirso, no sentido de proporcionar melhores condições para a população escolar do Município. Destas intervenções destacam-se:

Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso, foram realizadas intervenções de Ampliação e Requalificação;

- Escola Secundária D. Dinis, Santo Tirso, do Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso, foram realizadas obras de Reabilitação/Modernização;

- Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso e Escola Básica de Lage, Santo Tirso do Agrupamento de Escolas de São Martinho, Santo Tirso, foram realizadas intervenções de Requalificação/Beneficiação;

- Escola Básica de Cense e Escola Básica de Quintão do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso e a Escola Básica de Redundo e Escola Básica de Várzea do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso foram encerradas.

As medidas de intervenção/propostas ao nível da rede educativa, encontram-se enumeradas no Anexo III - Eixos de Intervenção.

7.5.1 EIXOS DE INTERVENÇÃO

Eixo I – Requalificar os Equipamentos do EPE e dos Ensinos Básico e Secundário

Medida nº1 - Investimento nos equipamentos existentes

As intervenções a ser equacionadas na rede escolar do município de Santo Tirso, serão de ampliação e modernização para os seguintes estabelecimentos de ensino:

Quadro VII.4 - Escola Básica de Santo Tirso.

1.1 Requalificação da Escola Básica de Santo Tirso

Escola Básica de Santo Tirso		
Caracterização do Existente	Irradiação máxima km	1,5km
	População base (alunos)	1376
	Nº de alunos	413
	Nº de Salas/aula	24
	Alunos/sala	17
Critérios da DGOTDU	Irradiação máxima km	1,5km
	População base (alunos)	Mínimo 240 alunos
	Dimensão mínima	10 Salas 24 alunos/sala
	Dimensão máxima	25 Salas 30 alunos/sala
	Dimensionamento/área necessária	Construção=8,5m ² /aluno Terreno=26m ² /aluno

Quadro VII.5 - Características da Escola Básica de Santo Tirso.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para- metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ²⁴	Estimativas 2026 ²⁴	Projeções 2031 ²⁴
					10-14	10-14	10-14
Escola Básica de Santo Tirso	24	268	26	43%	575	693	823

A requalificação da Escola Básica de Santo Tirso vai de encontro a dois focos principais: recuperação dos edifícios e adaptação dos mesmos às novas exigências técnicas. Consiste na substituição:

- I. integral das coberturas de fibrocimento por coberturas que cumpram requisitos ambientais;
- II. substituição das caixilharias para cumprimento dos novos regulamentos térmicos e acústicos;
- III. revestimento térmico pelo exterior;
- IV. pintura geral dos edifícios;

²⁴ Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 10 aos 14 anos, realizadas para a União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães do Município de Santo Tirso, onde se localiza a Escola Básica de Santo Tirso EB 2,3.

V. substituição das luminárias e adaptação dos quadros elétricos e reparações pontuais nos soalhos e nos pavimentos exteriores.

Foi celebrado Acordo de Colaboração para a requalificação e modernização das instalações da Escola Básica de Santo Tirso com o Ministério da Educação a 30/09/2016, na sequência do Despacho Conjunto 10805/2016 publicado em DR a 02/09/2016. O investimento está previsto no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) da Área Metropolitana do Porto e respeitará o limite de cofinanciamento inscrito no Pacto.²⁵

1.2 Requalificação da Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso

Quadro VII.6 - Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso.

Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso		
Caracterização do Existente	Irradiação máxima km	1,5km
	População base (alunos)	479
	Nº de alunos	350
	Nº de Salas/aula	s/inf
	Alunos/sala	s/inf
Critérios da DGOTDU	Irradiação máxima km	1,5km
	População base (alunos)	Mínimo 240 alunos
	Dimensão mínima	10 Salas 24 alunos/sala
	Dimensão máxima	25 Salas 30 alunos/sala
	Dimensionamento/área necessária	Construção=8,5m²/aluno Terreno=26m²/aluno

Quadro VII.7 - Características da Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para-metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ²⁶	Estimativas 2026 ²⁴	Projeções 2031 ²⁴
					10-14	10-14	10-14
Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso	S/info	567	26	S/info	221	261	303

25 De acordo com o Parecer do Ministério da Educação – IGeFE, 2017.

26 Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 10 aos 14 anos, realizadas para a Freguesia das Aves do Município de Santo Tirso, onde se localiza a Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso.

A intervenção na Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso consiste na substituição:

- I. integral das coberturas de fibrocimento por coberturas que cumpram requisitos ambientais;
- II. substituição das caixilharias para cumprimento dos novos regulamentos térmicos e acústicos; revestimento térmico pelo exterior;
- III. pintura geral dos edifícios e reparações pontuais nos soalhos;
- IV. substituição das luminárias e adaptação dos quadros elétricos e nos pavimentos exteriores;
- V. remodelação das redes de infraestruturas de saneamento básico, gás e incêndio, incluindo as ligações às redes públicas.

Foi celebrado Acordo de Colaboração para a requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso com o Ministério da Educação a 30/09/2016, na sequência do Despacho Conjunto 10805/2016 publicado em DR a 02/09/2016. O investimento está previsto no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) e respeitará o limite de cofinanciamento inscrito no Pacto.²⁷

1.3 Requalificação da Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso

Quadro VII.8 - Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso.

Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso		
Caracterização do Existente	Irradiação máxima km	1,5km
	População base (alunos)	983
	Nº de alunos	735
	Nº de Salas/aula	s/inf
	Alunos/sala	s/inf
Critérios da DGOTDU	Irradiação máxima km	1,5km
	População base (alunos)	Mínimo 400 alunos
	Dimensão mínima	20 Salas 20 a 24 alunos/sala
	Dimensão máxima	23 Salas 25 a 30 alunos/sala
	Dimensionamento/área necessária	Terreno = 24m²/aluno Construção=8,2m²/aluno

²⁷ De acordo com o Parecer do Ministério da Educação – IGeFE, 2017.

Quadro VII.9 - Características da Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para-metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ²⁸			Estimativas 2026 ²⁸			Projeções 2031 ²⁸		
					0-4	5-9	10-14	0-4	5-9	10-14	0-4	5-9	10-14
Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	32	652	26	78%	290	289	153	182	194	151	90	111	136

A intervenção na Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso prende-se com o objetivo de aprimorar as condições físicas do edifício e eliminar os pré-fabricados.

Esta Intervenção decorre do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) e encontra-se identificado no Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas da Educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário.²⁹

Nas intervenções planeadas para esta escola pretende-se a atualização e melhoria das condições do edifício, com a substituição de caixilharias e trabalhos de beneficiação, sendo o objetivo primordial desta intervenção a melhoria da eficiência energética.

1.4 Requalificação da Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso

Quadro VII.10 - Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.

Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso		
Caracterização do Existente	Irradiação máxima km	1km
	População base (alunos)	299
	Nº de alunos	222
	Nº de Turmas	8
	Nº de Salas/aula	s/inf
	Alunos/sala	s/inf

28 Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 0 a 4, 5 a 9 e 10 a 14 anos, realizadas para a Freguesia de Vila Nova do Campo do Município de Santo Tirso, onde se localiza a Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso.

29 Carta Educativa de Santo Tirso, 2007.

Quadro VII.10 (continuação) - Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.

Crítérios da DGOTDU	Irradiação máxima km	1km
	População base (alunos)	Mínimo 80 alunos
	Dimensão mínima	4 salas 20 alunos/sala
	Dimensão máxima	12 salas 25 alunos/sala
	Dimensionamento/área necessária	Terreno=18m ² /aluno Construção=6,2m ² /aluno
	Nº de Turmas	4 turmas – 100 alunos 6 turmas – 150 alunos 8 turmas – 200 alunos 12 turmas – 300 alunos

Quadro VII.11 - Características da Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para-metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ³⁰		Estimativas 2026 ³⁰		Projeções 2031 ³⁰	
					0-4	5-9	0-4	5-9	0-4	5-9
Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	S/info	229	26	S/info	421	419	314	335	202	247

Na Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso pretende-se adotar soluções que promovam, no essencial, a melhoria do conforto térmico e acústico para os utilizadores do edifício, nomeadamente:

- I. através da substituição de caixilharias exteriores;
 - II. revestimentos de isolamento térmico e arranjos de fissuras;
 - III. ações de melhoramento de conforto físico e estético dos edifícios;
 - IV. remodelação das instalações sanitárias e cozinha;
 - V. revisão das redes de abastecimento de água, águas residuais, águas pluviais e rede elétrica.
- Pretende-se ainda proceder à renovação do algum do mobiliário existente que já não responde às necessidades atuais de utilização.

Foi emitido Parecer Favorável a 2015-01-09 sobre a proposta de intervenção n.º 407-6521 apresentada pelo Município de Santo Tirso para este Centro Escolar. Foi aprovada e executada candidatura ao Aviso de Overbooking da ON2 – RERRE/1/2014-EPIV, que teve enquadramento na alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento Específico – Requalificação da Rede Escolar de 1.º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar. Essa intervenção permitiu a substituição da cobertura existente em fibrocimento por nova cobertura em painéis de chapa “sandwich” com poliuretano injetado no edifício do 1º ciclo e pré-escolar.³¹

30 Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 0 a 4 e 5 a 9 anos, realizadas para a Freguesia das Aves do Município de Santo Tirso, onde se localiza a Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.

31 De acordo com o Parecer do Ministério da Educação – IGeFE, 2017.

1.5 Requalificação da Escola Básica n.º 1 de Santo Tirso

Quadro VII.12 - Escola Básica n.º 1 de Santo Tirso.

Escola Básica de n.º1 de Santo Tirso		
Caracterização do Existente	Irradiação máxima km	1 km
	População base (alunos)	1173
	Nº de alunos	148
	Nº de Turmas	7
	Nº de Salas/aula	8
	Alunos/sala	≈18,5
Critérios da DGOTDU	Irradiação máxima km	1 km
	População base (alunos)	Mínimo 80 alunos
	Dimensão mínima	4 salas 20 alunos/sala
	Dimensão máxima	12 salas 25 alunos/sala
	Dimensionamento/área necessária	Terreno=18m²/aluno Construção=6,2m²/aluno
	Nº de Turmas	4 Turmas – 100 alunos 6 turmas – 150 alunos 8 Turmas – 200 alunos 12 turmas – 300 alunos

Quadro VII.13 - Características da Escola Básica n.º1 de Santo Tirso.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para-metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ³²		Estimativas 2026 ³²		Projeções 2031 ³²	
					0-4	5-9	0-4	5-9	0-4	5-9
Escola Básica n.º1 de Santo Tirso	8	95	26	46%	1093	1087	834	889	549	671

Na intervenção na Escola Básica n.º1 de Santo Tirso pretende-se a requalificação do espaço exterior e a melhoria do conforto térmico e acústico para todos os utilizadores do edifício.

Segundo a Carta Educativa de 2007, Pag.58 “Propõe-se ainda, dada a centralidade e qualidade

32 Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 0 a 4 e 5 a 9 anos, realizadas para a União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães do Município de Santo Tirso, onde se localiza a Escola Básica n.º1 de Santo Tirso.

do equipamento, manter a atual EB1 de Santo Tirso, - que funciona em edifício antigo, doado em 1896, com 8 salas de aula, recreio amplo, dispondo de cantina e sala de prolongamentos inaugurada no ano letivo de 2002/2003, mas com dificuldades de expansão.”

1.6 Requalificação da Escola Básica de Lage, Santo Tirso

Quadro VII.14 - Escola Básica de Lage, Santo Tirso.

Escola Básica de Lage, Santo Tirso		
Caracterização do Existente	Irradiação máxima km	1 km
	População base (alunos)	350
	Nº de alunos	116
	Nº de Turmas	x
	Nº de Salas/aula	6
	Alunos/sala	≈19,33
Critérios da DGOTDU	Irradiação máxima km	1 km
	População base (alunos)	Mínimo 80 alunos
	Dimensão mínima	4 salas 20 alunos/sala
	Dimensão máxima	12 salas 25 alunos/sala
	Dimensionamento/área necessária	Terreno=18m2/aluno
	Construção=6,2m2/aluno	
	Nº de Turmas	4 Turmas - 100 alunos 8 Turmas - 200 alunos 6 turmas - 150 alunos 12 turmas - 300 alunos

Quadro VII.15 - Características da Escola Básica de Lage, Santo Tirso.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para-metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ³³		Estimativas 2026 ³³		Projeções 2031 ³³	
					0- 4	5- 9	0- 4	5- 9	0- 4	5- 9
Escola Básica de Lage, Santo Tirso	6	116	26	74%			89	95	38	47

Nas intervenções planeadas para esta escola pretende-se a atualização e melhoria das condições atuais do edifício e da sua área envolvente, cuja degradação manifesta-se na integridade da construção e na desadequação dos espaços face aos programas e atividades pretendidas.

Assim sendo propõe-se uma série de intervenções entre elas:

- I.** Arranjo dos espaços exteriores;
- II.** Ampliação da cantina e instalações de apoio;
- III.** Pintura e tratamento geral das alvenarias;
- IV.** Requalificação da iluminação;
- V.** Remoção de todos os elementos remanescentes dos espaços que estavam em contacto com o exterior (grades, tubos de queda, fenestração, entre outros);
- VI.** Ações de melhoramento de conforto físico e estético dos edifícios;
- VII.** Requalificação das casas de banho para cumprimento das normas e medidas para as faixas etárias em questão;
- VIII.** Construção de um Recreio coberto – Sala polivalente.

1.7 Requalificação da Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso

Nas intervenções planeadas para esta escola pretende-se uma atualização e melhoria das condições atuais do edifício e da sua área envolvente, de forma a dar cumprimento às normas e diretrizes existentes ao nível das instalações, no sentido da utilização de materiais apropriados e que se traduzam em conforto e adaptabilidade às atividades desenvolvidas nos espaços nomeadamente ao nível da educação pré-escolar e do 1º ciclo.

Das intervenções planeadas para este equipamento destacam-se: Substituição de telas de impermeabilização; Substituição de pavimentos vinílicos das salas de aula do Jardim de Infância; Tratamento de paredes com humidades ascensionais; Reparação de guarnições e apainelados dos vãos exteriores, entre outras indispensáveis para que o espaço apresente as condições adequadas de conforto e funcionalidade ao nível interno e externo.

33 Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 0 a 4 e 5 a 9 anos, realizadas para a freguesia de Vilarinho do Município de Santo Tirso, onde se localiza a Escola Básica de Lage, Santo Tirso.

1.8 Requalificação da Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso

As intervenções planeadas para este espaço, prendem-se com a necessidade de atualização e melhoria das condições funcionais, proporcionando um melhor conforto ao nível da satisfação das necessidades existentes e das quais se pretende satisfazer de forma a que o espaço funcione como espaço de acolhimento e promoção da atividade escolar.

De forma a atingir os objetivos e para colmatação das anomalias existentes na escola está prevista a realização de trabalhos de conservação/reabilitação no edifício escolar e pavilhão desportivo, quer no interior, quer no exterior. Estas anomalias estão relacionadas com problemas mais graves de humidades e condensações na ala sul, biblioteca, auditório, sala do aluno, sala de educação visual e ginásio.

Esta intervenção irá permitir valorizar o conjunto dos vários edifícios existentes, qualificando os espaços, dotando a escola de melhores condições de trabalho, quer para docentes, quer para alunos.

1.9 Requalificação da Escola Básica de Olival, Santo Tirso

Ao nível das operações projetadas para este espaço, prendem-se com a adaptabilidade do edifício a melhores condições térmicas, nomeadamente substituição de caixilharias e trabalhos de beneficiação tendo como objetivo o melhoramento da eficiência energética assim como trabalhos gerais de conservação.

1.10 Requalificação da Escola Básica de Areias, 1º ciclo

Nas intervenções planeadas para esta escola pretende-se a atualização e melhoria das condições atuais do edifício e da sua área envolvente, sendo o objetivo primordial desta intervenção a melhoria da eficiência energética. Das intervenções planeadas destacam-se a substituição das caixilharias.

1.11 Requalificação da Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso

Nas intervenções planeadas para esta escola pretende-se a atualização e melhoria das condições do edifício, com a substituição de caixilharias e trabalhos de beneficiação, sendo o objetivo primordial desta intervenção a melhoria da eficiência energética.

Medida nº2 - Reorganização dos Agrupamentos de Escolas

2.1 Reorganização do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso

2.1.1 Reconversão da Escola Básica de Santa Luzia, Monte Cordova, Santo Tirso num Centro Escolar

Quadro VII.16 - Características das Escolas da freguesia de Monte Córdova.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para-metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ³⁴		Estimativas 2026 ³⁴		Projeções 2031 ³⁴	
					0- 4	5- 9	0- 4	5- 9	0- 4	5- 9
Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso	3	51	26	65%						
Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso	3	25	26	32%	243	242	215	229	163	200
Escola Básica de Santa Luzia, Monte Cordova, Santo Tirso	4	65	26	63%						

34 Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 0 a 4 e 5 a 9 anos, realizadas para a freguesia de Monte Córdova do Município de Santo Tirso, onde se localizam os estabelecimentos de ensino enumerados.

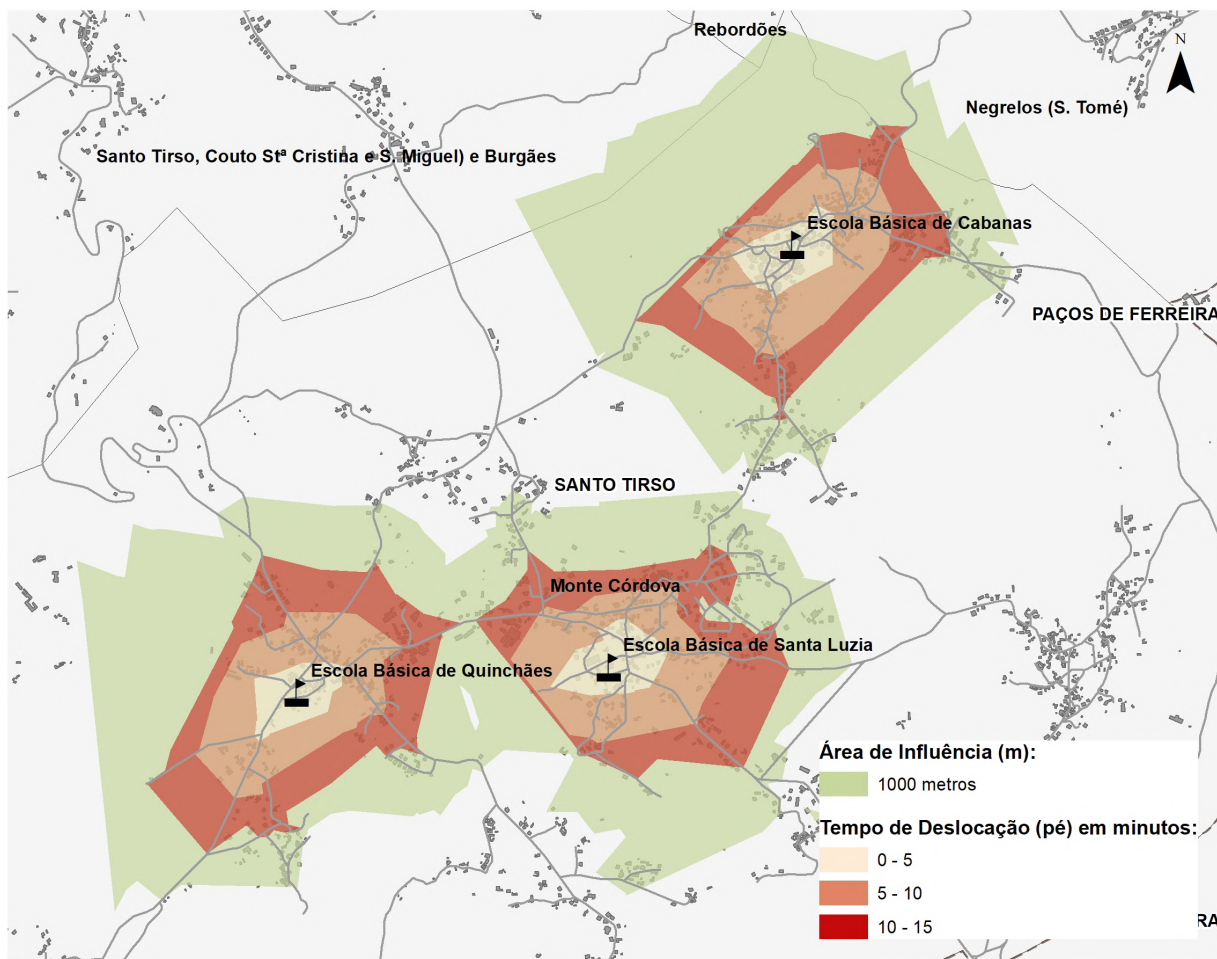


Figura VII.1 - Localização das Escolas da freguesia de Monte Córdova.

Na freguesia de Monte Córdova localizam-se três escolas básicas, do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso, onde são lecionados a educação pré-escolar e o 1º ciclo, à exceção da Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso, apenas a funcionar com o 1º ciclo do ensino básico.

A Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso regista uma frequência de 51 alunos, no ano letivo 2018/2019, dos quais 18 crianças pertencem ao pré-escolar e as restantes 33 ao 1º ciclo. É a escola mais antiga do agrupamento, construída em 1986, e apresenta uma taxa de ocupação de 65%.

A Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso foi reabilitada em 2009, regista uma frequência de 25 alunos, no 1º ciclo de ensino, no ano letivo 2018/2019, e uma taxa de ocupação de 32%.

A Escola Básica de Santa Luzia, Monte Cordova, Santo Tirso é a escola mais central da freguesia, regista uma frequência de 65 alunos, dos quais 25 a frequentar o pré-escolar e os restantes 40 alunos o 1º ciclo, e uma taxa de ocupação de 63%.

Em 2011 a freguesia apresentava um total de 388 crianças dos 0 aos 9 em 2011, em 2021 prevê-se que este total aumente para 485, em 2026 diminua para 444 e em 2031 diminua novamente para 363 crianças (Anexo IV).

Atualmente existem 3 escolas em funcionamento na freguesia, o que face aos resultados expressos, e tendo em consideração a diminuição da população escolar nos grupos etários referidos, e

a respetiva taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino analisados, propõe-se, a longo prazo, a reconversão da Escola Básica de Santa Luzia, Monte Cordova, Santo Tirso para um Centro Escolar e que se concentrem lá todos os alunos de Monte Córdova.

Esta medida implica o encerramento de dois estabelecimentos de ensino, nomeadamente a Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso e a Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso, a escolha da Escola Básica de Santa Luzia, Monte Cordova, Santo Tirso, para escola de acolhimento e reconversão, prende-se com o seu enquadramento geográfico, pelo facto de se localizar numa zona mais central da freguesia. O facto de a Escola Básica de Cabanas, Santo Tirso não apresentar alunos do pré-escolar propõe-se que esta seja o primeiro estabelecimento de ensino a encerrar e que os seus alunos sejam transferidos para o novo Centro Escolar /Escola Básica de Santa Luzia, Monte Cordova, Santo Tirso.

A reconversão da Escola Básica de Santa Luzia, Monte Cordova, Santo Tirso a longo prazo, implica a existência de intervenções infraestruturais de requalificação/ampliação, numa lógica de criação de melhores condições de conforto e funcionalidade que permitam satisfazer as atuais exigências que recaem sobre a Escola, entendida como espaço para acolhimento educativo dos alunos. Estas intervenções devem-se reger e respeitar os requisitos técnicos que se encontram definidos, quer para a educação pré-escolar, quer para o 1º ciclo do ensino básico.

Esta organização requiere o desenvolvimento de medidas adicionais, nomeadamente no que se relaciona de proporcionar as valências necessárias ao desenvolvimento qualitativo dos projetos educativos, na organização dos transportes escolares e na implementação da escola a tempo inteiro, respostas que concorrem decididamente para o cumprimento da garantia constitucional do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, bem como o expresso no artigo 39.º do Decreto-lei n.º 21/2019, respeitante à escola a tempo inteiro.

A reconversão da Escola Básica de Santa Luzia, Monte Cordova, Santo Tirso num Centro Escolar, é um estabelecimento que por si já apresenta as condições adequadas para a sua reconversão, funcionando como escola central no sentido de agregar a população escolar do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, proporcionando uma rede escolar mais adequada às condições territoriais e pedagógicas no sentido de promover uma maior integração escolar e transição adequada das crianças ao longo dos primeiros níveis de ensino.

2.1.2 Transição dos alunos da Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso para a Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso

Quadro VII.17 - Características da Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso e Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para-metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ³⁵		Estimativas 2026 ³⁵		Projeções 2031 ³⁵	
					0-4	5-9	0-4	5-9	0-4	5-9
Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso	6	49	26	31%	313	312	216	230	126	153
Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso	8	37	26	18%						

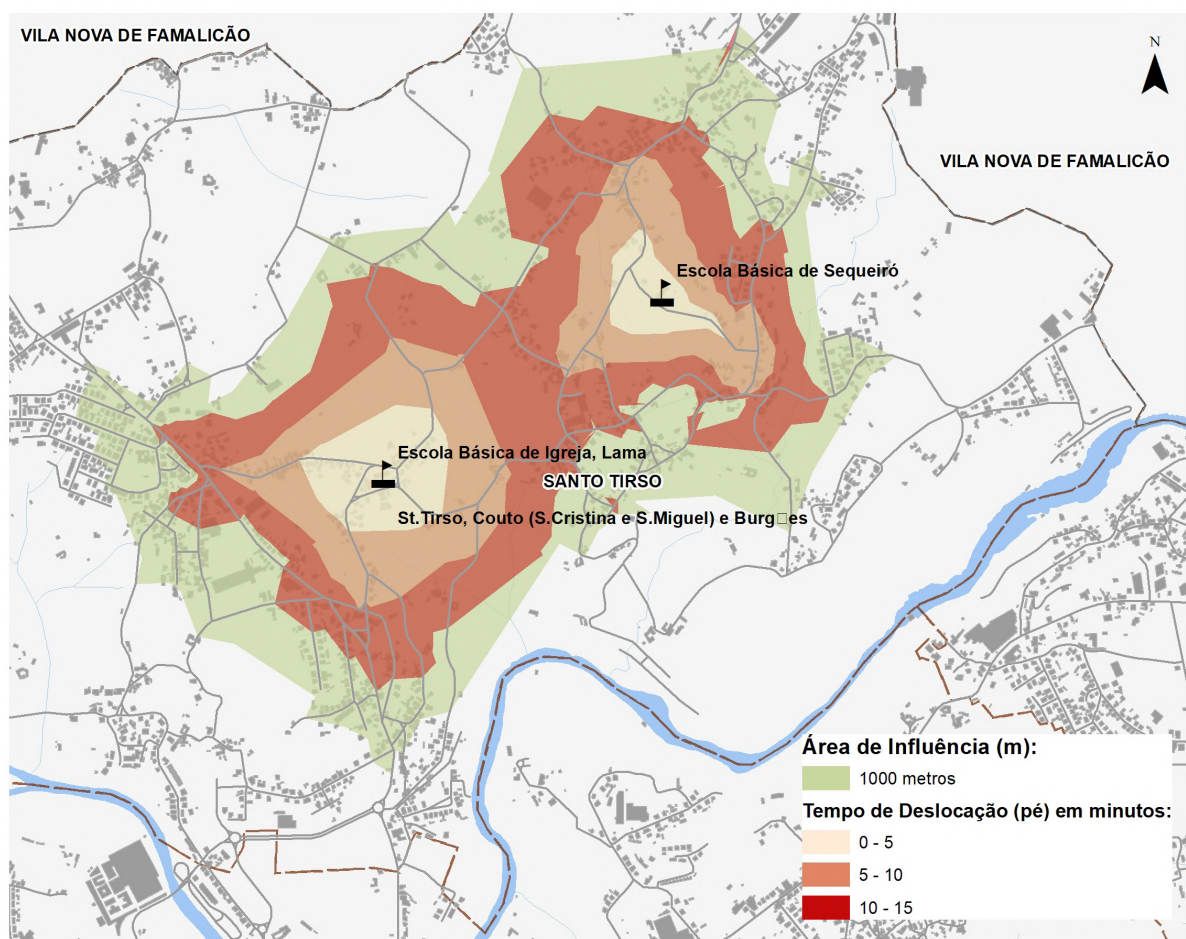


Figura VII.2 - Localização da Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso e Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso.

³⁵ Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 0 a 4 e 5 a 9 anos, realizadas para a freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira do Município de Santo Tirso, onde se localizam os estabelecimentos de ensino enumerados.

A Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso situa-se na freguesia de Lama e regista, no ano letivo de 2018/2019, uma frequência de 49 alunos, dos quais 16 frequentam a educação pré-escolar e os restantes 33 o 1º ciclo e uma taxa de ocupação de 31%.

Para a União de freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira prevê-se uma diminuição da população entre os 0 e os 9 anos de idade a partir de 2021, passando de 625 indivíduos em 2021 para 249 para 2031 (Anexo IV).

Na mesma União de freguesias está situado o Centro Escolar de Sequeirô. Este regista uma frequência, no ano letivo de 2018/2019, de 37 alunos, dos quais 10 frequentam o pré-escolar e os restantes 27 o 1º ciclo e uma taxa de ocupação de 18%. É efetivamente uma escola com maior capacidade de acolhimento, 50 alunos para o pré-escolar e 104 para o 1º ciclo.

Nesta perspetiva e de forma a combater baixas taxas de ocupação e consequentes prejuízos pedagógicos e financeiros, propõe-se, a longo prazo a transição de todos os alunos para a Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso.

Esta escolha prende-se com o facto de a Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso ser um Centro Escolar com excelentes condições estruturais, funcionais e pedagógicas, para os alunos e características mais adequadas as novas exigências legislativas.

O encerramento de um estabelecimento de ensino e a transferência dos alunos para outro, neste caso não implicam a ampliação e/ou reconfiguração do estabelecimento de ensino de acolhimento, uma vez que das intervenções previstas e executadas na CE anterior de Santo Tirso, a EB de Sequeirô sofreu uma ampliação, nomeadamente através da construção de cantina, polivalente, 2 salas de 1ª ciclo e 1 sala de JI. Neste sentido o que se procura é proporcionar as condições ideais de conforto físico e pedagógico para a população escolar abrangida, otimizando recursos humanos, materiais e financeiros.

Estes estabelecimentos de ensino distam cerca de 1,4 km entre si, o que em termos de deslocções não acresce significativamente o tempo despendido no percurso para o novo estabelecimento de ensino. No entanto torna-se imperativo a implementação de medidas de apoio e diversificação de atividades oferecidas, quer ao nível das AAAP e nas CAF, bem como no apoio entre a escola e a comunidade local.

2.2 Reorganização do Agrupamento de Escolas de São Martinho, Santo Tirso

2.2.1 Transição dos alunos da Escola Básica de Quelha, Santo Tirso para a Escola Básica de Olival, Santo Tirso

Quadro VII.18 - Características da Escola Básica de Olival, Santo Tirso e Escola Básica de Quelha, Santo Tirso.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para-metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ³⁶		Estimativas 2026 ³⁵		Projeções 2031 ³⁵	
					0-4	5-9	0-4	5-9	0-4	5-9
Escola Básica de Quelha, Santo Tirso	4	42	26	40%	290	289	182	194	90	111
Escola Básica de Olival, Santo Tirso	6	56	26	36%						

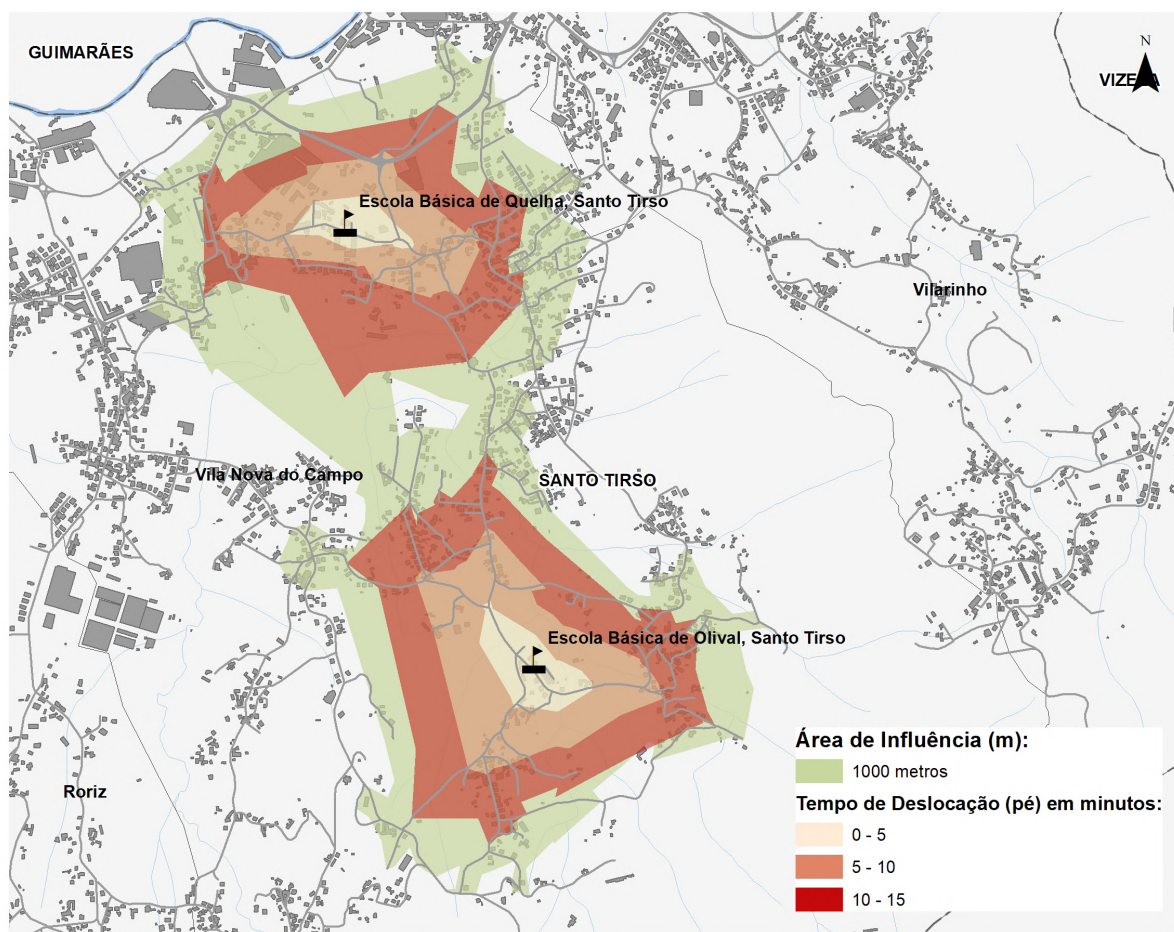


Figura VII.3 - Escola Básica de Quelha, Santo Tirso e Escola Básica de Olival, Santo Tirso.

36 Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 0 a 4 e 5 a 9 anos, realizadas para a freguesias de Vila Nova do Campo, onde se localizam os estabelecimentos de ensino enumerados

A Escola Básica de Quelha, Santo Tirso situada na freguesia de São Salvador do Campo, que atualmente integra a nova união de freguesias denominada de Vila Nova do Campo, registava uma frequência de 45 alunos, no ano letivo de 2016/2017, dos quais 15 frequentam o pré-escolar e 30 alunos o 1º ciclo. No ano letivo 2018/2019 registou uma frequência de 42 alunos, dos quais 13 frequentavam o pré-escolar e os restantes 29 o 1º ciclo, com uma taxa de ocupação de 40%.

Na mesma freguesia, a Escola Básica de Olival, Santo Tirso registou em 2016/2017 uma frequência de 53 alunos, dos quais 16 no pré-escolar e os restantes 37 no 1º ciclo. Em 2018/2019 registou uma frequência de 56 alunos, 20 no pré-escolar e os restantes 36 no 1º ciclo, com uma taxa de ocupação de 36%.

Na freguesia de Vila Nova do Campo, após um ligeiro aumento inicial (entre 2011 e 2021) da população compreendida entre os 0 e 9 anos de idade, observa-se uma tendência no sentido do decréscimo da população compreendida nessa faixa etária, estimando em 376 indivíduos para 2026 e projetando-se em 201 indivíduos em 2031.

Face à capacidade total de alunos da Escola Básica de Olival, Santo Tirso ser superior à da Escola Básica de Quelha, Santo Tirso, e aos resultados obtidos, propõe-se que, a longo prazo, se concentrem os alunos na Escola Básica de Olival, Santo Tirso.

2.3 Reorganização do Agrupamento de Escolas de D. Afonso Henriques, Santo Tirso

2.3.1 Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso

Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso		
Caracterização existente	Irradiação máxima km	1 km
	População base (alunos)	677
	Nº de alunos	52
	Nº de Turmas	2
	Nº de Salas/aula	3
	Alunos/sala	≈17
Critérios da DGOTDU	Irradiação máxima km	1 km
	População base (alunos)	Mínimo 80 alunos
	Dimensão mínima	4 salas 20 alunos/sala
	Dimensão máxima	12 salas 25 alunos/sala
	Dimensionamento/área necessária	Terreno=18m²/aluno Construção=6,2m²/aluno
	Nº de Turmas	4 Turmas – 100 alunos 6 turmas – 150 alunos 8 Turmas – 200 alunos 12 turmas – 300 alunos

Quadro VII.19 – Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso.

Quadro VII.20 - Características da Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso e Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.

	Nº Salas	Nº Alunos 2018 / 2019	Para-metrização / Sala	Taxa de Ocupação %	Projeções 2021 ³⁷		Estimativas 2026 ³⁷		Projeções 2031 ³⁷	
					0-4	5-9	0-4	5-9	0-4	5-9
Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	X	229	26	X	421	419	314	335	202	247
Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso	3	27	26	35%						

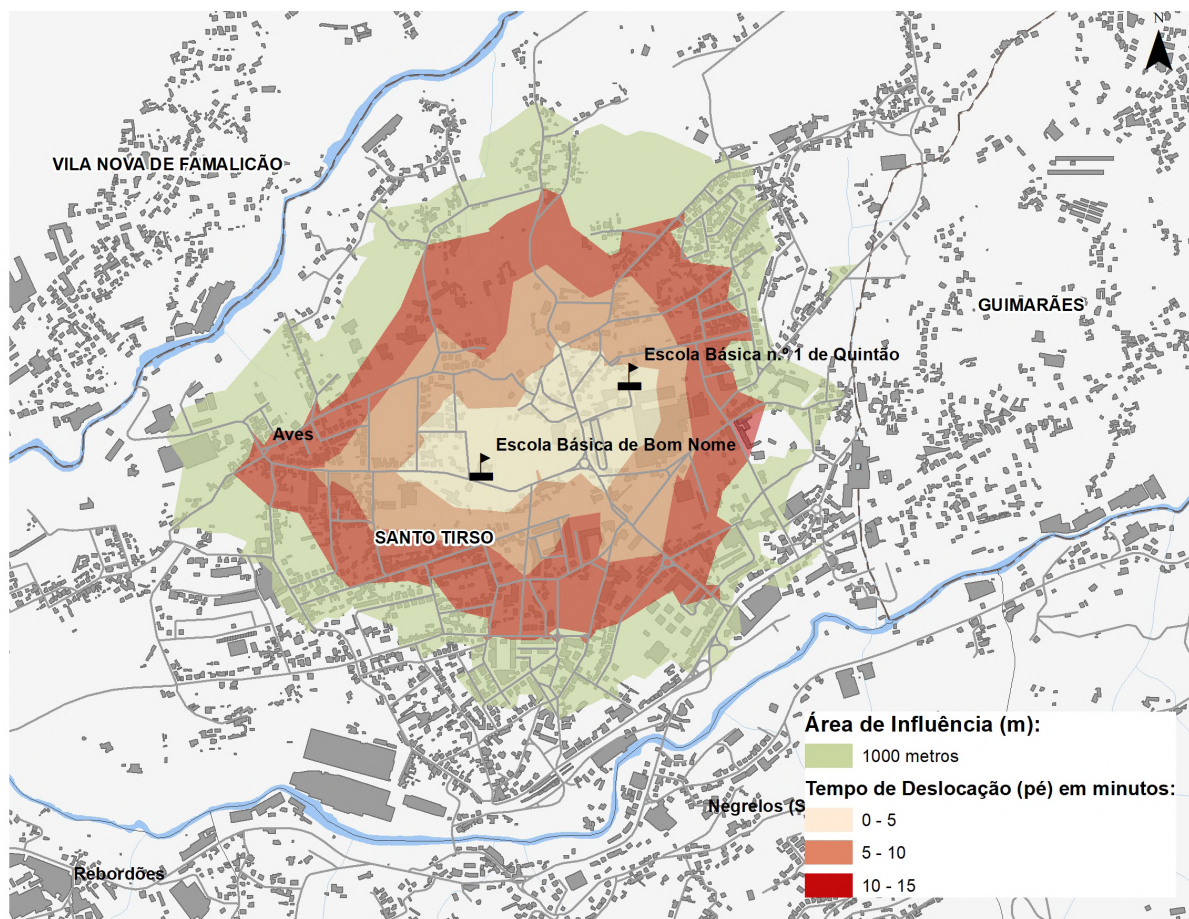


Figura VII.4 - Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso e Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso.

³⁷ Projeções (2021), Estimativas (2026) e Projeções (2031) da população para a faixa etária dos 0 a 4 e 5 a 9 anos, realizadas para a freguesias de Vila das Aves, onde se localizam os estabelecimentos de ensino enumerados.

A Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso está situada na freguesia de Vila das Aves e regista uma frequência de 27 alunos, no ano letivo de 2018/2019, dos quais 8 frequentam a educação pré-escolar e os restantes 19 alunos o 1º ciclo. Na mesma freguesia situa-se a Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso, que sofrerá uma intervenção de requalificação no âmbito da Medida n.º 1 de Investimento nos Equipamentos Existentes. No ano letivo de 2018/2019 este estabelecimento de ensino regista, 229 alunos dos quais 39 frequentam o ensino pré-escolar e 190 alunos o ensino básico.

A freguesia de Aves registava, em 2011, 677 crianças dos 0 aos 9 anos de idade. Para 2021 este número aumenta para 840 e em 2026 diminui para 649 (Anexo IV).

Neste sentido propõe-se o encerramento da Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso, no final do ano letivo 2018/2019, e que os seus alunos sejam encaminhados para a Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso, uma vez que devido às intervenções planeadas ao nível de requalificação/ampliação está preparada para receber todas as crianças da freguesia.

Eixo II - Promover a Qualidade e o Sucesso Educativo e Formativo nas Escolas do Município

II.1 Contribuir para a prossecução das prioridades e medidas de política educativa, designadamente, com os planos de ação estratégica das escolas aprovados no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril, com as alterações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2019, que prorroga o mandato da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar.

II.2 Capacitação dos docentes e técnicos para ação educativa.

O número de crianças com necessidades educativas especiais foi aumentado ao longo dos anos. O tipo de necessidades destas crianças é variado e várias escolas no município as acolhem.

“A educação inclusiva insere-se na mudança do conceito de deficiência tradicional, baseado num modelo médico e assente na ideia de que todos os problemas dessas pessoas têm origem, exclusivamente, na sua deficiência e que a sua participação na educação depende, unicamente, do seu esforço de adaptação. O modelo social realça, por outro lado, como causa decisiva desses problemas a forma como a sociedade os enfrenta.” Julieta Cadete Henriques.

Nestas duas perspetivas podemos equacionar que é necessário preparar os docentes, os técnicos e as famílias para uma mais eficaz inclusão.

Propõe-se para os docentes e técnicos da área da educação formação contínua em educação inclusiva.

II.3 Equipas Multidisciplinares.

Propõe-se o reforço do apoio aos alunos através de equipas multidisciplinares que assegurem respostas multinível, incluindo apoios sociais e saúde, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

II.4 Ações de promoção ao sucesso escolar e de prevenção do abandono.

4.1 Reforço do apoio aos alunos, nomeadamente através de equipas multidisciplinares que assegurem respostas multinível, incluindo apoios sociais e saúde, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário;

4.2 Ações de intercâmbio de experiências e partilha de boas práticas de promoção do sucesso escolar e de prevenção do abandono escolar;

- 4.3** Ações de monitorização e de avaliação de medidas e de dispositivos de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso educativo dos alunos;
- 4.4** Ações de “enriquecimento curricular” complementares às já desenvolvidas pelas escolas, que se revelem adequadas à promoção do sucesso e à prevenção do abandono;
- 4.5** Ações de envolvimento e de formação parental, centradas no envolvimento na educação dos seus filhos;
- 4.6** Concursos escolares e outras iniciativas de promoção do conhecimento e do saber nas diversas áreas (designadamente ciência e tecnologia a artes);
- 4.7** Ações de carácter transversal, destinadas a sensibilizar a comunidade envolvente da escola para a área de educação para a cidadania e igualdade de género;
- 4.8** Dinamização de sessões informativas das empresas e dos empregadores, que promovam a orientação dos alunos para áreas com maior oferta de emprego, bem como de ações que reforcem o envolvimento das empresas e dos empregadores no planeamento, na implementação e na monitorização da oferta formativa desenvolvida nos respetivos territórios;
- 4.9** Iniciativas que promovam a aproximação dos alunos às suas comunidades;
- 4.10** Ações que promovam o conhecimento científico, tecnológico, cultural, artístico e empreendedor;
- 4.11** Ações de sensibilização e mobilização de competências digitais;
- 4.12** Ações que promovam a leitura e a aprendizagem da língua portuguesa, em especial para crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem, com envolvimento das bibliotecas municipais e de outras instituições culturais;
- 4.13** Outras ações que promovam o sucesso educativo não previstas nas alíneas anteriores e que estejam integradas no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (Norte 2020).

II.5 Centros Qualifica – Formação de Adultos.

No município de Santo Tirso existia apenas um centro qualifica localizado no Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso. Apesar de muito eficiente este centro não abrangia de forma plena uma população que se prevê cada vez mais envelhecida e com baixos níveis de instrução.

É do conhecimento comum que Santo Tirso é um município marcado pela sua história e cultura no setor industrial e têxtil, em 2011 empregava mais de 52% da população ativa. Com a queda do setor grande parte da população ficou desempregada e em 2011 o município registava uma taxa de desemprego de 17,7%, valor superior ao da Área Metropolitana do Porto.

De modo, a dar continuidade a uma tradição e história marcada por este setor de atividade, a combater o desemprego e qualificar a população ativa surgiu a construção de mais um Centro Qualifica, com ofertas formativas estimulantes e inclusivas, de acordo com o registo social e cultural da população Tirsense, localizado no Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso.

II.6 Bibliotecas escolares e computadores.

Renovação do material tecnológico das escolas e reforço da rede de bibliotecas escolares.

Exo III - Incentivar a Oferta de Ensino Profissionalizante

III.1 Adaptação da oferta formativa às ofertas de emprego reestruturando os módulos curriculares dos cursos e apostando na componente prática.

III.2 Realização de parcerias entre as Escolas Secundárias e Profissionais e as empresas do município e da Área Metropolitana do Porto no intuito da realização de estágios e preenchimento de vagas de emprego.

III.3 Ações de incentivo ao empreendedorismo.

Realização de ações de divulgação das vantagens do empreendedorismo e apoios ao empreendedor.

7.6 Metas Educativas

Para Portugal o 4º objetivo relativo à Estratégia de Portugal 2020 para a Educação relaciona-se com: melhorar os níveis de educação, em particular procurando reduzir a taxa de abandono escolar para um nível inferior a 10 % e aumentando para pelo menos 40 %, a percentagem da população de na faixa etária de 30-34 anos que conclui o ensino superior ou equivalente;

O Relatório do Estado da Educação 2019, refere que Portugal tem apresentado uma evolução positiva, nos últimos anos, relativamente às metas da educação e formação – Estratégia Europa 2020. De acordo com o Eurostat, em 2019, os valores do abandono precoce da educação e formação (Portugal 10,6%, Meta 10%), da taxa de emprego dos recém-diplomados (Portugal 80,3%, Meta 82%) e dos diplomados do ensino superior (Portugal 36,2%, Meta 40%), bem como o da taxa de pré-escolarização (Portugal 93,7%, Meta 95%), embora este se reporte a 2018, são os que se encontram mais próximos dos objetivos definidos (CNE, 2020 (a)).

A referida meta foi ultrapassada por 15 dos 28 países da União Europeia, encontrando-se Portugal na 16.ª posição – 94,2% das crianças frequentava então programas de educação pré-escolar (CNE, 2020 (b)).

7.7 Enquadramento no Plano Diretor Municipal

O Decreto-Lei 7/2003, de 15 de janeiro, tornou obrigatória a elaboração da Carta Educativa, competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação. A Carta Educativa integra o Plano Diretor Municipal, estando sujeita a ratificação governamental, mediante parecer prévio vinculativo do Ministério da Educação. No Decreto-Lei 7/2003, a Carta Educativa é explicitada como sendo um instrumento de planeamento e de prospetiva da rede escolar, com ênfase nas infraestruturas, mas também no reforço das condições pedagógicas de aprendizagem. O conceito de Carta Educativa ali expresso é o seguinte: “ (...) é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município” (Artigo 10º). Ainda segundo o enquadramento legislativo, os objetivos da Carta Educativa são: Adequar a rede de oferta à procura; gerir racionalmente os recursos educativos; fomentar o funcionamento das escolas em agrupamentos; analisar com objetivos de ordenamento progressivo (prospetiva); garantir a coerência entre a política educativa e a política urbana do município (Artigo 11º).

De acordo com o regime jurídico do ordenamento do território, o Sistema de Gestão Territorial desagrega-se num quadro de interação coordenada, em três escalas: nacional, regional e municipal. A escala municipal é concretizada através de planos intermunicipais de ordenamento (PIOT) e de planos municipais de ordenamento do território (PMOT), que compreendem os planos diretores municipais (PDM), os planos de urbanização (PU) e os planos de pormenor (PP), a Carta Educativa [e revisão] deve, por um lado, garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município (cf. Decreto-Lei nº 7/2003, de 15.01, Art.º 11º) e, por outro, integrar o Plano Diretor Municipal respetivo, estando, nestes termos, sujeita a ratificação governamental, mediante parecer prévio vinculativo do

MEC (cf. Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15.01, Art.º 19º). A informação cartográfica é fundamental para a operacionalização do processo da CE e a sua própria articulação com o PDM e outras figuras de PMOT. No caso vertente trata-se e inclui-se na plataforma Websig go.EDU informação cartográfica digital de base do município (em formato. shp) com a seguinte informação vetorial: arruamentos, edifícios, rede viária primária, e secundária, linhas de água, altimetria, etc. (escalas 1/10 000 ou 1/25 000). De entre os exemplos de representação e ferramentas úteis construídas ou utilizadas e que estão à disposição da Câmara Municipal ou dos Agrupamentos Educativos referem-se a:

- I.** BGRI 2001 (base geográfica de referência do censo de 2001, do INE);
- II.** Localização dos edifícios e/ equipamentos da rede educativa e tipologia (público e privado com georreferenciação à escala 1/25 000);
- III.** Localização de outros equipamentos coletivos complementares e suas tipologias;
- IV.** Rede de transportes públicos e transportes escolares (com cartografia dos percursos e paragens, etc. 1/25 000);
- V.** Situação e propostas do PDM (em vigor e em revisão) da rede escolar, hierarquização dos aglomerados, dotação funcional dos equipamentos;
- VI.** Acessibilidades e transportes, dinâmicas e estratégias de desenvolvimento e ordenamento.

O Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro - refere que: 1 - A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar. 2 - A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas. 3 - A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis. 4 - A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivo de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos. 5 - A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município

A Carta Educativa deve integrar-se e assumir uma ponderação sobre diagnósticos estratégicos (PDM e Diagnóstico Social) e princípios orientadores dos Instrumentos Municipais de Ordenamento do Território (nomeadamente do PDM) tendo em conta a análise e caracterização da situação atual e evolução passada recente do sistema educativo, mas também a cenarização e diagnóstico prospetivos. Em particular a presente Carta Educativa considera:

- I.** a relação com a realidade territorial, condicionantes legais e restrições de utilidade pública, as plantas de ordenamento e regulamento municipais do PDM nomeadamente no que se refere ao espaço edificado, a análise do sistema de povoamento e da rede urbana (em articulação com a atual revisão do PDM);
- II.** as políticas e opções de infraestruturação socioeducativa do território municipal nomeadamente ao nível da instalação, manutenção e gestão dos equipamentos desportivos, culturais (bibliotecas, centros culturais, ...) e de saúde;
- III.** as opções ao nível do reforço, melhoria, otimização e adaptação das acessibilidades e transportes

coletivos previstas nos planos de mobilidade urbana sustentável (PMUS);

IV. das políticas de apoio e inclusão social nomeadamente de espaços marginais e cidadãos com limitações psíquicas e motoras;

V. nas políticas, planos e opções de ocupação de espaços e prédios devolutos, da gestão do património público e atuais processos de planos de regeneração urbana.

8. Plano Financeiro

Com base nas intervenções necessárias e planeadas para a reorganização e melhoria das condições infraestruturais, de acolhimento e de apoio às atividades pedagógicas, ao nível da rede educativa do Município de Santo Tirso, apresenta-se o respetivo plano financeiro.

Quadro VIII.1 - Mapeamento dos investimentos em infraestruturas da Educação, no município de Santo Tirso.

Escola	Investimento Elegível	FEDER	Município de Santo Tirso	OE	Custo Total	Ponto de Situação
Escola Básica de Santo Tirso	750.000,00€	637.500,00€	201.801,14€	56.250,00€	895.551,14€	Em execução
Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso	750.000,00€	637.500,00€	427.252,65€	56.250,00€	1.121.002,65€	Em execução
Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	500.000,00€	425.000,00€	156.313,01€	37.500,00€	618.813,01€	Concluída (2019)
Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	400.000,00€	340.000,00€	325.418,93€		665.418,93€	Concluída (2018)
Escola Básica n.º1 de Santo Tirso	400.000,00€	340.000,00€	142.359,28€		482.359,28€	Concluída (2018)
Escola Básica de Lage, Santo Tirso	310.065,32€	263.555,52€	46.509,80 €		310.065,32€	**
Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso	1.000.000,00€	850.000,00€	150.000,00€		1.000.000,00€	*
Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	150.000,00 €	127.500,00€	22.500,00€		150.000,00 €	*
Escola Básica de Olival, Santo Tirso	109.760,99 €	93.296,84 €	16.464,15 €		109.760,99 €	Concluída (2020)
EB de Areias – 1º ciclo	150.000,00 €	127.500,00€	22.500,00 €		150.000,00 €	*
Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	30.163,36 €	25.638,86 €	4.524,50 €		30.163,36 €	2020
Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso	75.000,00 €	63.750,00 €	11.250,00 €		75.000,00 €	*

Fonte: Divisão da Educação, CM Santo Tirso, 2019.

Legenda:

* Prazo de conclusão dependente do término do estudo de obra.

** Prazo de conclusão dependente da resolução de problemas com a contratação de obra.

9. Plano de Monitorização

9.1 Monitorização e Avaliação

No Manual para a Elaboração da Carta Educativa refere-se que “a Carta Educativa é sempre um processo inacabado, na medida em que tem de se adequar a uma realidade que evolui constantemente em função de dinâmicas demográficas, socioeconómicas, de alterações de política educativa e do desenvolvimento local”. O objetivo central é o de promover o acompanhamento sistemático das dinâmicas do sistema educativo de modo a apoiar a conceção e a decisão de medidas de intervenção no que respeita à política educativa para o município. Deste modo, assegurar-se-á a atualização da Carta Educativa (tendo em vista a sua permanente adequação às realidades sobre as quais incide e, ao mesmo tempo), a avaliação dos resultados das intervenções em função dos objetivos inicialmente propostos e a revisão das estratégias.

A monitorização de instrumentos de programas, políticas, mas acima de tudo de instrumentos de planeamento e de ação visa identificar as atividades a desenvolver e a distribuição de responsabilidades/competências ao longo do tempo com vista a perseguir objetivos específicos e os objetivos globais, que resultam da associação, relação das atividades, processos e objetivos parciais. Neste âmbito, no sistema de monitorização deve estabelecer-se uma relação direta entre a evolução e a efetivação/implementação dessas tarefas/atividades com o desempenho/performance dos meios/recursos usados relativamente ao alcance dos resultados e do nível do cumprimento dos objetivos definidos no momento inicial da Carta Educativa de Santo Tirso, bem como de outros impactes (in) diretos e (in)expectáveis. A monitorização para os resultados implica a prévia seleção dos alvos/objetivos a alcançar e a completa definição do quadro de ação. A informação resultante destacará quaisquer alterações que possam vir a ser necessárias introduzir no processo.

A Carta Educativa é um processo dinâmico que se inicia com o desenvolvimento de um plano estratégico traduzido em atividades. É um documento que carece de avaliação periódica e ajustamento contínuo de forma a introduzir fatores de correção. A monitorização refere-se a procedimento para acompanhar e controlar processos de intervenção, que visam imprimir mudança bem como, identificar e analisar eventuais diferenças relativamente ao âmbito, objetivos, meios e prazos inicialmente previstos. Este acompanhamento e controlo implica a definição de um modelo e sistema de monitorização que deve incluir o quadro organizacional, o sistema de recolha e análise de indicadores, os mecanismos e as responsabilidades de intervenção incidente sobre aspetos, fases ou objetivos relativos ao processo e/ou aos resultados obtidos no conjunto ou diferentes fases de implementação. Nesta perspetiva e no contexto e do ponto de vista operacional, o procedimento de monitorização centra-se na Carta Educativa Municipal e desenvolve-se sob duas linhas de intervenção distintas: i) a avaliação os resultados das intervenções, em face daquilo que foram os objetivos de partida; ii) e a revisão ou validação das linhas de estratégia educativa definidas.

O processo de monitorização deve resultar na atualização integrada e coerente da Carta Educativa Municipal, em função das suas necessidades de adequação às realidades socioeducativas presentes. Através da sistematização de variáveis de oferta e procura de Educação, da evolução sociodemográfica associada e do seu respetivo tratamento e avaliação e de um conjunto de informação qualitativa de suporte, deve-se formular um conjunto de considerações/sugestões de atualização da Carta Educativa, que respondam de forma coerente e realista aos desafios e necessidades atuais do desenvolvimento educativo presentes no município. A relevância da Carta Educativa não decorre

apenas dos seus princípios de ordenamento e (re) qualificação física dos territórios educativos, mas também da sua força de intervenção prospetiva. Esta dimensão prospetiva exige um esforço contínuo de adaptação às dinâmicas sociodemográficas e territoriais presentes no município, em prol do alcance de maiores e melhores níveis de coesão e sustentabilidade social e territorial. O carácter multidisciplinar e prospetivo associado aos princípios de atuação da Carta Educativa exige, por isso, a sua permanente calibração face às necessidades e desafios que as políticas de educação exigem. A monitorização visa a racionalização, a adaptação e a rentabilização dos recursos materiais e imateriais existentes ao longo do tempo.

O processo de monitorização deverá, assim, assumir os principais objetivos específicos:

I. Determinar e avaliar o grau de execução das propostas da Carta Educativa face ao conjunto de expectativas definidas inicialmente;

II. avaliar a evolução quantitativa da rede educativa do Município e avaliar sobre a sua adequabilidade às necessidades presentes;

III. enquadrar os resultados educativos municipais à luz dos objetivos definidos no Programa Governamental para a Educação.

A monitorização deve assentar num sistema de registo de dados e de ações visando acompanhar, de forma continuada, os processos em curso, o seu impacte nos resultados esperados e os fatores críticos para a concretização das ações planeadas. Na monitorização integram-se as principais dimensões do sistema relativas a indicadores relativos: i) às diferentes fases do projeto; ii) aos procedimentos adotados ao longo do projeto; iii) à identificação de eventuais desvios de trajetórias que, de algum modo, possam comprometer o alcance das metas; iv) à revisão dos indicadores e revisão dos objetivos iniciais (atendendo às dinâmicas não previstas do processo e ao seu impacto sobre os resultados).

O modelo e sistema de monitorização da Carta Educativa deve incluir:

I. Processos de recolha de dados (junto das fontes respetivas, como sejam as escolas e/ou respetivos agrupamentos, DRE/GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo), serviços da Autarquia, INE, entre outras fontes e parceiros), a respetiva análise, comunicação e disseminação entre os agentes;

II. A proposta e elaboração de planos de ações, definindo objetivos, entidades e recursos a mobilizar que permitam operacionalizar os vetores estratégicos e linhas de orientação da Carta Educativa e complementem, reforcem ou revejam as atuações agora definidas;

III. Avaliação de resultados, com carácter regular e periódico (com a produção de um Relatório Anual entre o final e o início de cada ano letivo), tendo nomeadamente em vista a avaliação e nível de afastamento dos resultados e a revisão dos planos de ações e/ou das linhas estratégicas de orientação da Carta Educativa.

IV. A gestão deste processo de monitorização fica sob a responsabilidade e dependência do Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, da equipa técnica e que esta funcione em estreita articulação com o Conselho Municipal de Educação, fórum adequado para apreciar e estabelecer os planos de ações e a avaliação de resultados. Julga-se no conjunto recomendável monitorizar, nomeadamente:

V. As dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas, particularmente naqueles aspetos que possam constituir inflexões de trajetória relativamente às tendências previstas;

VI. Planos e projetos urbanísticos (Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, projetos de loteamento, licenças de construção), com previsão dos acréscimos populacionais que lhes estão associados e correspondentes acréscimos da procura de ensino e/ou alterações da expressão espacial dessa procura;

VII. As ocorrências de nascimentos (nados-vivos por área geográfica), com previsão da procura de ensino que lhes estará associada;

- VIII.** A evolução da população escolar, nomeadamente no que respeita à frequência dos estabelecimentos de ensino e respetivas inflexões de trajetória cujas determinantes importa tentar perceber;
- IX.** A avaliação do desempenho do sistema educativo, quer na vertente endógena de desempenho escolar (abandono, retenção, etc.), quer na vertente de relações com a envolvente, nomeadamente no que respeita à adequação da oferta educativa às necessidades e anseios das populações;
- X.** A evolução do estado de conservação das instalações e da adequação dos equipamentos e recursos complementares às necessidades pedagógicas e das aprendizagens vigentes em cada instante;
- XI.** Indicadores de eficiência em relação aos serviços prestados, designadamente no que respeita à sobre ou subutilização das infraestruturas escolares, aos transportes e à ação social escolar;
- XII.** Indicadores de eficácia associados aos resultados do processo educativo e tendo em conta os fenómenos de retenção e abandono, inserção ou exclusão social e integração profissional da formação obtida.
- XIII.** A implementação do sistema de monitorização apresenta relevância:
- XIV.** Na apresentação, participação e responsabilização de evolução, meios e resultados do projeto às diversas partes envolvidas e interessadas no projeto ou processos;
- XV.** Ao nível da transparência, rigor e inclusão de atores e propostas de melhores na execução da Carta Educativa;
- XVI.** Na identificação oportuna e geração de métricas de desvios e consequente adoção de medidas corretivas, permitindo assim, salvaguardar que os objetivos inicialmente definidos possam vir a ser alcançados;
- XVII.** Em reunir elementos críticos para as fases seguintes de planeamento críticas para a melhoria dos níveis de ensino e capacitação dos agentes sociais e económico a nível concelhio.

A recolha regular de dados, com cuidado ao nível da qualidade, em particular da atualidade, fidedignidade e cuidado com o significado, deve resultar em indicadores sobre a aplicação da carta, o parque escolar, as iniciativas de ensino/formação, agentes educativos, orçamento e encargos, resultados das atividades.

Em síntese, esta monitorização deve ter no mínimo uma base anual, que incorpore o próprio processo de planeamento de cada novo ano letivo. Esta tarefa de gestão e alimentação de uma Base de Dados deverá estar centralizada e ser administrada pelo município, afetando um técnico da Divisão de Educação, e com uma participação colaborativa, mas deverá ser apoiada pelos Agrupamentos Educativos, assim como por dados e informação disponibilizados pela DGEstE e GIASE, e por solicitação periódica de estudos de enquadramento e informação estruturada.

A preparação de instrumentos de recolha é um elemento essencial na programação dos trabalhos, e deverão ser selecionados os instrumentos adequados tendo em atenção as carências de informação e a identificação das questões-chave. Nesta perspetiva poderão ser utilizados algumas fontes e métodos, como: i) entrevistas, através de guiões previamente preparados em que a componente qualitativa possa alimentar a reflexão em tornos das várias dimensões em análise; ii) fichas de Sistematização Físicas de Estabelecimentos Escolares, para poderem funcionar como “fotografia” e suporte da situação dos estabelecimentos, devendo ser atualizáveis; iii) Questionários com dimensão quantitativa e qualitativa suficiente para serem aplicados de forma representativa aos diferentes níveis de ensino e tipos de estabelecimentos (público e privado).

A Ficha de Sistematização física de estabelecimentos escolares, quando inserida numa pequena base de dados, pode ter inerente um conjunto de funcionalidades que enquanto ferramenta operacional de gestão poderá permitir no decurso da monitorização anual da carta educativa e na gestão corrente permitir, nomeadamente:

- I.** Facilidade na consulta de dados (estabelecimento por município, freguesia, ano letivo, grau de ensino, visualização de mapas com localização);
- II.** Registo de parâmetros específicos do estabelecimento (contactos, horários, distâncias, taxas de aproveitamento etc.);
- III.** Registo de dados do ano letivo em curso e dos de ano anteriores;
- IV.** Atualização de dados (ensinos ministrados; instalações, segurança envolvente; acessibilidades e síntese e avaliação).

Finalmente e numa lógica de articulação transversal ao nível da Câmara Municipal de Santo Tirso, fará sentido esta assegurar a colaboração dos diferentes departamentos e serviços interligados aos da educação, com vista à responsabilização dos recursos internos para responder às necessidades de informação da monitorização da carta educativa quando a fonte é a autarquia (ex. ação escolar, transportes escolares, Rede Social, Plano Diretor Municipal).

Os dados deverão permitir a atualização de indicadores e estimativas anuais de:

- I.** Agrupamentos de Escolas constituídos
- II.** População Escolar
- III.** Caracterização do parque escolar/formativo e oferta formativa
- IV.** População Docente
- V.** Infraestruturas existentes
- VI.** Taxa de ocupação/ saturação dos espaços
- VII.** Estado de conservação/adequação dos equipamentos
- VIII.** Segurança dos espaços
- IX.** Equipamentos existentes
- X.** Regime de funcionamento
- XI.** Componente de Apoio à Família – CAF
- XII.** Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC
- XIII.** Evolução do número de alunos no município nos últimos 5 anos letivos
- XIV.** Educação Pré-Escolar
- XV.** Ensino Básico
- XVI.** Ensino Secundário
- XVII.** Ensino Profissional
- XVIII.** Educação Especial - Alunos com Necessidades Educativas Especiais - NEE
- XIX.** Modernização Tecnológica
- XX.** Refeições
- XXI.** Transportes escolares
- XXII.** Taxa Bruta de Pré-escolarização
- XXIII.** Taxas Brutas de Escolarização – Ensino Básico e Secundário
- XXIV.** Taxas de Transição/Conclusão
- XXV.** Abandono Escolar
- XXVI.** Taxa de insucesso/desistência;
- XXVII.** Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico
- XXVIII.** Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário
- XXIX.** Número de alunos por escola/jardim-de-infância;
- XXX.** Número de alunos por ano/ciclo de ensino;
- XXXI.** Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino;
- XXXII.** População em idade escolar;

- XXXIII.** Estado de conservação dos edifícios;
- XXXIV.** Relações alunos/recursos,
- XXXV.** Despesa média por aluno e apoios sociais,
- XXXVI.** Entre outros indicadores e índices compostos considerados pertinentes e informativos.

No quadro-roteiro para monitorização da Carta Educativa, da responsabilidade do GIASE, considera-se pertinente integrar com outros indicadores e processos desenvolvidos anualmente pelos serviços do Ministério no âmbito da sua atividade de planeamento e produção de estatísticas. Este constitui um instrumento não só útil para o apoio à elaboração da CE como para a sua monitorização. O Inquérito Preliminar Anual - População Escolar e Recursos - possui para cada estabelecimento e agrupamento informação quanto a diferentes níveis e cursos ministrados: i) frequência; nº de alunos e nº de turmas (pré-escolar, básico e secundário, ensino regular; ii) ensino recorrente, 100 profissionalizante, Ensino Artístico Especializado, CET, Currículos alternativos no 3º ciclo do EB). Disponibiliza ainda informação por Pessoal Docente em exercício (por nível de ensino com e sem funções letivas) e por Pessoal Não Docente (Nº de pessoal por função, de apoio socioeducativo (pedagógico, saúde e Serviços Sociais), de gestão, administração e de Manutenção e Serviços. Finalmente dispõe de informação quanto a Recursos Físicos/Tecnológicos, designadamente nº de salas (salas de aula, salas específicas, laboratórios de informática) e equipamentos (centros de recursos e nº de computadores por função - com e sem ligação à Internet).

Ao nível dos recursos humanos e dado o carácter específico da Carta Educativa serão recolhidos dados de forma automática a partir dos sistemas e plataforma de informação existentes para o município: a go.EDU (Figura IX.1) e a plataforma SIGA (Sistema de informação para Gestão de atividades letivas). Aos dados considerados pertinentes a obter nos sistemas de informação operacionais serão adicionados dados obtidos por observação ou inquérito aos agentes socioeducativos. Estes dados serão tratados pelos técnicos afeto aos serviços/divisão de educação no sentido do tratamento da informação considerada relevante com vista à informação, decisão, ação e comunicação junto dos decisores e diversos públicos interessados.

Desta forma, os dados serão partilhados, analisados e adequados para uma atuação complementar e/ou acompanhada por técnicos de outros departamentos/serviços, por exemplo de planeamento ou de ação social, e em particular pelo Conselho Municipal de Educação. A este nível a disponibilização dos dados para o Conselho Municipal de Educação deve resultar em análise e propostas concretas de intervenção e ajustamento das medidas, meios humanos e económicos, tempos e formas de intervenção.

No que respeita aos meios técnicos, a utilização de ferramentas mais sofisticadas e poderosas, como um SIG (Sistema de Informação Geográfica), constituirá sempre um meio facilitador de ação/intervenção. No entanto, a utilização de qualquer outro dispositivo de gestão da informação poderá ser suficiente para fazer a gestão de toda a informação necessária. Em qualquer dos casos, sugere-se que a base de dados ou a plataforma informática, utilizada como suporte aos trabalhos de elaboração da Carta Educativa, seja utilizada como ponto de partida para o lançamento do processo de monitorização. A este nível destaca-se o desenvolvimento, instalação, operacionalização e capacitação dos atores ao nível da plataforma go.EDUCATION (go.EDU – Plataforma WEBSIG colaborativa para gestão dos equipamentos da rede e carta educativa municipal) como instrumento de implementação e monitorização da carta educativa. A Rede Educativa configura a organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, que estão afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Visa na sua adequação as orientações e objetivos de uma política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades

e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.

A recolha (semi)automática e gestão de dados a partir da plataforma de gestão da atividade letiva, visa definir o quadro de responsabilidade colaborativa da forma e período de atualização dos indicadores bem como, o processamento, análise e processos de discussão e divulgação dos resultados (Plano educativa e relatórios) em particular junto do Conselho Municipal de Educação. Em particular a plataforma go.EDU apresenta uma interface gráfica simples e fácil de utilizar, acessível a partir de um visualizador/geoportal e navegador web e tem como principais funcionalidades:

- I.** Georreferenciar, transformar e organizar bases de dados relativas a cada escola, agrupamento e todos os elementos e recursos humanos e materiais associados;
- II.** Consultar e analisar a informação disponível e realizar operações de análise espacial e temporal simples;
- III.** Editar, visualizar e modelar, consultar e editar conteúdos em formatos próprios, e de edição analógica/digital consequente seja na web ou em desktop;
- IV.** Gerir diferentes utilizadores nomeadamente utilizadores internos que inclusivamente possam vir a ser responsabilizados pela atualização de dados/conteúdos explorando as possibilidades de edição multiutilizador de acordo com a orgânica que venha a ser definida;
- V.** Desenvolver espaços de visualização e gestão de conteúdos descritivos fixos e dinâmicos;
- VI.** Estabelecer links para sites de interesse, agentes e operadores com partilha de dados e serviços de dados com sistemas complementares.
- VII.** Descrever e monitorizar a realidade e o estado da Rede Educativa do município;
- VIII.** Apoiar o planeamento técnico e político estratégico e a gestão operacional da Rede Educativa;
- IX.** Conhecer em tempo real os níveis de ensino de cada Centro Educativo, o número e composição das turmas, os processos individuais dos alunos, os alunos que são apoiados pela Ação Social Escolar, os recursos humanos docentes e não docentes e o inventário dos Centros Educativos;
- X.** Promover a comunicação, o estabelecimento e a dinamização com a partilha de dados entre o Centro Educativo e os Encarregados de Educação e a Comunidade;
- XI.** Descrever e analisar a distribuição e a evolução da oferta e procura ensino no território e neste sentido assumir-se como elemento de observação e monitorização destes espaços educativos e atividades;
- XII.** Agilizar a partilha de dados e serviços com sistemas complementares internos e externos numa lógica do estabelecimento e gestão de redes de trabalho a nível municipal ou supra municipal.
- XIII.** Desenvolver um elemento agregador e condutor das diversas iniciativas e fomentador de identidade, iniciativa e criatividade dos Centros Educativos;

Atendendo a todas as variáveis a acompanhar regularmente nesta base de informação dinâmica de suporte, devem-se estabilizar os conteúdos, os circuitos e a frequência de transferência de informação entre o Ministério as escolas do município e os Serviços de Educação da Autarquia.

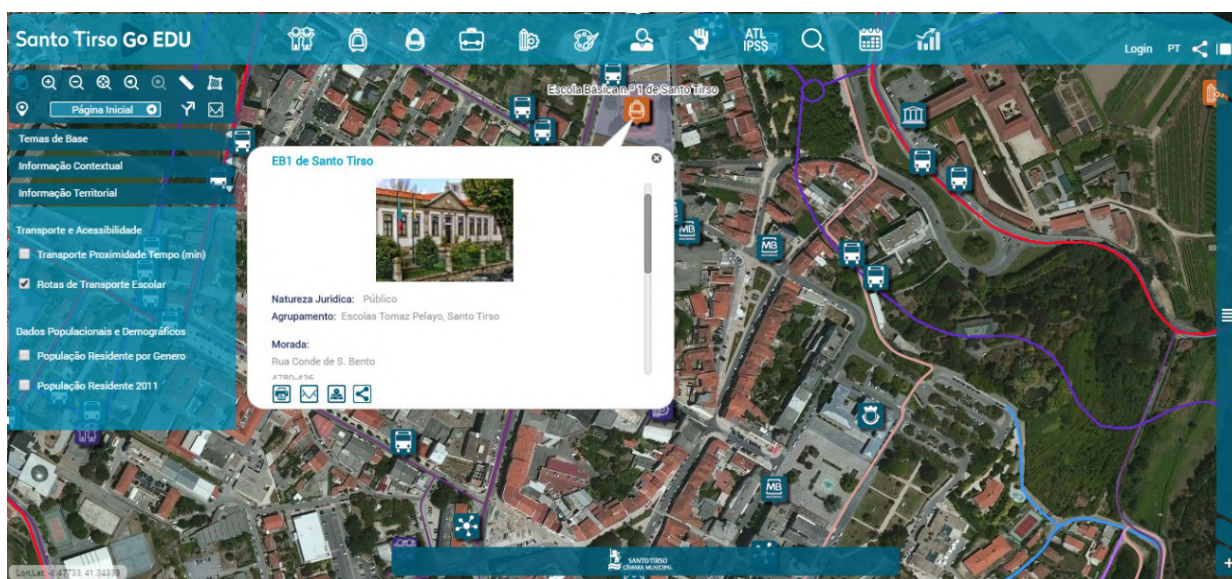


Figura IX.1 – Plataforma Websig Santo Tirso go.EDU.

Os resultados e produtos esperados deste processo de monitorização predem-se com:

- I. Protocolos e instrumentos de recolha e gestão de novos dados;
- II. Aplicações informáticas e protocolos de gestão/transição dos dados;
- III. Sistema de informação geográfica/geoportal;
- IV. Aplicações/funcionalidade de consulta, análise, publicação e relato dos dados;
- V. Geoweb services com outras aplicações e sistemas de informação;
- VI. Aplicação de catalogação/cadastro, participação e colaboração;

Os resultados da monitorização e plataforma visa apoiar um conjunto de clientes e utilizadores nomeadamente decisores e técnicos da autarquia com responsabilidade (in)directa ao nível da gestão as redes educativas e responsáveis dos estabelecimentos de ensino;

10. Notas Conclusivas

A Carta Educativa de Santo Tirso é um instrumento de análise, planeamento e execução, baseado na realidade educativa e populacional, com o intuito de fazer face às necessidades concelhias.

O documento foi estruturado por capítulos, uma primeira parte incide sobre análise do território e da população residente, uma segunda parte sobre a caracterização, análise e diagnóstico da rede educativa municipal e por fim a identificação das carências e as respetivas propostas de reorganização.

Segundo os Censos da população, o concelho de Santo Tirso, apresentava em 2021, 71 530 habitantes e uma densidade populacional de 1 373,2 habitantes por km². Numa análise por freguesia verifica-se que um elevado número de habitantes estava concentrado nas freguesias de Santo Tirso e Aves (22 465 habitantes) que no seu conjunto representam cerca de 31,4% da população total no concelho, por outro lado as freguesias de Guimarei, Lamelas e Refojos de Riba de Ave apresentam um número reduzido de habitantes (não ultrapassavam os 1 000 habitantes). No que respeita à estrutura etária da população, o concelho entre 1991 e 2011, apresenta uma evolução da população mais envelhecida, sendo que o grupo etário mais representativo, em 2011, era dos 25 aos 64 anos de idade (54%). Santo Tirso apresenta uma população com níveis de escolaridade baixos (36,30% da população com o 1º ciclo de ensino, mediante os dados dos censos de 2011), voltada para os setores da indústria e dos serviços e com taxas de desemprego de 17,37%, para 2011.

De forma a garantir a sustentabilidade da reorganização proposta no documento, efetuaram-se projeções da população residente para 2021 e 2031 e estimativas para o ano de 2026. Neste sentido prevê-se que em 2021 a população residente desça para 68 940 habitantes e que a sua distribuição seja, cada vez mais, assimétrica com maior concentração na União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães. Entre 2021 e 2031 embora em termos gerais seja projetada uma diminuição da população residente do município de Santo Tirso, para a freguesia com maior número de efetivos projeta-se um aumento da população residente com 22124 indivíduos, correspondendo à União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães.

No que respeita à população em idade escolar é a que mais perde efetivos, em 2001 contabilizaram-se 17 162 indivíduos dos 0 aos 19 anos de idade, em 2011 este número desce para 13 836 e prevê-se que em 2021 este grupo etário desça para os 11 503 indivíduos e em 2031 8 802 indivíduos. A freguesia na qual se projeta uma maior diminuição da população dos 0 aos 19 anos até 2031 são a União das freguesias de Lamelas e Guimarei.

No município de Santo Tirso existem 4 agrupamentos de escolas, com dimensões assimétricas entre si, para além dos agrupamentos de escolas foram também objeto de estudo as escolas não agrupadas privadas e públicas.

O diagnóstico das escolas foi elaborado por ciclo de ensino, de forma a permitir calcular uma série de indicadores reflexo do estado das escolas e da população escolar atual.

Neste sentido, sobrepondo todos os pontos analisados, e tendo em conta a legislação em vigor, foram definidas propostas de reconfiguração da rede educativa atual, distribuídas por eixos de intervenção (Anexo III).

As propostas de intervenção que se materializam ao nível da transcrição dos eixos de intervenção, resultaram de uma análise dos diversos indicadores solicitados aos estabelecimentos de ensino e ao município de Santo Tirso, tendo por base as condições estruturais e infraestruturais dos edifícios que integram os diversos polos educativos.

As intervenções requerem uma reconfiguração ao nível quantitativo dos alunos que estão afetos

a determinados estabelecimentos de ensino. Estas transições e reconfigurações foram estruturadas e definidas tendo em conta o conjugar de uma série de fatores, nomeadamente ao nível das instalações e configurações do território, no sentido de favorecer uma otimização afeta a tempos de percursos e deslocações necessárias.

A presente Carta Educativa, também pretende apresentar-se como um documento estruturante e orientativo das ações que são efetuadas no sentido da promoção do sucesso escolar no município de Santo Tirso, com a noção que estas ações e medidas devem ser constantemente reinventadas e redefinidas como forma de acompanhar a evolução e adaptação às necessidades do sistema educativo, assim como dar cumprimento às orientações, metas e instrumentos legais em vigor ou a implementar.

Segundo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro revestem a forma de revisão da carta educativa as alterações da mesma que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino. A revisão das cartas educativas é obrigatória quando a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação do Ministério da Educação ou das câmaras municipais. O Ministério da Educação e as câmaras municipais reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da carta educativa. À revisão da carta educativa são aplicáveis os procedimentos previstos para a respetiva aprovação.

Depois de aprovada e ratificada, a carta educativa constitui um instrumento de orientação da gestão do sistema educativo, de acordo com as competências do Ministério da Educação e dos municípios, incluindo quanto aos instrumentos de apoio às iniciativas privadas, cooperativas e solidárias, quanto à utilização de financiamentos e quanto à colocação de recursos humanos, materiais e financiamentos por parte do Ministério da Educação ou de outras entidades públicas.

11. Referências Bibliográficas

A Estatística - Estudo das Projeções da Poulção Residente para 2021, 2026 e 2031.

Almeida A. 2007. Os fluxos escolares dos alunos como analisadores dos modos de regulação local do sistema educativo. Instituto Superior de Educação e Ciências, Portugal. Publicado na Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653) n.º 43/6 – 15 de agosto de 2007 EDITA: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI).

Àlvares, M.; Capucha, L.; Calado, A.; Estevão, P.; Merlini, S.; Nalha, F.; s/d. Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e Práticas. ISCTE Instituto Universitário de Lisboa. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

CAOP 2011 retirada da Direção-Geral do território disponível em URL: http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop/caop__download_/. Consultado em 2016.

CAOP 2013 retirada da Direção-Geral do território disponível em URL: http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop/caop__download_/. Consultado em 2016.

CAOP 2016 retirada da Direção-Geral do território disponível em URL: http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop/caop__download_/. Consultado em 2016.

CM Santo Tirso, 2015. Projeto Educativo Municipal, 2012 2015.

Coimbra B. e Fernandes E.; 2013. Políticas Públicas de prevenção e combate ao abandono escolar - Estudo de uma medida educativa para jovens pouco escolarizados em Portugal. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Leiria. Conferência Internacional - Investigação e Práticas em Contextos de Educação 10 e 11 de maio de 2013. Livro de Atas.

Decreto - Lei nº7/2003, de 15 de janeiro.

Decreto - Lei nº72/2015, de 11 de maio.

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio.

Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio.

Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de junho.

Despacho conjunto nº 300/97 de 9 de setembro.

Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho.

Despacho normativo n.º 6/2018.

DGE, Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar disponível em <http://www.dge.mec.pt/ocepe/node/66#>.

DGEEC – Regiões em números – 2004-2013 – Região Norte.

DGEEC, 2019. Regiões em números 2018/2019, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>.

DGEEC, 2016. Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Ministério da Educação e Ciência. Site disponível em URL: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>. Consultado em 2016.

DGEstE, 2015. Monitorização da Carta Educativa – Manual de Elaboração.

DGEstE, 2016. Rede de Cursos profissionais 2018/2019,

DGOTDU, 2002. Normas para a programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos. Secretaria de Estado do Ordenamento do Território. Ministério das Cidades. Ordenamento do Território e Ambiente.

DGOTDU, 2002. Normas para a programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos.

Diagnóstico Social de Santo Tirso, 2014.

Diagnóstico Social, dezembro de 2015.

Diário da República, 1.ª série — N.º 179 — 16 de setembro de 2008.

Divisão da Educação, CM Santo Tirso, 2016.

DL n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

Fonte: DGEEC – Regiões em números 2004 – 2014 Vol. II, Lisboa, 2014. Site disponível em URL: <http://www.dgeec.mec.pt>. Consultado em 2016.

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação, 2016.

Gandullo (1974) citado pelo Ministério de Medio Ambiente (2000).

<http://www.cm-stirso.pt/pages/203> (Município de Santo Tirso, 2016). Consultado em 2016.

<http://www.cnedu.pt/>. Consultado em 2016.

<http://www.cqepdesantotirso.com/> (<http://www.cm-stirso.pt/pages/1365>). Consultado em 2016.

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/portaria_1049_a_2008.pdf. Consultado em 2016.

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/OfertaFormativa/CTESP/> (maio, 2016). Consultado em 2016

<http://www.sec-geral.mec.pt/>. Consultado em 2016.

IEFP Publicações Estatísticas, 2015. Site disponível em URL: <https://www.iefp.pt/estatisticas>. Consultado em 2016.

IEFP, 2016.

INE - Censos da População 1991, 2001, 2011.

INE - Estimativas provisórias de população residente 2002 a 2013.

INE Tipologia das áreas urbanas, 2014.

INE, Estimativas Anuais da População Residente, 1991 a 2013.

INE, Estimativas provisórias de população residente 2014.

Inquérito aos Estabelecimentos Escolares, 2016.

ISCTE, s/d. Instituto Universitário de Lisboa.

Lei 46/86, de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 85/2009, de 27/08, republicação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 4/2003, de 22 de agosto.

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro.

Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro.

Lei n.º 65/2015, de 03 de julho.

Machado, F., 2013 - A gestão curricular em turmas com diferentes anos de escolaridade - conexões e práticas pedagógicas dos professores do 1.º ciclo do ensino básico - Dissertação de mestrado em Estudos da Criança (área de especialização em Integração Curricular e Inovação Educativa) Universidade do Minho. Site disponível em URL: <http://hdl.handle.net/1822/25963>. Consultado em 2016.

Ministério da Educação, s/d. Avaliação e Intervenção na Área das NEE. Ministério da Educação. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Monitorização da Carta Educativa - Manual para Elaboração, s/d.

Nazareth, J. Manuel, (2007), Demografia e a Ciência da População, Fundamentos, 2007, Lisboa.

Oliveira, B., Coragem, C., Martins, E., 2000 - Manual para a Elaboração da Carta Educativa.

Portaria n.º 292-A/2012 de 26 de setembro.

Portaria n.º 583/97, 30 de junho.

Projeto Educativo, 2012-2015.

Público e UC, 2015. Rankings do PÚBLICO/Universidade Católica Portuguesa para as escolas do ensino básico e secundário, de acordo com as notas dos exames nacionais. PÚBLICO e pela Universidade Católica (Fonte: Ministério da Educação). Site disponível em URL: <http://www.publico.pt/ranking-das-escolas-2015/listas#/1314>. Consultado em agosto de 2016.

Estado da Educação, 2019 (2020 (a)). Conselho Nacional de Educação - CNE.

Desempenho e Equidade: uma análise comparada a partir dos estudos internacionais TIMSS e PIRLS (2020 (b)). Conselho Nacional de Educação (CNE).

Portaria n.º 22/2020 de 28 de janeiro.

Portaria n.º 255/2021 de 17 de novembro de 2021.

12. Anexos

Anexo I – Enquadramento Legislativo

Áreas de Transferência	Diplomas Legais	Âmbito
Lei de Bases do Sistema Educativo	Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações introduzidas pelas Leis n.º 85/2009, de 27/08, n.º 49/2005, de 30/08, n.º 115/97, de 19/09	A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo
Reordenamento da Rede Escolar	Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, revogado pelo DL n.º 21 de 30 de janeiro 2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.
Agrupamentos de Escolas	Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de agosto	Fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino básico, adiante designados por agrupamentos, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento.
	Despacho Conjunto n.º 373/2002, de 23 de abril	Aplica-se às escolas e aos agrupamentos de escolas dos ensinos básico e secundário, públicas, particulares e cooperativas com contratos de associação, e às diferentes modalidades de ensino nelas ministradas, estabelecendo as normas a observar na matrícula e sua renovação, na distribuição dos alunos, no período de funcionamento dos cursos e na constituição das turmas.
	Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril	Estabelece os princípios e critérios de orientação para a constituição de agrupamentos de escolas e agregações.

Anexo I – Enquadramento Legislativo (continuação)

Áreas de Transferência	Diplomas Legais	Âmbito
Educação Pré-Escolar	Despacho n.º 3/SEAE/2002, de 28 de junho	Define as prioridades de admissão de crianças nos jardins-de-infância da rede pública.
	Despacho Conjunto n.º 765/02, de 7 de outubro	Determina os apoios financeiros do Estado para a componente de apoio a família nos Jardins-de-Infância.
	Despacho n.º 13096/2008, de 9 de maio	Promove a expansão da educação pré-escolar e o correspondente alargamento da rede nacional visando superar situações irregulares.
	Lei n.º 65/2015, de 03 de julho	Determina a revogação da alínea a) do ponto 9 do Despacho conjunto n.º 268/97, de 26 de junho, considerando a necessidade de promover a expansão da educação pré-escolar e o correspondente alargamento da rede nacional
Ensino Básico	Lei n.º 65/2015, de 03 de julho	Primeira alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade
	Despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro	Revoga o documento Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais, divulgado em 2001.
	Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho)	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário.
	Portaria n.º 225/2012, de 30 de julho (retificado pela Declaração de Retificação n.º 55/2012, de 28 de setembro)	Cria os Cursos Básicos de Dança, de Música, de Canto Gregoriano do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e estabelece o regime relativo à organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos, bem como o regime de organização das iniciações em Dança e em Música no 1.º ciclo do Ensino Básico.
	Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho	O disposto no presente decreto-lei aplica-se às diversas ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, no âmbito da escolaridade obrigatória, ministradas em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, incluindo escolas profissionais, públicas e privadas, doravante designados por escolas. Aplica-se ainda, com as necessárias adaptações, ao ensino a distância, bem como ao ensino individual e doméstico.
	Portaria n.º 223-A/2018 de 3 de agosto	Procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico previstas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Continua

Anexo I – Enquadramento Legislativo (continuação)

Áreas de Transferência	Diplomas Legais	Âmbito
Ensino Profissional	Despacho Conjunto n.º 279/2002, de 4 de dezembro Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de maio Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro (Alterado pelos Decreto-Lei n.º 74/2004 (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 05 de julho), Decreto-Lei n.º 54/2006, e Decreto-Lei n.º 150/2012, de 12 de julho) Portaria n.º 235-A/2018 (publicada em Diário da República n.º 162/2018, 1.º Suplemento, Série I de 2018-08-23)	Cria uma oferta de educação e formação que pretende proporcionar aos jovens um conjunto de ofertas diferenciadas que permitam o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, de nível de qualificação 1 e 2. Regulamenta o ensino profissional Estabelece o regime de criação, organização e funcionamento das escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior. A presente portaria procede à regulamentação dos cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação, escolar e profissional, a que se referem a alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 14/2017, de 26 de janeiro, que regula o Sistema Nacional de Qualificações, e a alínea b) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, tomando como referência a matriz curricular-base constante do anexo VIII deste último decreto-lei.
Ensino Secundário	Decreto-lei n.º 7/2001, de 18 de janeiro Decreto-lei n.º 74/2004, de 24 de março (alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de fevereiro e retificado pela Declaração de Retificação n.º 23/2006, de 7 de abril) Portaria n.º 550-A/2004, de 21 de maio (Alterada por pela Portaria n.º 260/2006, de 14 de março e Portaria n.º 207/2008 de 25 de fevereiro) Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho) Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto (Retificada pela Declaração de Retificação n.º 51/2012, de 21 de setembro)	Aprova a revisão curricular do ensino secundário. Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação. Aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos tecnológicos de nível secundário de educação. Regulamenta o processo de conclusão e certificação, por parte de adultos com percursos formativos incompletos, do nível secundário de educação relativo a planos de estudo já extintos Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário Define o regime de organização e funcionamento dos cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas, de Línguas e Humanidades e de Artes Visuais, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, e estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação e certificação dos alunos.

Continua

Anexo I – Enquadramento Legislativo (continuação)

Áreas de Transferência	Diplomas Legais	Âmbito
Ensino Secundário	Portaria n.º 243-A/2012, de 13 de agosto (Retificada pela Declaração de Retificação n.º 59/2012, de 12 de outubro, e alterada pela Portaria n.º 419-A/2012, de 20 de dezembro, e pela Portaria n.º 59-A/2014, de 07 de março)	Define o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação do curso de Design de Comunicação, do curso de Design de Produto e do curso de Produção Artística, na área das Artes Visuais, e do curso de Comunicação Audiovisual, na área dos Audiovisuais, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo
	Portaria n.º 243-B/2012, de 13 de agosto (Retificada pela Declaração de Retificação n.º 58/2012, de 12 de outubro, e alterada pela Portaria n.º 419-B/2012, de 20 de dezembro, e pela Portaria n.º 59-B/2014, de 7 de março)	Define o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação dos cursos secundários artísticos especializados de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudos ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.
	Portaria n.º 242/2012, de 10 de agosto	Define o regime de organização e funcionamento dos cursos científico- humanísticos de nível secundário de educação, na modalidade de ensino recorrente, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, e estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação e certificação dos alunos
	Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro (Alterada pela Portaria n.º 59-C/2014, de 7 de março)	Estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais
	Portaria n.º 59-C/2014, de 7 de março	Procede à primeira alteração da Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro, que estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais
	Despacho n.º 5945/2014, de 7 de maio de 2014	Determina o alargamento e candidaturas de cursos vocacionais no ensino básico e no ensino secundário a partir do ano letivo de 2014-2015.
Ensino Artístico	Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho (Retificada pela Declaração de Retificação n.º 59/2009, de 7 de agosto)	Cria os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudo
	Portaria n.º 36/2011, de 13 de janeiro	Clarifica o nível de qualificação decorrente da conclusão com aproveitamento e da certificação dos cursos básicos criados pela Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho
	Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário. Aplica-se às diversas ofertas curriculares dos ensinos básico e secundários ministradas em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.

Continua

Anexo I – Enquadramento Legislativo (continuação)

Áreas de Transferência	Diplomas Legais	Âmbito
Ensino Artístico	Portaria n.º 229-A/2018 de 14 de agosto	Procede à regulamentação dos cursos artísticos especializados de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano, a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho
Ensino Particular e Cooperativo	Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro, Revogado pelo Decreto-Lei n.º 152/2013, de 04 de novembro	Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.
	Portaria n.º 1324-A/2010, de 29 de dezembro (Alterada pela Portaria n.º 277/2011, de 13 de outubro)	Regulamenta as regras a que obedece o financiamento público dos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo com contrato de associação.
	Decreto-Lei n.º 152/2013 de 4 de novembro	Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	Despacho n.º 16795/2005, de 3 de agosto	Define as normas a observar no período de funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular
	Despacho n.º 12591/2006, de 16 de junho	Definição das orientações relativas às atividades de enriquecimento curricular
	Despacho n.º 9 265-B/2013, de 15 de julho	Define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcionem a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).
Apoios Socio- Educativos	Despacho n.º 1438/2005, de 4 de janeiro, revogado pelo Despacho Normativo n.º 50/2005 (publicado em Diário da República n.º 215/2005, Série I-B de 2005-11-09)	Define, no âmbito da avaliação sumativa interna, princípios de atuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação dos planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento como estratégia de intervenção com vista ao sucesso educativo dos alunos do ensino básico
	Despacho n.º 921/2019	Aprova o Manual de Apoio à Reutilização de Manuais Escolares.

Continua

Anexo I – Enquadramento Legislativo (continuação)

Áreas de Transferência	Diplomas Legais	Âmbito
Ação Social Escolar	Despacho n.º 13224/03, de 7 de julho	Define as medidas de ação social escolar a aplicar aos alunos dos ensinos básico e secundário, nomeadamente nas modalidades de auxílios económicos, empréstimos de manuais escolares, apoio alimentar e alojamento. Procede à atualização do valor das participações devidas e das captações correspondentes. Este diploma institui a figura do empréstimo de longa duração de manuais escolares
	Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011 de 1 de março)	Regula a transferência para os Municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controlo de funcionamento dos transportes escolares
	Despacho n.º 6514/2009, de 27 de fevereiro	Define as captações e correspondentes escalões de comparticipação por parte do Estado de apoio às famílias que optam por estabelecimentos de ensino particular e cooperativo
	Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março	Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar
	Portaria n.º 1316/2009, de 21 de outubro	Regulamenta a prova da situação escolar e altera a Portaria n.º 984/2007, de 27 de agosto, que fixa os procedimentos relativos à prova anual da situação escolar estabelecida no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto
	Portaria n.º 1386/2009, de 10 de novembro	Primeira alteração à Portaria n.º 1242/2009, de 12 de outubro, que aprova o Regulamento do Regime de Fruta Escolar - RFE.
	Portaria n.º 206/2012, de 5 de julho	Segunda alteração ao Regulamento do Regime de Fruta Escolar aprovado pela Portaria n.º 1242/2009, de 12 de outubro.
	Despacho n.º 11861/2013, de 12 de setembro	Medidas de ação social escolar a aplicar no ano escolar 2013-2014.
	Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho	Fixa as participações correspondentes aos apoios sociais, designadamente as destinadas ao alojamento e alimentação, bem como, as condições de acesso a auxílios económicos, bolsas de mérito e recursos pedagógicos.
	Despacho n.º 5296/2017	Reforço da ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do máximo rendimento escolar de todos os alunos
	Despacho n.º 7255/2018	Procede à alteração do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar

Continua

Anexo I – Enquadramento Legislativo (continuação)

Áreas de Transferência	Diplomas Legais	Âmbito
Associações de Pais e Encarregados de Educação	Decreto-lei n.º 372/90, de 27 de novembro (alterado pelo Decreto-lei n.º 80/99, de 16 de março e pela Lei n.º 29/06, de 4 de julho)	Lei das Associações de Pais, que aprova o regime que disciplina a constituição das associações de pais e encarregados de educação e define os direitos e deveres das referidas associações.
	Lei n.º 40/2007, de 24 de Agosto com as alterações introduzidas pelo DL n.º 247-B/2008, de 30/12	Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e atualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil
Segurança contra Incêndios	Decreto-Lei n.º 220/2008 - Diário da República n.º 220/2008, Série I de 2008-11-12 (revoga o Decreto-lei n.º 414/98, de 31 de dezembro)	Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
	Decreto-Lei n.º 224/2015 de 9 de outubro	O presente diploma procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que aprova o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.
Desporto Escolar	Lei n.º 30/2004, de 21 de julho (Revogada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro)	Define as bases gerais do sistema desportivo e estrutura as condições e oportunidades para o exercício da atividade desportiva como fator cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade
	Portaria n.º 406/87, de 14 de maio	Cria facilidades escolares para atletas-estudantes
	Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro	Estabelece as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro, que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior
	Despacho n.º 6916/2011, de 4 de maio	Determina o número de créditos de tempos letivos a atribuir para o programa de desporto escolar e define a regulamentação dos grupos-equipa com atividade externa.
Educação Especial Necessidades Educativas Especiais	Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro (Alterado pela Declaração de Retificação n.º 10/2008, de 7 de março, e pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio)	Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios da vida.
	Despacho n.º 3064/2008, de 7 de fevereiro	Determina a possibilidade de continuidade do percurso escolar dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente nas instituições de ensino especial frequentadas
	Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro	Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo

Anexo I – Enquadramento Legislativo (continuação)

Áreas de Transferência	Diplomas Legais	Âmbito
Educação Especial Necessidades Educativas Especiais	Resoluções da Assembleia da República n.º 17/2015, de 17 de fevereiro, e n.º 20/2015, de 20 de fevereiro	Aplicação das recomendações do conselho nacional de educação relativamente ao enquadramento legal da educação especial.
		Revisão da Portaria n.º 275-A/2012, de 11 de setembro, garantindo a flexibilidade necessária relativamente às adaptações do percurso escolar no ensino secundário dos alunos com necessidades educativas especiais.
	Despacho n.º 5291/2015, de 21 de maio	Estabelece a rede nacional de Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial (CRTIC) como centros prescritores de produtos de apoio do Ministério da Educação e Ciência no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), as suas atribuições, constituição e competências da equipa, bem como a responsabilidade pela monitorização da atividade destes Centros
Estatuto do Aluno	Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro (Revoga a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, alterada pela Lei n.º 39/2010, de 2 de setembro) (Retificada pela Declaração de Retificação n.º 46/2012, de 17 de setembro)	Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro.
Territórios Educativos de Intervenção Prioritária	Despacho n.º 8065/2009, de 20 de março	Identifica as escolas que se devem considerar escolas prioritárias para efeitos de atribuição de recursos no âmbito dos diversos projetos do Ministério.
	Despacho normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro (revoga o Despacho Normativo n.º 55/2008, de 14 de outubro)	Normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de terceira geração, bem como as regras de elaboração dos contratos-programa ou de autonomia.

Continua

Anexo II - Sistema de Segurança dos Equipamentos

Escola	Sistema de Alarme	Iluminação Interior e exterior	Salas de Emergência	Plano de Evacuação	Sistema de deteção de incêndio	Sistema de Videovigilância	Guarda Noturno	Outros
Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	X	X		X				
Associação do Infântário de S. Tome de Negrelos	X	X		X				
Associação Pró-Infância Nuno Álvares	X	X	X	X		X	X	X
CAID - Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente	X	X		X				
Casa de Acolhimento Sol Nascente	X	X		X				
Casa de Beneficência Dias Machado	X	X	X					
Centro Infantil de Santo Tirso	X	X		X				
Colégio de Lourdes	X	X	X	X				
Colégio Santa Teresa de Jesus™	X	X	X	X				
Escola Básica n.º 1 de Santo Tirso	X	X		X				
Escola Básica de Areal, Couto -São Miguel, Santo Tirso	X	X		X				
Escola Básica de Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso	X	X		X				

Continua

Anexo II - Sistema de Segurança dos Equipamentos (continuação)

Escola	Sistema de Alarme	Iluminação Interior e exterior	Salas de Emergência	Plano de Evacuação	Sistema de deteção de incêndio	Sistema de Videovigilância	Guarda Noturno	Outros
Escola Básica de Foral, Santo Tirso		X		X				
Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso		X		X				
Escola Básica de São Bento da Batalha, Santo Tirso	X	X		X			X	
Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso		X		X				
Escola Básica da Ponte	X	X		X				
Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso	X	X		X				
Escola Básica de Campinhos, Agrela, Santo Tirso				X				
Escola Básica de Cantim, Reguenga, Santo Tirso	X	X		X				
Escola Básica de Costa, Roriz, Santo Tirso	X	X		X				
Escola Básica de Igreja, Guimarei, Santo Tirso		X		X				
Escola Básica de Lage, Santo Tirso		X	X					
Escola Básica de Olival, Santo Tirso		X		X				
Escola Básica de Parada, Carreira, Santo Tirso	X	X		X				

Continua

Anexo II - Sistema de Segurança dos Equipamentos (continuação)

Escola	Sistema de Alarme	Iluminação Interior e exterior	Salas de Emergência	Plano de Evacuação	Sistema de deteção de incêndio	Sistema de Videovigilância	Guarda Noturno	Outros
Escola Básica de Quelha, Santo Tirso		X						
Escola Básica de Quinchães, Santo Tirso		X		X				
Escola Básica de Quintão, Palmeira, Santo Tirso	X	X		X				
Escola Básica de São José, Refojos de Riba de Ave, Santo Tirso	X	X		X				
Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	X	X		X				
Escola Básica de Sequeirô, Santo Tirso		X		X				
Escola Básica de Tarrio, Santo Tirso		X		X				
Escola Básica de Santo Tirso	X	X		X				
Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso	X	X		X			X	
Escola Profissional Artística do Vale do Ave (Deleg.)	X	X		X			X	
Escola Profissional de Serviços CIDENAI	X	X						

Continua

Anexo II - Sistema de Segurança dos Equipamentos (continuação)

Escola	Sistema de Alarme	Iluminação Interior e exterior	Salas de Emergência	Plano de Evacuação	Sistema de deteção de incêndio	Sistema de Videovigilância	Guarda Noturno	Outros
Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	X	X	X	X				
Instituto Nun'Alvres	X	X	X	X		X	X	X
Jardim de Infância a Torre dos Pequeninos	X	X		X				
Jardim de Infância de Igreja, Areias, Santo Tirso	X	X						
Jardim de Infância de Vinha, Burgães, Santo Tirso		X						
Jardim Escola João de Deus	X	X						
Jardim Infantil Comendador Ablío F. de Oliveira	X	X	X				X	
Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun'Alvres	X	X	X			X	X	X

Continua

Anexo III - Eixos de Intervenção

Objeto (Nota 3)	Ano/Financiamento				Execução	Data de Conclusão	Total de financiamento	Fonte e Modelo de Financiamento
	2017	2018	2019	2020				
Eixo I – Requalificar os Equipamentos do EPE e dos Ensinos Básico e Secundário								
Medida nº 1 Investimento nos equipamentos existentes								
1.1 Requalificação da Escola Básica de Santo Tirso	375.000,00€	375.000,00€			Executada	Setembro de 2020	750.000,00€	FEDER + PIDDAC + AL
1.2 Requalificação da Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso	375.000,00€	375.000,00€			Executada	Setembro de 2020	750.000,00€	FEDER + PIDDAC + AL
1.3 Requalificação da Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	250.000,00€	250.000,00€			Executada	Abril de 2018	500.000,00€	FEDER + PIDDAC + AL
1.4 Requalificação da Escola Básica de Bom Nome, Vila das Aves, Santo Tirso	200.000,00€	200.000,00€			Executada	Setembro de 2018	400.000,00€	FEDER + AL
1.5 Requalificação da Escola Básica nº 1 de Santo Tirso	400.000,00 €				Executada	Setembro de 2017	400.000,00 €	FEDER + AL
1.6 Requalificação da Escola Básica de Lage, Santo Tirso					Executada	Maior de 2021	300.000,00 €	FEDER + AL
1.7 Requalificação da Escola Básica de Arcozelo, Água Longa, Santo Tirso					Executada	Novembro de 2021	30.163,36 €	FEDER + AL
1.8 Requalificação da Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso					Estimada	2023	1.000.000,00€	FEDER + AL
1.9 Requalificação da Escola Básica de Olival, Santo Tirso					Executada	Setembro de 2019	109.760,99€	FEDER + AL
1.10 Requalificação da Escola Básica de Igreja, Areias, Santo Tirso					Estimada	2023	150.000,00€	FEDER + AL
1.11 Requalificação da Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso					Estimada	2023	75.000,00€	FEDER + AL

Continua

Anexo III - Eixos de Intervenção (continuação)

Objeto (Nota 3)	Ano/Financiamento			Execução	Data de Conclusão	Total de financiamento	Fonte e Modelo de Financiamento
	2017	2018	2019	2020			
Medida nº2 - Reorganização dos Agrupamentos de Escolas							
2.1 Reorganização do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso							
2.1.1 Construção de um novo Centro Escolar na Escola Básica de Santa Luzia, Monte Córdova, Santo Tirso					Estimada	2025	
2.1.2 Transição dos alunos da Escola Básica de Igreja, Lama, Santo Tirso para a Escola Básica de Sequeiró, Santo Tirso					Estimada	2025	
2.2 Reorganização do Agrupamento de Escolas de São Martinho, Santo Tirso							
2.2.1 Transição dos alunos da Escola Básica de Quelha, Santo Tirso para a Escola Básica de Olival, Santo Tirso					Estimada	2025	
2.3 Reorganização do Agrupamento de Escolas de D. Afonso Henriques, Santo Tirso							
2.3.1 Escola Básica de Quintão, Vila das Aves, Santo Tirso					Executada	Setembro de 2019	
Eixo II - Promover a Qualidade e o Sucesso Educativo e Formativo nas Escolas do Município – Nota 1							
II.1 Contribuir para a prossecução das prioridades e medidas de política educativa							Financiamento abrangido pelas operações inscritas no PIIIE, a aguardar aprovação no âmbito do programa operacional Norte 2020 – objetivo temático 10 do eixo prioritário 8
II.2 Capacitação dos docentes e técnicos para ação educativa							
II.3 Equipas Multidisciplinares							
II.4 Ações de promoção ao sucesso escolar e de prevenção do abandono						417.647,06€ (Nota 2)	
II.4.1 Reforço do apoio aos alunos					Nota 7		
II.4.2 Ações de intercâmbio							
II.4.3 Ações de monitorização e de avaliação							
II.4.4 Ações de “enriquecimento curricular”							

Continua

Anexo III - Eixos de Intervenção (continuação)

Objeto (Nota 3)	Ano/Financiamento				Execução	Data de Conclusão	Total de financiamento	Fonte e Modelo de Financiamento
	2017	2018	2019	2020				
II.4.5 Ações de envolvimento e de formação parental								
II.4.6 Concursos escolares								
II.4.7 Ações de carácter transversal, destinadas a sensibilizar a comunidade envolvente da escola para a área de educação para a cidadania e igualdade de género								
II.4.8 Dinamização de sessões informativas das empresas e dos empregadores								
II.4.9 Iniciativas que promovam a aproximação dos alunos às suas comunidades						Nota 7	417.647,06€ (Nota 2)	Financiamento abrangido pelas operações inscritas no PII/CE, a aguardar aprovação no âmbito do programa operacional Norte 2020 - objetivo temático 10 do eixo prioritário 8
II.4.10 Ações que promovam o conhecimento científico, tecnológico, cultural, artístico e empreendedor								
II.4.11 Ações de sensibilização e mobilização de competências digitais								
II.4.12 Ações que promovam a leitura e a aprendizagem da língua portuguesa								
II.4.13 Outras ações que promovam o sucesso educativo não previstas nas alíneas anteriores								
II.5 Centros Qualifica - Formação de Adultos - Construção de um novo Centro (Nota 4)					Executada	2017		
	2017	2018	2019	2020				

Continua

Anexo III - Eixos de Intervenção (continuação)

Objeto (Nota 3)	Ano/Financiamento	Execução	Data de Conclusão	Total de financiamento	Fonte e Modelo de Financiamento
Eixo III - Incentivar a Oferta de Ensino Profissionalizante					
III.1 Adaptação da oferta formativa às ofertas de emprego					
III.2 Realização de parcerias (Nota 5)	x			x	Cedência de instalações
III.3 Ações de incentivo ao empreendedorismo (Nota 6)	x			x	

Nota 1 - No âmbito da criação de um quadro metropolitano comum de referência de promoção do sucesso escolar, refletido nos designados Planos Integrados e Inovadores de combate ao Insucesso Escolar (PIICE), o Município de Santo Tirso tem previsto o desenvolvimento do projeto "Agir" para o sucesso escolar", cujos objetivos visam contribuir para atingir as metas gerais do Plano Nacional de Reforma e do Portugal 2020 no domínio da educação. Este projeto abrange uma diversidade de ações que refletem as tipologias aqui descritas, visando contribuir para a prossecução das prioridades e medidas de política educativa, em articulação com os planos de ação estratégica das escolas aprovados no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE).

Nota 2 - Corresponde ao valor total do investimento estimado para o espaço temporal que a implementação do projeto irá envolver, integrando também os 15 % referentes à contribuição pública nacional, a ser assegurada pelo município.

Nota 3 - A Entidade responsável pela execução dos eixos de intervenção enumerados á a Câmara Municipal de Santo Tirso.

Nota 4 - Apresenta como entidade responsável pela execução o Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso, no qual foi apresentada uma candidatura à criação de um Centro Qualifica.

Nota 5 - Apresenta como entidade responsável pela execução a Câmara Municipal de Santo Tirso, a Modatex e o IPP, no qual foram estabelecidos os seguintes protocolos: Protocolo com o Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil Modatex (Protocolo direcionado para a realização de ações de formação na área da modelagem, corte e costura) e com o Protocolo com o IPP (Protocolo no âmbito da realização de um curso de pós-graduação).

Nota 6 - Apresenta como entidade responsável pela execução a Câmara Municipal de Santo Tirso, sendo que através do Gabinete Invest Santo Tirso concentra as funções de gabinete de apoio ao investidor e de dinamização económica do concelho.

Nota 7 - Data de conclusão estimada, atendendo ao período definido para a sua execução, 36 meses, tendo como término previsto o final de 2020.

Anexo IV - Projeção da população residente, por grupo etário, género e freguesia para 2011, 2021 e 2031 e estimativa para 2026

2011									2021								
Freguesias	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 69	+ 70	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 69	+ 70	
Agrela	1584	68	69	104	83	82	1013	165	1524	77	76	40	61	78	974	218	
Água Longa	2207	113	115	140	105	137	1370	227	2425	122	121	64	97	124	1549	347	
Monte Córdova	3958	193	195	261	239	253	2434	383	4822	243	242	128	193	247	3080	691	
Rebordões	3416	116	118	176	158	176	2168	504	2988	150	150	79	119	153	1909	428	
Reguenga	1596	65	67	77	107	73	980	227	1599	81	80	42	64	82	1021	229	
Roriz	3665	161	165	196	204	233	2294	412	3489	176	175	92	139	178	2229	500	
Negrelos (São Tomé)	4032	162	164	218	226	190	2534	538	3407	172	171	90	136	174	2176	488	
Aves	8458	338	339	438	438	503	5277	1125	8356	421	419	221	334	427	5338	1197	
Vilarinho	3788	175	175	277	274	274	2302	311	3046	153	153	81	122	156	1946	436	
União das Freguesias de Arelas, Sequeiró, Lama e Palmeira	6795	242	248	376	340	397	4329	863	6222	313	312	165	248	318	3975	891	

Anexo IV - Projeção da população residente, por grupo etário, género e freguesia para 2011, 2021 e 2031 e estimativa para 2026 (continuação)

Freguesias	2011								2021							
	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 69	+ 70	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 69	+ 70
União das Freguesias de Carreira e Refojos	2072	89	92	126	118	110	1280	257	2024	102	101	54	81	103	1293	290
União das Freguesias de Lamelas e Guimarei	1660	65	68	86	89	79	1061	212	1573	79	79	42	63	80	1005	225
União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães	21490	894	903	1035	1112	1205	13472	2869	21701	1093	1087	575	867	1110	13863	3108
Vila Nova do Campo	6809	274	279	420	461	456	4229	690	5764	290	289	153	230	295	3682	825
Total (Santo Tirso)	71530	2955	2997	3930	3954	4168	44743	8783	68940	3471	3453	1826	2753	3525	44039	9873

Continua

Anexo IV - Projeção da população residente, por grupo etário, género e freguesia para 2011, 2021 e 2031 e estimativa para 2026 (continuação)

2026									2031								
Freguesias	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 69	+ 70	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 69	+ 70	
Agrela	1467	56	60	46	62	57	903	283	1403	35	43	52	63	36	829	345	
Água Longa	2632	100	107	83	112	102	1621	507	2869	71	87	107	129	73	1695	706	
Monte Córdova	5642	215	229	179	239	219	3474	1087	6580	163	200	245	297	168	3888	1619	
Rebordões	2583	98	105	82	110	100	1590	498	2119	53	64	79	96	54	1252	521	
Reguenga	1602	61	65	51	68	62	986	309	1605	40	49	60	72	41	948	395	
Roriz	3321	126	135	105	141	129	2045	640	3130	78	95	116	141	80	1849	770	
Negrelos (São Tomé)	2814	107	114	89	119	109	1733	542	2136	53	65	79	96	55	1262	526	
Aves	8260	314	335	261	350	321	5086	1592	8150	202	247	303	368	209	4816	2005	
Vilarinho	2343	89	95	74	99	91	1443	452	1538	38	47	57	69	39	909	378	
União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira	5676	216	230	180	241	220	3495	1094	5054	126	153	188	228	129	2986	1244	

Continua

Anexo IV - Projeção da população residente, por grupo etário, género e freguesia para 2011, 2021 e 2031 e estimativa para 2026 (continuação)

Freguesias	2026								2031							
	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 69	+ 70	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 69	+ 70
União das Freguesias de Carreira e Refojos	1979	75	80	63	84	77	1218	381	2270	56	69	84	102	58	1341	559
União das Freguesias de Lamelas e Guimarei	1491	57	61	47	63	58	918	287	1397	35	42	52	63	36	825	344
União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães	21898	834	889	693	929	850	13483	4220	22124	549	671	823	998	566	13072	5444
Vila Nova do Campo	4776	182	194	151	203	185	2941	920	3643	90	111	136	164	93	2153	896
Total (Santo Tirso)	66484	2531	2698	2104	2821	2582	40935	12813	64018	1590	1942	2382	2888	1638	37826	15752

